



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Inês Fonseca Valente

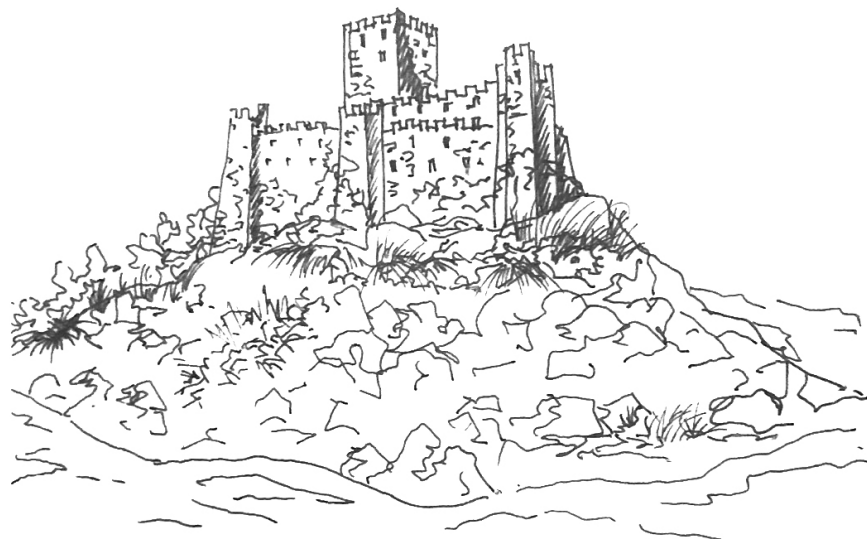
CASTELO DE ALMOUROL
MEMÓRIA ENTRE MARGENS

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos Correia
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2022

Castelo de Almourol

Memória Entre Margens



Nota à edição:

Utiliza-se para referência bibliográfica, por decisão do autor, a Norma APA, edição 7th;

O símbolo “↻” indica que existe conteúdo na parte posterior da página;

Para melhor compreensão do projeto, propõe-se o acompanhamento da leitura com os desenhos presentes em anexo.

Agradeço,

A Coimbra.

Ao D'Arq, que tantas vezes foi primeira *Casa*.

Ao Professor Luís Miguel, que foi *farol* no início e no fim deste percurso.

Aos da *ilha*, por terem tornado estes, nos melhores anos. *Levo-os comigo p'ra vida*.

Ao Rafa, pelo apoio, motivação, paciência, companheirismo e amizade.

Aos meus pais, por tudo.



Fig. 2- O D'arq

Resumo

Repensar a *ordem* dos Castelos dos Templários, no âmbito do Seminário de Investigação *The Beautiful Past*, apresenta-se como uma dupla oportunidade. Por um lado, para perceber o impacto da presença da Ordem do Templo em Portugal e o seu papel fundamental, enquanto Ordem Militar, na formação e consolidação do território, bem como na adaptação e evolução de técnicas construtivas e arquitetónicas em diversas estruturas militares, como o Castelo de Almourol. Por outro, para poder utilizar o projeto como suporte capaz de materializar a relação dos tempos passado, presente e futuro com o espaço/lugar, consolidando e valorizando por esta via a estrutura patrimonial.

O Castelo de Almourol, é um dos mais representativos da arquitetura militar da Ordem do Templo e da Reconquista, tendo assumido o papel de ponto nevrálgico no sistema defensivo de Tomar e nas rotas comerciais do Tejo. A falência do seu propósito estratégico, inevitavelmente associada à extinção da Ordem do Templo, conduziu ao seu esquecimento, caducidade e desvalorização funcional, situação que perdurou até ao sec. XIX, tendo posteriormente sido alvo de intervenções de carácter romântico, ideológico e conjuntural.

Atualmente as intervenções de valorização do património são indissociáveis da importância do valor da economia do turismo cultural. O recurso turístico em que se tornou o Castelo de Almourol, capaz de atrair públicos de todas as formações e origens, reforçará a sua afirmação através do acréscimo de valor cultural e económico proporcionado pela sua clara interpretação, legibilidade e harmonia ambiental.

A memória, perpetuada na pedra que dá forma ao monumento, paira sobre a paisagem e o Rio que o envolvem, criando o *leitmotiv* perfeito ao desenvolvimento de uma proposta que simultaneamente o respeite e valorize.

Palavras-chave: Ordem do Templo; Castelo/Almourol; memória; património; turismo.

Abstract

The seminar *The Beautiful Past* is intended to rethink the *order* of the Templar Castel, which ends up presenting itself as a double opportunity: To understand the impact of the Templar Order in Portugal, and its fundamental role as a Military Order, in the formation and consolidation of the territory, as well as in the adaptation and evolution of construction and architectural techniques in various military structures, such as the Almourol Castle; but also to use the project as a support capable of materializing the relationship of the past, present, and future with the place, consolidating and valuing the monument.

Almourol Castle is one of the most representative military architecture of the Temple Order and the Reconquista, having assumed the role of a neuralgic point in the defensive system of Tomar and the trade routes of Rio Tejo. After extinguishing the Temple Order, the castle passed to the Christ Order, which would be extinguished as well. Combining this factor with the failure of its strategic purpose as a military structure, led to its oblivion, and obsolescence. This situation lasted until sec. XIX, having later been the target of romantic, ideological, and punctual treatment.

Currently, patrimony enhancement interventions are inseparable from the importance of the economic value of cultural tourism. The tourist resource that the Almourol Castle has become, capable of attracting audiences of all backgrounds and origins, will reinforce its assertion through cultural and economic value provided by its clear interpretation, legibility, and environmental harmony.

The memory, perpetuated in the stone that gives shape to the monument, embraces the landscape and the river around it, creating the perfect *leitmotiv* to develop a proposal that simultaneously respects and values it.

Key words: Temple Order; Castle/Almourol; memory; patrimony; tourism

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1: A Ordem, o Lugar e o Castelo	
1.1. A Ordem e o Lugar	23
1.1.1. A Ordem do Templo - Contextualização Histórica	23
1.1.2. Almourol - Contextualização Geográfica e Administrativa	35
1.2. O Castelo	45
1.2.1. Implantação e Morfologia	45
1.2.2. Intervenções - (Do séc. XIX à atualidade)	61
1.2.3. Documentos Estratégicos e as Atuais Políticas Municipais	89
Capítulo 2: Proposta de Intervenção	
2.1. Pertinência	105
2.2. O Programa	109
2.3. Contributos e Referências	111
2.3.1. Património e as Teorias de Intervenção e Restauro	111
2.3.2. As Viagens e as Obras	121
2.3.2.1. - As Viagens	121
2.3.2.2. - As Obras	129
2.4. O Processo e o Projeto	137
Considerações Finais	167
Fontes de Imagens	171
Referências Bibliográficas	201
Anexos	

Introdução

A presente dissertação integra-se no âmbito das unidades curriculares de *Seminário de Investigação em Arquitetura e Laboratório de Teoria*, sob orientação do Professor Doutor Luís Miguel Correia, estando associada ao tema *The Beautiful Past: Repensar a Ordem dos Castelos dos Templários*, e sobre o qual se irá desenvolver esta prova académica. Torna-se por isso relevante refletir sobre a presença e importância da Ordem do Templo em Portugal, que se mostrou fundamental na organização, consolidação e defesa do território, destacando-se pelo domínio das regras da arquitetura militar que veio a aplicar em algumas das suas mais inovadoras estruturas em território nacional ao longo do século XII. Destas, relevam-se os castelos que, apesar de atualmente se encontrarem desprovidos da sua função primitiva, continuam a ser importantes marcos da paisagem, da história, da memória e da identidade.

Entre as unidades castelares elencadas como possíveis casos de estudo, o Castelo de Almourol (fig. 3) suscitou particular interesse, pela sua morfologia e enquadramento cenográfico, decorrente da sua implantação num afloramento rochoso entre as margens do rio Tejo, na freguesia da Praia do Ribatejo, concelho de Vila Nova da Barquinha, Santarém. Estas características perspetivaram problemáticas e desafios estimulantes ao projeto a desenvolver, confirmadas após a viagem realizada pelo grupo de Seminário aos diferentes castelos templários selecionados.

Eleito o caso de estudo e realizada a primeira visita a Almourol, fundamental para o iniciar o projeto, definiu-se a metodologia que adotou duas vertentes: uma de índole mais teórica, debruçada na investigação, recolha e organização da informação sobre o tema e o lugar; e outra de carácter mais prático que, com base na primeira, reflete sobre uma proposta de intervenção.

A atitude de olhar e procurar compreender o lugar - o castelo e a sua envolvente - neste primeiro contacto, permitiu perceber que a atenção e os limites da intervenção



Fig. 3 - Castelo de Almourol (dezembro 2019)

deveriam extravasar o perímetro do monumento. Como refere Álvaro Siza (1999, p. 7), numa entrevista com Philip Jodidio, a 24 de maio de 1998,

“Em português há dois termos para a expressão “olhar”: esta mesma, que se define a si própria, e “ver”, isto é, olhar e compreender”.

Tratando-se de um monumento nacional, a intervenção no castelo de Almourol carece de uma atitude reflexiva e cuidada mas não castradora que, como refere Luís Pereira (2018, p. 24), possa verificar *“um respeito pela preservação dos valores arquitetónicos com interesse patrimonial, sem contudo deixarem de apresentar um conteúdo espacial e formal significativo de leituras contemporâneas, materializando os tempos, passado, presente e futuro”*, referindo ainda que, *“estes três tempos, se reúnem no pressuposto de caracterizar em conjunto a alma e identidade do monumento, que revertem em Património”*. Admitindo-se ser a arquitetura a disciplina mais capacitada para consolidar, materializar e imortalizar as memórias vivas (neste caso retratadas nesta estrutura patrimonial), na medida em que só ela consegue estabelecer a relação indissociável entre o espaço e o tempo, caberá ao projeto aproximar-se desse desígnio.

A aptidão para relacionar de forma harmoniosa, a obra, o lugar e as pessoas que os habitam é um fator vital para o desenvolvimento e durabilidade de qualquer projeto. Siza (1998, p. 29), em *Imaginar a Evidência*, sobre a obra das Piscinas das Marés, afirma que essa primeira experiência de trabalho, com a natureza e as pré-existências, lhe permitiu sentir a indivisibilidade entre ambiente e organização do espaço. De facto, mesmo existindo uma distância entre o que é natural e o que é realizado pelo homem é importante a criação de um diálogo entre os dois, de forma a que seja possível assegurar a continuidade do território e da sua identidade natural.

No contexto de intervenções em património é incontornável a presença do conceito de *memória*. No caso presente pretende-se abordar o monumento enquanto suporte material de uma memória coletiva, promotor da relação entre o lugar e a comunidade, atitude diferenciada da que, por exemplo, o Estado Novo protagonizava. Na sua vigência, o regime salazarista evocava a valorização da memória histórica, com o testemunho palpável dos monumentos, em prol de creditar o passado e os feitos triunfais.

A estrutura da dissertação divide-se em dois capítulos: O primeiro, *A Ordem, o Lugar e o Castelo*, constitui a base teórica de apoio à formulação da proposta de intervenção e reparte-se em dois subcapítulos. *A Ordem e o Lugar*, enquadra historicamente a Ordem do Templo, reportando também a contextualização geográfica e administrativa de Almourol. Por sua vez, *O Castelo*, concentra-se na sua implantação e morfologia, nas intervenções que sofreu no decorrer dos anos e no seu papel fundamental na promoção da localidade e da região pela via do turismo cultural. O segundo, *Proposta de Intervenção*, encontra em três dos seus subcapítulos - *Pertinência, Programa e Contributos e Referências* - a argamassa capaz de moldar a ideia do projeto, o seu quê: “*IDEIA é o QUÊ que se quer fazer. Respondendo às questões do contexto, da História, da função. Tendo o homem como centro*” (Baeza, 2018, p. 43). *A Pertinência*, sustenta-se no contexto (lugar/história/geografia/política), *o Programa* decorre da interpretação das necessidades e dos objetivos, e os *Contributos e Referências* inspiram os caminhos a seguir. No quarto subcapítulo, o *Processo*, consolida-se a ideia com a busca constante através do desenho da atmosfera desejada, da modelação e das maquetas de estudo. O *Projeto* materializa-a, com o rigor e precisão dos desenhos técnicos.

É, pois, num contexto objetivo, estruturado pelo monumento e pelo seu enquadramento cenográfico natural e, subjetivo, projetado pela sua memória, que se encontrou a motivação para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção capaz de respeitar, preservar e valorizar o seu carácter patrimonial, mas também de acrescentar conteúdos contemporâneos capazes de dialogarem em harmoniosa simbiose.

Capítulo 1

A Ordem, o Lugar e o Castelo

“Siempre me fascinan los objetos bien colocados. Pienso en los edificios que se alzan como esculturas en el paisaje y parecen haber surgido de él. [...] Amo la precisión de esos monumentos, pequeños o grandes. [...] como muchos de los castillos erigidos sobre penáscos, no destrozan el paisaje, sino que lo celebran”
(Zhumhor, 2017, p. 100).



Fig. 4 - 'Brumas da Manhã' (2012)

1.1. A Ordem e o Lugar

1.1.1 - A Ordem do Templo - Contextualização Histórica¹

Julgou-se pertinente começar este capítulo por contextualizar historicamente o aparecimento e o impacto da Ordem do Templo em Portugal, bem como a sua relação com o Castelo de Almourol (fig. 4) e o território envolvente. Através de datação cronológica, procurou-se perceber a sua influência ao longo do tempo até à sua extinção, destacando o seu papel crucial no alargamento e defesa do território nacional, mas também nas intervenções e edificações de estruturas que desenvolveram, onde demonstraram o domínio das regras da arquitetura militar. Desta forma, destacaram-se das demais ordens, deixando um legado que perdura até à atualidade, como é o caso do Castelo de Almourol, uma das suas mais inovadoras estruturas militares do século XII existentes em Portugal.

Corria o ano de 1096 quando o Condado Portucalense se viu autonomizado após uma doação feudal de D. Afonso IV (rei de Leão e Castela) ao conde D. Henrique, com vista a combater a ameaça almorávida e conseguir maior eficácia na progressão de Reconquista Cristã.

Entre 1118 e 1119 nasceu a Ordem do Templo, em Jerusalém, fundada por um grupo de cavaleiros de origem francesa.

Na década seguinte, em 1128, surgiram relatos desta Ordem em Portugal acompanhados do aparecimento da Regra da Ordem (escrita por S. Bernardo e aprovada no concílio de Troyes), que promovia uma fase de expansão pelo Ocidente europeu, com o objetivo de encontrar novos apoios para a sua causa. No seguimento dessa expansão, a 19 de março desse mesmo ano, surgiu então o primeiro registo dos Templários em

¹ Para a redação deste subcapítulo teve-se, maioritariamente, por base: documentos que constam do *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico* (SIPA); *Castelos em Portugal - Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)* de Luís Miguel Correia (2011); *A Ordem do Templo e a Arquitetura Militar Portuguesa do Século XII* (1997) e *Os Castelos dos Templários em Portugal e a Organização da Defesa do Reino no Séc. XII* de Mário Jorge Barroca (2001); *Guia Templário de Portugal - Almourol - Cardiga* (2018) de Manuel J. Gandra; *O Castelo de Almourol, Gualdim Pais e a Cavália Espiritual* - roteiro da exposição (2018-2019) do Centro de Interpretação Templário de Almourol de Vila Nova da Barquinha.



Fig. 5- Castelo de Soure (setembro 2018)

Portugal, com a doação do Castelo de Soure (fig. 5) por parte de D. Teresa à Ordem. A fortificação, importante do ponto de vista estratégico, estava localizada a escassos quilómetros de Coimbra, na fronteira entre o espaço cristão e o território muçulmano. Nesta altura, o Norte de Portugal ainda governado pela duquesa, filha de Afonso IV e casada com D. Henrique, e o Condado atravessava uma fase complicada, podendo-se afirmar que a Ordem do Templo surgiu na sua derradeira fase.

A 24 de junho, deu-se a Batalha de S. Mamede, onde D. Afonso Henriques defrontou as tropas de D. Teresa (sua mãe), e da qual saiu vitorioso. De acordo com diversos registos medievais, esta data aparece como o início do reinado de D. Afonso Henriques, onde a 14 de março de 1129/1130 assinaria um novo diploma a confirmar a posse dos Templários sobre o castelo de Soure, que viria a ser a primeira sede da Ordem aquando da mudança da capital do reino de Braga para Coimbra em 1131. Contudo o monarca só se terá autoproclamado rei de Portugal após a vitória da Batalha de Ourique (1139), onde combateu as tropas muçulmanas.

Contudo, apenas em 1143 foi reconhecido como tal pelo rei de Leão e Castela, ficando essa data assinalada pela proclamação da independência do novo reino. No seguimento deste acontecimento, a guerra contra o “infiel” e o progresso para Sul tornaram-se no principal foco de interesse para a monarquia portuguesa, que a ser bem sucedido permitiria a expansão do território nessa direção. Esta progressão aconteceu de forma natural, uma vez que qualquer tentativa de avanço noutra direção ficaria passível da supremacia castelhano-leonesa, aliada ao facto da falta de conhecimento e experiência do novo Condado, que não facilitava veleidades.

Conhecedora das capacidades e características das Ordens Militares, como organizações detentoras de mais avançados conhecimentos militares, quer na arte de fazer a guerra, quer na arte de erguer fortificações, a Coroa viu na Ordem do Templo a possibilidade de melhorar as condições instáveis que o território a sul apresentava. Tendo sido alvo de uma reforma recente na organização interna da Ordem em Portugal, os templários vieram a refletir maior empenho e protagonismo, algo que não se fez sentir apenas na conquista, defesa, e integridade territorial, mas também na resolução de problemas de povoamento e desenvolvimento económico.

A expansão do novo domínio do reino foi, naturalmente, acompanhada por uma série de intervenções, quer em vários castelos existentes, quer na edificação de novas uni-



Fig. 6 - D. Gualdim Pais

dades castelares e outras estruturas de apoio, como torres e atalaias, que permitiriam assegurar a vigilância e proteção das populações e consagrar o território conquistado.

Após terem enfrentado as tropas inimigas ao lado de D. Afonso Henriques na Batalha de Ourique, os Templários acompanharam o rei em mais dois acontecimentos de elevada importância histórica, o primeiro a 15 de março de 1147, com a conquista de Santarém, e posteriormente no cerco a Lisboa, iniciado em junho e que culminou com a conquista da cidade a 25 de outubro desse mesmo ano.

Podendo-se afirmar que a importância desta Ordem sobressaiu, principalmente, ao longo da segunda metade do século XII, torna-se fundamental destacar quem esteve ao seu comando nessa fase de particular destaque.

D. Gualdim Pais (fig. 6), natural de uma família nobre de Braga, e cuja relação com D. Afonso Henriques existia desde longa data, foi armado cavaleiro no campo da Batalha de Ourique pelo rei depois de ter combatido a seu lado as tropas inimigas. Após tomar a cruz vermelha dos Cruzados partiu para o Próximo Oriente (1151/1152), onde permaneceu durante cinco anos, no âmbito da IIª Cruzada (pregada por S. Bernardo em 1146). Neste período percorreu o Próximo Oriente de Norte a Sul, o que lhe terá possibilitado conhecer alguns dos mais importantes castelos cruzados, de onde adquiriu o conhecimento sobre as mais arrojadas soluções da arquitetura militar.

Ao fim dos cinco anos de Cruzada, D. Gualdim Pais voltou ao reino, onde terá sido encaminhado ao posto cimeiro da organização e nomeado Grão-Mestre da Ordem do Templo, entre 1156/57 e 1195, fase que ficou associada ao “Período de Ouro” dos Templários, graças ao grande desenvolvimento e projeção que o mestre potenciou na Ordem em Portugal.

Logo nesse ano de 1156 surgiu a 1ª grande iniciativa de D. Gualdim Pais, com a construção do Castelo de Pombal, na zona Sul do território de Soure.

A 1 de março de 1160 foi fundado o Castelo de Tomar (fig. 7), que se apresenta como um dos mais extraordinários castelos do século XII e onde os templários depositaram grande parte do seu tempo, dedicação e trabalho, talvez por já o saberem como a nova sede da Ordem do Templo. Tomar afirmava características vanguardistas e foi responsável pela introdução de vários elementos inovadores na arquitetura militar como, a *Torre de Menagem* – construção que surge isolada no interior da fortificação e desempe-



Fig. 7 - Castelo de Tomar

nha funções bem definidas na dinâmica defensiva de um castelo, num contexto de “defesa passiva”. É a estrutura que assegura e comanda o mecanismo defensivo de toda a unidade e por isso a última a ser conquistada em caso de invasão, albergando assim as estruturas residenciais que a levam a assumir um simbolismo senhorial. O *Alambor* – estrutura relativamente presente nos castelos do Próximo Oriente, é rampeada na base dos muros o que impede a aproximação de engenhos de guerra, de torres de assalto; dificulta escalar, escavar e reduz os ângulos mortos entre torreões. O alambor do Castelo de Tomar destaca-se pela extensa dimensão que apresenta, não sendo conhecido outro semelhante em nenhuma estrutura militar portuguesa.

O Castelo de Tomar encontrava-se já na fase final de construção, em 1169, quando D. Afonso Henriques confirmou a sua posse à Ordem do Templo. Neste contexto houve ainda a doação dos castelos do Zêzere e da Cardiga, bem como da terça parte das terras que os Templários viessem a conquistar além-Tejo, com a condição de que os rendimentos conseguidos fossem aplicados ao serviço do monarca. Apesar de distintas opiniões também será no âmbito destas doações que Almourol surgiria: reedificado segundo Manuel J. Gandra (2018, pp. 28-29),

“A fortaleza seria entregue a Gualdim Pias por Afonso Henriques, em Outubro de 1169, no âmbito da doação do castelo do Zêzere, a qual também expressamente se reporta ao castelo da Cardiga [...] As fontes epigráficas permitem documentar a intervenção do grão-mestre dos templários, iniciada em 1171, a quem terá ficado a dever-se a sua reedificação e ampliação [...]”

ou edificado de raiz dois anos mais tarde, segundo Mário J. Barroca (1997, p. 199),

“Seria na fronteira Sul destes novos domínios, no âmbito territorial do castelo de Zêzere, que os freires decidiram erguer o Castelo de Almourol. [...] Decorria o ano de 1171 quando o castelo começou a ser construído [...]”.

Independentemente de qual o testemunho mais válido sobre a sua origem, facto é que, segundo fontes epigráficas como a lápide presente sobre a porta da segunda cerca do Castelo (fig. 8, 9), se consegue comprovar que em 1171 Almourol se encontrava edificado, numa pequena ilha granítica no curso do Rio Tejo, ocupando uma posição estratégica cuja importância, nem Gandra nem Barroca ousam discordar.

As doações feitas à Ordem em 1169 alargaram o território até ao Tejo, o que levou a que se inaugurasse um período de grande atividade construtiva e reformadora dos



Fig. 8, 9 - Lápide sobre a porta da segunda cerca - "Na Era de 1209 (1171 da Era de Cristo), o Mestre Gualdim, de Braga, que é a cabeça da Galiza, edificou o castelo de Almourol com os freires seus irmãos."

castelos Templários. Com a conclusão de Tomar, surgiu então um movimento de reforma, requalificação e construção dos sistemas defensivos, onde se inclui o Castelo de Almourol, bem como as torres de menagem dos castelos de Pombal (1171), de Penas Róias (1172) e de Longroiva (1174) - Monsanto; Idanha-a-Velha; Zêzere e Cardiga terão sido intervencionados anteriormente entre 1169 e 1171 - promovido e previamente delineado por Gualdim Pais por volta de 1171.

Esta expansão territorial até ao curso do rio permitiu que se criasse uma linha de defesa, que assegurava o controlo de uma boa porção do vale do Tejo. Estrategicamente enquadrado na via fluvial mais importante do território nacional, Almourol encontrava-se assim inserido no complexo sistema de defesa de Tomar, onde se integravam também os castelos de Zêzere e da Cardiga - Gandra defende ainda a possível existência do castelo ou torre do Pinheiro, estrutura sobre a qual não se encontra qualquer outra notícia ou vestígio - bem como diversas atalaias que em conjunto criavam uma rede de comunicação semafórica entre os vales do Tejo, Zêzere e Nabão. Gualdim Pais conseguiu, desta forma, organizar o centro nevrálgico da expansão de Portugal para Sul.

Este movimento de reforma das estruturas militares seria acompanhado por cartas de foral a diversas localidades, com objetivo de incitar ao seu povoamento onde se visse ser necessário. Assumindo-se assim que o interesse da Ordem do Templo sobre as povoações que lhes estavam confiadas ia além das intervenções nas estruturas castelares, passando também pelo melhoramento do seu suporte legal e administrativo.

Um dos motivos pelos quais a Ordem do Templo recebeu tantas e generosas doações por parte da Coroa, foi por ser a única ordem que efetivamente praticava atividade militar, tendo estado ao lado do rei em diversas situações que comprovaram a sua competência e fidelidade. Desta forma, não enfrentava grande “concorrência”, mesmo com a presença da Ordem dos Hospitalários que surgiu no reino aquando dos templários, em 1128, mas que mantinha desde então uma atividade exclusivamente no âmbito da assistência.

No entanto, no decorrer dessa década, começaram a surgir novas ordens militares. Em 1172 apareceu documentada pela primeira vez em Portugal uma Ordem de origem peninsular, a Ordem de Santiago. Posteriormente, em 1175, quase 20 anos após Gualdim Pais ter regressado a Portugal e ter assumido o cargo de Mestre dos Templários e desta

Ordem se encontrar no seu momento áureo, detentora de amplos domínios e a controlar um total de 13 castelos, surgiu neste mesmo ano uma ordem militar criada pelo próprio monarca. A então Milícia de Évora foi concebida pelo rei com o propósito de defender essa cidade do Alentejo, que mais tarde, ao receber a vila de Avis, viria a ficar conhecida como Ordem de Avis. Ainda no final do século, em 1189, a Ordem do Hospital passou a ter também atividade militar, que associada ao aparecimento das restantes novas ordens começaram a constituir uma forte concorrência, anteriormente inexistente, aos Templários.

A decadência começa a acentuar-se quando Gualdim Pais entra numa idade avançada. Com cerca de 75 anos, o Mestre viria a falecer a 13 de outubro de 1195, levando com ele a fase de maior vigor da Ordem do Templo em Portugal. Depois da sua morte, foram vários os freire-cavaleiros a ocupar o seu lugar, no entanto, nunca se mantiveram no cargo durante longo período de tempo, nem tão pouco conseguiram alcançar os seus feitos, dinamismo construtivo, prestígio e projeção.

No ano de 1307, o Papa Clemente V (pela bula “*Regnans in ecclesis triumphans*”) convidou o rei D. Dinis a ir ao Concílio de Viena, onde se discutiu o fim da Ordem do Templo e dos seus bens, devido a excessos e erros que os seus freires-cavaleiros e comendadores tinham cometido.

A 22 de março de 1312 deu-se a extinção da Ordem (pela bula “*Vox clamantis*”) e a 2 de maio desse ano os soberanos ficaram sobre a posse dos bens dos Templários até que o conselho decidisse o que lhes aconteceria, (pela bula “*Ad Provirent*”). Neste seguimento, a 14 de março e 1319 - a partir da bula “*Ad ea ex quibus*” de João XXII - estabeleceu-se a Ordem de Cristo para a qual foram transferidos todos os bens e pertenças da Ordem Templária. Almourol foi um desses casos, que ao ver-se entregue à nova ordem, começou a perder o seu prestígio, acabando por entrar inevitavelmente em declínio e decadência.

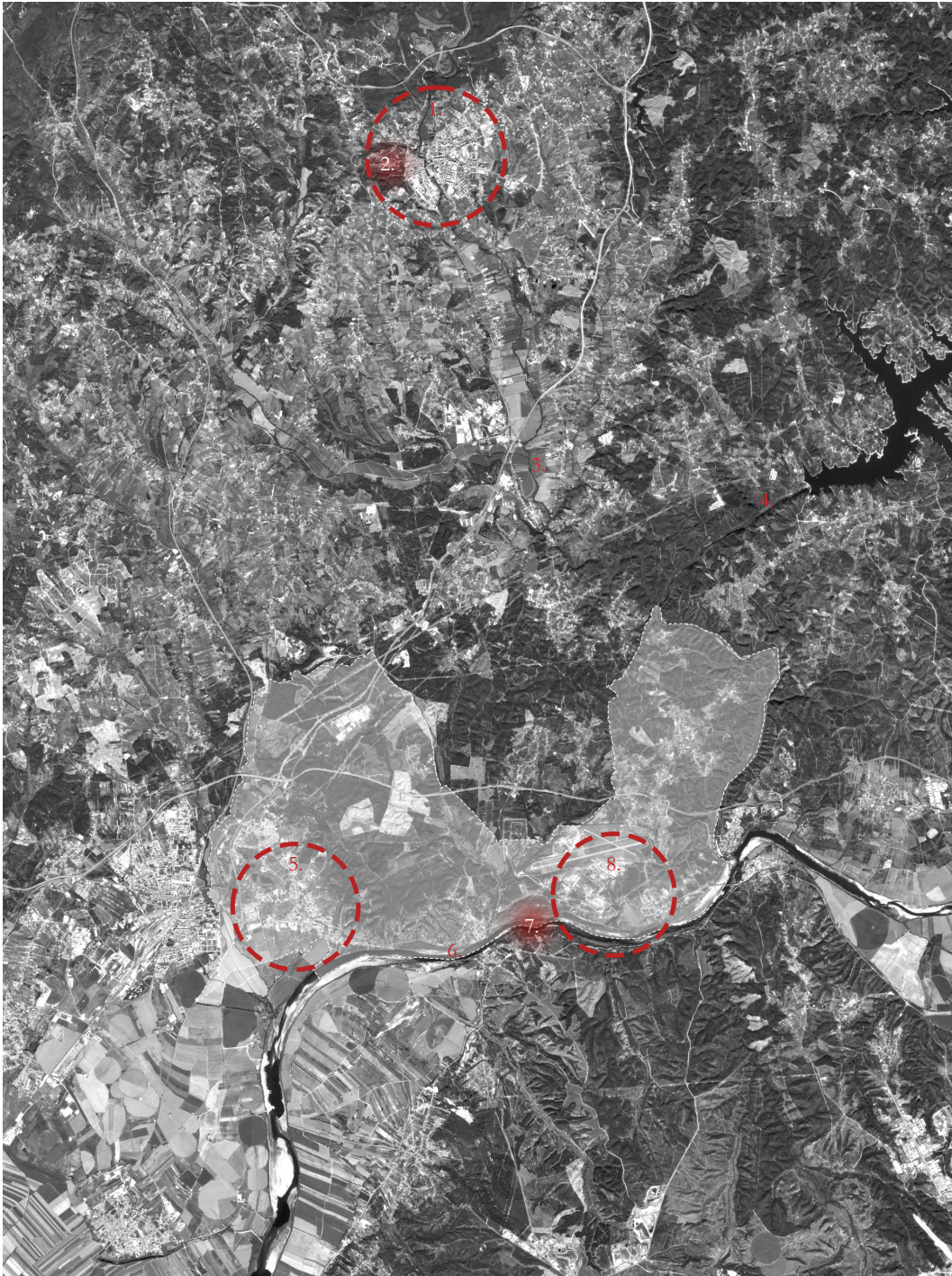


Fig. 10 - Imagem aérea de localização: 1 - Tomar; 2 - Castelo de Tomar; 3 - Rio Nabão; 4 - Rio Zêzere; 5 - Vila Nova da Barquinha; 6 - Rio Tejo; 7 - Castelo de Almourol; 8 - Praia do Ribatejo

1.1.2 – Almourol - Contextualização Geográfica e Administrativa²

O Castelo de Almourol, caso de estudo da presente dissertação, localiza-se (fig. 10) na atual freguesia da Praia do Ribatejo, concelho de Vila Nova da Barquinha, distrito de Santarém.

Inserida numa zona ribeirinha, esta região conseguiu destacar-se historicamente em virtude da sua localização estratégica, atravessada por boas vias de comunicação e de navegação, banhada pelo Zêzere (a nascente), o Nabão (a norte) e onde se destaca (a sul) o Tejo.

Este fator, associado às muitas doações por parte da Coroa à Ordem do Templo e à consequente expansão territorial, levaram a que o seu Mestre, Gualdim Pais, estruturasse um plano de reforma e construção nos castelos que se encontravam sobre a posse dos Templários. Definiu assim uma linha de defesa com os Castelos do Zêzere, de Almourol e da Cardiga, existindo a possibilidade de uma quarta estrutura militar, castelo ou torre do Pinheiro, sobre a qual não existem registos, dificultando a confirmação da sua localização ou existência, que delimitavam o complexo sistema defensivo de Tomar, auxiliado por outros elementos, como atalaias, dispostas de forma estratégica que permitiam uma sinalização semafórica do território em caso de perigo.

No final do século XII, é edificada uma igreja, perto do Castelo do Zêzere, consagrada a Santa Maria do Zêzere e oferecida ao Papa Urbano III. Essa igreja, começa a constar na lista de igrejas de Portugal em 1220/1229 e, no ano de 1320/1321, Santa Maria do Zêzere (igreja e território) surge documentada no *Catálogo de todas as Igrejas*³ como a única comenda de considerável valor para todo o território. A 11 de junho de 1321, no 1º regimento da Ordem de Cristo, esta comenda dá lugar à comenda de Almourol e da Cardiga (que aqui surgem como comenda única).

2 Para a redação deste subcapítulo teve-se, maioritariamente, por base: documentos que constam do *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico* (SIPA); *O Castelo de Almourol, Gualdim Pais e a Cavalia Espiritual* - roteiro da exposição (2018-2019) do Centro de Interpretação Templário de Almourol de Vila Nova da Barquinha; o *Plano da Área de Reabilitação Urbana da Praia do Ribatejo* (2016).

3 Listagem de todas as igrejas, mosteiros e comendas de Portugal com respetivo valor associado.



Fig. 11 - Territórios doados à Ordem do Templo em 1169 segundo João José Alves Dias

Fig. 12 - Ruínas da Igreja do Convento de Nossa Senhora do Loreto

À de Almourol pertencia o castelo homónimo e algumas courelas “místicas” do campo da Cardiga. Por sua vez à da Cardiga cabia não só o castelo homónimo, como o território adjacente, as demais courelas “místicas” do seu campo, a igreja de Santa Maria do Zêzere e ainda os territórios na margem sul do Tejo.

Estas duas comendas permaneceram unidas até pelo menos ao último terço do século XIV. Quando se autonomizaram e passaram a ter comendadores distintos e independentes na sua gerência, o território do Zêzere terá ficado sob a administração da Cardiga, onde se manteve até 1536, ano em que a comenda da Cardiga deixou de ter o seu estatuto de unidade jurídico-administrativa e se viu dependente do Convento de Cristo.

No ano de 1504, tendo o território do Castelo de Zêzere já sofrido a alteração do nome de Santa Maria do Zêzere para Paio de Pele (em 1489), é realizado o Tombo do seu limite, pertencente à comenda da Cardiga, onde se descreve tanto o castelo como as edificações adjacentes no local. Paio de Pele vê-lhe concedido foral novo, pelo rei D. Manuel I, a 22 de dezembro de 1519.

Em março de 1537, após a extinção da comenda da Cardiga no ano anterior, surge o alvará de D. João III que, como administrador da Ordem de Cristo, determina que todas as terras e pertenças da comenda da Cardiga, assim como da Igreja de Santa Maria do Zêzere, devem ser entregues ao convento de Tomar.

Após ser julgado a 12 de março de 1540, o território de Paio de Pele é doado à comenda de Almourol (com todos os seus foros e rendas) em troca de parcelas “místicas” que tinha no Campo da Cardiga. Tal acontecimento permitiu que essa comenda passasse a ser detentora da maior parte do território primitivo do Zêzere. Contudo, em 1545, parte desse local viu-se submerso devido à mudança do curso do Tejo (fig. 11). Esta alteração geográfica levada a cabo na segunda metade do século XVI fez com que o curso do rio subisse cerca de 1 quilómetro, alcançando o Campo da Cardiga e despoletando, alguns anos depois (1590), o interesse e a necessidade por parte da Coroa de documentar a engenhosa alteração, tendo-se realizado um inquérito com vista a comprovar o seu acontecimento e o cumprimento das ordens para que o antigo curso prescrevesse.

Ainda neste período, o então comendador de Almourol, D. Álvaro Coutinho, mandou construir na margem norte do rio um convento em honra de Nossa Senhora do Loreto (tendo este ficado apelidado com esse mesmo nome) (fig. 12). Este, cujas ruínas ainda hoje se vêem da Torre de Menagem de Almourol (e que ao seu tempo se destacou na



Fig. 13 - Carta da Correição e Provedoria de Tomar

paisagem e na vida católica da população), teve a sua primeira pedra lançada no ano de 1572, tendo sido posteriormente reconstruído em 1575 e 1685, fruto da sua fraca qualidade construtiva, com exceção da última intervenção, cujas ruínas se vislumbram atualmente.

Por volta de 1712, o Padre Carvalho Costa forneceu informação mais específica sobre a localização da vila de Paio de Pele, esclarecendo que se encontrava fundada nas margens do Rio Tejo, entre o Castelo do Zêzere e de Almourol, e pertencia à correição e provedoria de Tomar.⁴ (fig. 13)

Até ao ano de 1801, o concelho era apenas constituído pela freguesia da sede e contaria com 773 habitantes. Mais tarde, em 1836, dá-se a extinção de Paio de Pele enquanto concelho, sendo que Vila Nova da Barquinha surge para ocupar essa posição, passando este a ser uma sua freguesia. Um ano depois, dá-se a abolição das comendas, incorporando todos os bens nos Próprios Nacionais.

Em 1927, chega ao fim o topónimo Paio de Pele, passando a localidade a designar-se como Praia do Ribatejo (por Decreto nº 14.269), continuando até aos dias de hoje a ser uma freguesia de Vila Nova da Barquinha, onde se insere o Castelo de Almourol, único entre os três (Cardiga e Zêzere) a conseguir fintar um desfecho de ruína e esquecimento.

Quando o rio que passa por um território é o Tejo, não há forma de contornar a presença e impacto que este teve e continuará a ter no desenvolvimento e no dia a dia da população que lhe é fronteira. Parafrazeando Alberto Caeiro, *por ele se vai para o Mundo*⁵, e na Praia do Ribatejo tivemos uma das suas “portas de saída”. Sagres, Lagos e Restelo não foram os únicos pontos de partida para a grande Epopeia dos Descobrimentos portugueses, também a Praia do Ribatejo esteve presente na sua génese.

A 23 de abril de 1415, surge um relatório redigido em Lisboa, por um espião castelhano, Ruy Dias de Veja, para o rei D. Fernando I de Aragão, onde reporta os preparativos da Armada que se constituía em Portugal e nas margens do Zêzere. As primeiras embarcações, mais concretamente designadas de galeotas, terão sido construídas na Praia do Ribatejo, onde grande parte da população terá colaborado, sendo, por isso, possível

⁴ Informação recolhida da *cronologia* do Castelo de Zêzere, presente no *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico* (SIPA).

⁵ “O Guardador de Rebanhos - XX”. in *Poemas de Alberto Caeiro*. Fernando Pessoa. 1ª publ. in *Athena*, nº 4. Lisboa: Jan. 1925.



Fig. 15 - Depósito de toros de madeira no areal da Praia do Ribatejo (1917)

confirmar a relação imediata que se terá criado entre ela e o Rio. Frei Gonçalo Velho, terá sido um dos pioneiros dos Descobrimentos, comendador de Almourol e da Cardiga e prestigiado cavaleiro da Ordem de Cristo, e terá impulsionado a construção das galeotas nas margens do rio Zêzere. Convém ainda referir que os Descobrimentos e a expansão ultramarina, contaram com a colaboração de todo o Portugal, tendo as pessoas, os meios e ainda as técnicas de navegação templárias, herdadas pela Ordem de Cristo, desempenhado um papel fundamental.

Esta relação com o rio manteve-se, acentuando a consciencialização da importância das suas margens não só a nível comunicacional, mas também comercial. Apesar de se mencionar que no tempo dos romanos já existiria um cais fluvial em Tancos, as referências concretas sobre este tipo de estruturas surgem apenas a partir do século XVI, confirmando que no ano de 1552 surgiu, também em Tancos, um novo cais com cerca de 100 embarcações. Por sua vez, na Praia do Ribatejo, na altura ainda Paio de Pele, apesar de ser uma localidade associada à atividade piscatória e ribeirinha, não possuía registos de cais a si associados.

Segundo o *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, de 3 de janeiro de 1828, em 1821 Paio de Pele teria 77 barcos e 154 tripulantes que, comparando com os 25 barcos e 75 tripulantes da Barquinha, ou os 2 barcos e 4 tripulantes de Tancos, permite perceber a importância e dimensão do negócio fluvial nesta freguesia. Dois anos depois passaria a contar com 312 pescadores e 18 trabalhadores rurais. A construção de um cais nesta localidade só terá acontecido no século XVIII, prevendo facilitar o transporte de madeiras da área florestal da bacia do Zêzere, para Lisboa, e terá durado até metade do século XX. Essa exploração de madeira foi facilitada e beneficiada pelas condições de flutuação que o Zêzere oferecia, e que permitiam um transporte relativamente rápido e acessível até ao Tejo, por vezes também realizado por carros de bois e que posteriormente era carregado em jangadas ou barcos.

Rapidamente se percebeu que um tratamento simples e prévio às madeiras, como a sua limpeza e redução de massa, poderia trazer vantagens como a redução do custo do seu transporte. Nestes pontos de embarque no Tejo, começou-se a ver a possibilidade e viabilidade da criação de uma indústria dessa matéria prima, onde posteriormente a Praia do Ribatejo, juntamente com Abrantes e Rio de Moinhos, formaram um importante entreposto do circuito madeireiro (fig. 15). Neste contexto, surge no século XIX uma pequena indústria de serração. Esta conseguiu expandir-se e, na viragem para o



Fig. 16 - Linha de caminho de ferro

século XX, surgiu uma nova serração da mesma unidade, tendo-se mantido as duas até meados desse mesmo século.

Após a 2ª Guerra Mundial, o aparecimento do caminho ferroviário (fig. 16) nesta localidade provocou uma crise no tráfego fluvial, levando ao desaparecimento da indústria da serração. Contudo, a freguesia da Praia do Ribatejo conseguiu assegurar o seu desenvolvimento através do crescimento das unidades militares com sede no Polígono Militar de Tancos.

1.2. O Castelo

1.2.1. Implantação e Morfologia⁶

“CASTELO. Construção medieval fortificada integrando variados edifícios defendidos por muralhas, torreões, fossos e outros elementos de defesa, com um ou mais recintos interiores, destinada exclusivamente a fins militares estratégicos ou a desempenhar prioritariamente a função de resistência fortificada de um senhor. Localizado normalmente em pontos altos assegurava a resistência e podia abrigar as populações próximas, em tempo de perigo. O castelo como residência senhorial não foi o castelo representativo da península ibérica, onde o feudalismo assumiu formas diferentes das que se desenvolveram na restante Europa. O castelo ibérico característico pertencia ao rei que assegurava a defesa do reino e não a senhores feudais, o que o torna típico pelo carácter eminentemente estratégico que daí lhe advém” (Nunes, 2005, citado em Correia, 2011, p. 29).

Correia (2011, p. 31) refere ainda que *“a imagem dos castelos não deverá ser referenciada a um período temporal estritamente delimitado, mas antes entendida continuamente no tempo, em resultado do conjunto de adaptações realizadas face a diferentes circunstâncias estratégicas, remotas ou recentes”*.

O território nacional é especialmente marcado por estas estruturas militares organizadoras de espaço e de carácter perene, capazes de definir uma imagem generalizada entre si pelos diversos traços e elementos comuns que as caracterizam. Em simultâneo, caracterizam a paisagem onde se integram, fornecendo-lhe uma identidade própria.

Em Portugal, os castelos surgem em plena Idade Média, numa fase em que o ambiente bélico se fazia sentir no país. Associando esse fator à necessidade de assegurar a defesa e estabilidade do reino, surge uma vaga de experimentação técnica e construtiva levada a cabo, quer na edificação, quer na requalificação e adaptação das várias

⁶ Para a redação deste subcapítulo teve-se, maioritariamente, por base: documentos que constam do *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* (SIPA); *Castelos em Portugal - Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)* de Luís Miguel Correia (2011); *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII* (1997) e *Os Castelos dos Templários em Portugal e a Organização da Defesa do Reino no Séc. XII* de Mário Jorge Barroca (2001); *Guia Templário de Portugal - Almurol - Cardiga* (2018) de Manuel J. Gandra; LVT Lisboa | Vale do Tejo - 5 *O Castelo no seu Trono*, de Carla Maia Almeida (2007); *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal* de Damião Peres (1969)



Fig. 17 - Implantação do Castelo na ilha - vista desde a margem norte

estruturas militares. Consoante as investidas de que foram sendo alvo, estas estruturas demonstraram ter a capacidade de uma constante adaptação e evolução defensiva.

Ocupando uma posição estratégica na mais importante via fluvial do território português, num local que permitia controlar um vau onde se transpunha o Tejo, no leito do rio um pouco a jusante da confluência deste com o Zêzere, na freguesia da Praia do Ribatejo (concelho de Vila Nova da Barquinha, Santarém), sobre uma pequena ilha escarpada (com dimensões variáveis consoante o nível das águas, mas seguramente com mais de 300 metros de comprimento, e entre os 70/80 metros de largura), surge o Castelo de Almourol (fig. 17). A diminuta base onde o monumento se ergue confere-lhe um aspeto de altitude que, na realidade, não ultrapassa os cerca de 40 metros.

Este Castelo é um dos que melhor representa a mestria Templária na *arte poliorcética*⁷, onde a notável implantação, aproveitamento do local, e as inovadoras e avançadas técnicas construtivas imprimiram um requinte capaz de destacar o monumento dos demais castelos desta época.

A ideia que fica desta intervenção é a de que D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo, tentou imprimir uma velocidade construtiva contrastante com a que existiu no Castelo de Tomar, onde os freires-cavaleiros investiram cerca de dez anos de trabalho, o que se poderá justificar com o facto de se tratar da Sede da Ordem. Com vista a alcançar, pragmaticamente, os objetivos pretendidos para o Castelo de Almourol, foram reutilizados e reaproveitados materiais líticos de épocas anteriores, como terá sido o caso da inscrição romana que se apresenta na ombreira esquerda, na parte interna, da porta de entrada, bem como fragmentos de frisos com temas associados à arquitetura visigótica, existentes numa zona superior da muralha interna, entre outros elementos arquitetónicos.

Apesar de existirem abordagens diferentes sobre a origem/edificação deste castelo - sendo que M. Gandra defende que este terá sido reedificado e M. J. Barroca que terá, pelo contrário, ter sido feito de raiz - a verdade é que existem evidências da existência de povos antecedentes a ocupar este lugar durante um determinado período de tempo.

Anteriormente à construção do Castelo Templário, já a ilha apresentava vestígios de antigas intervenções, como o caso de uma estrutura que terá sido erigida durante o

7 “arte de sitiar e atacar as povoações fortificadas” Nunes (2005, p. 194), in Correia (2011, p. 31).

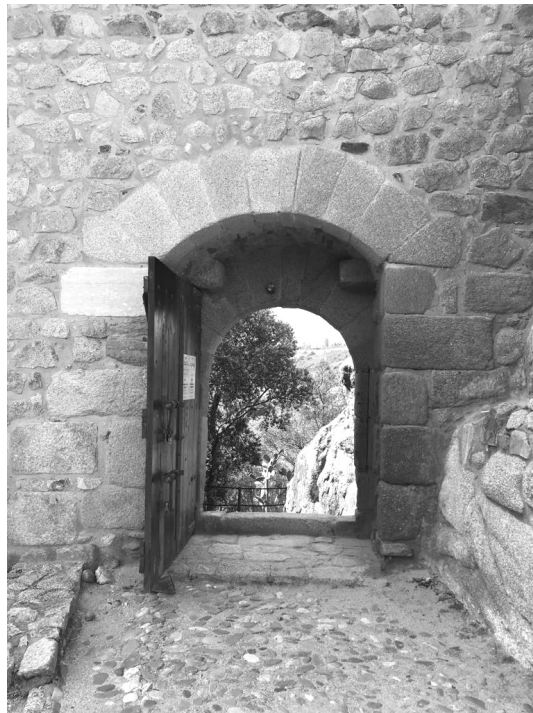
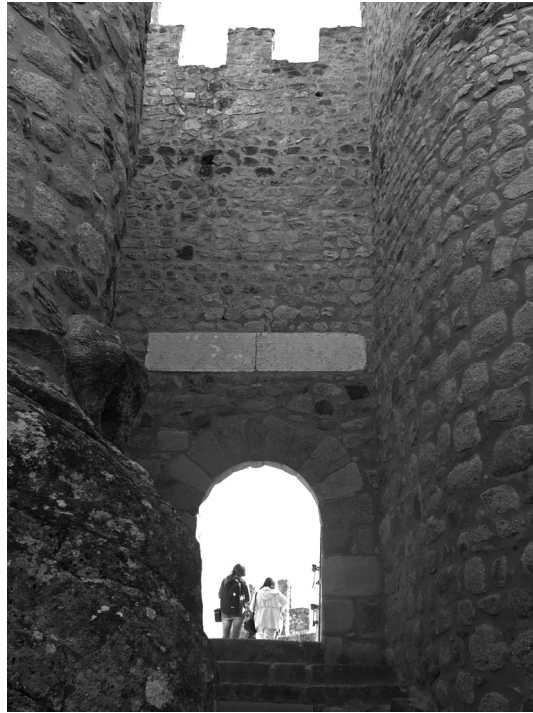


Fig. 18 - Vista exterior da porta de entrada no castelo com lápide a coroar o pórtico

Fig. 19 - Vista interior da porta de entrada no castelo

domínio romano (séc. I a.C.) por esse mesmo povo, e que cuja ocupação fica comprovada pela descoberta de moedas entre outros objetos romanos. Posteriormente, também visigodos e muçulmanos terão ocupado este lugar, deixando igualmente marcas e vestígios da sua passagem. Sem se conseguir comprovar como se encontraria a ilha a nível de ruínas ou elementos relativos a estas ocupações precedentes, aquando da doação de Almourol por D. Afonso Henriques aos Templários, certo é que foi aí que Gualdim Pais trabalhou o Castelo, segundo os moldes arquitetónicos característicos da Ordem e com a imponência que continua a caracterizar o monumento.

Através de uma epígrafe colocada sobre a porta da muralha interna (fig. 8,9), consegue-se confirmar que a data de conclusão desta obra terá ocorrido, como já tinha sido referido, no ano de 1171 (era de 1209), escassos dois anos após a sua doação - crê-se que na sequência da doação dos Castelos do Zêzere e da Cardiga, cujo todo formava uma comenda única - em 1169, e na fase final da edificação do Castelo de Tomar. Esta lápide e uma outra que existe a coroar o pórtico da porta principal (fig. 18), sobre a vida e feitos dos Mestre, têm um carácter comemorativo.

Sabe-se que os cinco anos que Gualdim Pais terá passado, enquanto cruzado, no Próximo Oriente lhe permitiram conhecer um vasto número de castelos templários, bem como dos hospitalários, o que lhe facultou a possibilidade de adquirir conhecimento de algumas das mais avançadas soluções da arquitetura militar da época. Este contacto terá inspirado e influenciado as intervenções que o Mestre veio a edificar em Portugal. O Castelo de Tomar, enquanto Sede da Ordem do Templo em Portugal, terá servido de estaleiro para as experiências e ensaios dessas técnicas, que Gualdim Pais ansiava aplicar. Este castelo criou uma linhagem de arquitetura militar que o uniu aos restantes castelos templários edificados posteriormente, uma vez que foi o pioneiro de novidades arquitetónicas no campo militar, onde se podem destacar a torre de menagem e o alambor.

O Castelo de Almourol ocupa a totalidade do espaço disponível, adaptando-se aos acidentes e condicionalismos impostos pela topografia, erguendo-se sobre os afloramentos rochosos, capazes de garantir uma cota suficientemente alta com vista a garantir a sua segurança das cheias e as subidas do nível das águas do Tejo no inverno, atualmente não tão abruptas como nessa época, sendo que o Rio tem vindo a sofrer com a redução do seu caudal. Acontece que, tendo em consideração todas estas condicionantes, a área disponível para construção se revela diminuta, pelo que Almourol, apesar da sua apa-

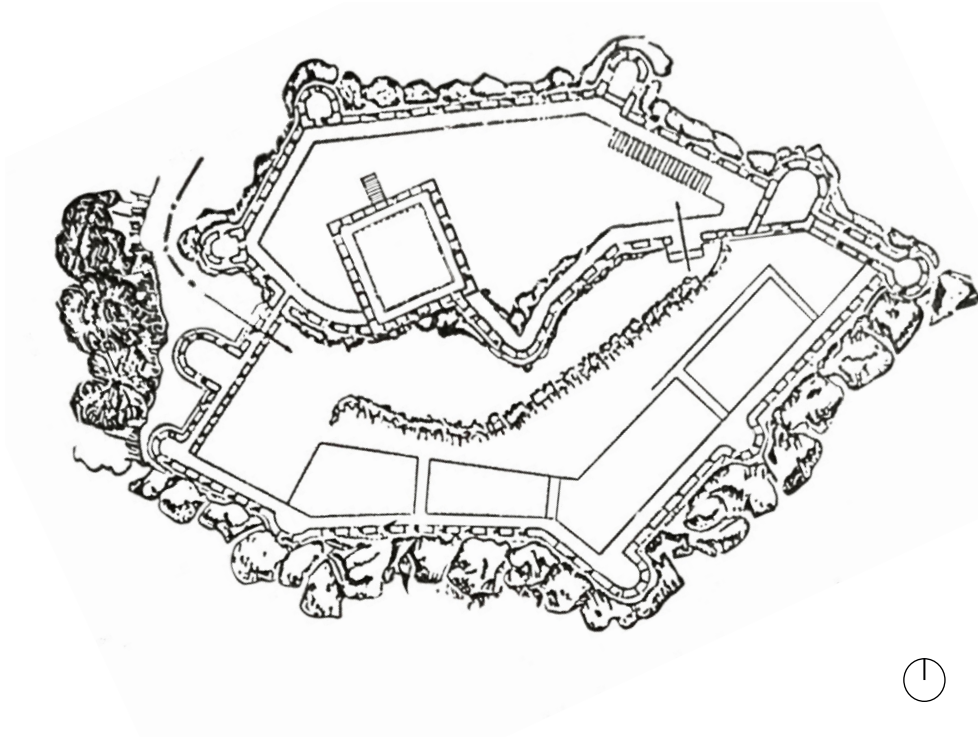


Fig. 20 - Planta do Castelo de Almourol

Fig. 21 - Alambor de Almourol

rência imponente, se resume a uma estrutura com cerca de 54 metros de comprimento por 31 metros de largura.

A sua planta (fig. 20) tira partido da diferença de cotas entre os afloramentos e ao moldar-se à topografia do local assume um contorno irregular. Contudo, sempre que viu ser possível adotou troços de muralha retilíneos de forma a assegurar alguma regularidade ao perímetro. Importa referir que todas as inflexões presentes na muralha são assinaladas por torreões circulares, dez na sua totalidade, em que alguns assumem um afastamento expressivo sobre os muros, permitindo que a visão e perspetiva sobre a muralha, para quem se encontra neles, seja muito mais abrangente, ideal para vigiar e avistar possíveis invasões.

Outro elemento que ajuda neste contexto defensivo é o *alambor* (fig. 21)- que terá tido origem templária. Trata-se de uma estrutura rampeada que se caracteriza pelo aumento da espessura na parte inferior da muralha do castelo e tem o objetivo, não só de reforçar e reduzir os ângulos mortos, como dificultar a aproximação de máquinas de assalto, e a escalada da estrutura e possíveis escavações, favorecendo ainda o ricochete de projeteis que nele embatessem. O alambor que se apresenta na muralha exterior de Almourol, em contraste com o de Tomar que atinge uma dimensão que não se vê em mais nenhuma estrutura militar portuguesa, estendendo-se por toda a muralha exterior da Alcáçova e do Castelo, é apenas parcial. Com efeito, somente os paramentos Norte e Sul apresentam este complemento defensivo, sendo ainda possível ter perceção de uma superfície alamborada a acompanhar a muralha existente no interior do castelo.

As reduzidas dimensões que o Castelo de Almourol apresenta levaram a que a sua compartimentação interior tivesse necessidade de tirar o melhor proveito da diferença de cotas do lugar, levando à criação de dois pátios independentes. O acesso ao primeiro pátio faz-se pela porta principal de entrada do Castelo, que se encontra flanqueada por dois dos torreões constituintes da estrutura. É entre este primeiro pátio e um segundo (existente a uma cota superior) que surge a cerca interna, anteriormente referida.

Estas características realçam a inovação da conceção deste espaço que, em caso de invasão, permitia concentrar as forças inimigas nesse primeiro reduto, impedindo que tivessem acesso à totalidade da unidade castelar, sendo ainda possível fazer tiro sobre elas a partir dos planos superiores acessíveis através do segundo pátio. Sobre este primeiro recinto (fig. 22), destacam-se ainda vestígios de construções que terão servido

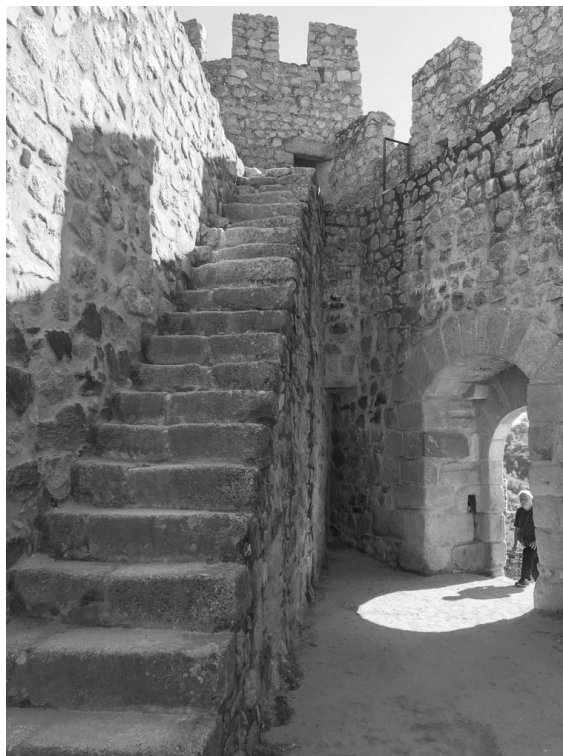


Fig. 22 - Vista sobre o primeiro pátio e muralha interna

Fig. 23 - Acesso ao segundo pátio

de apoio à guarnição militar, postos a descoberto por uma escavação antiga, onde são perceptíveis muros e alicerces dessas estruturas.

Percorrendo o pátio de entrada e acompanhando a muralha interna, encontra-se a porta de acesso ao segundo pátio (fig. 23). Este apresenta dimensões ainda mais limitadas que o anterior, onde cerca de um quarto da superfície disponível se encontra ocupada pela *Torre de Menagem*. Esta trata-se de uma inovação do *castelo românico* e também se crê original dos templários em território nacional. Funciona como o centro nevrálgico de toda a unidade castelar no século XII, assumindo uma personalidade própria. Surge isolada no interior da fortificação e assume funções bem definidas na orgânica defensiva, assegurando o comando e vigia de todo o castelo, conseguindo fazer tiro sobre os diferentes recintos, graças à sua forma quadrangular, cota elevada e localização central na estrutura. Sendo a estrutura que desempenha um papel dirigente e orientador da organização e funcionalidade do castelo, e que em caso de e assalto e tomada da fortificação será a última a ser conquistada, assume a função de acolher as estruturas residenciais, acarretando um profundo simbolismo senhorial.

A torre de menagem de Almourol (fig. 24) é uma das mais antigas de Portugal, datada de 1171, apesar de ter sofrido diversas alterações ao longo do tempo, manteve a sapata, permitindo assegurar a sua dimensão original. Com cerca de vinte metros de altura, a maioria das fontes assumem que se divide em três pisos e um terraço. Contudo, um registo gráfico (fig. 25), permite ter a perceção de um piso inferior ao da cota de entrada, presumivelmente um fosso, que atualmente se encontrará soterrado, é um elemento comum nestas estruturas e, por isso, fácil de consentir a sua pré-existência neste caso específico. O seu exterior não apresenta alambor e a porta de entrada, cujo acesso se realiza virado a norte a cerca de 2,78 metros do solo, era acessível por uma escada móvel de madeira, que se poderia retirar em caso de ameaça. No entanto, a que se apresenta atualmente estará descentrada, uma vez que não será a de origem, existindo vestígios de uma anterior em arco. No seu interior ainda é possível observar elementos originais, como as seteiras a “rasgar” criteriosamente os panos de pedra, permitindo uma ténue entrada de luz. Por sua vez, no último piso, antes de se aceder à cobertura, subsistem dois vãos desnivelados que se destacam na estrutura, um virado a nascente (fig. 26), coroado pelo lado exterior com uma cruz orbicular, e uma conversadeira virada sul (fig. 27). O terraço apresenta um perímetro quadrangular, rematado por um parapeito

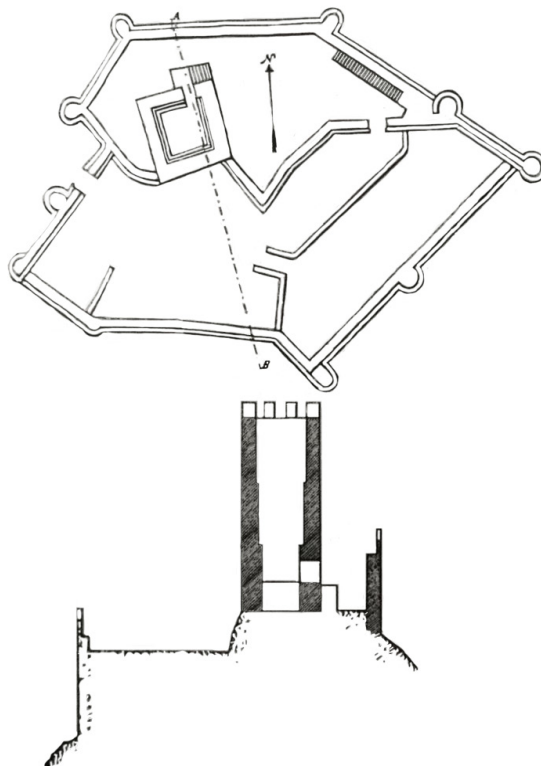


Fig. 24 - Torre de Menagem de Almourol

Fig. 25 - Corte pela Torre de Menagem com representação do fosso

com ameias prismáticas e onde se pode destacar na fachada a sul, entre seteiras, uma gárgula de pedra para o escoamento das águas pluviais.

É possível que esta torre tenha surgido como estrutura isolada, à qual foram posteriormente adossados outros planos de muralha, como parece decorrer das diferentes estereotomias reveladas pelo paramento Sul.

Para além das duas portas já mencionadas (a da entrada no castelo e a de acesso ao segundo pátio) exista ainda uma terceira, designada como *Porta da Traição* (fig. 28). Estrategicamente localizada entre dois torreões numa parte da muralha virada a nascente, esta porta de pequenas dimensões servia para se conseguir uma fuga discreta dos ocupantes do castelo em caso ameaça.

Falta ainda referir o *caminho de ronda* ou *adarve* (fig. 29) tão característico que este castelo nos apresenta. Apesar de ser um elemento comum nestas estruturas medievais, Almourol não possui um caminho de ronda, como comumente acontece, mas sim dois, autónomos. O primeiro apresenta-se a acompanhar o desenvolvimento da muralha exterior, ao nível do pátio de entrada, de forma linear. Para quem aqui estivesse de vigia o percurso a fazer não era extenso nem complexo, tendo de percorrer apenas dois troços sensivelmente retilíneos de muralha, articulados num ângulo relativamente ponderado. O segundo caminho de ronda desenvolve-se apoiado na espessura dos muros superiores que circunscrevem o recinto da Torre de Menagem (fig. 30). A acompanhar um adarve, normalmente, existe um parapeito que se ergue na face exterior do muro e que se encontra coroadado por ameias, que possibilitam uma prática do tiro, sobre as forças inimigas, mais segura.

No caso de Almourol, o adarve desenvolve-se, na sua maioria, consoante o esquema comum. No entanto, parte dele possui uma particularidade que merece especial atenção. Desta forma, destacam-se as suas extremidades, sobre a porta de entrada no castelo e no extremo oposto a esta (fig. 31), onde dois troços de caminho de ronda que se desenvolvem e que, por se encontrarem com um desnível considerável do adarve inferior adotam o duplo parapeito apresentando muro com ameias nas duas faces. O adarve, nestas extremidades, passa a aproximar-se formalmente de uma couraça, caracterizada por ser uma solução arquitetónica que se “solta” do muro principal num sentido perpendicular a este e que, ao afastar-se, deixando as suas laterais desprotegidas, motiva a adoção do adarve com duplo parapeito.



Fig. 26 - Vista interior do vão virado a nascente

Fig. 27 - Vista interior da conversadeira (virada a sul)

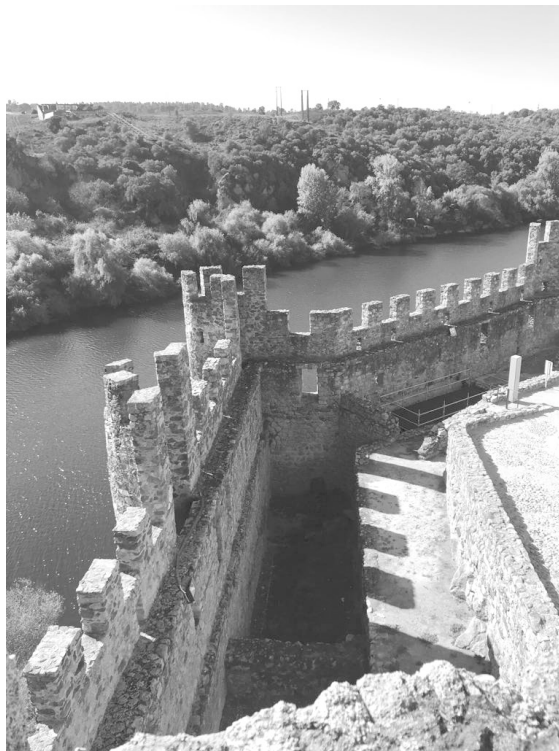
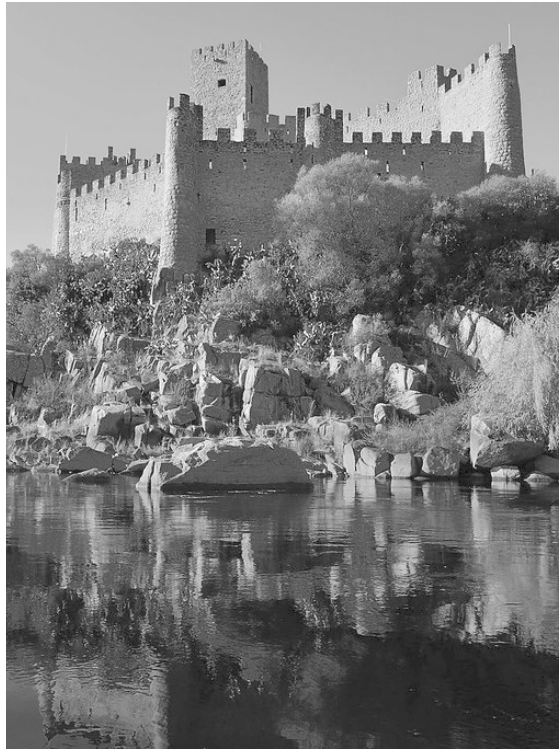


Fig. 28 - Vista sobre a muralha a nascente e *Porta da Traição*

Fig. 29 - Adarve do primeiro pátio



Fig. 30 - Adarve do recinto da Torre de Menagem

Fig. 31 - Adarve no extremo oposto à entrada com aproximação formal a uma couraça

Os dois troços presentes com estas características em Almourol não se desenvolvem perpendicularmente à muralha. Contudo, o duplo parapeito justifica-se quando estes se afastam do circuito superior do adarve e, ao avançarem até aos torreões, passam a apresentar parte do seu itinerário desprotegido e sujeito a investidas vindas do pátio inferior (caso este tivesse sido tomado). Esta adaptação veio assegurar uma evolução na defesa, tanto a nível exterior, como sobre o recinto de entrada do castelo, tornando-a muito mais eficaz. Tal solução destaca-se pela sua inovação e originalidade, presumivelmente única, não sendo conhecida aplicação semelhante em mais nenhum castelo português, manifestando, mais uma vez, o domínio militar e a capacidade de adaptação que os templários possuíam e conseguiam imprimir às suas soluções arquitetónicas.

Tendo-se consciência de que a configuração atual do Castelo de Almourol já não corresponde plenamente à concebida por Gualdim Pais, pode-se considerar que a silhueta mantém a sua essência primitiva. Vários terão sido os fatores que motivaram a preservação do monumento - mesmo com o desgaste do tempo, do abandono e do terramoto que também o abalou em 1755 - designadamente: o facto de não ter sido campo de grandes episódios bélicos (podendo-se destacar a invasão de Iacube Almançor em 1190); o seu carácter insular; e o facto de se conservar sobre tutela militar desde o século XIX (atualmente integrado no Polígono de Tancos).

1.2.2. Intervenções - (Do séc. XIX à atualidade)⁸

“Os castelos em Portugal, pela sua natureza programática, quase exclusivamente militar, foram desde muito cedo perdendo capacidades utilitárias mas, [...] dada a sua localização, constituíram-se elementos geradores, organizadores e referenciais do espaço: de um ponto de vista particular, da fundação e estruturação de povoados; num aspeto de carácter mais global, definindo uma rede que, por circunstâncias específicas, contribuiu decisivamente para o desenho espaço territorial entendido nos seus limites fronteiriços. Deste modo, podemos afirmar que a sua origem, desenvolvimento e compreensão estiveram quase sempre dependentes da história política e social do país” (Correia, 2011, p. 149).

Após a extinção da Ordem do Templo, já sob a posse da Ordem de Cristo e afastada a conjuntura reconquistadora, Almourol perdeu a importância estratégica de outrora, vendo-se envolto num progressivo esquecimento.

No decorrer do tempo entre a sua passagem para a nova Ordem e o século XVIII, podem-se referenciar pelo menos dois acontecimentos como potenciais fatores do seu estado de degradação. Em primeiro, o incêndio que terá ocorrido em 1385 no castelo, tendo D. João I tido conhecimento do sucedido por via de Martim Gonçalves, na altura cavaleiro comendador de Almourol. Sobre esta ocorrência desconhecem-se as obras que terão sido levadas a cabo posteriormente. Mais tarde, o terramoto de 1755, que abalou não só a capital portuguesa como tantas outras zonas do país, incluindo Almourol, sabendo-se que o Castelo sofreu vários danos. Na sequência dessa catástrofe surgem as *Memórias Paroquiais* (fig. 32, 33). Os seus registos encontram-se, atualmente, guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, através dos quais é possível perceber o seu objetivo,

⁸ Para a redação deste subcapítulo teve-se, maioritariamente, por base: documentos que constam do *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico* (SIPA); *Castelos em Portugal - Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)* de Luís Miguel Correia (2011); *O Castelo no seu Trono*, de Carla Maia Almeida (2007), LVT Lisboa|Vale do Tejo - 5 *O Castelo no seu Trono*, de Carla Maia Almeida (2007); *Memória, Propaganda e Poder - O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)* de Maria João Baptista Neto (2001); *Património e restauro em Portugal (1920-1995)* de Miguel Tomé (2002); *A Alegoria do Património* de Françoise Choay (2000); o *Plano da Área de Reabilitação Urbana da Praia do Ribatejo* (2016); o *Plano Diretor Municipal de Vila Nova da Barquinha* (1994).

334

Censos de S. André

O que se procura saber desta terra é o seguinte

- 1 Como se chama a terra?
- 2 Qual é o Orago da Paroquia?
- 3 Que titulo tem o Parocho ou de Abbaçia, Prior, Pastor, Vigario ou Cura?
- 4 Quem apresentou a Igreja?
- 5 Quantos rendas a dízima?
- 6 Quantas legoas dízima de lã e de quantas da Vila de Thomar?
- 7 Quantos fogos tem toda a Paroquia?

Como se chama a terra de S. André
 sua orago é S. André Apóstolo
 seu Prior é Sr. D. João de Castro
 quem apresentou a Igreja é Sr. D. João de Castro
 Quantos rendas a dízima é de 100000
 Quantas legoas dízima de lã e de quantas da Vila de Thomar é de 100000
 Quantos fogos tem toda a Paroquia é de 100000

Como se chama a terra de S. André
 sua orago é S. André Apóstolo
 seu Prior é Sr. D. João de Castro
 quem apresentou a Igreja é Sr. D. João de Castro
 Quantos rendas a dízima é de 100000
 Quantas legoas dízima de lã e de quantas da Vila de Thomar é de 100000
 Quantos fogos tem toda a Paroquia é de 100000

Revista de 1700.
 2.º de Maio de 1700
 25.º de Maio de 1700

129

N.º 274. Paio de Pelle

Paio de Pelle he villa de commenda de Bragança com
 Camara de Villa e de cidade de paço-governo de sua povoação
 com 120000 almas e de 120000 almas, sendo pertencente a
 Alcaide, e de 120000 almas de Bragança.

Esta villa ha casa de Alcaide, e em termos da
 commenda de Bragança de Bragança de Bragança.

O Parocho de Paio de Pelle he o Sr. D. João de Pelle
 e de Bragança, e de Bragança de Bragança de Bragança
 de Bragança de Bragança de Bragança de Bragança de Bragança
 de Bragança de Bragança de Bragança de Bragança de Bragança

N.º 275. Paio de Pelle

Paio de Pelle he villa de commenda de Bragança com
 Camara de Villa e de cidade de paço-governo de sua povoação
 com 120000 almas e de 120000 almas, sendo pertencente a
 Alcaide, e de 120000 almas de Bragança.

Esta villa ha casa de Alcaide, e em termos da
 commenda de Bragança de Bragança de Bragança de Bragança.

O Parocho de Paio de Pelle he o Sr. D. João de Pelle
 e de Bragança, e de Bragança de Bragança de Bragança
 de Bragança de Bragança de Bragança de Bragança de Bragança
 de Bragança de Bragança de Bragança de Bragança de Bragança

Fig. 32, 33 - Paio de Pelle, Tomar - Memórias paroquiais

“Um aviso de 18 de Janeiro de 1758 do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, [o rei D.José I atribuiu-lhe o título de Marquês de Pombal em 1769, por Decreto de 16 de Setembro desse ano], fazia remeter, através dos principais prelados, e para todos os párocos do reino, os interrogatórios sobre as paróquias e povoações pedindo as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas, e administrativas, para além da questão dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755” (Braga, 2014, p. 8).

O levantamento proporcionado por esses inquéritos permitiu atualizar e transmitir dados preciosos sobre o estado do país, uma vez que muita da informação anterior estava arquivada em Lisboa, acabando por ser substancialmente destruída pelos incêndios que o sismo provocou.

Depois do terramoto, em 1756, dá-se conta de que o estado de abandono em que se encontrava Almourol já se fazia sentir há pelo menos cerca de cem anos. Segundo o que aparece referenciado sobre o monumento no *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico* (SIPA), a 18 de fevereiro de 1756, o pároco António José da Assunção de Paio de Pele, refere ainda,

“que antigamente foi grande fortaleza e habitação dos comendadores de Almourol, porém já haverá cem anos desabitado, e arruinado em muitas partes; e com o impulso do terramoto lhe caiu da parte sul um bocado de parede que teria duas braças; e além das ruínas antigas não se lhe conhecem mais que esta”.

Por sua vez a 16 de agosto, *“no auto da posse do castelo refere-se que o mesmo [...] tem nove torres ou guaritas ainda de pé e huma grande no meyo e duas arruinadas e cabidas e não tem portas e fora das torres tem algumas paredes arruinadas e [...] arcal comprido que faz huma porta para a banda de Tancos que fica para o sul [...]”*.

Certo é que, apesar do estado de degradação em que muitas estruturas militares entraram com a perda de funções e de relevância estratégica em Portugal, principalmente a partir do século XVI, se pode afirmar - recorrendo a uma referência de Miguel Soromenho e Nuno Vassalo Silva (1993) feita por Correia (2011, pp. 157-158) - que, na Idade Média foram *“empreendidas várias iniciativas de proteção ou de conservação de edifícios, [...], de estruturas militares (sobretudo, castelos)”*. Neste contexto pode-se destacar o papel desempenhado pelas Ordens Militares, *“que tinham por desígnio inspecionar tanto a conformidade do culto e as orientações papais quanto a conservação de edifícios religiosos e militares...”*.

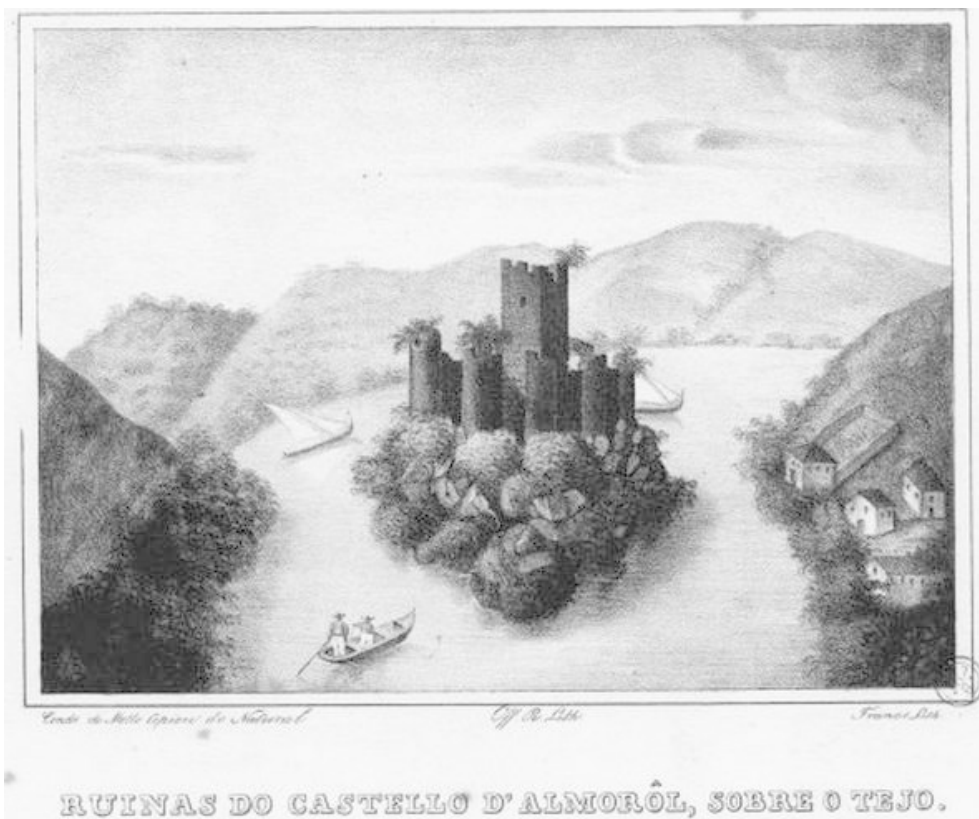


Fig. 34 - 'The Vale of Tancos in Portugal' (1809)

Fig. 35 - 'Ruínas do Castello d'Almourôl, sobre o Tejo' - Conde de Melo

Já no século XVIII, novamente de acordo com Seromenho e Silva, como refere Correia (2011, p. 159) “*surgem as primeiras políticas articuladas de conservação e restauro patrimoniais...*”

Por sua vez, “*o séc. XIX constituiu-se como época defensora da consciência patrimonial de objetos arquitetónicos relevantes, os monumentos, enquanto instrumentos privilegiados de união e reconhecimentos que importava transmitir às gerações vindouras como herança do passado*” (Correia, 2011, p. 156). Para Miguel Tomé, estes “*assumem-se como símbolos de civilizações – o passado interessa como instrução dos povos*” (2002, p. 16).

Interessa agora dar nota das intervenções mais relevantes realizadas no Castelo de Almourol desde o século XIX até à atualidade, contextualizando-as cronologicamente com os acontecimentos sociais e políticos seus contemporâneos.

Comece-se por referir as invasões francesas (fig. 34) que entre 1807 e 1813 fizeram com que Portugal se visse envolvido na designada Guerra Peninsular. Posteriormente a chegada do liberalismo a Portugal, a par dos anos 20 de oitocentos, acabou por despoletar conflitos entre as fações liberal e absolutista com diversos avanços e recuos de parte a parte, com consequências refletidas em diversos parâmetros incluindo a nível patrimonial. Esta postura terá sido determinante no agravamento do estado de degradação do património nacional.

Em 1834, a par do fim da Guerra Civil de 1832 a 1834, que os conflitos entre liberais e os absolutistas acabaram por provocar, deu-se a extinção das Ordens Religiosas, acabando a Ordem de Cristo, possuidora de todos os bens da Ordem do Templo e como tal, do Castelo de Almourol, por se converter em Ordem Honorífica. Consequentemente todos os imóveis que se encontravam sobre a posse da Igreja Católica passam a ser propriedade do Estado.

Nos anos de 1843/1844 surge uma descrição sobre o estado do monumento, feita pelo Conde de Melo (fig. 35), onde refere que o castelo apresenta,

“no lado ocidente, na cerca exterior quatro torres circulares, equidistantes, e mais ou menos derrocadas, sobrepujando muito pouco a cortina que as liga; no meio desta e entre a segunda e a terceira torre está a antiga porta do castelo [...] No meio do castelo, avulta a torre de menagem com porta murada, com as suas ameias em parte bem conservadas com uma janela a 2/3 de altura [...] atravessando-se ruínas e salvando-se princípios, chega-se a um pátio que é o interior do castelo. As silvas, as piteiras e os catos silvestres, e sobretudo as muitas pedras soltas vos dificultam os passos; [...] uma porta que

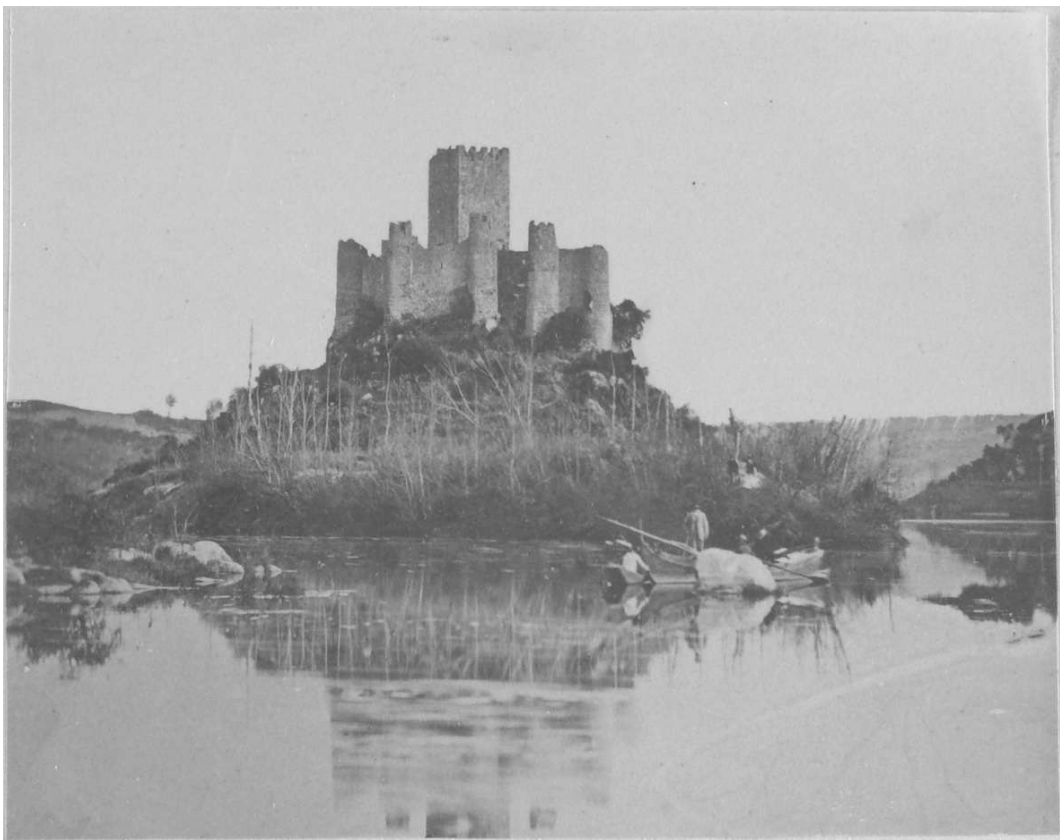


Fig. 36 - Castelo de Almourol - Henrique de Nunes

diç para este pátio, e dava indubitavelmente entrada para os aposentos superiores está murada (...)” (Noé, 2016, p. 6).

“A um tiro d’espingarda da Barquinha dá-se de rosto com o castello d’Almourol que se eleva n’um breve horizonte do seio de um cesto de verdura”, esta abordagem de aproximação ao Castelo é da lavra de Alexandre Herculano (como citado em, Almeida, 2007, p. 41), depois de uma visita que realizou ao monumento no ano de 1853. Escritor e historiador liberal (entre outros officios), sempre teve como maior preocupação transmitir através da sua escrita os seus ideais políticos, tendo-se tornado numa das figuras que mais se dedicou ao movimento de salvaguarda do património arquitetónico e artístico português através das suas importantes descrições e alertas. Entre 1853 e 1854 terá andado em périplo pelo país enquanto comissário da Academia Real das Ciências e foi neste contexto que, no verão de 1853, teve a oportunidade de visitar o Castelo de Almourol. Sobre este descreveu que,

“(...) atravessando aquela espécie de pátio e voltando à esquerda encontra-se a porta que dá comunicação para o plano superior, (...). Entra-se por ali noutra recinto mais elevado, coberto igualmente de bastos silvados e de cactos disformes. A um dos lados ergue-se a torre quadrangular de menagem para a qual se entra trepando a uma rotura de muralha onde parece ter existido uma das raras frestas que alumiam o interior da torre, cuja comunicação primitiva provavelmente se acha soterrada debaixo dos entulhos. No interior nada resta senão as paredes nuas e negras, sem o menor vestígio dos pavimentos em que por certo foi dividida em épocas posteriores. No exterior da torre (...) há a cruz do templo gravada sobre a volta de uma das frestas ou janelas da torre. Os cubelos redondos que guarnece o recinto do castelo, e uma das quais avança, ligada por uma breve couraça, para o Oriente são inacessíveis pelo seu estado de ruína (...); (...) aquelas ruínas em meio de um matagal de plantas espontâneas, conduz por um plano inclinado a uma escarpa de pedras, à borda de um despenhadeiro quase aprumado sobre o canal do sul. Sobe-se a escarpa e cuja altura não excede cinco palmos firmando-se os joelhos e as mãos na pedra e continua-se a subir por entre os silvados até à porta da cerca exterior” (Noé, 2016, p. 6).

De 1868/1869 existe um registo fotográfico, de autoria de Henrique de Nunes (fig. 36), onde se destaca a imponente *“torre de menagem, dois cubelos e alguns panos de muralha ameados, mas o restante sem remate; Pinho Leal refere que, na cerca do poente, os vestígios de muralha existentes, banhada pelo rio, devem ser restos de uma barbacã, arruinada e destruída pelas cheias”* (Noé, 2016, p. 4).

Em resposta ao estado de alma que se fazia sentir em Portugal, entre a nostalgia que o notável edificado comportava e o desejo pelo progresso, consequência das revoluções políticas liberais e da Revolução Industrial ⁹, acentuou-se a consciência sobre a necessidade de proteção do passado. Neste sentido, foram criados organismos como comissões e conselhos ao longo do século XIX, com vista a conseguir fazer-se uma classificação e inventariação dos imóveis que permitiam afirmar e salvaguardar a identidade nacional.

No ano de 1870, o Estado cria as *Comissões dos Monumentos Nacionais* (CMN), que tinham o objetivo da elaboração de uma lista onde seriam indicados os monumentos que careciam de classificação e salvaguarda. No entanto, tais comissões acabariam por revelar um trabalho pouco relevante e útil. Dez anos mais tarde, em 1880, surge uma nova comissão, desta vez na dependência da *Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses* (RAACAP)¹⁰, a primeira sociedade dedicada à causa patrimonial com um papel ativo na reflexão e na aplicação prática de princípios interventivos sobre a mesma.

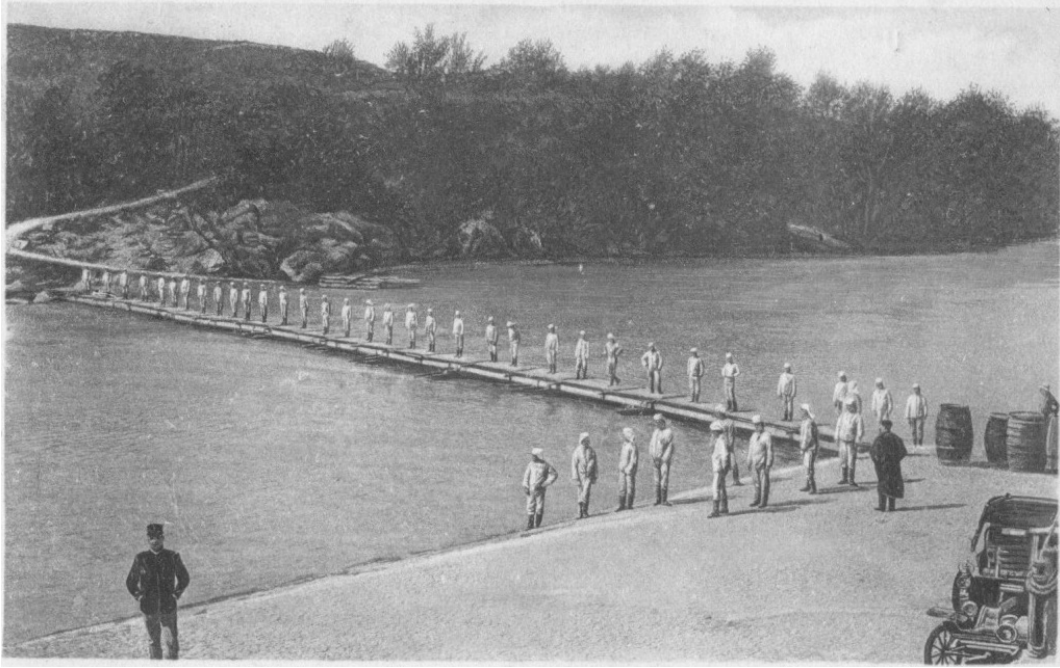
De acordo com Miguel Tomé (2002, p. 16), a salvaguarda do património neste período “manifestou-se, então, em lentas aproximações a um enquadramento legal e a instrumentos de atuação, destacando-se alguns momentos essenciais: como a elaboração, [...], do Relatório e mappa (relatório e mappa acerca dos edifícios que devem ser considerados monumentos nacionais; apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes em conformidade da portaria do ministério das obras publicas de 24 de outubro de 1880. Lisboa Frères, 1881)”.

Esta, que foi a primeira lista de classificação de monumentos em Portugal, desempenhou um papel relevante no debate e estudo dos objetos arquitetónicos de relevo a nível nacional. Encontrava-se dividida em seis classes, sendo a terceira “*Monumentos de arte militar antiga. Castellos e Torres*”, onde se inseria o Castelo de Almourol. Contudo, devido ao pouco tempo que tiveram para a realização do documento não conseguiram alcançar o rigor científico pretendido.

Entre os anos de 1887 e 1888 foram realizadas obras de restauro e trabalhos de desaterro em Almourol que levaram à descoberta de uma série de moedas, entre elas romanas, de prata e pertencentes à primeira, segunda e quarta dinastia. Estas obras terão

⁹ De acordo com o historiador Jaime Reis no artigo que escreveu para a revista *Análise Social*, vol. XXIII, em 1987, fez-se sentir com mais intensidade entre 1870 e 1913.

¹⁰ Criada em 1863 pelo arquiteto Joaquim Possidónio da Silva, inicialmente como “*Associação dos Architectos Cívicos*” e só em 1872 como RAACAP.



porção de tijolos, em cima de
 um muro de pedra, as pedras grandes estão como se
 fossem de ferro, ao sul do -2, e como que se a encon-
 tar os machados, junto ao pé da parede que foi demar-
 ta e por baixo d'ella se encontraram os pedras porção
 de pedras de latão e pedras de ferro, porção a
 do mural do -2, junto ao espaço 2, que
 abri se encontra a um mural de -2, e como que se
 agora junto a este ponto se encontraram os ca-
 do de ferro, este espaço está cheio de entulho de
 do trabalho para um tempo e alguns de pa-
 demorações, do começo da escavação até ao
 a encontradas as primeiras pedras e a um
 sul do -1,70 foram encontradas um bloco e um pe-
 do de laje de pedra que está no tabuleiro.
 no todos estes pontos estão referidos ao mural
 do muro da parte que se encontra ao castillo
 e como que se começa ao mural 1, e os espaços de
 do 1, que contém os objectos que supponho aban-
 do trabalho, para se fazer no espaço que abri
 do mural.
 no espaço 2 da planta, no caso, pois se este
 espaço foi encontrado ao mural 1, e um column
 de pedras que parece pertencer a al pinto
 e como que se está no castillo, e como que se
 os encontrados no compartimento de -2, e como que se
 mural 2 se encontra...

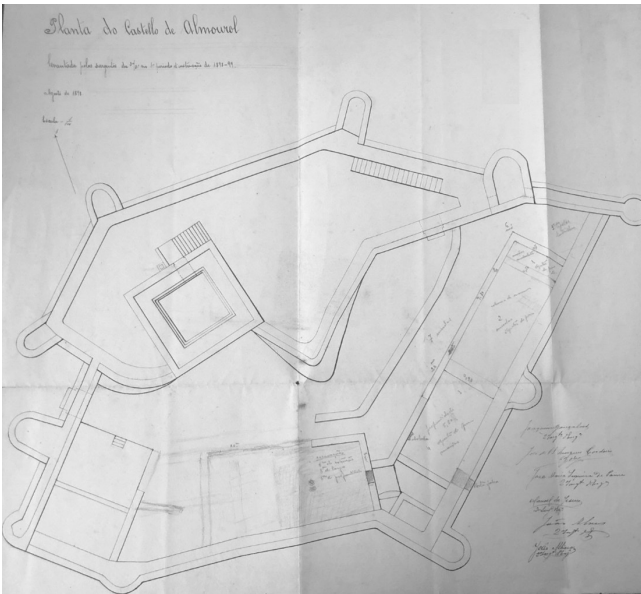


Fig. 37 - Exercícios da Escola Prática de Engenharia

Fig. 38 - Relatório das escavações em Almourol - 1898/1899

Fig. 39- Planta das escavações em Almourol - 1898/1899

ocorrido sobre orientação do *Ministério das Obras Públicas* (MOP) que apesar de ter sido fundado em 1852, teve o seu primeiro serviço oficial no ano de 1882.

Passados quatro anos, a 30 de junho de 1898, foi apresentado um despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria, onde se cede o monumento e a ilha ao Ministério da Guerra, acordando que tal concessão acabaria quando estes espaços deixassem de ser utilizados pela Escola Prática de Engenharia (fig. 37). (Noé, 2016)

Em 1899, através de um relatório redigido por Luís Teixeira Beltrão (fig. 38), conseguiu-se ter conhecimento de novos trabalhos de escavação realizados em Almourol, presumivelmente iniciados antes da sua cedência, mas com desenvolvimento integral em 1898. Este documento fazia-se acompanhar de uma planta do Castelo (fig. 39) onde as áreas de intervenção se encontravam assinaladas, sendo possível afirmar que estas se realizaram no recinto de entrada, onde terá tido lugar a estrutura mestra da zona habitacional destinada à guarnição militar. O espólio encontrado apresentava cerca de 170 artefactos e 444 moedas.

Ainda no final do século XIX, o Castelo de Almourol foi alvo de intervenções realizadas à luz dos ideais de um romantismo tardio. Neste contexto o monumento sofreu um restauro discutível, onde, apesar de se desconhecerem os verdadeiros impactos que este terá provocado, sabe-se que a coerência e autenticidade do monumento foi posta em causa. Os valores da nacionalidade que aqui se quiseram destacar, segundo uma ideologia que pretendia enaltecer e tornar exuberantes os monumentos medievais mais emblemáticos, fizeram com que o castelo não conseguisse evitar intervenções invasivas. Nesta sequência foram destruídas estruturas primitivas, podendo ainda destacar a aplicação pouco criteriosa e planeada de materiais como xistos, que acabaram por desvirtuar a fisionomia da estrutura, e ainda o coroamento uniforme de merlões, ameias, entre outros elementos decorativos.

No decorrer deste tempo, as várias comissões e conselhos criados pelos governos, com vista a controlar e encontrar soluções para o abandono das estruturas arquitetónicas e para a falta de legislação e critério na sua intervenção, foram sofrendo alterações e adaptações para o seu melhor funcionamento. A 24 de outubro de 1901 (pelo decreto orgânico dessa data) surge um novo organismo, o *Conselho de Monumentos Nacionais* (CsMN), com atribuições semelhantes às do anterior *Conselho Superior dos Monumentos*

<p>Distrito de Lisboa Loures — Cruzeiro de Loures. Lisboa: Cruzeiro de Arroios. (Vide Padrões). Cruzeiro das Laranjeiras. Setúbal: Cruz das Vendas (Azeitão). Cruzeiro de Setúbal.</p> <p>Distrito de Portalegre Portalegre — Cruzeiro de Portalegre (S. Bernardo). Alter do Chão — Cruzeiro de Cabço de Vide.</p> <p>Distrito de Évora Villa Viçosa — Cruzeiro de Villa Viçosa.</p> <p>Distrito de Faro Silves — Cruz de Portugal.</p> <p>Túmulos e sepulturas</p> <p>Distrito de Braga Braga: Túmulo do Conde D. Henrique e sua mulher D. Teresa. (Vide Sé de Braga). Túmulo do Arcebispo D. Diogo de Sousa.</p> <p>Distrito de Villa Real Chaves — Túmulo do 1.º Duque de Bragança.</p> <p>Distrito de Porto Penafiel — Túmulo do Monte de S. Roque. Gaia — Túmulo de D. Rodrigo Sanches (Grifó).</p> <p>Distrito de Aveiro Arouca — Túmulo de Santa Mafalda. (Vide Mosteiro de Arouca). Aveiro — Túmulo de Santa Joana. (Vide Mosteiro de Jesus).</p> <p>Distrito de Viseu Carregal — Túmulo de Fernam Gomes de Goes, em Oliveira do Conde.</p> <p>Distrito de Coimbra Penacova — Túmulos de Santa Teresa e Santa Sancha. (Vide Mosteiro de Lorvão). Coimbra: Túmulo da Rainha Santa Isabel. (Vide Mosteiro de Santa Clara). Túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I. (Vide Mosteiro de Santa Cruz). Túmulo de D. Sesanando.</p> <p>Distrito de Leiria Batalha — Túmulos de D. João I e de D. Filipa de Lencastre. (Vide Mosteiro de Batalha). Alcobaca — Túmulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro. (Vide Mosteiro de Alcobaca).</p> <p>Distrito de Santarém Santarém — Túmulos de João Afonso, fundador do antigo hospital de Santarém, na Igreja Paroquial de S. Nicolau, e de Fernão Rodrigues Redondo, na capella de S. Pedro, actualmente annexa á mesma igreja.</p> <p>Distrito de Lisboa Alemquer — Túmulo de Damião Goes. Loures — Túmulo de D. Dinis e de sua filha. (Vide Mosteiro de Odivellas). Lisboa: Sepulturas da igreja de Santa Luzia. Sepultura da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, na igreja da Luz. Túmulo da Rainha D. Mariana Victoria, na igreja de S. Francisco de Paula. Túmulo da Rainha D. Maria I. (Vide Basilica da Estrella). Túmulo de D. Mendo Foyos, na sacristia da igreja da Graça. Túmulo de D. João das Regras. Túmulos de D. Manuel I, D. João III, de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique. (Vide Mosteiro de Belem).</p> <p>Monumentos militares</p> <p>Castellos</p> <p>Distrito de Vianna Melgão — Castello de Melgão. Monção — Castello de Monção. Caminha — Forte da Insua. Ponte da Barca — Castello de Lindoso.</p> <p>Distrito de Braga Povoa de Lanhoso — Castello de Lanhoso. Braga — Castello de Braga (restos), designadamente a Torre de Menagem. Guimarães — Castello de Guimarães.</p> <p>Distrito de Villa Real Montalegre — Castello de Montalegre.</p> <p>Distrito de Bragança Bragança — Castello de Bragança. Carrazoda de Ancíes — Castello de Carrazoda (ruínas). Freixo de Espada-á-Cinta — Castello de Freixo de Espada-á-Cinta.</p> <p>Distrito de Aveiro Feira — Castello da Feira.</p>	<p>Distrito de Viseu Lamego — Castello de Lamego. Freixo de Numão — Castello de Freixo de Numão. Penedono — Castello de Penedono.</p> <p>Distrito da Guarda Colorico da Beira — Castello de Colorico. Guarda — Castello da Guarda. Sabugal: Castello do Sabugal. Castello de Sortelha.</p> <p>Distrito de Coimbra Coimbra — Cêrca de Coimbra, designadamente o Arco de Alameda. Montemor-o-Velho — Castello de Montemor-o-Velho, comprehendendo a igreja annexa (Vide igreja de Montemor-o-Velho). Lousã — Castello de Lousã. Penella — Castello de Penella (ruínas).</p> <p>Distrito de Leiria Pombal — Castello de Pombal. Leiria — Castello de Leiria. Porto de Mós — Castello de Porto de Mós. Obidos — Castello de Obidos.</p> <p>Distrito de Santarém Villa Nova de Ourém — Castello de Ourém. Thomar — Castello de Thomar. Mação — Castello de Belver. Torres Novas — Castello de Torres Novas. Barquinha — Castello de Almorol.</p> <p>Distrito de Lisboa Cintra — Castello dos Mouros, comprehendendo a cisterna. Lisboa — Castello de S. Jorge e resto das cêrcas de Lisboa. Palmella — Castello de Palmella. Coimbra — Castello de Coimbra. Alcaçer do Sal — Castello de Alcaçer do Sal. S. Tiago de Cacem — Castello de S. Tiago de Cacem.</p> <p>Distrito de Portalegre Castello de Vide — Castello de Vide (ruínas). Alter do Chão — Castello de Alter do Chão. Elvas: Castello de Elvas. Forte de Nossa Senhora da Graça. Avis — Castello de Avis.</p> <p>Distrito de Évora Estremoz: Castello de Estremoz. Castello de Évora Monte. Villa Viçosa — Castello de Villa Viçosa (ruínas). Alandroal — Castello do Alandroal. Arraiolos — Castello de Arraiolos. Vianna — Castello de Vianna do Alentejo. Portel — Castello de Portel (ruínas).</p> <p>Distrito de Beja Alvito — Castello de Alvito. Barrancos — Castello de Noudar. Beja — Castello de Beja, designadamente a Torre de Menagem.</p> <p>Distrito de Faro Silves — Castello de Silves. Castro Marim — Castello de Castro Marim.</p> <p>Torres</p> <p>Distrito de Vianna Monção — Torre de Lapella.</p> <p>Distrito de Braga Braga — Torre de Menagem. (Vide Castello de Braga).</p> <p>Distrito de Villa Real Villa Marim — Torre de Quintella.</p> <p>Distrito de Porto Porto — Torre do palacio dos Terenas.</p> <p>Distrito de Viseu Tarouca — Torre de Ucanha.</p> <p>Distrito de Lisboa Lisboa — Torre de S. Vicente de Belem.</p> <p>Distrito de Évora Mora — Torre das Aguias.</p> <p>Distrito de Faro Villa do Bispo — Torre e muralhas de Sagres.</p> <p>Padrões</p> <p>Distrito de Braga Guimarães — Padrão de D. João I (1.º).</p> <p>Distrito da Guarda Figueira de Castello Rodrigo — Cruz de Pedro Jacques.</p> <p>Distrito de Santarém Thomar — Padrão de D. João I (2.º).</p> <p>Distrito de Portalegre Elvas — Padrão no arrabalde da cidade.</p>	<p>Distrito de Évora Estremoz — Padrão do Ameixial. Borba — Padrão de Montes Claros.</p> <p>Monumentos civis</p> <p>Paços reaes</p> <p>Distrito de Braga Barcellos — Paços dos Duques de Bragança (ruínas). Guimarães — Idem (idem).</p> <p>Distrito de Lisboa Cintra: Paço de Cintra. Paço da Pena. Paço de Queluz, comprehendendo os jardins. Lisboa — Paço da Ajuda. Setúbal — Palacio da Bacalhoa.</p> <p>Distrito de Évora Évora — Paços de Évora (restos).</p> <p>Paços municipaes</p> <p>Distrito de Vianna Vianna do Castello — Paços municipaes de Vianna do Castello.</p> <p>Distrito de Braga Guimarães — Paços municipaes de Guimarães.</p> <p>Distrito de Bragança Bragança — Paços municipaes de Bragança (antigos).</p> <p>Paços episcopaes</p> <p>Distrito de Porto Porto — Paço episcopal de Porto.</p> <p>Distrito de Coimbra Coimbra — Paço episcopal de Coimbra.</p> <p>Distrito de Castello Branco Castello Branco — Paço episcopal de Castello Branco.</p> <p>Paços de Universidade</p> <p>Distrito de Coimbra Coimbra — Paços da Universidade de Coimbra.</p> <p>Distrito de Évora Évora — Collegio do Espirito Santo.</p> <p>Palacios particulares e casas memoraveis</p> <p>Distrito de Vianna Monção — Palacio da Brejoeira. Arcos de Valdevez — Paço de Giella. Vianna do Castello — Palacio dos Viscondes da Carreira.</p> <p>Distrito de Braga Barcellos — Palacio, solar dos Pinheiros.</p> <p>Distrito de Villa Real Villa Real — Palacio de Matheus.</p> <p>Distrito de Porto Porto — Palacio do Freixo.</p> <p>Distrito de Viseu Viseu — Casa da Rua de D. Duarte.</p> <p>Distrito de Coimbra Coimbra — Paço de Sub-Ripas.</p> <p>Distrito de Lisboa Lisboa: Casa de Brás de Albuquerque (casa dos Bicos), fachada. Palacio dos Condes de Almada, comprehendendo os padrões commemorativos da conjuração de 1640.</p> <p>Distrito de Évora Arraiolos — Casa da «Sempre Noiva». Évora — Casa de Garcia de Resende.</p> <p>Misericordias e hospitales</p> <p>Distrito de Vianna Vianna do Castello — Misericordia de Vianna do Castello.</p> <p>Distrito de Porto Porto — Hospital de Santo Antonio.</p> <p>Distrito de Coimbra Coimbra — Misericordia de Coimbra (Collegio Novo), igreja e claustro.</p> <p>Aqueductos</p> <p>Distrito de Porto Villa do Conde — Aqueducto de Villa do Conde.</p> <p>Distrito de Coimbra Coimbra — Aqueducto de S. Sebastião.</p> <p>Distrito de Santarém Thomar — Aqueducto do Convento de Christo.</p> <p>Distrito de Lisboa Torres Vedras — Aqueducto de Torres Vedras. Lisboa — Aqueducto das Águas Livres, comprehendendo a Mãe de Agua.</p>
---	--	--

Fig. 40 - Lista dos monumentos nacionais aprovada pelo governo a 16 de junho de 1910

Nacionais (CSMN), criado em 1898 que, por sua vez, substituiu a *Comissão dos Monumentos Nacionais* (CMN) com origem no ano de 1870. Ainda em 1901, o CSMN iria dar origem a um novo inventário monumental. Nesse processo a RAACAP, teve um contributo fundamental, uma vez que o novo arrolamento teve por base todo o processo realizado pela associação para a lista realizada em 1880.

Estabelecidas as bases, a 30 de dezembro, para a classificação dos imóveis que viriam a ser considerados monumentos nacionais, este documento só ficaria concluído no ano de 1909 e aprovado pelo Governo a 16 de junho de 1910 (fig. 40). Ao comparar esta nova lista à realizada em 1880, confirmam-se 19 unidades castelares coincidentes, entre elas Almourol. Desta nova lista, constava um total de 465 monumentos, sendo que posteriormente foram acrescentadas cerca de 93 construções, ficando assim com um total de 558 monumentos. Os castelos encontram-se no item *Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos*, na subdivisão dedicadas aos *Monumentos Militares*. Meses mais tarde, a 5 de outubro de 1910 dá-se a queda da monarquia, provocada pela Revolução Republicana levada a cabo pelo descontentamento do povo para com a forma como o país estava a ser governado.

Esta destituição monárquica deu lugar à Primeira República Portuguesa, cuja constituição terá sido aprovada em 1911. A relação entre este Governo e a Igreja Católica ficou caracterizada pelas lutas entre ambos, onde os edifícios que se encontravam entregues à Igreja passaram a estar sobre a posse do Estado.

A 17 de outubro de 1920, no seio do Ministério do Comércio e das Comunicações é criada a *Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* (AGEMN), que absorveu e centralizou, entre outras, as responsabilidades do Estado na intervenção no património arquitetónico classificado. Desta administração surgiu a iniciativa de criar um conceito de salvaguarda dos imóveis classificados, delimitando uma área de segurança num perímetro de 50 m em torno deles (fig. 41, 42).

Pouco tempo depois, Portugal viu-se perante outra revolução, desta vez a 28 de maio de 1926, onde militares e antiliberais provocaram um Golpe de Estado, que culminaria na instauração da Ditadura Militar. A condição de degradação em que se apresentavam muitos monumentos no final do século anterior, representativa da negligência e falta de meios dos regimes antecessores, levou a que o novo regime adotasse uma postura interventiva e de salvaguarda do património nacional. . É nesta sequência e na ambi-

SIPA TXT 00704454

FR.

Cópia

Direcção Geral dos Serviços Hidraulicos - - - - -
 N.º 3685 - - - - -
 Proc.º n.º, 9825/6/T. - - - - -
 Em 31 de Outubro de 1950 - - - - -
 Exm.º Sr. Engenheiro Director Geral dos Monumentos
 Nacionais - LISBOA - - - - -

----- Tenho a honra de solicitar de V.Ex.ª, se digne determinar
 que seja prestada a informação pedida pelo officio desta Direcção
 -Geral, n.º 2923 de 21 de Agosto passado, sobre se, pelo que respo-
 ta aos serviços a cargo de V.Ex.ª, há razões a opor contra a con-
 cessão de licença requerida por ABILIO BAPTISTA DE MOURA, para
 executar diferentes obras na sua propriedade, junto do Castelo de
 Almoural. - - - - -
 A BEM DA NAÇÃO - O ENGENHEIRO DIRECTOR GERAL - (a) António Trigo
 de Moraes - - - - -

----- Está conforme -----
 Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 10 de Novem-
 bro de 1950.

O CHEFE DE SECÇÃO
[Assinatura]

Entra. 9-11-50
 Desp.º D.O.
 Para informar e
 devolver 8-11-50.

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico JORGE DE SACRETTI

SIPA TXT 00704455

S. R. *Saut 3*

M.V. Ex.º Senhor
 Architecto Chefe de 1.ª
 Secção
LISBOA

N.º 5049

Para cumprimento do despacho da
 Ex.ª Direcção Geral, junto envio a tí-
 tulo devolutivo o officio N.º 3685 da
 Direcção Geral dos Serviços Hidraulicos,
 referente a obras que Abilio Batista de
 Moura pretende executar na zona de prote-
 cção do CASTELO DE ALMOURAL.

A Bem da Nação

Lisboa, Direcção dos Serviços
 dos Monumentos Nacionais, em 10
 de Novembro de 1950.

O DIRECTOR DOS SERVIÇOS.

RESPOSTA
 Com a cópia original
 para o Arquivo Arquitectónico
 1375
 11 1942

SIPA

Fig. 41, 42 - Documentos de aprovação para intervenção na Zona de Protecção relativa a Almoural

ção de se criar um “*equilíbrio salutar entre a tradição secular da Nação e o seu progresso e desenvolvimento*” (Neto, 2001, p. 13) que surge, a 30 de abril de 1929, sob a sombra do pelouro das Obras Públicas, a *Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* (DGEMN)(fig. 43), “*uma máquina burocrática geradora da atividade restauradora do [...] património arquitetónico, [...] com o intuito de reunir os serviços e obras de edifícios e monumentos nacionais.*” (Neto, 2001, p. 13)

Perante o papel deste novo organismo, a Escola Prática de Engenharia informa a DGEMN, a 10 de setembro de 1930 (fig. 44), da urgência na realização de algumas obras de consolidação e limpeza geral em Almourol ¹¹. Com a aprovação da nova Constituição em 1933, nasce o Estado Novo, regime político instituído sob a direção de António Oliveira Salazar, que vigorou até 25 de abril de 1974. De acordo com Maria João Neto (2001, p. 13), na sua obra *Memória Propaganda e Poder - O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*,

“*Restauroação foi o termo escolhido para caracterizar os primeiros anos de ação do novo poder político (...) o restauro dos monumentos, (...), permitia servir uma nova leitura da História pátria assente nos seus momentos de triunfo, verdadeira lição de valor e raça lusa, sinais de garantia e confiança no Estado Novo, timoneiro seguro e legítimo da Nação.*” (fig. 45)

Nesta fase, e de acordo com a ideologia nacionalista aplicada pelo Estado, o significado de monumento nacional regenera-se, apoiando-se na Direção-Geral, cuja matriz, “*impunha a imagem da perfeita compatibilidade entre o binómio passado e tradição histórica versus modernidade e progresso (que o próprio ministro Duarte Pacheco não hesitava em assumir)*”.

Recorrendo a Correia (2002, p. 153), “*De forma óbvia, os castelos constituíram-se instrumento fácil e direto de celebração dos valores da nacionalidade, como “documentos vivos”, testemunhos de ancestralidade das lutas pela independência e pela consolidação e defesa das linhas de fronteira, cuja intervenção os recuperaria da degradação profunda em que se encontravam.*”

Nos anos que se seguiram foram várias as obras realizadas por parte da DGEMN no Castelo de Almourol, sendo que ainda no ano de 1933 (fig. 46) foram realizados os seguintes trabalhos: reparação de uma pista de acesso à porta do castelo; reparação das abóbodas; a escada de madeira da torre de menagem; a construção de caixilho na

11 Até à data a supervisão das obras nos monumentos estava a cargo da Direção dos Monumentos Nacionais, a partir de 1930 esta Direção foi dividida na Direção dos Monumentos do Norte (dirigida por Baltazar da Silva Castro), e na Direção dos Monumentos do Sul (dirigida por António do Couto Abreu). Em 1935 voltou-se a reunir num único organismo.



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO—1950

Toda a correspondência, que ainda não estiver enviada a este jornal, deve ser enviada para a Direcção Geral do Imprensa Nacional. As publicações inseridas em este jornal são de responsabilidade dos seus respectivos autores.	As 4 séries 1950 A 1.ª série 200 A 2.ª série 200 A 3.ª série 200 A 4.ª série 200	O preço das anotações (opiniões assinadas) é de 1000 réis, incluindo do respectivo imposto de selo. Os anotações a que se refere o nº 11 e o nº 12 do artigo 1.º do Decreto nº 1814, de 24-1-1918, são de 400 réis por linha de abreviatura.
---	--	--

SUMÁRIO

Ministério do Interior:
 Decreto n.º 16.790 — Classifica como praia, para os efeitos da lei n.º 1.152, a praia de Moledo do Minho.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:
 Aviso — Terça pública terem vários países ratificado a Convenção Internacional Radiotelegráfica.

Ministério do Comércio e Comunicações:
 Decreto n.º 16.791 — Meliora sum só organismo, denominado Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, determinando serviços de obras de edifícios nacionais, bem como as que o Estado tiver de executar em edifícios onde funcionam serviços públicos.
 Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 16.660, que altera o nome e número de agentes oficiais de marcas e patentes.

Ministério das Colónias:
 Decreto n.º 16.792 — Fica o período de tempo da permanência nas colónias, para a concessão de licenças gratuitas aos funcionários de empregados civis e militares — Segue a concessão de passagens, por antecipação, em favor das pessoas da família dos militares empregados em emprego, por motivo de licença gratuita — Esclarece e amplia algumas disposições, sobre o prazo de validade, contidas no decreto n.º 12.209.
 Rectificação ao decreto n.º 16.777, que altera a entidade de moeda metálica divisionária para circular na colónia de São Tomé e Príncipe, em substituição de cedulas emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino que ali circulam, e extingue na colónia a moeda representativa de 200.
 Decreto n.º 16.793 — Abre um crédito para refresco da verba orçamental inscrita sob a rubrica de «Personal agenciado a specialidade».

Ministério da Instrução Pública:
 Decreto n.º 16.794 — Considera para todos os efeitos escolas primárias da República Portuguesa as escolas portuguesas de Oakland (Estado da Califórnia) e de New Bedford.
 Decreto n.º 16.795 — Regulamenta os exames de admissão às Universidades.

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto com força da lei n.º 12.740, de 26 de Novembro de 1925, e por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15.331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro do Interior, tendo ouvido a Câmara Municipal de Caminha e a Repartição de Jogos e Turismo:

Fica por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É classificada como praia, para os efeitos da lei n.º 1.152, de 23 de Abril de 1921, a praia de Moledo do Minho.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1929. — Augusto Cuneas de Figueiredo Câmara. — José Vicente de Freitas.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares
 1.ª Repartição

De ordem superior se faz público que, segundo informa a Legação dos Estados Unidos da América, ratificaram a Convenção Internacional Radiotelegráfica, celebrada em Washington em 20 de Novembro de 1927, os seguintes Países:

Marrocos (com excepção da zona espanhola), em 4 de Fevereiro de 1929;
 Nova Zelândia, em 7 de Fevereiro de 1929;
 Hungria, em 20 de Fevereiro de 1929;
 Checo Eslováquia, em 1 de Março de 1929;
 Suécia, em 1 de Março de 1929;
 Territórios Siro-libaneses, em 12 de Março de 1929;
 Estónia, em 23 de Março de 1929;
 México, em 23 de Março de 1929.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 26 de Abril de 1929. — O Director Geral, A. de Oliveira Soares.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
 Secretaria Geral
 Repartição de Jogos e Turismo

Decreto n.º 16.790

Atendendo ao que dispõe a lei n.º 1.152, de 23 de Abril de 1921, e regulamento de 30 de Agosto de 1924;

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES
 Secretaria Geral do Ministério
 Repartição Geral

Decreto n.º 16.791

Considerando que os serviços das obras dos edifícios nacionais se encontram actualmente dispersos, o que di-

SIPA17X70094216

Escola Prática de Engenharia
 Serviços Técnicos

SERVICO DA REPUBLICA
 Poligono de Tanques, 10 de Setembro de 1930

Ex. nº Sr. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
 Ministerio do Comercio

L I S B O A

Afim de evitar maiores prejuizos futuras

de L. Director do Monumento Nacional do Sul

Comunicando o commandante desta Escola mandado proceder, por sua conta, ás reparações mais urgentes de que necessita o Castelo de Almourol.

de Almourol necessita obras urgentes tais como a conservação dos cumbeiros da Torre de menagem e escadas, reparação da escada e portas, obras de limpeza geral tanto interior como exterior.

Todavia para a conservação deste Monumento Nacional não bastam as obras realisadas e outras de maior vulto se impoem a fim de pôr termo ao estado de ruina que tende a desenvolver-se cada vez mais. Evidencia-se, e por isso, urgente que para estas obras são necessarias certas verbas que ao lado da boa vontade desta Escola no desejo de contribuir para a conservação do Castelo, bastariam para o manter como é devido. A titulo de esclarecimento informo que as obras mais urgentes são a consolidação dos cumbeiros da torre de menagem e ameias reparação das escadas e portas e limpeza geral tanto interior como exterior.

Esperando que o assunto mereça o interesse de V. Ex.ª aguardo o que sobre ele se lhe oferecer.

Saude e Fraternidade

O Comandante
A. de Almeida e Albuquerque

11-10-30
 11581 1930
 11056 250.73
 SIPA

Fig. 43 - Data da criação da DGEMN em Diário de Governo (1929)

Fig. 44 - Pedido de obras de reforma no Castelo de Almourol a pedido da Escola Prática de Engenharia (1930)

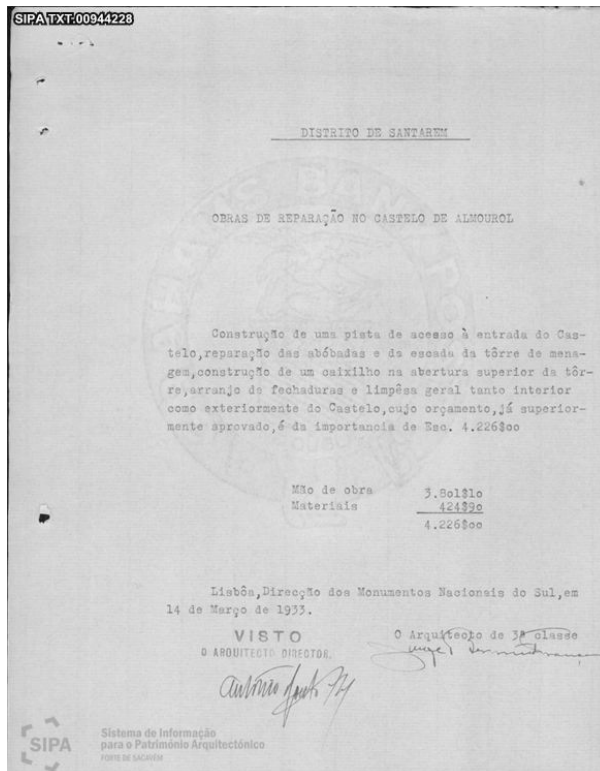


Fig. 45 - A Lição de Salazar, Escola Portuguesa, Martins Barata (1938)

Fig. 46 - Orçamento de obras de reparação no Castelo de Almoural (1933)



Fig. 47, 48 - Jantar no Castelo de Almourol oferecido pelo Presidente do Conselho ao Corpo Diplomático (1938)

abertura de acesso ao terraço; as fechaduras das portas da torre de menagem; e a limpeza geral, exterior e interior do castelo. No ano seguinte realizou-se uma reparação no último lanço de escada de acesso ao cimo da torre de menagem; a execução de caixilho de armação metálica no vão de acesso à torre; a colocação de chave na porta principal da mesma; a limpeza da vegetação nos paramentos interiores e dos recintos; colocação de um agrade de proteção no caminho de ronda e o arranjo de uma abobadilha. Em 1935 sabe-se que a torre de menagem teve diversas obras de intervenção realizadas pelo empreiteiro Joaquim Pereira Ramos, entre as quais a construção de uma escada em lances com guarda em madeira de pinho.

A 4 de junho de 1938 é apresentado um despacho do Ministro das Obras Públicas (Engenheiro Duarte Pacheco), onde solicita as medidas indispensáveis e urgentes para se realizar um jantar no Castelo (fig. 47, 48), oferecido pelo Presidente do Conselho ao Corpo Diplomático. Para esse evento específico foi realizada uma conceção cenográfica, da responsabilidade do arquiteto Raul Lino, Chefe da Repartição de Estudo e Obras de Monumentos, e teve por base a iluminação interior e exterior do Castelo e a criação de mobiliário e adereços, com o intuito de reviver historicamente o imóvel. Para além destas alterações, dirigidas pelo arquiteto Baltazar de Castro, Diretor dos Monumentos Nacionais, ainda nesse ano, foram realizadas obras de reparação e consolidação na torre de menagem, nas muralhas, no primeiro recinto, consolidou-se ainda uma fenda num canto do imóvel, construiu-se uma vedação com varões de ferro no recinto e nas escadas, e ergueu-se um pano de muralha no fosso, entre outras intervenções de menor expressão.

Entre 1940 e 1950, o monumento é adaptado a Residência Oficial da República Portuguesa, tendo sido palco de alguns eventos relevantes do Estado Novo. O processo começado no século XIX e concluído com estas intervenções dos anos 40 e 50 consumou o fascínio da cenografia de Almourol. Em 1941, levou-se a cabo a execução, acompanhada pela Junta Autónoma das Estradas e pela DGEMN, do caminho de acesso ao castelo a partir da Estrada Nacional até à margem norte do Tejo, que permitiu um acesso melhorado aos barcos que realizavam a travessia para a ilha.

Entrando nos anos 50, surge, a 11 de outubro de 1950, uma carta do Presidente da Vila Nova da Barquinha, Luís de Magalhães, à DGEMN alertando para o facto de a vegetação da ilha ter escasseado, havendo, por isso, a necessidade de a repor, uma vez que, a par de outros motivos, esta desempenhar um papel fundamental no controlo

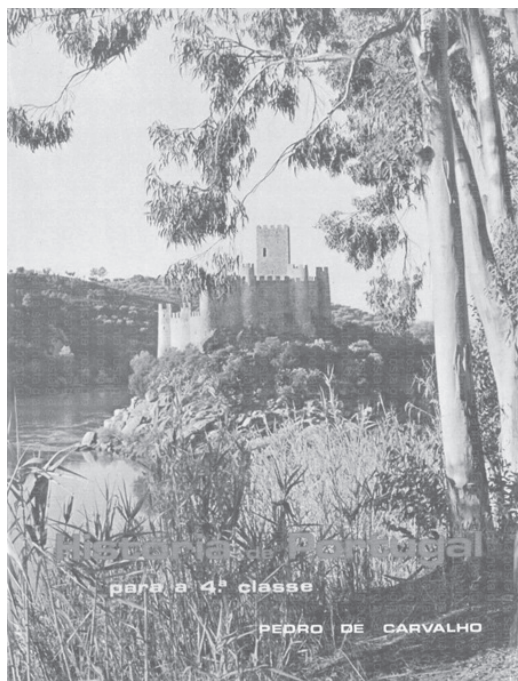
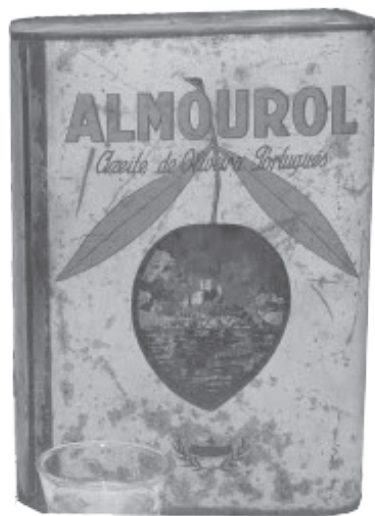


Fig. 49 - Azeite "Almourol" - Destinado à exportação

Fig. 50 - Selo dos correios com ilustração do Castelo de Almourol (1945)

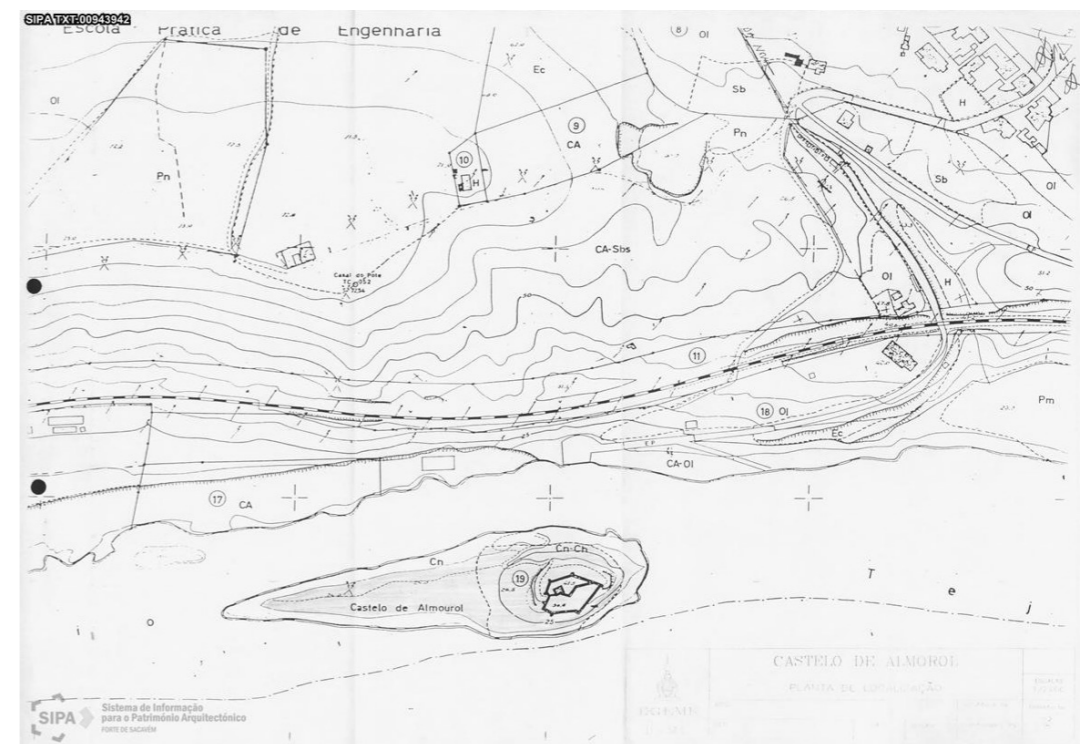
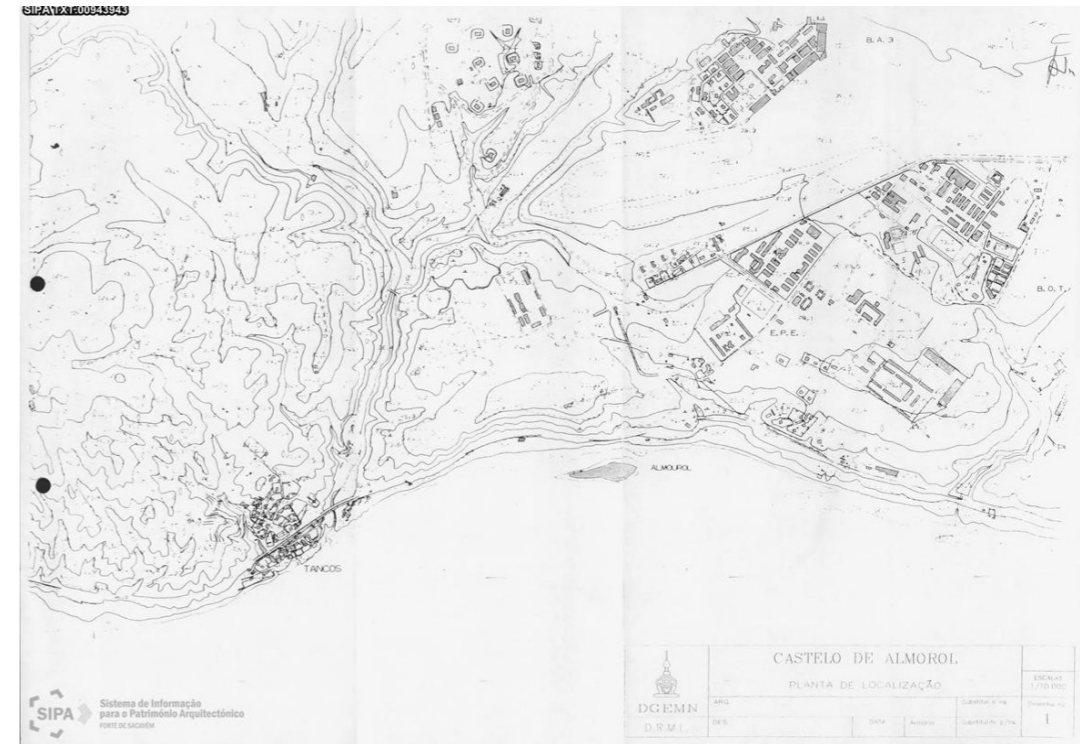
Fig. 51 - Manual escolar 4ª classe - História de Portugal

do caudal/do leito do rio, ajudando a prevenir as cheias. Ainda no decorrer deste ano, aquando do discurso inaugural da Pousada de Óbidos, o Diretor-Geral Henrique Gomes da Silva, manifesta intenção de dar a mesma finalidade ao Castelo de Almourol, o que acabou por não ter seguimento tendo em consideração as alterações abruptas a que obrigaria - sendo que uma proposta semelhante voltou a ser apresentada mais tarde, em 1964 por parte da Câmara, sendo reprovada novamente. Mais tarde, voltam a surgir novas intervenções por parte da DGEMN e, em 1956, executa-se um projeto de iluminação noturna na zona norte do Castelo, nas cortinas da muralha e na torre de menagem.

O Estado vendo o enorme potencial do turismo, utilizou-o como instrumento político-ideológico e simultaneamente como propulsor do desenvolvimento económico (fig. 49 - 51), propondo-se, para isso, a apresentar um património arquitetónico preservado. Neste contexto, em 1958, são realizadas obras consideradas fundamentais no desenvolvimento das condições turísticas em Almourol, principalmente relativas à ilha, como: a aplicação de guardas no caminho de ronda, a construção de cais de atracação na ilha; escadas de alvenaria e rampas de acesso; tratamento de jardinagem nos caminhos de acesso à ilha; construção de uma passagem de nível, passadeira de transição e cancela; alargamento da estrada junto à via férrea; ligações com a estrada nacional, incluindo estacionamento e área de manobras junto ao cais, com demolição e remoção de alvenarias e terra.

Por parte da DGEMN a torre de menagem voltou a ser intervencionada com um projeto do engenheiro Joel Vaz Martins e executada pelo empreiteiro Raul Marques da Graça. Fizeram parte dessa empreitada: a demolição de alvenarias; a abertura de caixas para a introdução de cintas de betão armado; o refechamento de juntas e regularização de paredes; a reconstrução de paredes no interior, com acabamentos semelhantes à alvenaria existente; a impermeabilização do terraço e a abertura de um vão na abobadilha do mesmo, com assentamento de tampa em chapa de ferro; a construção de uma escada de betão armado, a colocação de pavimento de tijoleira no terraço e escadas, e a reconstrução de uma porta.

Em 1959, dá-se continuação às obras que tiveram início no ano anterior na torre de menagem. Um ano depois, em 1960, as obras no castelo mantêm-se (fig. 52 - 60). Desta vez com a reparação de um coroamento de ameia e de muros divisórios dentro das muralha, com alvenaria hidráulica; com a construção de um maciço de alvenaria de



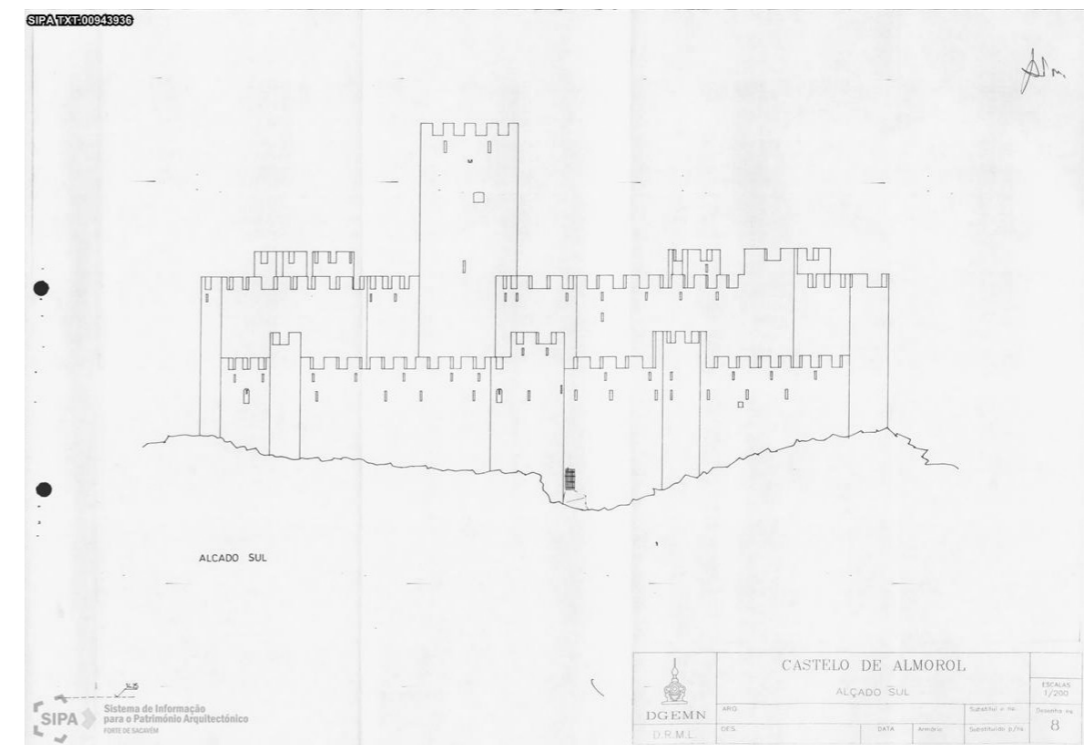
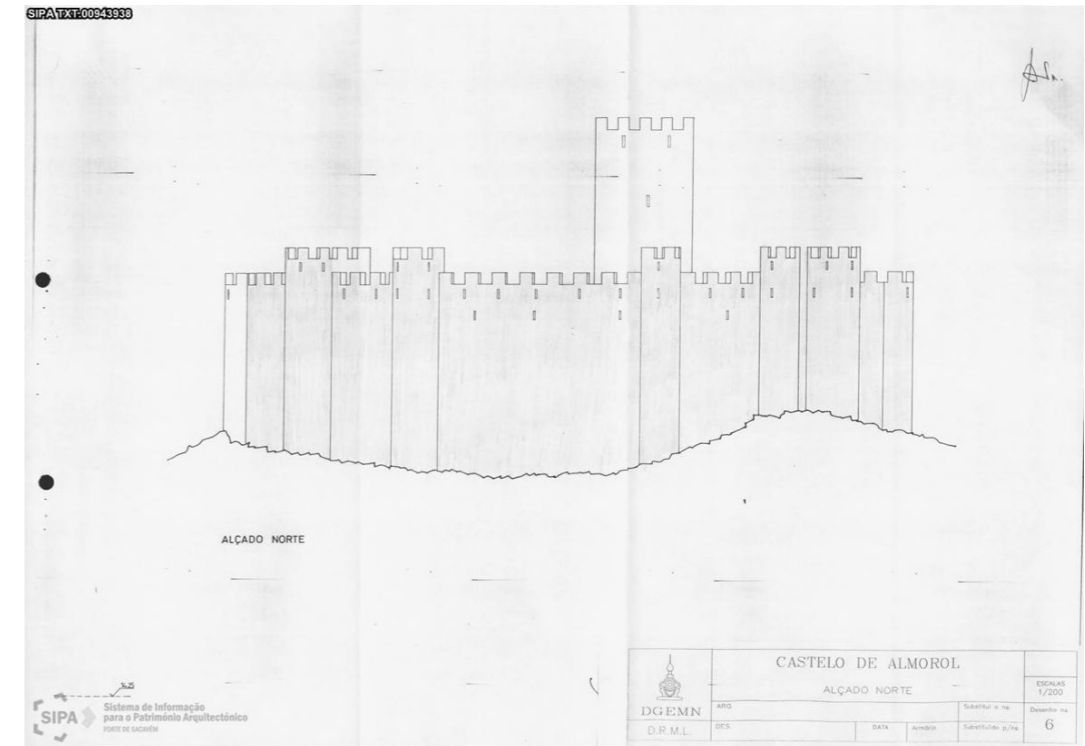
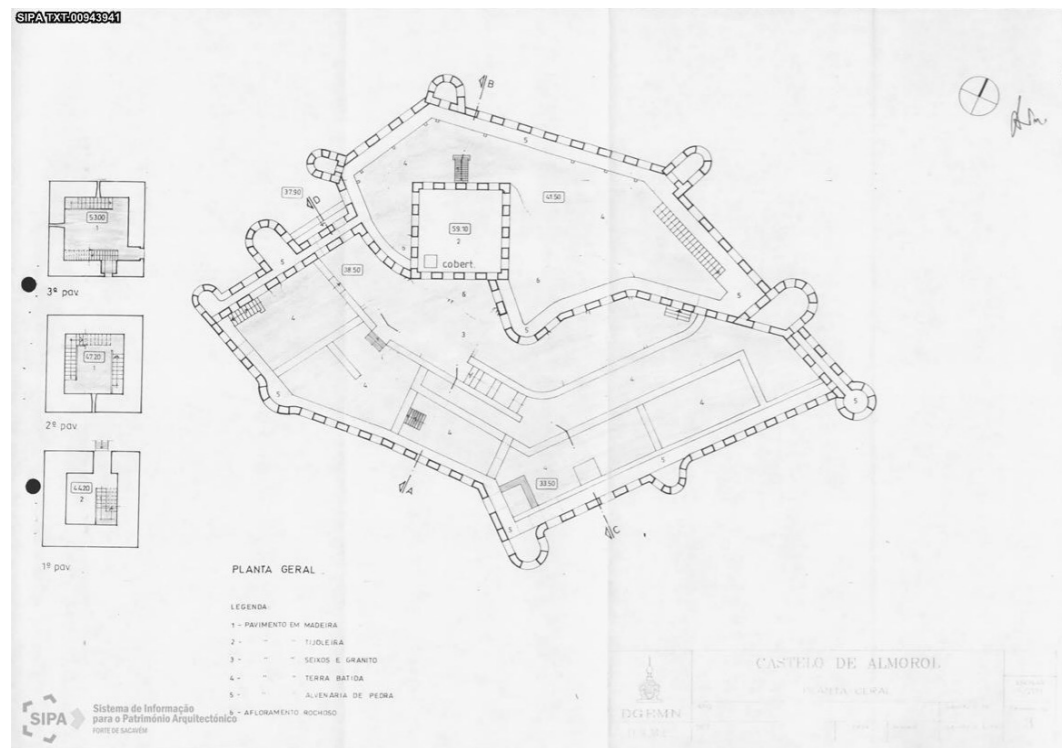


Fig 54 - Levantamento anos 60 - Planta Geral Castelo de Almorol

Fig 55 - Levantamento anos 60 - Alçado Norte de Almorol

Fig 56 - Levantamento anos 60 - Alçado Sul de Almorol

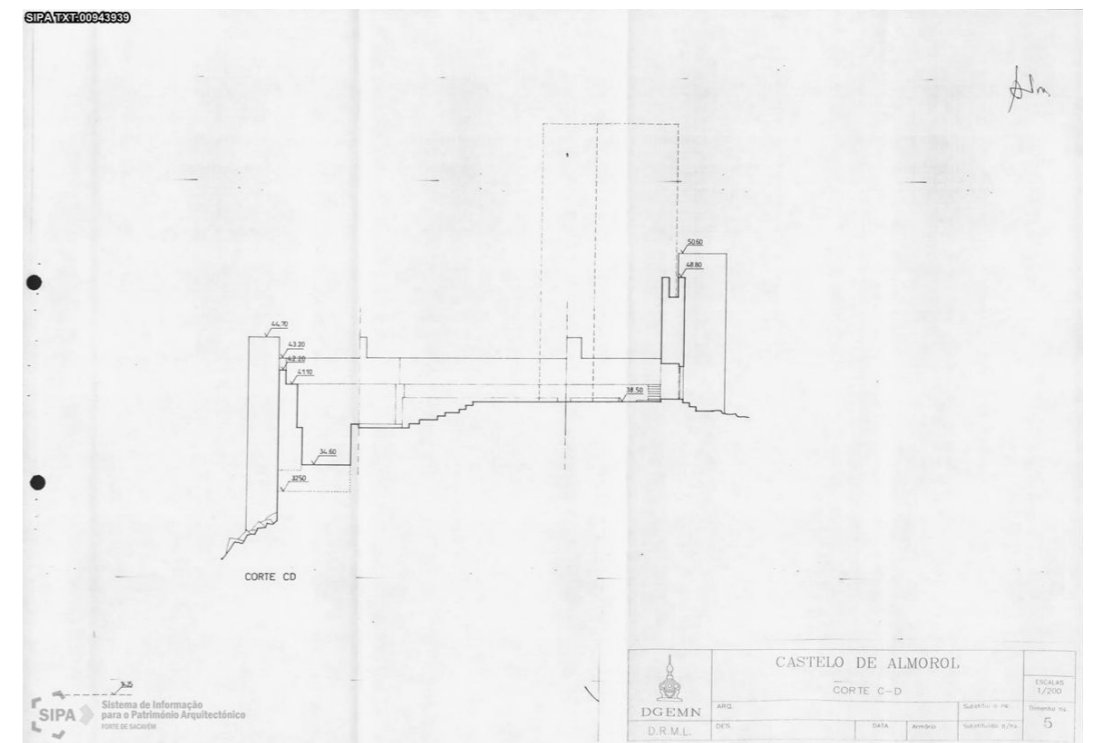
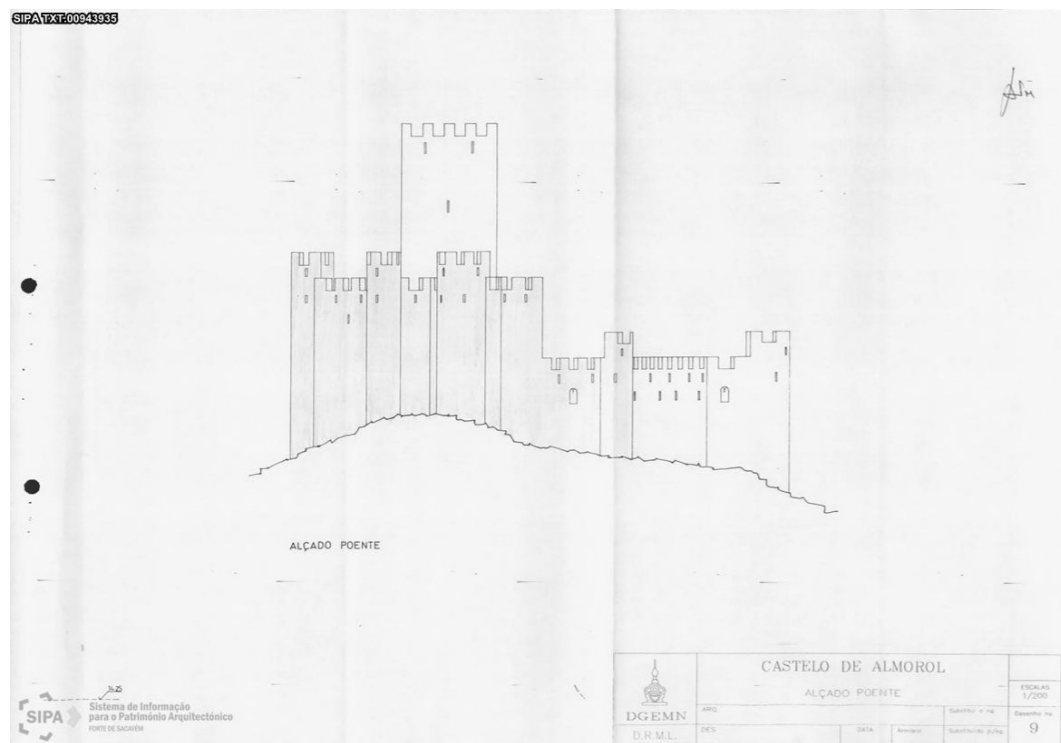
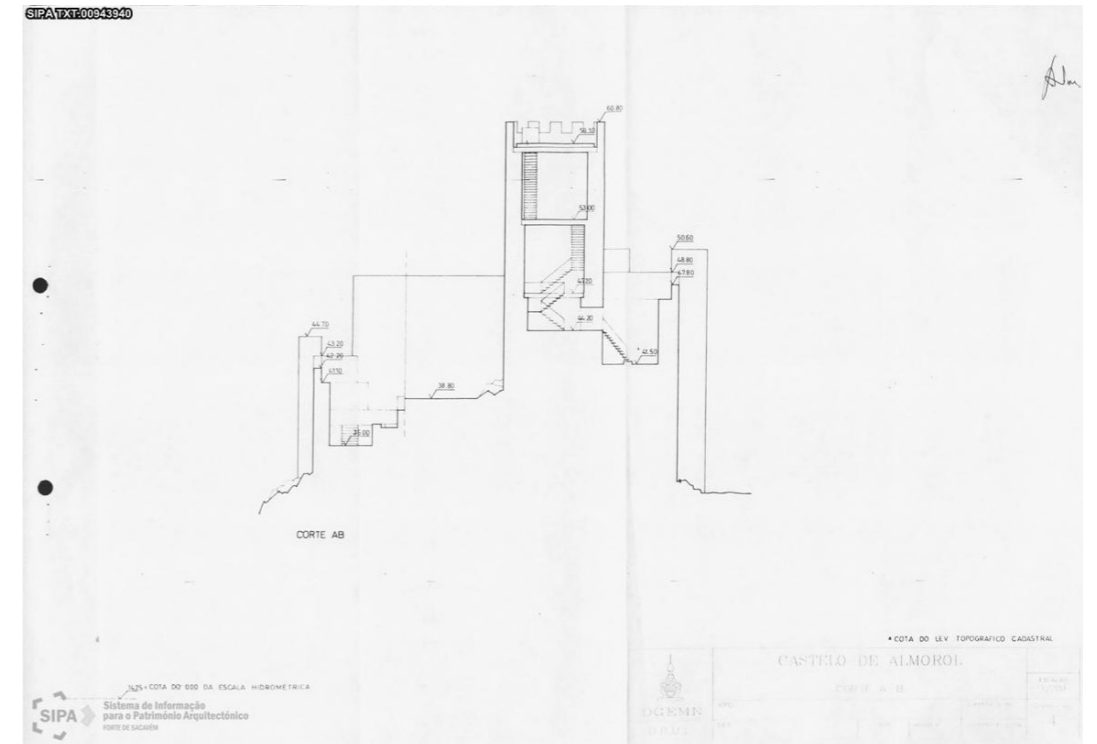
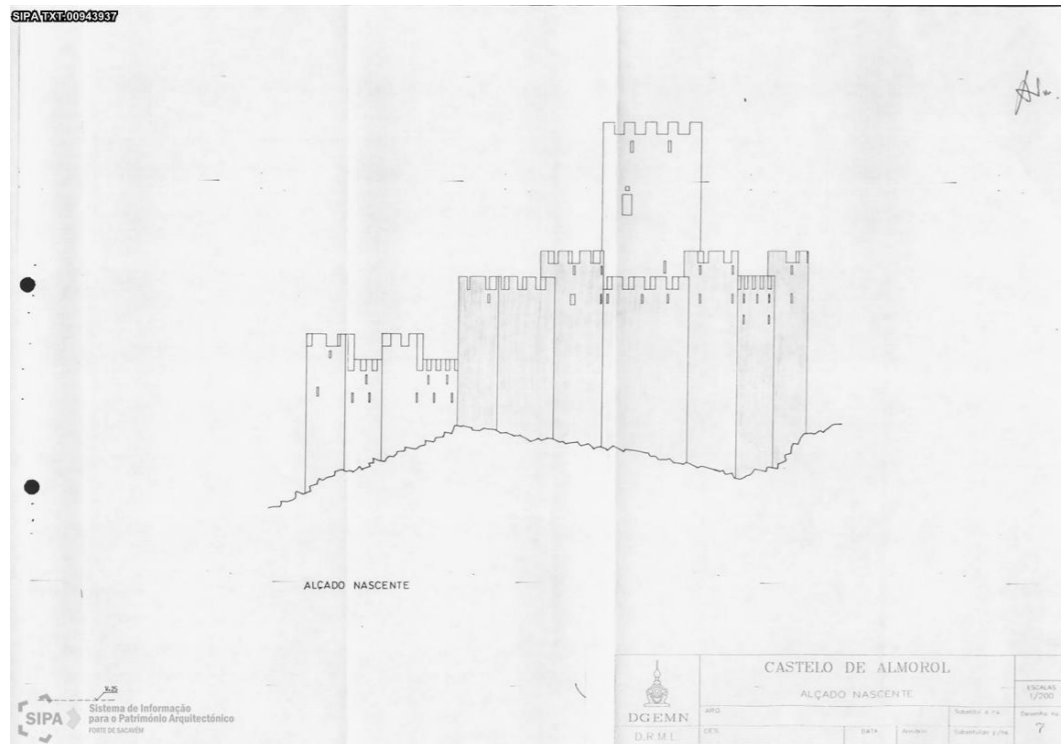


Fig. 57 - Levantamento anos 60 - Alçado Nascente de Almourol

Fig. 58 - Levantamento anos 60 - Alçado Poente de Almourol

Fig. 59 - Levantamento anos 60 - Corte AB (Indicado na planta geral do Castelo)

Fig. 60 - Levantamento anos 60 - Corte CD (Indicado na planta geral do Castelo)

apoio das escadas de acesso à torre e ao adarve do lado sul; com a aplicação de calçada em pavimento, semelhante à existente no acesso à porta do Castelo bem como a construção de um pavimento em lajeado à fiada em pedra com aparelho tosco; a colocação de degraus de granito semelhantes aos existentes em substituição dos de calcário; a aplicação de portas em madeira de carvalho na torre, com ferragens idênticas às da porta do castelo de Tomar, de uma porta simples a sul, junto ao rio e de uma porta e janela no terceiro piso da torre, também esta em carvalho. Foi ainda regularizado o acesso ao castelo e a construção de um pequeno cais com degraus na margem do ilhéu que permitisse a acostagem das barcas com diferentes níveis de água.

A 25 de Abril de 1974, a Revolução dos Cravos pôs fim ao Estado Novo. Desde a sua criação e até esta data, a DGEMN foi o único organismo competente para intervir no património edificado, tendo continuado em funções após a Revolução de Abril, até 2007 o ano em que foi extinta.

Nos últimos anos de atuação por parte da DGEMN, foram realizadas mais algumas intervenções no monumento, relativamente pontuais, no âmbito da sua manutenção. Destacam-se as obras de conservação das muralhas e da Torre de Menagem em 1996, sob a orientação do arquiteto João Seabra, com a reparação do soalho de madeira e se procedeu à sua lavagem e tratamento. Mudaram-se ainda as madeiras dos tetos, vigamentos, escadas corrimãos, guardas, reparação e afinação de ferragens e pinturas. Para o vão de acesso ao terraço executou-se uma porta de madeira de tacula e para o acesso à entrada da torre umas escadas com uma grade em ferro. Em junho de 2006, foram ser inaugurados dois cais para embarcações turísticas, um na margem direita do rio e outro na zona sul da ilha.

Após a extinção da DGEMN, os cargos que esta desempenhava relativos ao património classificado ficaram a cargo do *Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico* (IGESPAR), que, mais tarde, acaba por se fundir com o *Instituto dos Museus e Conservação* (IMT) dando origem à nova *Direção-Geral do Património Cultural* (DGPC). A 11 de agosto de 2008 a DRCVLTejo propõe a fixação de uma Zona Especial de Proteção para Almourol que leva parecer favorável em 2009 (pelo IGESPAR). Contudo só seria válida após a sua publicação no Diário da República, que não chegou a acontecer.

Algumas das intervenções mais recentes aconteceram entre 2013 e 2014, com um projeto de musealização do Castelo e sua envolvente de iniciativa da Câmara de Vila Nova

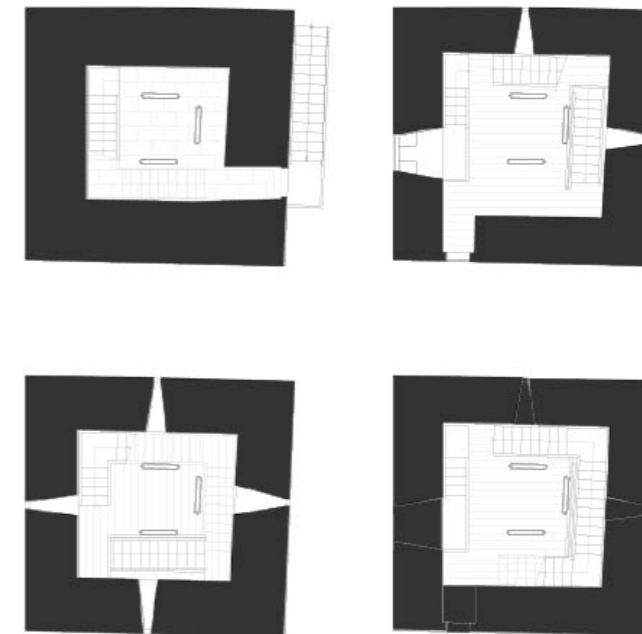
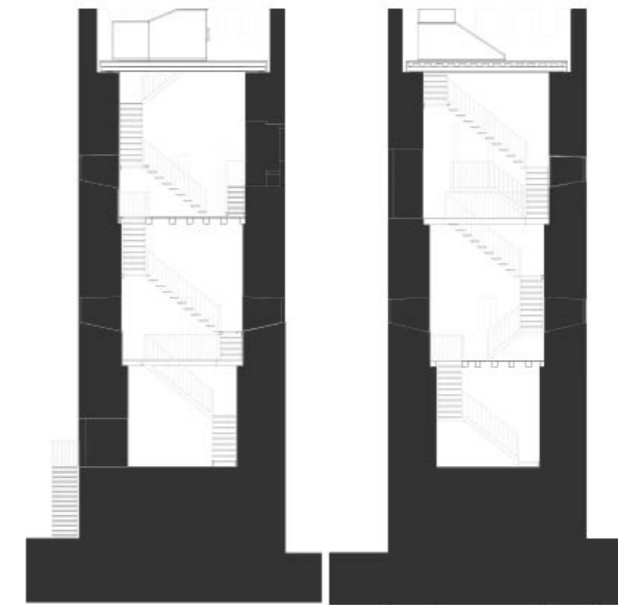
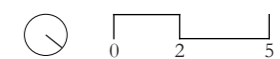


Fig. 61, 62 - Cortes e plantas do projeto da Torre de Menagem de Almourol - MODO (2014)



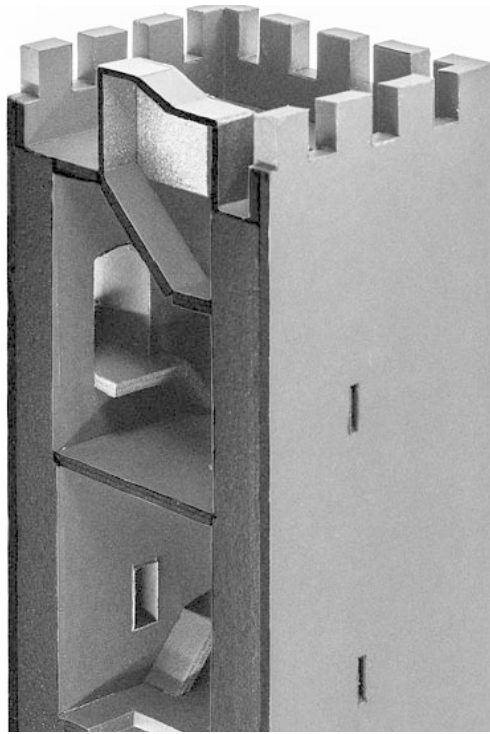


Fig. 63 - Maquete do projeto da Torre de Menagem de Almourol - MODO (2014)

Fig. 64 - Escadas de acesso à Torre de Menagem - MODO



Fig. 65 - Cobertura da Torre de Menagem de Almourol - MODO

Fig. 66, 67 - Interiores da Torre de Menagem de Almourol - MODO

da Barquinha, com parecer favorável de várias entidades, designadamente da DGPC. Sob o ponto de vista da Câmara, o projeto propôs uma intervenção leve, com vista à criação de uma nova dinâmica cultural e económica. Nestas obras podem-se destacar os trabalhos de beneficiação das muralhas e das torres, com enfoque sobre a torre de menagem, onde a equipa de arquitetos e engenheiros MODO Associados concebeu um espaço museológico (fig. 61 - 67). Procedeu-se à substituição do terraço, à aplicação de uma escada metálica de circulação vertical na torre e à instalação de um sistema expositivo de conteúdos referentes à história do imóvel e dos Templários. A última intervenção referenciada no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico surge em 2018, com a melhoria das condições de acesso à ilha e a sua reflorestação.

1.2.3. Documentos Estratégicos e Atuais Políticas Municipais¹²

“Em Portugal, a importância da qualidade da arquitetura e da paisagem para o desenvolvimento sustentável e harmonioso do País, assim como para o bem-estar dos cidadãos, é reconhecida desde logo na Constituição da República Portuguesa (CRP).

O artigo 66º da CRP estabelece que «Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender», incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos, nomeadamente «Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem» e «Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico.»” (PNAP, 2015, p. 7).

Estes princípios constitucionais têm acolhimento e concretização na lei geral, nomeadamente nos diplomas fundamentais que regulam os domínios do ordenamento do território e desenvolvimento urbano e do ambiente, e ainda nos documentos estratégicos que estabelecem as grandes orientações das políticas públicas nesses domínios.

A 7 de julho de 2015 foi publicada em DR, 1ª série, N° 130, a *Política Nacional da Arquitetura e Paisagem* (PNAP), através da Resolução do Conselho de Ministros n° 45/205. A PNAP “*deverá ambicionar potenciar a arquitetura e a paisagem como recursos estratégicos das políticas de desenvolvimento do País, aos níveis central, regional e local*” (PNAP, 2015, p. 60). No subcapítulo *Parceiros*, refere o ponto II do texto, “*À administração regional e local compete adequar as estratégias e as linhas orientadoras definidas a nível nacional à sua realidade e, no caso da paisagem, de acordo com os objetivos de qualidade definidos, adotar medidas específicas adequadas,*

12 Para a redação deste subcapítulo teve-se, maioritariamente, por base: LVT Lisboa | Vale do Tejo - 5 *O Castelo no seu Trono*, de Carla Maia Almeida (2007); *A Alegoria do Património* de Françoise Choay (2000); o *Plano da Área de Reabilitação Urbana da Praia do Ribatejo* (2016); o *Plano Diretor Municipal de Vila Nova da Barquinha* (1994); Revisão do *Plano Diretor Municipal de Vila Nova da Barquinha*; PNAP - *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem* (2015); IESE - *Instituto de Estudos Sociais e Económicos - Estudo de Avaliação da Acção Integrada de Base territorial VALTEJO* (2008); Sítio eletrónico Câmara Municipal Vila Nova da Barquinha.

nomeadamente no quadro da elaboração e implementação dos instrumentos de gestão territorial” (PNAP, 2015, p. 76).

O Castelo de Almourol tem como titular de propriedade o Exército Português através do Regimento de Engenharia nº 1, sendo a DGPC a entidade de tutela do monumento, e cabendo à Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha administrar o bem. Tratando-se de um monumento nacional, com um enquadramento paisagístico singular e atrativo, é obrigatória a sua referência nos instrumentos de gestão territorial do concelho, designadamente no PDM e na ARU da Praia do Ribatejo.

No caso, também pela sua localização (fig. 68), isolado numa ilha, com o Tejo como “barreira” entre ele e as populações vizinhas, quer da freguesia a que pertence (Praia do Ribatejo), quer de outras relativamente próximas (Tancos e Vila Nova da Barquinha), interessa perceber quais as atuais políticas municipais e de que forma estas podem contribuir para uma relação mais estreita entre o monumento e a comunidade.

Para tal, procedeu-se ao estudo do *Plano Diretor Municipal de Vila Nova da Barquinha* (PDM) e da *Área de Reabilitação Urbana da Praia do Ribatejo* (ARU), com vista a perceber as estratégias de desenvolvimentos e planeamento urbano da região, destacando informações pertinentes referentes a Almourol.

A par destes dois instrumentos de gestão territorial, abordou-se de modo sintético o quadro socioeconómico do concelho, recorrendo-se ao *Instituto Nacional de Estatística* (INE), capaz de fornecer dados complementares censos de 2011 e preliminares dos censos de 2021.

Com a informação recolhida ,conseguiu-se saber que, em 2011 residiam no município 7 322 indivíduos, prevendo-se um decréscimo pouco significativo (-3,9%) em 2021, para 7 035, enquanto que na freguesia de Praia do Ribatejo os dados da população em 2011 foram de 1 702 indivíduos, com a previsão de um decréscimo mais acentuado (-14,6%) para 2021, com cerca de 1453 residentes, valores que, depois de tratados, poderão dar respostas objetivas sobre o motivo desse decréscimo, se é por falta de atratividade, emprego ou envelhecimento.

Reportando à idade da população, com os dados de 2011, pois os dos censos 2021 ainda não estão tratados, a faixa etária dos 25-64 anos absorve 52,1% e a dos 65 anos ou mais 25,1%, o que revela uma população com características de envelhecimento.



Fig. 68 - Localização Castelo de Almourol no município de Vila Nova da Barquinha

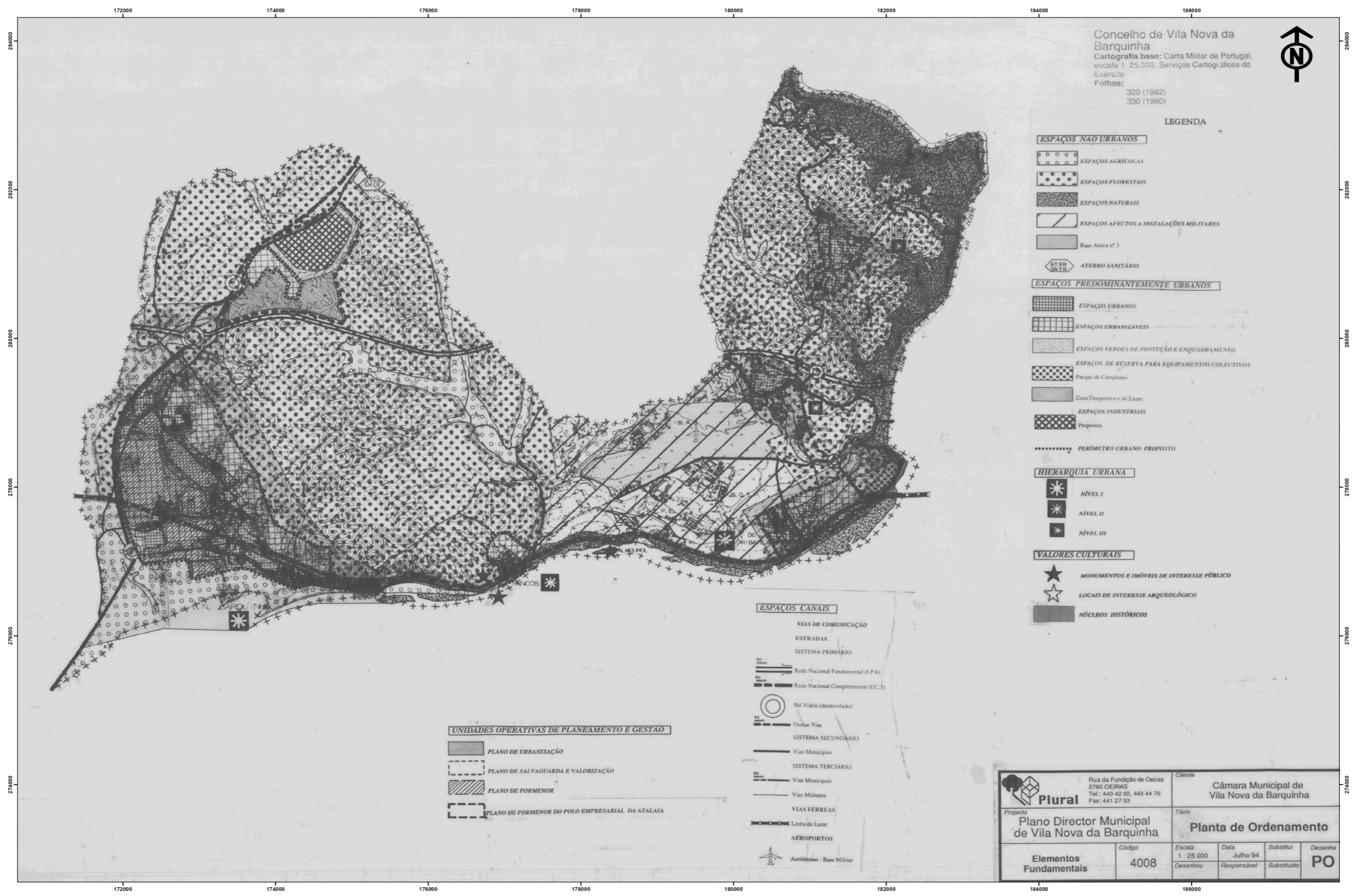


Fig. 69 - Planta de Ordenamento do Município de Vila Nova da Barquinha (PDM 1994)

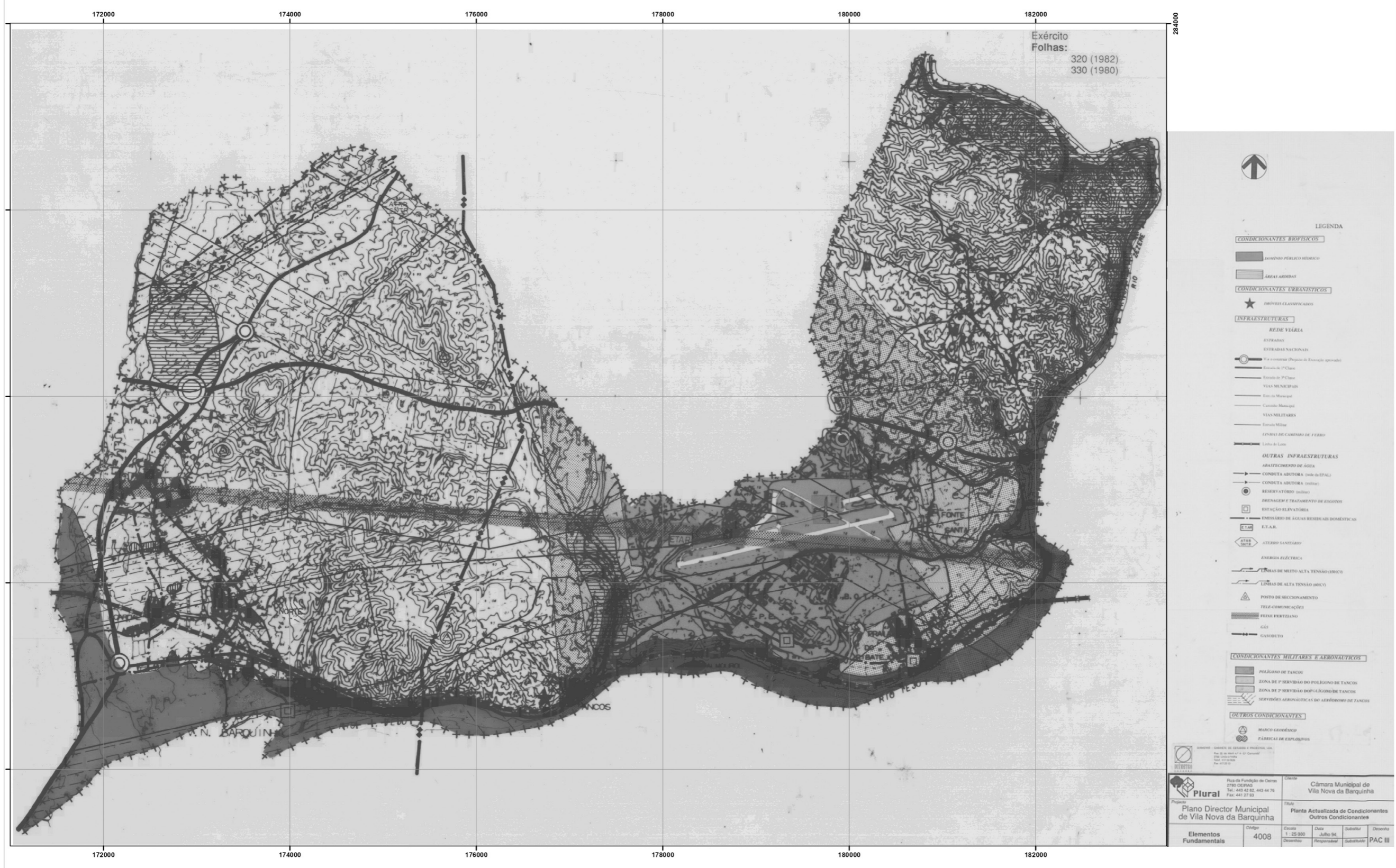


Fig. 70 - Planta de Condicionantes do Município de Vila Nova da Barquinha (PDM 1994)

Na área circunscrita pela ARU da Praia do Ribatejo, para uma população residente de 669 indivíduos (dados de 2011), essas faixas etárias apresentam cada uma cerca de 41%, absorvendo 82% da população, o que denota um franco envelhecimento Relativamente à população economicamente ativa no concelho, em 2011 rondava os 3027 habitantes, sendo que apenas 32 exerciam atividade no setor primário, 466 no setor secundário e 2239 no setor terciário.

O PDM que atualmente vigora no município de Vila Nova da Barquinha data do já longínquo ano 1994 (publicado em Diário da República N.º 264/1994 de 15 de novembro). Constitui-se como o instrumento capaz de definir as linhas gerais de política e ordenamento físico e de gestão urbanística do território municipal (Art.º 1º), tendo como um dos principais objetivos preservar, recuperar e proteger o património cultural (referenciado na alínea *d*) do Art.º 2º). Relativamente às categorias de elementos presentes no Património concelhio, destaca-se a alínea *a*) do Art.º 10º, que refere os monumentos e imóveis de interesse público, caracterizando-os como elementos edificados que se destacam pela coerência estilística e interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social.

Quanto aos usos dominantes do solo, no caso dos *Espaços Não Urbanos*, existem várias classes, estando o Castelo enquadrado, segundo a *Planta de Ordenamento* (fig. 69), em área de *Espaços Naturais* (presente na alínea *c*) do Art.º 14º). Sendo estes, espaços ecológica e paisagisticamente sensíveis, devem se privilegiar utilizações e ocupações conscientes da sua necessidade de conservação (Art.º 20º). No caso do Castelo, para além de se inserir nesta categoria de espaço, encontra-se ainda abrangido em área classificada como *Reserva Ecológica Nacional (REN)*, representada em *Planta de Condicionantes* (fig. 70).

Na *Planta de Ordenamento*, conseguimos ainda encontrar as áreas que definem as classes referentes aos usos do solo dos espaços não urbanos mencionadas anteriormente, assim como as unidades de planeamento e gestão das áreas sujeitas a Planos de Urbanização, onde se inclui o aglomerado urbano da Praia do Ribatejo e as áreas sujeitas a Planos de Pormenor e Salvaguarda e Valorização para o caso do Castelo de Almourol e da sua envolvente (Art.º 47º - alínea *a*) e *b*)). O PDM delimita uma área de proteção de 50 metros em torno dos limites físicos de todos os elementos classificados como património cultural, sendo ainda possível que lhes seja atribuída uma zona de proteção especial, algo que não se verifica relativamente ao caso de Almourol (Art.º 10º). Depois

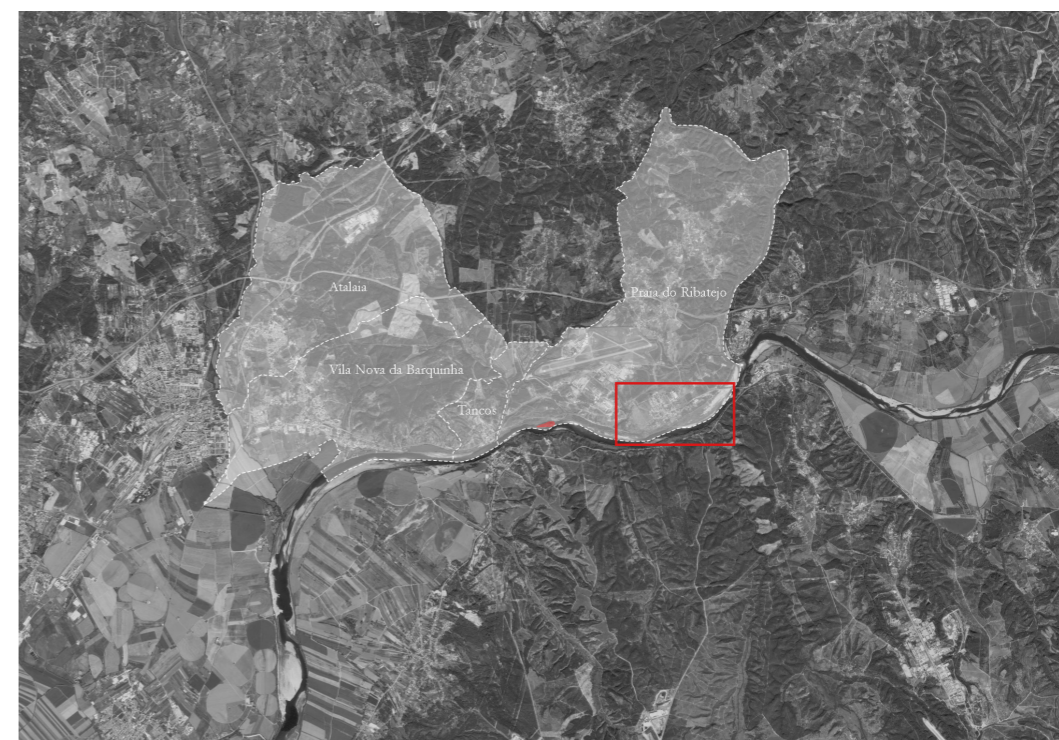


Fig. 71 - Delimitação da *Área de Reabilitação Urbana (ARU)* da Praia do Ribatejo

de contactada a Câmara e de se ter conhecimento da ideia da elaboração de planos de salvaguarda para o monumento, apurou-se que não existe nenhum em vigor.

O atual PDM encontra-se neste momento em processo de revisão, sendo possível aceder à fundamentação da proposta através do sítio eletrónico do Município.

Consultada a fundamentação da alteração do PDM, recorrendo ao documento *Enquadramento* (p. 6), sobressaem objetivos como: a “*Valorização dos recursos naturais e patrimoniais do município, principalmente do Rio Tejo associado ao castelo de Almourol e na terciarização [...]; Reabilitação urbana dos Centros Históricos para fixar população jovem e promover dinamização; Desenvolvimento do turismo e promoção de alojamento [...]; Privilegiar o fecho da malha urbana e a reabilitação dos Centros Históricos de Barquinha e Tancos, dando particular interesse aos projetos de desenvolvimento municipal, [...]; Criação de roteiros turísticos e programas culturais para desenvolver junto das escolas; Desenvolver atividades culturais para promover o concelho (musealização do Castelo de Almourol); Promover espetáculos e outras atividades culturais para reutilizar os monumentos [...]; Preservar e valorizar os recursos ambientais [...]; Criação de corredores verdes em áreas urbano/industriais, de forma a constituir-se uma estrutura ecológica municipal, que incluíra também os espaços verdes, as áreas RAN e REN e espaços florestais, que serão objeto de planos de gestão*”.

Atualmente, o centro histórico da freguesia da Praia do Ribatejo, à semelhança de tantas outras freguesias, enfrenta diversas problemáticas, entre as quais, o despovoamento, com a população a procurar as periferias ou grandes cidades, e o fator de envelhecimento de quem continua a residir nesta zona, que acaba por promover a precariedade do parque habitacional associado à falta de meios e posses para a sua preservação e reabilitação.

A *Área de Reabilitação Urbana* (ARU) da Praia do Ribatejo (fig. 71) foi publicada em Aviso nº 1067/2016, no Diário da República, 2ª Série, de 29 de janeiro de 2016.

Na memória descritiva e justificativa que serviu de fundamento à delimitação da *Área de Reabilitação Urbana* da Praia do Ribatejo é evidente o propósito de regeneração, articulado com a valorização do espaço rural e a valorização do património. É um facto que, “*Há uma relação entre o estado de conservação da malha urbana, o seu estado de ocupação e a sua funcionalidade. Zonas degradadas repelem pessoas e atividades. Por outro lado, boas condições funcionais da estrutura urbana influenciam as probabilidades de ocupação dos edifícios, o seu potencial atrativo turístico e incentivam à instalação de novas unidades comerciais, serviços e equipamentos*” (ARU, 2016, p. 16).

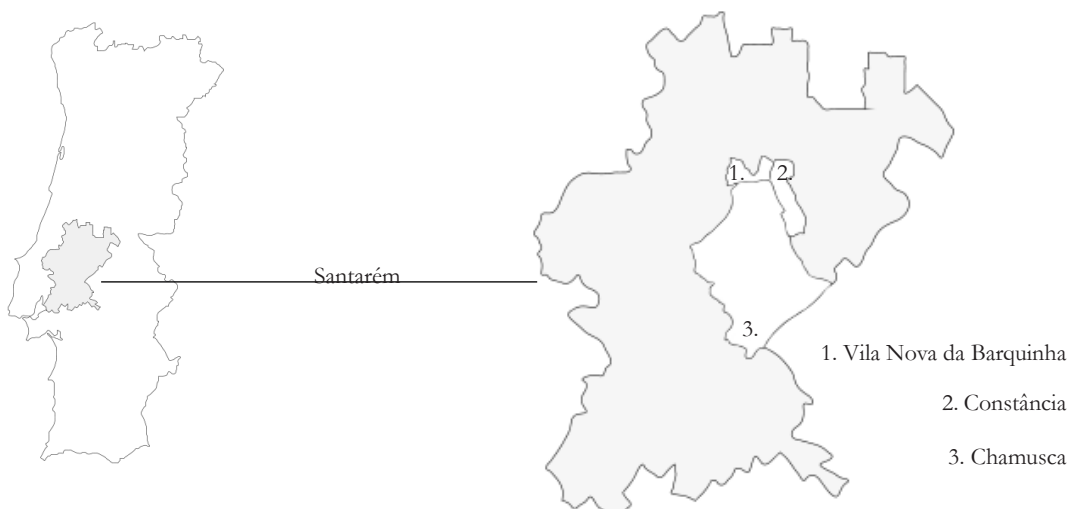
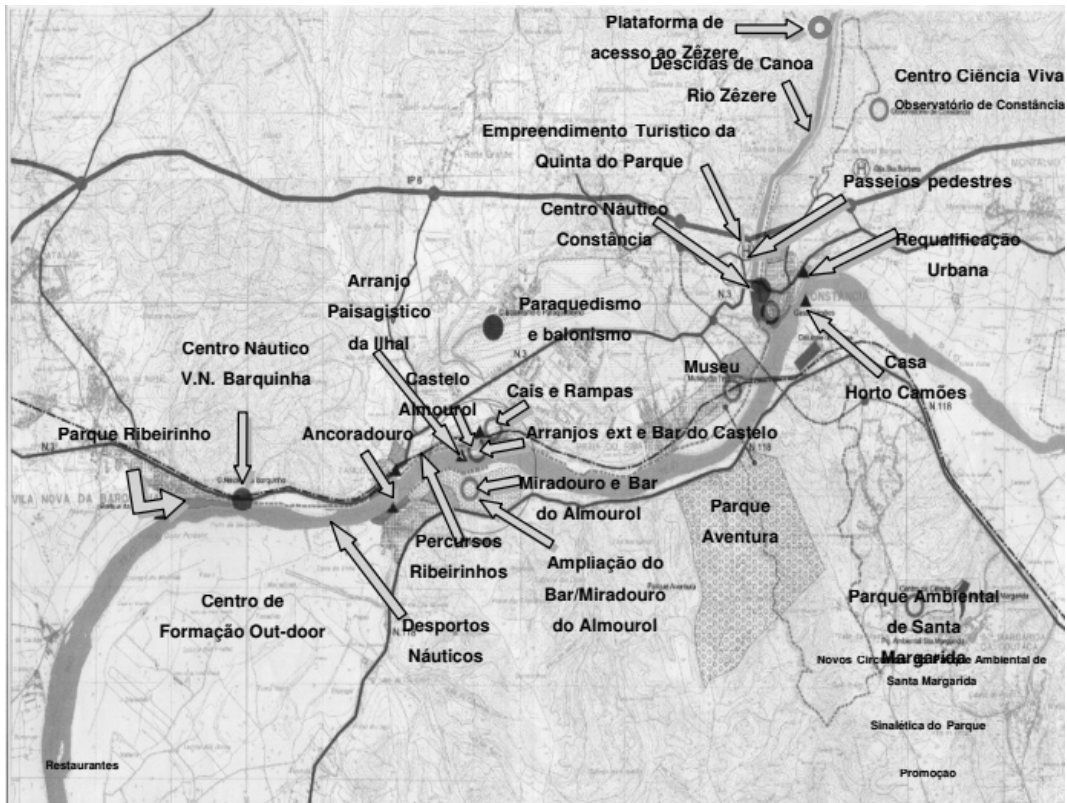


Fig. 72 - Plano Projeto Parque Almoural (NERSANT)

Fig. 73 - Municípios promotores do Projeto Parque Almoural

Apesar do perímetro definido pela ARU não abranger a área de implantação e envolvente do Castelo de Almourol, este assume-se como figura principal da estratégica deste instrumento de gestão, que perspetiva a criação de novas dinâmicas culturais reforçadoras da identidade local, geradoras de motivação aos setores de atividade económica, designadamente no sector terciário, em particular no comércio na restauração e no turismo natureza e turismo cultural. A aposta neste tipo turismo é tida como decisiva para o desenvolvimento do centro histórico da Praia do Ribatejo, assentando na promoção da prática de passeios pedestres, na canoagem ou em roteiros com temática e itinerários templários, com destaque para os castelos de Almourol e Tomar.

Nesta perspetiva o património deixa de ser visto como um problema para passar a ser encarado como uma oportunidade. Consciente da potencialidade turística presente na localidade e do proveito que daí pode advir, o município apresentou nas últimas décadas algumas iniciativas entre as quais, o *Projeto Parque Almourol* (fig. 72), datado do final dos anos 90 e implementado a partir de 2000.

Assumi esta denominação em virtude do papel central que o Castelo assume enquanto símbolo estruturante e agregador do *Parque*. Apresenta um carácter intermunicipal ao associar como promotores os Municípios de Vila Nova da Barquinha, da Chamusca e de Constância (fig. 73), e a associação empresarial de Santarém NERSANT. Contemplando várias propostas de intervenção, serão apresentadas apenas as que foram realizadas e que se consideraram pertinentes pela associação direta ao monumento.

Em 2002, foi inaugurado o *Miradouro de Almourol* (fig. 74 - 77), pontuado por uma escultura de João Cutileiro, localizado na margem sul, num ponto privilegiado de contemplação sobre o Tejo e sobre o Castelo. Apesar da componente paisagística justificar uma ida ao local e de inicialmente ter tido uma grande afluência de visitantes, a estrutura com programa de comércio e restauração, encontra-se atualmente desocupada, conferindo-lhe um ar abandonado. Em 2006, foram inaugurados dois cais (fig. 78 - 81) - já mencionados no subcapítulo anterior - para receber as embarcações turísticas de visita à ilha e ao castelo, encontrando-se um instalado na margem norte e outro na zona sul da ilha.

Assumido o Castelo de Almourol como âncora de todo o plano, estava previsto avançar com a sua musealização no início deste projeto. Contudo, o facto de Almourol se encontrar sobre tutela militar veio trazer alguns constrangimentos e demora no

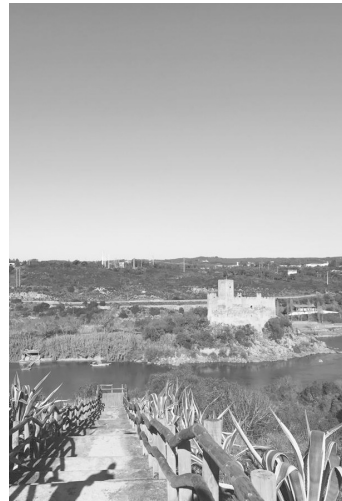
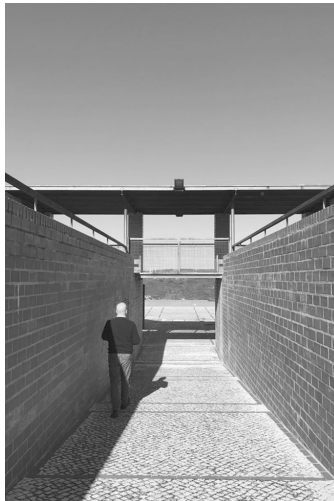


Fig. 74 - Alçado Sul do miradouro

Fig. 75 - Escultura de João Cutileiro no miradouro

Fig. 76 - Acesso à plataforma do miradouro

Fig. 77 - Vista do miradouro sobre a ilha e a margem norte



Fig. 78, 79 - Pontões atuais da ilha

Fig. 80, 81 - Pontão atual da margem norte

processo. Em 2014 - igualmente referido no subcapítulo anterior, (fig. 61 - 68) - avançou-se com uma intervenção na torre de menagem, que a equipa MODO Associados converteu num pequeno espaço museológico.

Posteriormente, em 2018, a Câmara de Vila Nova da Barquinha inaugurou o *Centro de Interpretação Templário de Almourol*, com vista a criar uma ponte entre o monumento, os seus visitantes e a sede do concelho. Para a realização deste Centro Interpretativo, a autarquia contou com a colaboração do Turismo de Portugal, da Direção Regional da Cultura, do Exército Português e do Convento de Cristo.

Recentemente, a 28 de junho de 2021, por sua iniciativa, a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha avançou com um concurso público para um projeto que já ambicionava há muito. O então idealizado *Trilho Panorâmico do Tejo*, que se antecipa vir a ser dos principais elementos turísticos do concelho, tem a sua inauguração prevista para o último trimestre de 2021. Consiste num percurso (de cerca de 11,5 km) à beira Tejo, entre o Parque Verde e o centro de Vila Nova da Barquinha e Constância, com passagem privilegiada perto do Castelo de Almourol, composto por passadiços, miradouros e áreas lúdicas. Este percurso permitirá consolidar a relação entre as freguesias, a envolvente paisagística e os projetos de dinamização e desenvolvimento territorial que foram sendo realizados.

Se, por um lado, o turismo traz uma série de vantagens e benefícios para o desenvolvimento da localidade e da sua população, a nível económico, de empregabilidade (mais concretamente do setor terciário) e de beneficiação do património cultural e natural, também pode acarretar alguns efeitos perversos como por exemplo, o excesso de fluxo de visitas. No caso de Almourol, a afluência de visitantes aumentou consideravelmente depois do monumento entrar nos 21 finalistas das *7 Maravilhas de Portugal*, atingindo as 60, 70 mil ou mais visitas anuais.

Estas visitas de forma massiva e despreocupada podem degradar o património, pelo que é fundamental definir estratégias de atuação que ajudem a regrar esses fluxos massivos.

Françoise Choay (2000, p. 202), na sua obra, *A Alegoria do Património*, identifica alguns métodos que podem ajudar a “*modular o acesso aos bens patrimoniais: redução dos dias e horas de visita [...], limitação do número de entradas diárias e imposição de um trajeto a pé. É igualmente possível dirigir fluxos atraídos por certos sítios ou edifícios célebres em direção a locais e circuitos menos comuns*”.

Capítulo 2

Uma Proposta de Intervenção

“Quando faço um edifício, um grande ou um pequeno complexo, gosto muito de imaginar que este se torna parte integrante do espaço envolvente. [...] Mas o mais belo é quando as coisas se encontram, quando se harmonizam. Formam um todo. O lugar, a utilização e a forma” (Zumthor, 2006, p. 64, p. 69).

2.1 - Pertinência¹³

A pertinência da intervenção no Castelo de Almourol e na sua envolvente manifesta-se por razões de carácter político pela sua natureza estratégica e pela leitura e interpretação das aptidões e constrangimentos do lugar e do seu contexto específico.

Nos primeiros, decorrentes das ações promovidas por organismos supramunicipais ou pela autarquia, assentes nos documentos estratégicos e nos instrumentos de gestão territorial enunciados no subcapítulo anterior, é clara a motivação política para promover a atratividade e a identidade cultural pela via da valorização do património natural e construído, reforçando assim a interação entre a comunidade e o ambiente envolvente.

O projeto *Parque Almourol*, ainda que apenas parcialmente concretizado, é um instrumento que impulsionou a valorização da região ribeirinha do Médio Tejo, através das propostas de recuperação das zonas urbanas e naturais degradadas, assim como da criação de novas infraestruturas com o intuito de potenciar o desenvolvimento socio-económico dos três concelhos envolvidos no projeto (Vila Nova da Barquinha, Constância e Chamusca). Através dos projetos levados a cabo conseguiu de algum modo melhorar a atratividade do território e contribuiu para uma melhor fruição dos espaços, essencialmente de carácter turístico e lúdico. Para a harmonização dos vários eixos de intervenção falta a implementação de alguns projetos e, sobretudo, uma ligação em rede eficaz e com circuitos relacionados entre si.

O *Centro de Interpretação Templário de Almourol* (CITA), instalado no Centro Cultural/Biblioteca de Vila Nova da Barquinha é um espaço fundamental no Cluster Roteiro Templário, assumindo-se como ponto focal, de passagem obrigatória, para o entendimento e contextualização do tema. Como é referido no sítio eletrónico da Câmara

13 Para a redação deste subcapítulo teve-se, maioritariamente, por base: o *Plano da Área de Reabilitação Urbana da Praia do Ribatejo* (2016); o *Plano Diretor Municipal de Vila Nova da Barquinha* (1994); Revisão do *Plano Diretor Municipal de Vila Nova da Barquinha*; PNAP - *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem* (2015); IESE - *Instituto de Estudos Sociais e Económicos - Estudo de Avaliação da Acção Integrada de Base territorial VALTEJO* (2008); Sítio eletrónico Câmara Municipal Vila Nova da Barquinha.

Municipal de Vila Nova da Barquinha, no separador do Centro de Interpretação, *“Ao mesmo tempo que possibilita capitalizar o Castelo de Almourol como item de marca templária, contribui para a permanência de visitantes no concelho, através da criação de fluxos entre o Castelo e a Vila, sobre a temática do turismo cultural e religioso”*.

O *Trilho Panorâmico do Tejo* (lançado a concurso pela câmara de Vila Nova da Barquinha) que se prevê abrir ao público ainda em 2021, com a valorização e beneficiação de um trilho pré-existente, criando novas áreas de fruição e lazer, permitirá promover o contacto e a comunicação entre localidades num contexto natural capaz de relacionar a paisagem com a cultura, património e história desta parcela de território.

A materialização dos projetos descritos e a projeção de novos, é a prova dessa vontade e, sendo o Castelo o centro de gravidade da rede em implementação é, por esta via, evidente a necessidade de uma intervenção que reforce essa centralidade.

No que respeita às aptidões e constrangimentos do lugar e ao modo como justificam a pertinência da intervenção no monumento e na sua envolvente, transportam-se para esta parte do texto as impressões e registos resultantes da primeira visita ao monumento. Destes, relevam-se duas sensações distintas: o momento de aproximação ao sítio quando, após a passagem por baixo da via férrea a conclusão da última curva, olhando para sul, se depara com beleza da paisagem e do enquadramento do monumento, sobranceiro e vigilante, morfologicamente atraente, assente no pequeno ilhéu, qual objeto de contemplação intangível; e a diferente realidade quando, de forma palpável, se observa esta margem norte de chegada, desarticulada no seu tratamento espacial e funcional.

Da interpretação do contexto elencam-se três pontos a que a situação existente não dá resposta adequada, e que o projeto que dá corpo à presente dissertação deve concretizar: O tratamento da margem de chegada (norte) e a sua hierarquização espacial e funcional, bem como a criação de um elemento agregador de novos equipamentos de apoio; a ligação física à ilha e a intervenção pontual no Castelo.

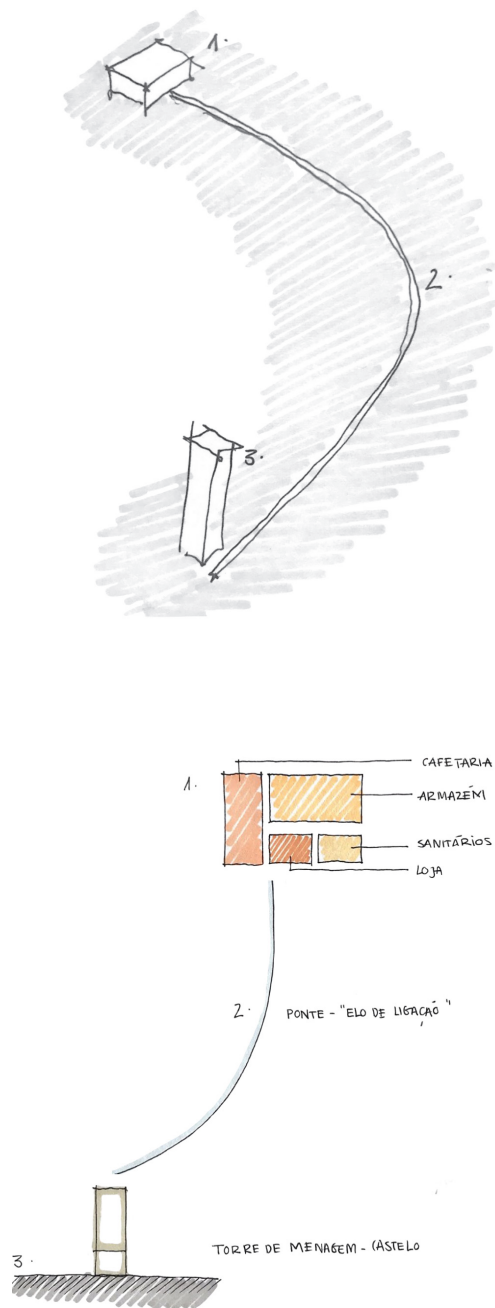


Fig. 82, 83 - Esquissos esquemáticos do programa

2.2. - Programa

O programa de intervenção no Castelo de Almourol e na sua área envolvente não surge de uma inventariação imposta. É resultado de um processo de maturação alicerçado em pesquisa, vivências e formas imaginadas, pretensamente contextualizadas, capazes de delinear um todo harmonioso, coerente, que responda não só às desconexões detetadas, a necessidades funcionais ou de elevação da atratividade, mas também a objetivos mais abrangentes, de reforço da identidade e de interação entre a comunidade e o lugar.

Contempla três elementos estruturantes: um edifício de chegada, uma ponte e o Castelo. (fig. 82, 83)

No que respeita ao Castelo, o seu bom estado de conservação apela a um tipo de intervenção meramente localizada, centrada na torre de menagem, com uma nova abordagem de musealização focada no seu valor simbólico, com uma espacialidade diferente da que hoje comporta.

Tal fórmula de intervenção pontual não é replicável no tratamento da envolvente, uma vez que esta carece de uma intervenção mais profunda, com uma delimitação e um programa mais abrangente, capaz de abrigar ocupações preexistentes, suportar novas funcionalidades e articular novas relações físicas e sensitivas.

O percurso de aproximação ao local da intervenção, através da margem norte, culmina num edifício que estabelece a ordem e hierarquia a partir das quais todo o restante programa se desenvolve. Nas plataformas de cobertura, o estacionamento, circulação e o terraço/varanda. Na cota baixa, correspondente ao piso de rés-do chão, as diversas áreas funcionais: loja/posto de informação, instalações sanitárias, cafeteria/restaurante, armazém de equipamento náutico e acessos ao cais de embarque e à ponte. A ponte é o elo de ligação físico e programático entre a margem e a ilha onde se implanta o castelo, propiciador de novas experiências sensitivas sobre a paisagem e o monumento.

2.3. Contributos e Referências

2.3.1. Património e as Teorias de Intervenção e Restauro¹⁴

Quando se pensa em intervir em património torna-se fundamental perceber em que circunstâncias este conceito se apresenta no contexto contemporâneo. Sendo este um assunto amplamente discutido ao longo dos anos, aponta-se a abordagem feita por Françoise Choay, em *A Alegoria do Património*, pela clareza e simplicidade com que trata o tema:

“a ideia de património foi-se alterando ao longo do tempo e continua a alterar-se [...] a condição de património passou a abranger as mais diversificadas manifestações culturais, desde as de suporte material e natural às intangíveis. A uni-las o reconhecimento da sua capacidade de representar valores e necessidades que estabelecem vínculos entre o presente e o passado, dando assim coerência a um mundo em constante transformação” (2000, p. 9).

Tendo em consideração esta contínua evolução e mutação, não se deve encarar a noção de património de um modo fechado, retrospectivo ou rígido. (Martins, 2018)

Independentemente das alterações ideológicas e dos conceitos, um fator que dificilmente se alterará é a importância que o património assume no desenvolvimento de um local e de uma sociedade.

Para além dessa valiosa componente, Manuel Graça Dias, no artigo que escreveu para a revista J-A (2003, p. 3), que intitulou de *A Prova*, refere ainda outra perspetiva que motiva a relação (saudável e protetora) das populações com os elementos patrimoniais que as rodeiam, onde afirma que, *“É por medo à solidão, a ficarmos contrapostos só a nós – sem o aval daqueles que em condições mais duras edificaram o sublime – que não podemos nem queremos deixar desaparecer este património, esta herança estes testemunhos, esta memória, estas provas”*.

14 Para a redação deste subcapítulo teve-se, maioritariamente, por base: *A Alegoria do Património* de Françoise Choay (2000); *The Seven Lamps of Architecture* de John Ruskin (1989); *Os Restauradores* de Camilo Boito (2002); *O Culto Moderno dos Monumentos* de Alois Riegl (2014); a *Carta del Restauro Italiano* de Gustavo Giovannoni (1932); *Património e Identidade. Reflexões sobre a Intervenção patrimonial contemporânea nos castelos em Portugal* de Júlia Pereira de Faria (2015); *L'Urbanisme Face Aux Villes Anciennes* de Gustavo Geovannoni (1998); *Ano Europeu do Património Cultural - Nº 132* ARQA (2018); *À La Recherche du Temps Perdu - Jornal Arquitectos* 213 (2003)

Authentic

Do not let us deceive ourselves in this important matter; it is *impossible*, as impossible as to raise the dead, to restore anything that has ever been great or beautiful in architecture.

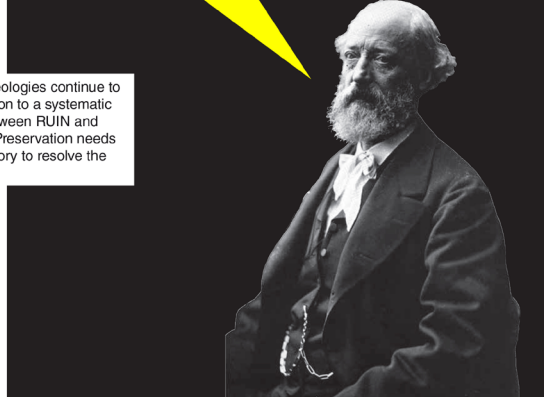
John Ruskin, 1849



Restored

To restore a building is not to repair it, nor to do maintenance or to rebuild, it is to reestablish it in an ultimate state that never existed before.

Eugène Viollet-le-Duc, 1855



Two conflicting ideologies continue to subject preservation to a systematic schizophrenia between RUIN and RESTORATION. Preservation needs a 'unified field' theory to resolve the contradiction. ..

Fig. 84 - Paineil da exposição Cronocaos, OMA (2010)

No caso da intervenção que a dissertação apresenta, a proposta acolhe um castelo, monumento nacional, o que encerra em si um perfil identitário relevante para a sua população, sendo “*necessário observar de que forma o conceito de identidade, aplicado a este caso particular, pode influenciar a intervenção patrimonial*” (Faria, 2015, p. 180), quer nesta estrutura quer na sua envolvente.

É neste seguimento, e com o intuito de se chegar à melhor solução possível, que se tentou criar um fio condutor que permitisse assumir um princípio de intervenção capaz de justificar a proposta final. Para tal procurou-se perceber algumas das teorias de restauro e intervenção no património capazes de fundamentar as ideias propostas. Neste que é um tema tão vasto, selecionaram-se alguns dos teóricos que se acharam ser os mais pertinentes.

No decorrer do século XIX, já o restauro assumia o seu papel enquanto ação cultural, quando surgiram duas das principais figuras na área de intervenção no património, o francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) e o inglês John Ruskin (1819-1900) (fig. 84).

Da perspetiva de Viollet-le-Duc, a existir uma intervenção num monumento esta deveria ser realizada tendo em consideração o projeto base para que o resultado final fosse o mais semelhante possível ao original. Desta forma, o arquiteto deveria assumir uma postura discreta e cautelosa na intervenção que fosse realizar, uma vez que um restauro mal concebido poderia ser mais catastrófico que o efeito colossal do tempo.

Ruskin, também não apoiava acrescentos de épocas distintas à época original de uma obra, defendendo que as intervenções nos monumentos deveriam ser mínimas, apenas manutenções periódicas. Com uma postura mais radical, afastava-se de Viollet-le-Duc, ao admitir com facilidade a possível “morte” e desaparecimento de um edifício, em prol da não desvirtuação da sua imagem original. Como refere em *The Seven Lamps of Architecture* (1889, p. 196), mais concretamente em *The Lamp os Memory*,

“Do not let us talk ther os restoration. The Thing is a Lie from beginning to end (...). Take proper care of your monuments, anda you will not need to restore them (...). Its evil day must come at last; but let it come declaredly and openly, and let no dishonoring and false sustitute deprive it of funeral offices of memory”.

Apesar do projeto não encontrar eco nas teorias de Viollet-Le-Duc nem de Ruskin, estes foram os principais promotores das teorias que surgiram posteriormente.



Fig. 85 - Camillo Boito



Fig. 86 - Gustavo Giovannoni

Tomando como ponto de partida estes dois pontos de vista, Camillo Boito (1835-1914) (fig. 85), Gustavo Giovannoni (1873-1947) (fig. 86) e Alois Riegl (1858-1905) (fig. 87), formularam teses, cujos princípios que se podem “resgatar” para a proposta de intervenção.

Boito, assumia uma posição intermédia entre a perspectiva de Viollet-le-Duc e Ruskin. Defendia que o restauro só deveria acontecer em última instância, e que por isso se devia apostar na manutenção periódica dos edifícios com vista a prevenir tal desfecho. Contudo, considerava mais vantajosa a intervenção nos monumentos necessitados, do que deixar que estes fossem levados pelo esquecimento acabando em ruína. Apoiava que tais intervenções deveriam ser sempre mínimas mas com destaque sobre o pré-existente, de forma a conseguir-se uma leitura diferenciada entre os acrescentos modernos e o original.

É precisamente sobre este último ponto que se consegue encontrar o fator comum entre esta teoria e o que se prevê que aconteça em Almourol. Numa interpretação de Alberto Souza Oliveira (2017, p. 30) a tese de Boito é referida como *Teoria da Intocabilidade* que, de acordo com o autor “*deve ser entendida como como uma intervenção de «adição», assumindo-se o todo ou a parte do edifício existente como património “estabilizado” ao qual é adicionada uma intervenção contemporânea [...]”*

Giovannoni, que começou por seguir os ideais suportados por Boito, acabou por os adaptar e alargar, marcando o início do século XX com um novo conceito, o de *património urbano*. A sua visão sobre este tema teve por base o manifesto urbanístico que a *Carta de Atenas* (1931) retratava, defendendo um conceito de cidade enquanto organismo funcional, a qual esteve na base da redação da *Carta Del Resturo Italiana* (1932), transcrita pelo próprio. Esta carta, foi elaborada com o objetivo de preservar e conservar as obras de arte (tanto as de carácter arquitetónico como não arquitetónico), portadores de cariz patrimonial, presentes no território italiano.

Com o intuito de demarcar o seu ponto de vista sobre a importância do planeamento e património urbano defendia que,

“En matière de pratique professionnelle, la notion de contextualité, qui nie l’autonomie des édifices singuliers et fait de l’ilot l’unité architecturale minimale, suppose que tout architecte soit nécessairement engagé dans l’aménagement urbain aux diverses échelles, locale et régionale. Il est obligatoirement architecte et urbaniste, non l’un ou l’autre. De plus, la notion de «nouvel organisme urbain», qui integre le



Fig. 87 - Alois Riegl

noyau urbain ancien dans le processus d'urbanisation, suppose que l'architecte-urbaniste possède aussi une compétence patrimoniale" (Giovannoni, 1998, p. 15).

Desta forma o arquiteto e urbanista teria de planejar a sua intervenção segundo uma visão mais geral e abrangente, partindo do todo para a parte, contextualizando e relacionando o monumento com a área circundante e os seus aglomerados urbanos, quer os mais recentes quer os centros históricos, assumindo estes elementos como sendo um único, afirmando que só assim seria possível intervir num monumento sem ignorar e desprezar as suas características envolventes.

É também segundo este pensamento que a atual proposta de intervenção se revê, na medida em que se pretende beneficiar o monumento em consonância com os elementos e características presentes na envolvente.

Riegl, por sua vez, sustentava as suas teorias¹⁵ na *Carta de Veneza* (1964), esta que se apresenta como uma evolução dos princípios da *Carta de Atenas*, apoiando em primeira instância o monumento enquanto elemento incorporado e integrado na malha envolvente, onde as intervenções realizadas sobre este deveriam garantir a sua manutenção, mesmo que com o decorrer do tempo estas pudessem começar a desvirtuar a sua essência primitiva. Desta forma, encarava o monumento como um documento que carrega história e memória, e que antes de mais deve de ser protegido e respeitado, contudo, isso não devia ser motivo para privar o monumento de assumir um novo uso, uma nova vida, capaz de abraçar dois tempos distintos em harmonia num espaço comum.

É precisamente sobre esta perspetiva que se liga a teoria de Riegl com a que se leva até Almourol, onde se pretende que a componente histórica e carregada de simbolismo não desapareça, mas antes que se concilie com o olhar contemporâneo com que a proposta se apresenta.

A perspetiva que orientou o projeto recusa a estagnação do património, defendendo a sua adaptação a novos contextos, novos tempos, novos usos, novas ideias. Recorrendo a Graça Dias (1992, p. 219), para esclarecer esta perspetiva sobre privação de evolução perante o receio de se esquecer ou "estragar a imagem" do passado,

15 Tais teorias apresentam-se redigidas numa das suas obras mais conhecidas, *O Culto Moderno dos Monumentos Modernos*, lançada após se ter visto encarregue de elaborar novas regras sobre a conservação dos monumentos enquanto Presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos.

“A cultura não tem que (não pode, não deve – isto é do terreno da ética) desprezar o passado; mas este não pode, não deve, não tem que impedir o futuro, qualquer futuro, já que do futuro nada sabemos”.

Citando também Fernando Távora (2015, p. 19), reforça-se a defesa da adaptação do monumento a novos desafios *“porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, [...] o espaço está em permanente devir. Quando, por exemplo, ao restaurar um monumento [...] passa pela cabeça de alguém dar a tal monumento o aspeto que ele teve em época mais ou menos passada, cai-se na utopia de supor que aquilo que já foi pode de novo vir a ser, esquecendo-se que a irreversibilidade do espaço não permite criar tal hipótese”.*

VIAGEM PELOS
CASTELOS DOS
TEMPLÁRIOS



VIAGEM PELOS
CASTELOS DOS
TEMPLÁRIOS

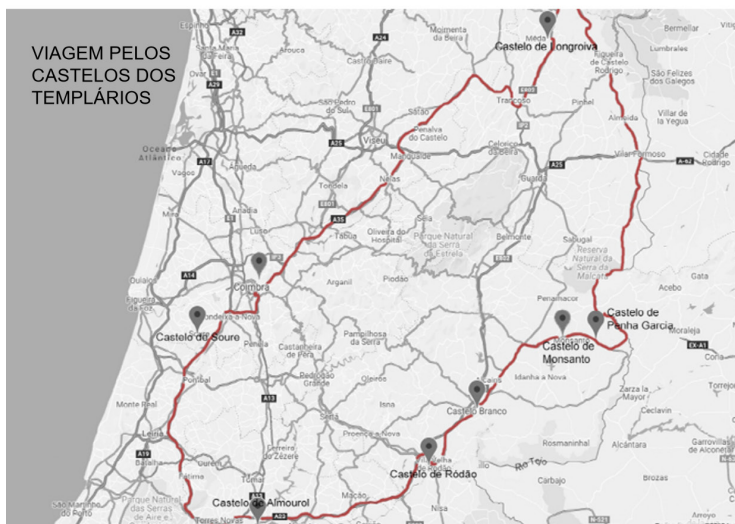


Fig. 88 - Roteiro da Viagem pelos Castelos dos Templários (2019)

2.3.2. Viagens e Obras

As vivências e aprendizagens que cada pessoa tem a oportunidade de experienciar, moldam percursos e geram referências que se armazenam na memória como “*arca do tesouro de onde se retira permanentemente material para se utilizar de maneira adequada*” (Baeza, 2013, p. 47)

2.3.2.1 - Viagens

Para o enriquecimento dessa “arca” as viagens prestam um contributo fundamental. No contexto estrito deste trabalho a viagem realizada pelo grupo do Seminário de Investigação (fig. 88), pela informação que acarretou, constituiu o ponto de partida para a proposta de intervenção.

O périplo consistiu na visita a seis castelos templários portugueses previamente selecionados pelos alunos como possíveis casos de estudo – o de Longroiva, Monsanto, Penha Garcia, Ródão, Soure e por fim o de Almourol. Apesar de pertencerem todos à mesma Ordem comportam características particulares que, por motivações distintas ajudaram no processo de criação do projeto.

Cada lugar levanta questões e problemáticas específicas, “*todas elas prendem num momento inicial com uma oportunidade de eleger um determinado caminho, ou seja, com uma «ideia de projeto».* Qualquer que seja a representação final, elas pressupõem à priori uma decisão sobre um conjunto de factores. [...], que condicionam e determinam a organização do espaço e das suas formas. Será deste modo, numa aparente liberdade de escolha do desenho inicial, condicionado pela circunstância do espaço existente, que encontramos de forma consciente, algumas vezes «involuntária», as raízes, a legitimidade e a justificação das nossas opções” (Correia, 2011, p. 16) .

No caso do Castelo de Monsanto (fig. 89 - 91), destacou-se a sua inserção na envolvente onde o monumento e a paisagem se fundem, e a perspectiva de que apesar de

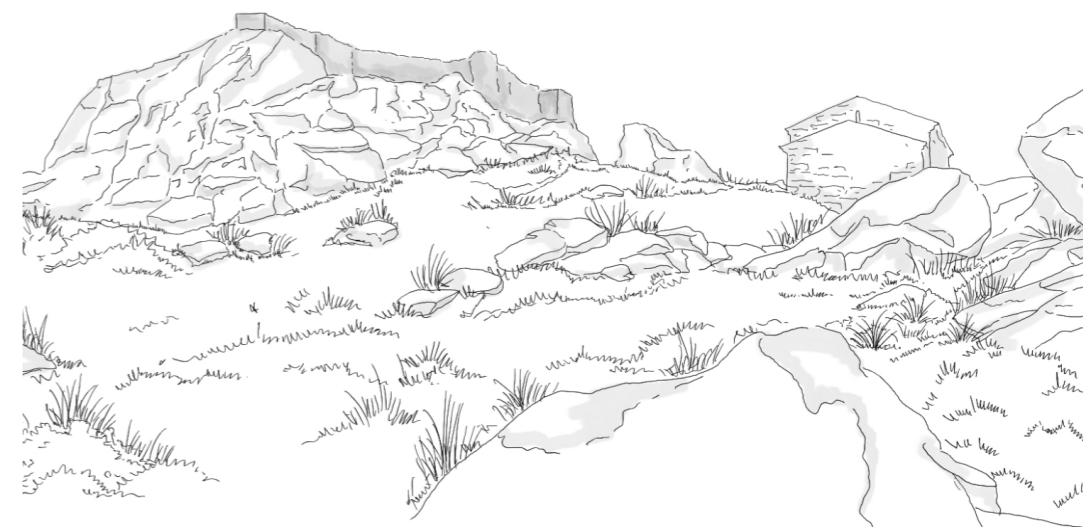


Fig. 89 - Grupo de Seminário no Castelo de Monsanto (2019)

Fig. 90 - Percurso de acesso ao Castelo (2019)

Fig. 91 - Esquisso do Castelo (2019)



Fig. 92 - Torre de menagem do Castelo de Longroiva (2019)

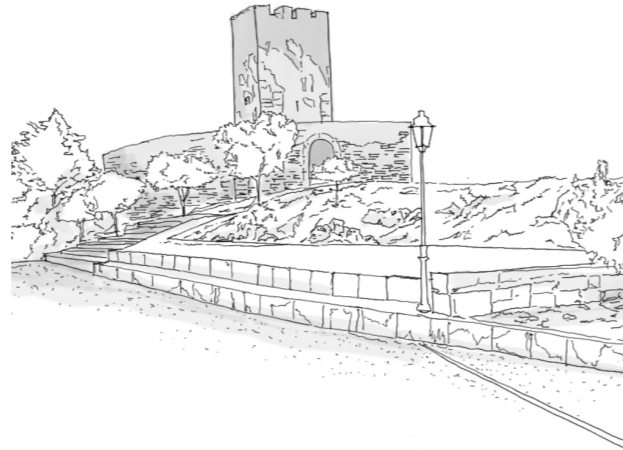


Fig. 93 - Esquisso do Castelo (2019)



Fig. 94 - Aldeia de Longroiva (2019)



Fig. 95 - Vista exterior do Castelo de Soure (2019)



Fig. 96 - Esquisso do acesso nascente ao Castelo (2019)

Fig. 97 - Vista interior do Castelo (2019)



Fig. 98 - Percurso de acesso ao Castelo de Ródão (2019)



Fig. 99 - Esquisso do Castelo (2019)



Fig. 100 - Portas de Ródão (2019)

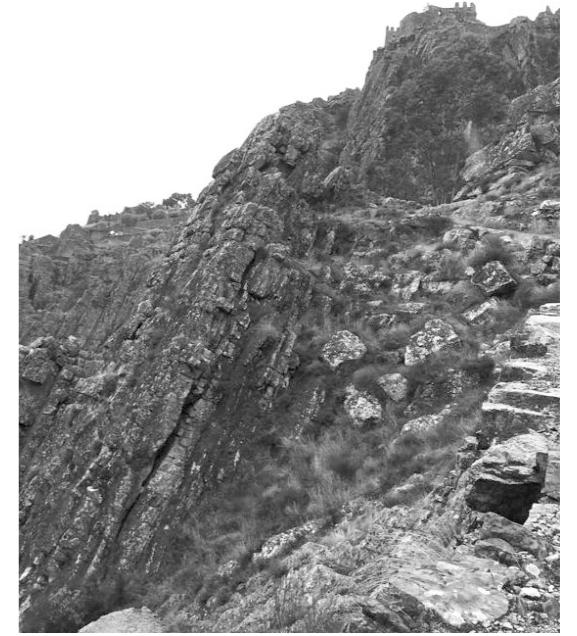


Fig. 101 - Inserção do Castelo de Penha Garcia no território (2019)



Fig. 102 - Esquisso do Castelo (2019)



Fig. 103 - Vista da barragem e paisagem envolvente (2019)

ser o “protagonista” do projeto não significa necessariamente que se tenha de intervir especificamente ou diretamente nele.

Tanto o Castelo de Longroiva (fig. 92 - 94) como o de Soure (fig. 95 - 97) permitiram perceber a importância de se definir limites e traçar barreiras quando se pensa em intervir numa área com carácter histórico e patrimonial, de forma a que tais intervenções respeitem o local, e no caso, o monumento sem que se coloque em causa o seu carácter e legibilidade.

Por sua vez, no caso dos castelos de Ródão (fig. 98 - 100) e de Penha Garcia (fig. 101 - 103) reteve-se o impacto impressionante da natureza e da paisagem, que não anularam ou relativizaram a sua presença, antes pelo contrário a valorizaram.

O primeiro contacto com Almourol (fig. 104 -106) deu-se nesta viagem. Porém, a título particular, foram realizadas mais duas visitas ao local em fases distintas do desenvolvimento do projeto, tendo todas sido importantes para a sua evolução e concretização. Na primeira, “prende-se o olhar” nos elementos palpáveis e significantes do lugar como, a paisagem; o Castelo; a sua relação com a ilha e com o Tejo; a travessia vagarosa de barco, que permite a observação dinâmica dos alçados do monumento; a primeira caminhada pela ilha e a perspectiva que se tem desde aí sobre a margem norte de chegada. No entanto, quando já existe um esquisso, um esboço, uma ideia do que se pretende para o lugar e para o projeto, uma revisitação permite focar em aspetos mais particulares não captados no primeiro momento, ajudando à resposta a constrangimentos e problemas que se vão identificando.

Na segunda viagem não foi possível aceder à ilha e conseqüentemente ao Castelo, devido ao mau tempo que, com a subida do nível das águas do rio, provocou correntes fortes impossibilitando a sua travessia. Curiosamente, este inesperado contratempo contribuiu para reforçar a ideia já esboçada da criação de uma ponte entre a margem e a ilha que, além da ligação física, fosse facilitadora da acessibilidade.

Impossibilitado o acesso ao monumento visitou-se: o Centro de Interpretação Templário de Almourol, sediado em Vila Nova da Barquinha que, como já referido anteriormente, fornece conteúdos relevantes sobre a temática Templária e que é ponto estratégico do roteiro de visita a Almourol; e o miradouro na margem sul, que oferece um enquadramento privilegiado sobre a ilha e o Castelo e sobre toda a margem norte e a sua composição natural (topografia e vegetação) e construída (vias de acesso,

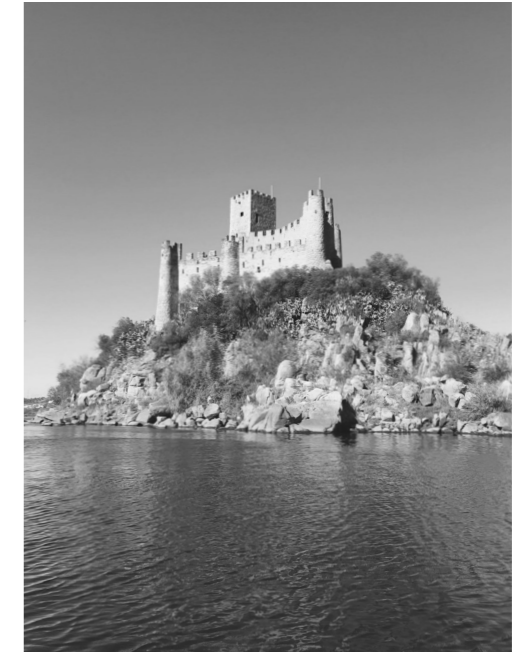


Fig. 104 - Vista do Castelo de Almourol na travessia de barco (2019)

Fig. 105 - Esquisso do Castelo (2019)

Fig. 106 - Percurso de acesso ao Castelo na ilha (2019)

plataformas, cais, linha de caminho de ferro, equipamento de apoio, ruínas do antigo-convento de Loreto). Houve também a oportunidade de visitar a sede da Ordem - o Castelo de Tomar (fig. 107 - 110)- que permitiu aprofundar e relacionar diretamente conhecimentos sobre o tema de estudo, e ainda o Castelo de Pombal (fig. 129 - 132), que possibilitou o contacto com uma intervenção contemporânea nessa estrutura militar, da autoria do atelier COMOCO. Aqui, releva-se a observação da organização do espaço exterior envolvente ao castelo com os seus percursos e elementos de pontuação, a materialidade das novas construções, a distribuição espacial na torre de menagem e a abordagem às soluções de “toque” entre o novo e o existente.

A terceira visita focou-se na ilha e no Castelo, mais especificamente na torre de menagem, onde o projeto centra parte da intervenção. Fez-se uma observação mais rigorosa da constituição das suas superfícies, da constituição dos elementos estruturais e de revestimento constituintes da última intervenção sobre o monumento, bem como se efetuou o levantamento métrico interior (planimétrico e altimétrico) (fig. 111 - 120), que permitiu atualizar a informação fornecida pela Câmara de Vila Nova da Barquinha. No exterior estudaram-se as possibilidades relativamente aos percursos (fig. 121 - 128), constatando-se que desde a chegada à ilha o percurso de aproximação ao castelo se inicia com uma topografia amigável, de baixa inclinação que possibilita um desenho linear mas que, com a proximidade do maciço rochoso onde se implanta o castelo, se torna mais íngreme e obriga a um desenho mais sinuoso, adaptado às curvas de nível.

A perspetiva fornecida por estas visitas e pelas realizadas aos vários castelos, conciliou-se com referências mais ou menos presentes, umas resultantes do percurso académico, outras de situações experienciadas no caminho diário, outras ainda mais direcionadas, resultantes da análise de obras com elementos de aproximação ao projeto. Do seu filtro, das suas respostas a problemáticas e conceitos compatíveis e da sua adaptação ao contexto e escala do projeto, pretende-se reunir e sintetizar informação de ajuda à construção da ideia.

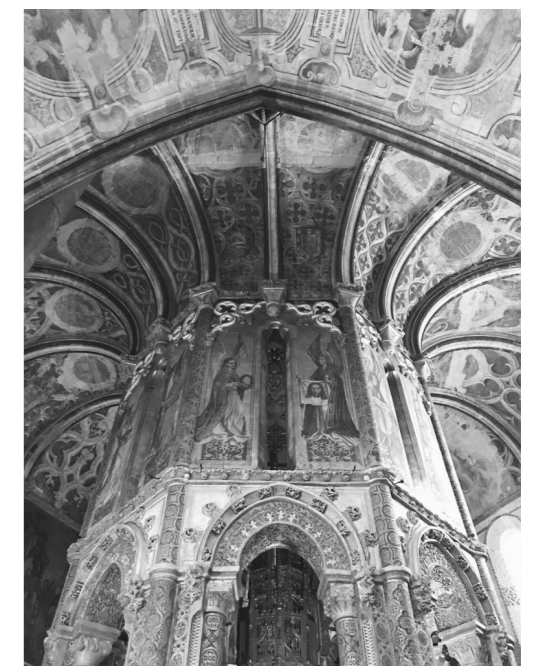


Fig. 107 - Percurso de acesso ao Castelo de Tomar (2020)

Fig. 108 - Alambor e muralha do Castelo (2020)

Fig. 109 - Claustro do Castelo (2020)

Fig. 110 - Charola de Tomar (2020)

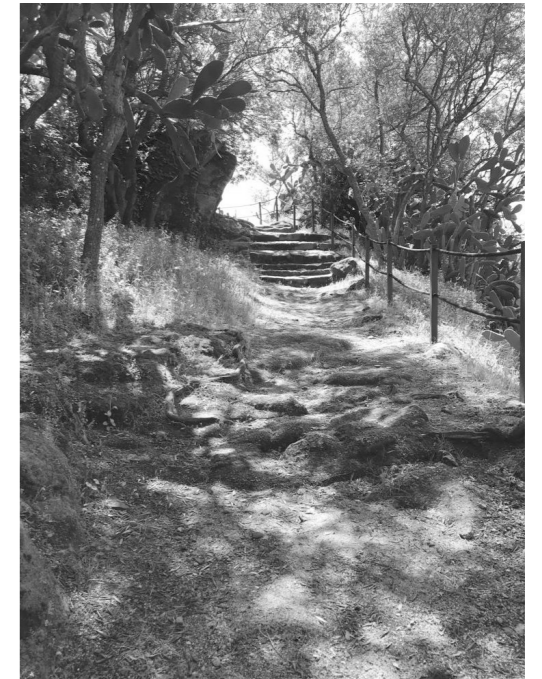


Fig. 121 - Escadas do pontão de acesso à ilha (2019)

Fig. 122 - 128 - Percurso de ligação entre o pontão da ilha e o Castelo (2021)



Fig. 129 - Torre de menagem do Castelo de Pombal (2020)

Fig. 130 - Centro de visitantes do Castelo (2020)

Fig. 131 - Percurso e instalação na área envolvente do Castelo (2020)

Fig. 132 - Percurso de acesso ao Castelo (2020)



Fig. 133, 134 - Castelo Eilean Donan em ruínas antes do restauro de 1911

Fig. 135 - Castelo Eilean Donan na atualidade

2.3.2.2. Obras

Numa fase intermédia do processo, com a ideia geral do projeto já preformada, houve o encontro com obras cujos argumentos, focando razões que lhe são comuns, ajudaram à sua consolidação.

Castelo Eilean Donan, ilha de Skye, Loch Duich, Escócia

Na história deste castelo (fig. 133 - 135) encontram-se vários pontos análogos com a do Castelo de Almourol, perceptíveis nas opções e nos objetivos a alcançar.

Implantado sobre o *ilhéu* de Skye em Loch Duich, o castelo erigido no séc. VIII tem um *passado estratégico*, ligado ao longo de vários séculos à *defesa militar*, tendo sido abandonado após ser quase totalmente destruído pela armada espanhola no século XVIII. Já sem qualquer objetivo de estratégico ou de defesa, entre 1919 e 1932, o tenente-coronel John Macrae-Gilstrap promoveu a sua reconstrução e a sua restauração incluiu a construção de uma *ponte* arcada para facilitar a acessibilidade à *ilha* e a promoção da edificação e do lugar. Hoje é um dos monumentos escoceses mais fotografados, constituindo-se como *atração turística* e local de produções cinematográficas.

O paralelo com o Castelo de Almourol estabelece-se a vários níveis desde logo pela sua *importância estratégica* e pela sua implantação insular. O atravessamento de toda a idade média e depois o seu abandono após o século XVIII tem semelhança com o abandono a que foi votado Almourol a partir do século XIV até ao período romântico. As intervenções profundas levadas a cabo nos primeiros decénios do século XX, em ambos os exemplares, têm génese e objetivos diferentes (num caso a iniciativa é privada e noutra a iniciativa é do Estado), mas o tempo parece refletir resultados similares no que respeita ao seu *simbolismo e atração turística*. Nos dois casos, a ponte é o elo metafórico de proximidade entre o *presente* e o *passado*.

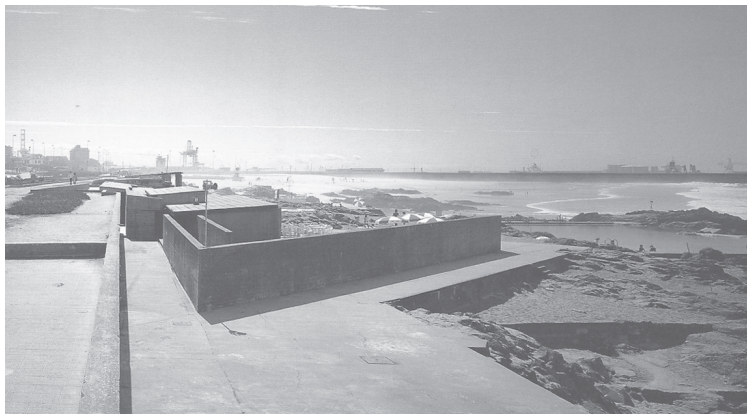
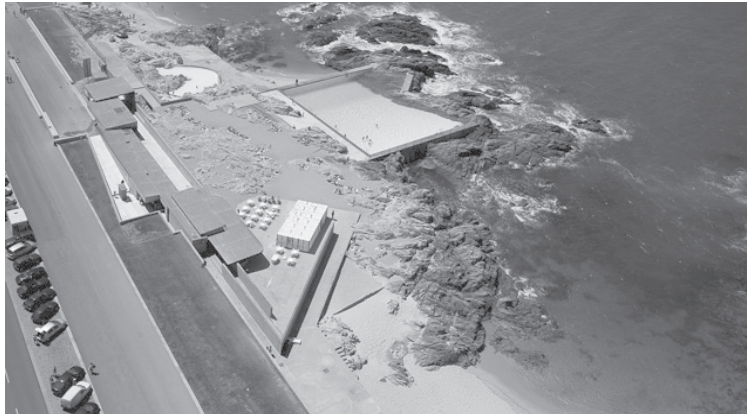
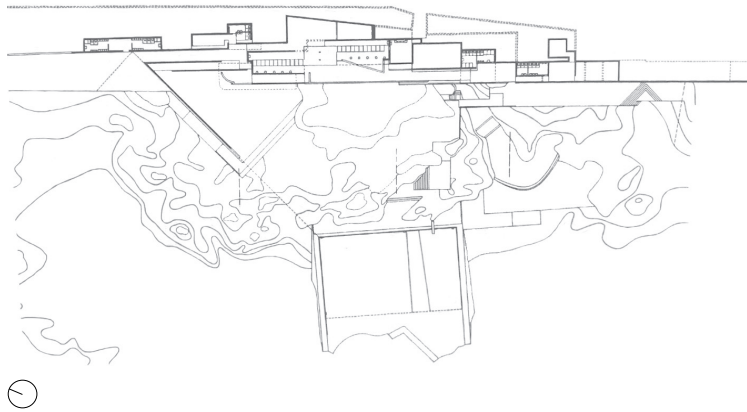
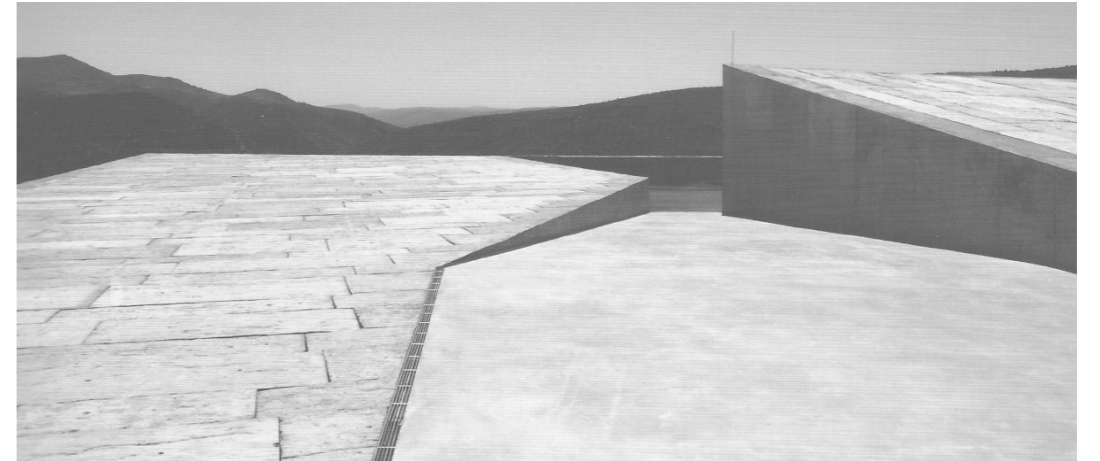
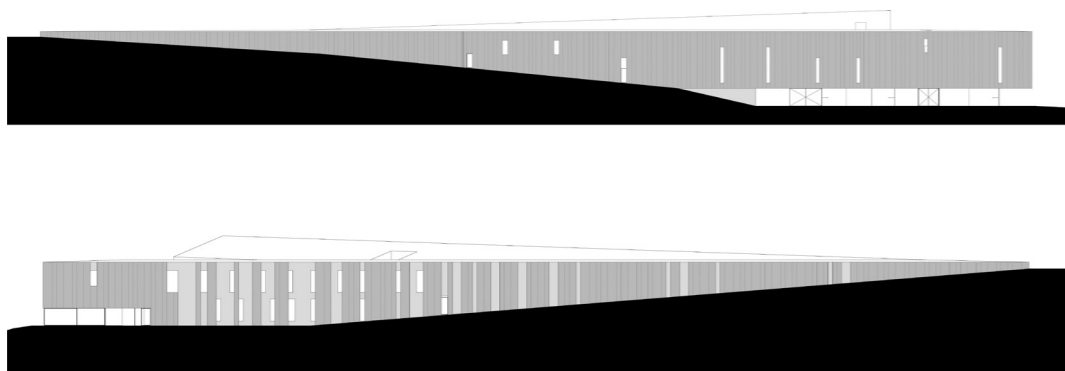
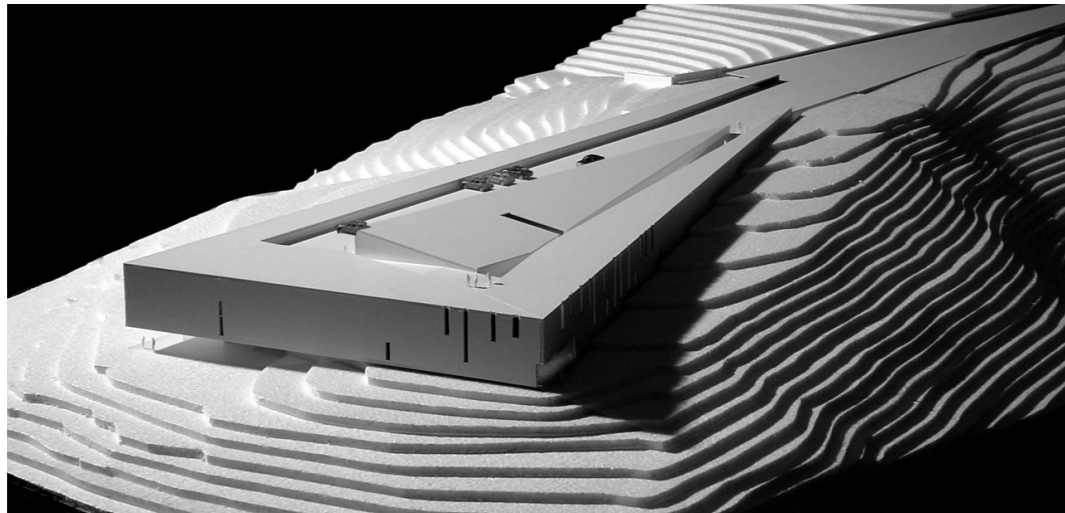
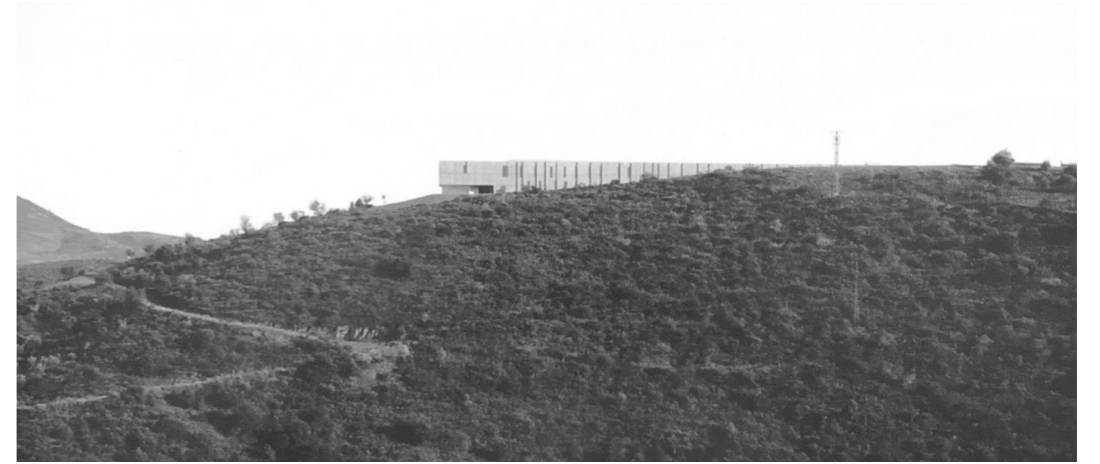


Fig. 136 - Planta de implantação das Piscinas das Marés

Fig. 137 - Imagem aérea das piscinas (2004)

Fig. 138 - Relação do construído com a envolvente natural

Fig. 139 - Desenho das piscinas pelo arquiteto Álvaro Siza



0 3 15

Fig. 140 - Planta de implantação do Museu

Fig. 141 - Maquete do museu

Fig. 142 - Alçado Sul

Fig. 143 - Alçado Norte

Fig. 144 - Inserção/relação do volume com o lugar

Fig. 145 - Alçado Sul - nascente

Fig. 146 - Cobertura acessível do museu

Piscinas das Marés – Leça da Palmeira (1961-1966), Álvaro Siza

As Piscinas (fig. 136 - 139) surgem, “*Como uma fortaleza [...] O volume evoca as construções defensivas portuguesas – edifícios de pedra igualmente maciços e com poucas aberturas*” (Barata, 1997, p. 85).

Apesar desta interessante perspetiva, o que realmente se destaca e importa reter deste projeto e transportar para a realidade de Almourol é, a relação que estabelece com o lugar, a forma como o interpreta e acomoda a geometria no contexto orgânico.

Siza, numa entrevista com Philip Jodidio (1999, p. 15), refere que a aproximação que faz da natureza depende das circunstâncias afirmando que, “*«O que é obra do homem não é natural», [...], «Cada vez mais penso que deve haver uma certa distância entre o que é natural e o que é feito pelo homem. Mas o diálogo entre os dois também é necessário. A arquitetura provém de formas naturais, mas elas por sua vez transformam a natureza. [...] O que conta é a forma como a geometria se confronta com os elementos naturais, e como a paisagem é transformada»*”.

Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, Vila Nova de Foz Côa (construção 2007-2010)

Camilo Rebelo, Pedro Tiago Pimentel e Sandra Filipe Barbosa

O encontro com esta obra (fig. 140 - 146) ocorreu quando o desenho, a geometria geral e a volumetria do projeto já se encontrava delineada, faltando decidir aspetos sensoriais como a materialidade e funcionais como a circulação (automóvel e autocarros) de chegada, bem como o estacionamento.

No aspeto particular destes últimos, esta obra, com uma inserção no terreno semelhante à do projeto, aproveitando o plano de cobertura como plataforma de distribuição, resolve com eficácia essa opção. Neste trabalho, tal como no caso das piscinas de Leça ou no projeto desta dissertação, a preocupação da sua relação com a paisagem é evidente. A estratégia de implantação, decorrente do papel fundamental assumido pela topografia, cria uma integração harmoniosa do objeto construído. A materialidade assumida pelo betão e pelo seu tratamento (textura e pigmentação) permite aprofundar essa relação. O volume tira partido das cotas para conseguir um jogo de áreas, plataformas e alturas distintas a que se pode aceder, permitindo ter várias perspetivas sobre si mesmo e sobre a paisagem, definindo o momento de chegada e contemplação, tal como se pretende no edifício proposto para a margem norte do projeto.

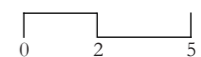
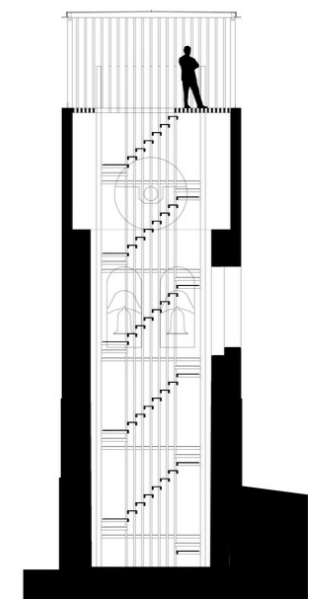
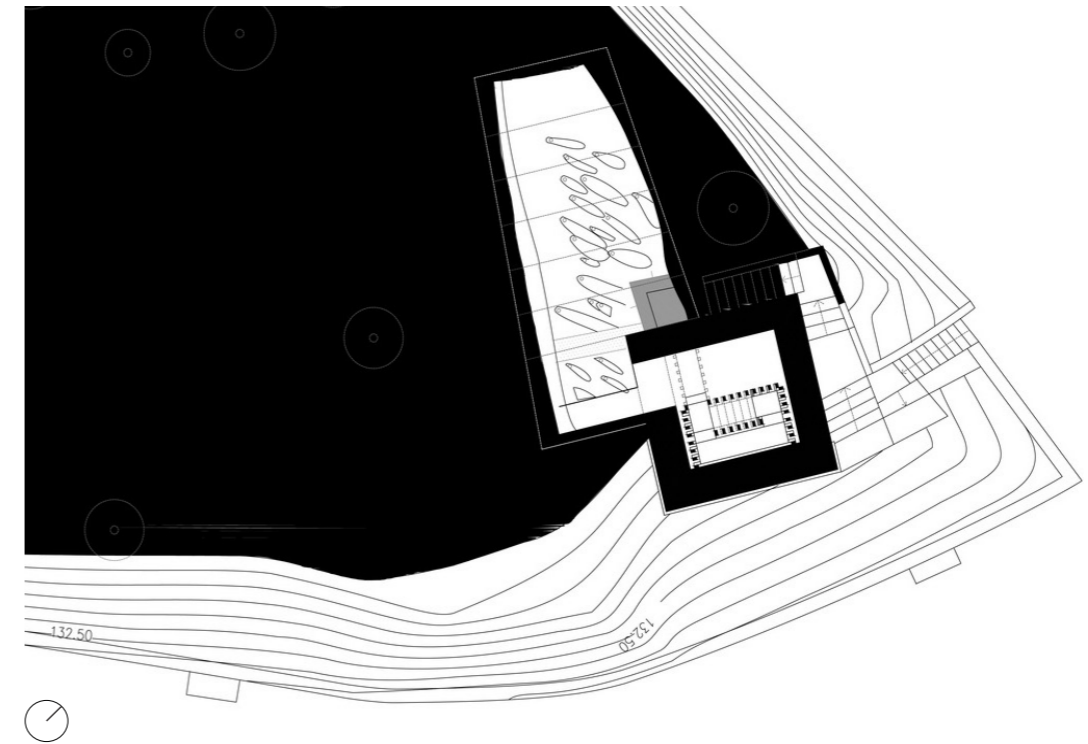


Fig. 147 - Planta de implantação - subsolo

Fig. 148 - Maquete da Torre

Fig. 149 - Corte pela Torre

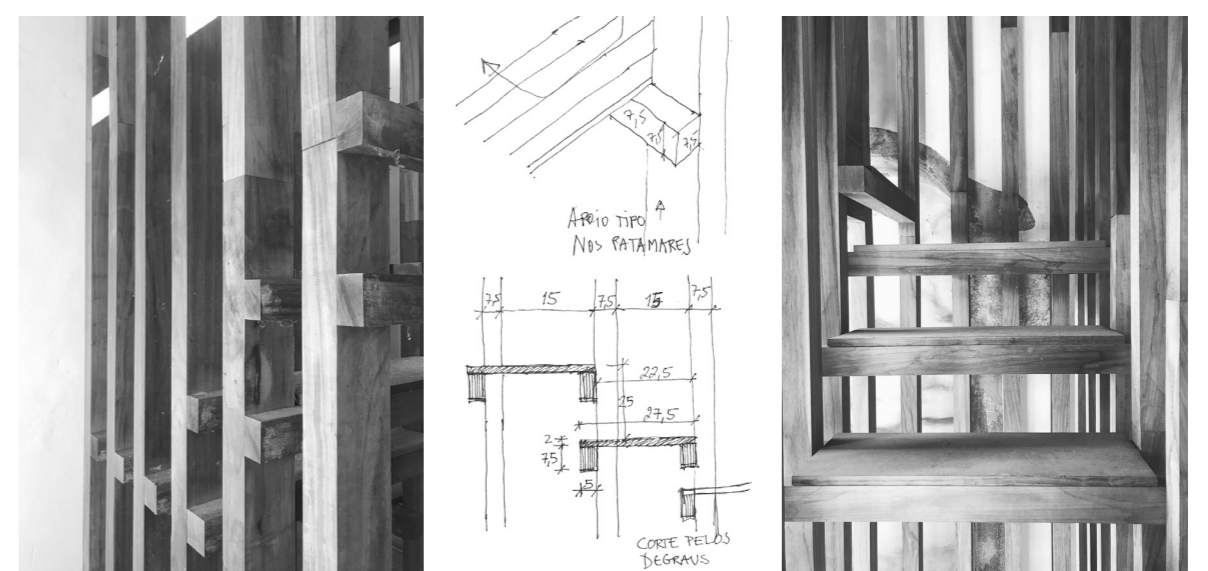
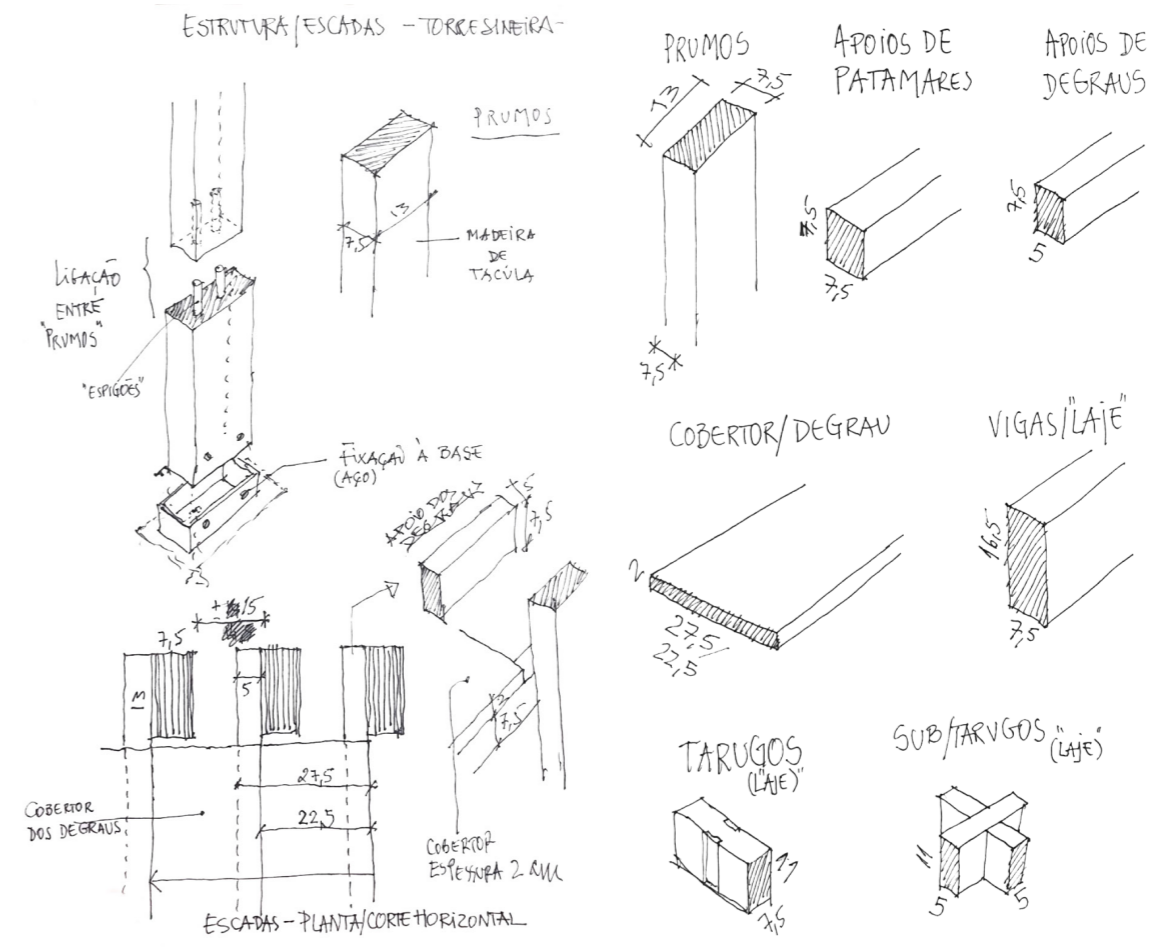
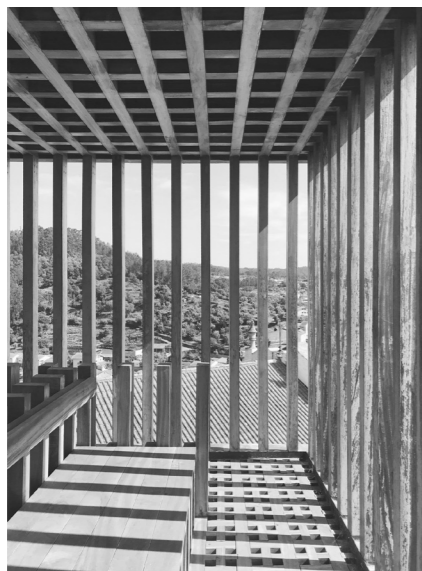


Fig. 150 - Torre sineira e Miranda do Corvo

Fig. 151, 152 - Vista geral da estrutura das escadas

Fig. 153, 154 - Cobertura panorâmica

Fig. 155 - 159 - Levantamento da estrutura das escadas

Torre Sineira de Miranda do Corvo, Miranda do Corvo – Coimbra (2011-2019), Atelier do Corvo

O contacto com esta obra (fig. 147 - 159) surge numa fase mais avançada do projeto. Teve como foco principal a observação do desenvolvimento da sua circulação vertical e a sua materialidade, numa situação de constrangimento espacial semelhante à existente na Torre de Menagem de Almourol.

Além da análise por via bibliográfica, também se recorreu a uma visita à obra, facto que se mostrou determinante para a solução do projeto no que respeita à implantação e desenvolvimento da escada, ao entendimento do seu detalhe construtivo e ao material utilizado (madeira). De facto, a experiencição visual e física, desta estrutura permitiu conhecer a regra construtiva e a sua funcionalidade.

Na circulação vertical interior a proposta assentou na execução de uma escada de madeira, autoportante, que permite uma circulação entre os diferentes níveis da torre, culminando com um miradouro sobre a vila.

Ponte pedonal da Carpinteira, Covilhã (2003-2009), Carrilho da Graça

“reconhecer sistemas de sistemas e estrutura-los de uma forma racional. ler o mundo a partir de sistemas. não é literalmente a estrutura como sistema portante, embora às vezes isso possa transparecer, mas é perceber aquilo que «estrutura». o que «estrutura» pode ser uma imagem!” (Carrilho, 2014, p. 228).

A obra da ponte pedonal da Ribeira da Carpinteira (fig. 160 - 163), elo de ligação entre o centro histórico da Covilhã e os seus bairros periféricos, incorpora as componentes sensorial e física que se pretendem alcançar na proposta a implementar em Almourol.

Na primeira, a leveza proporcionada pelo gesto do desenho e a suave tensão resultante da sua acomodação ao sítio, alterando a paisagem mas possibilitando simultaneamente, no tempo do seu atravessamento, uma leitura alternativa da própria paisagem, capaz de proporcionar uma nova experiência dos sentidos.

Na segunda, a opção construtiva e a materialidade expressas na obra. No princípio construtivo, a ideia comum de utilização de vigas paralelas que, assentes em pilares, definem a linha horizontal da ponte e delimitam a largura do tabuleiro. Na materialidade, ainda que por diferentes meios (aço pintado/betão pigmentado), uma ideia de simbio-

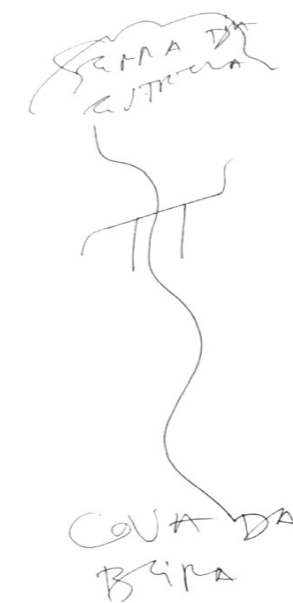


Fig. 160 - Alçado da ponte

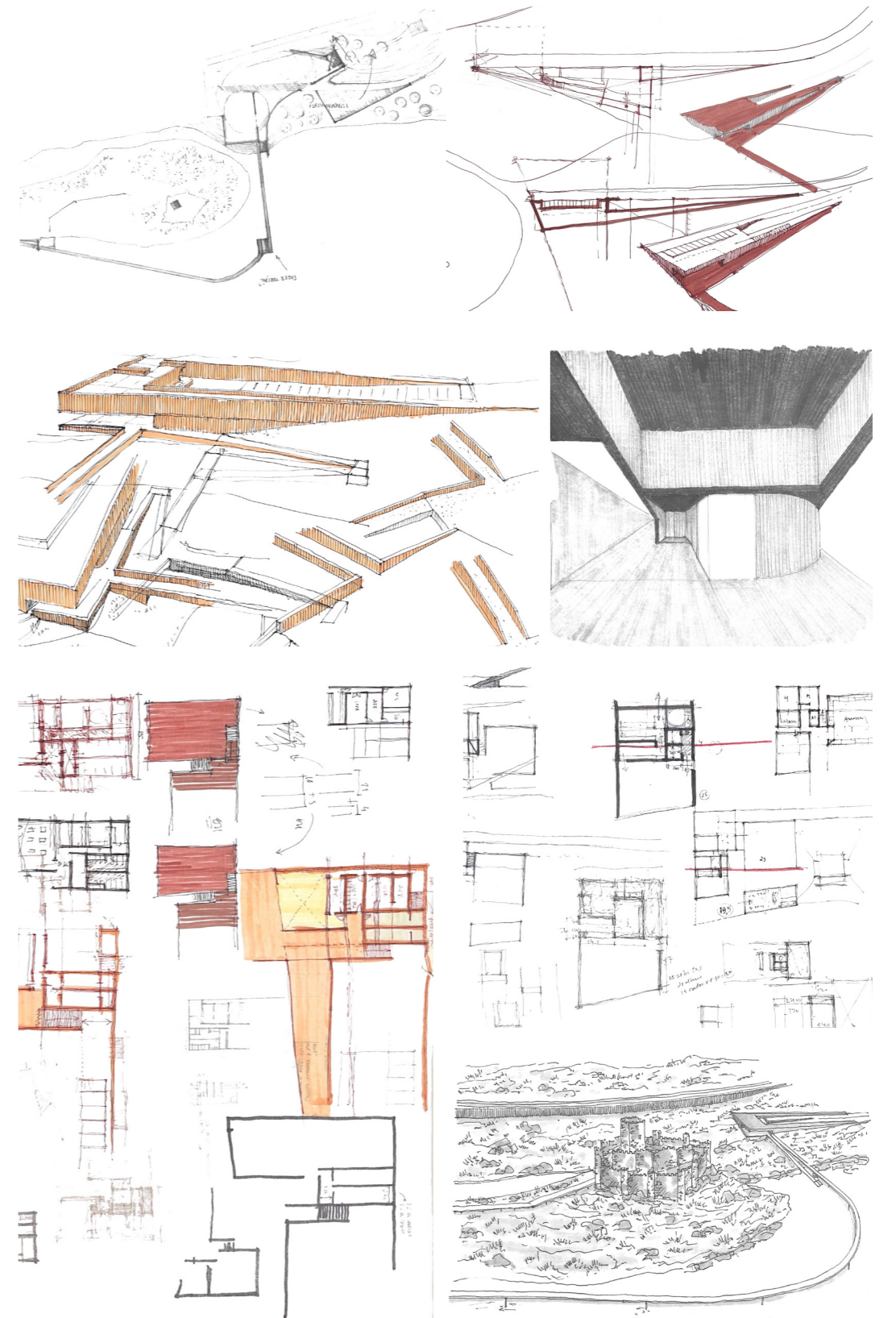
Fig. 161 - Planta de implantação

Fig. 162 - Esquisso do arquiteto Carrilho da Graça

Fig. 163 - Vista do desenvolvimento da ponte

se com os elementos substantivos da natureza - a serra e a sua neve, e do construído - o castelo e a sua pedra.

Para fecho deste tema, cite-se Siza, quando em *Imaginar a Evidência* refere que, “Aprender a ver é fundamental para um arquiteto, existe uma bagagem de conhecimentos aos quais inevitavelmente recorreremos, de modo que nada do quanto fazamos é absolutamente novo” (1998, p. 139).



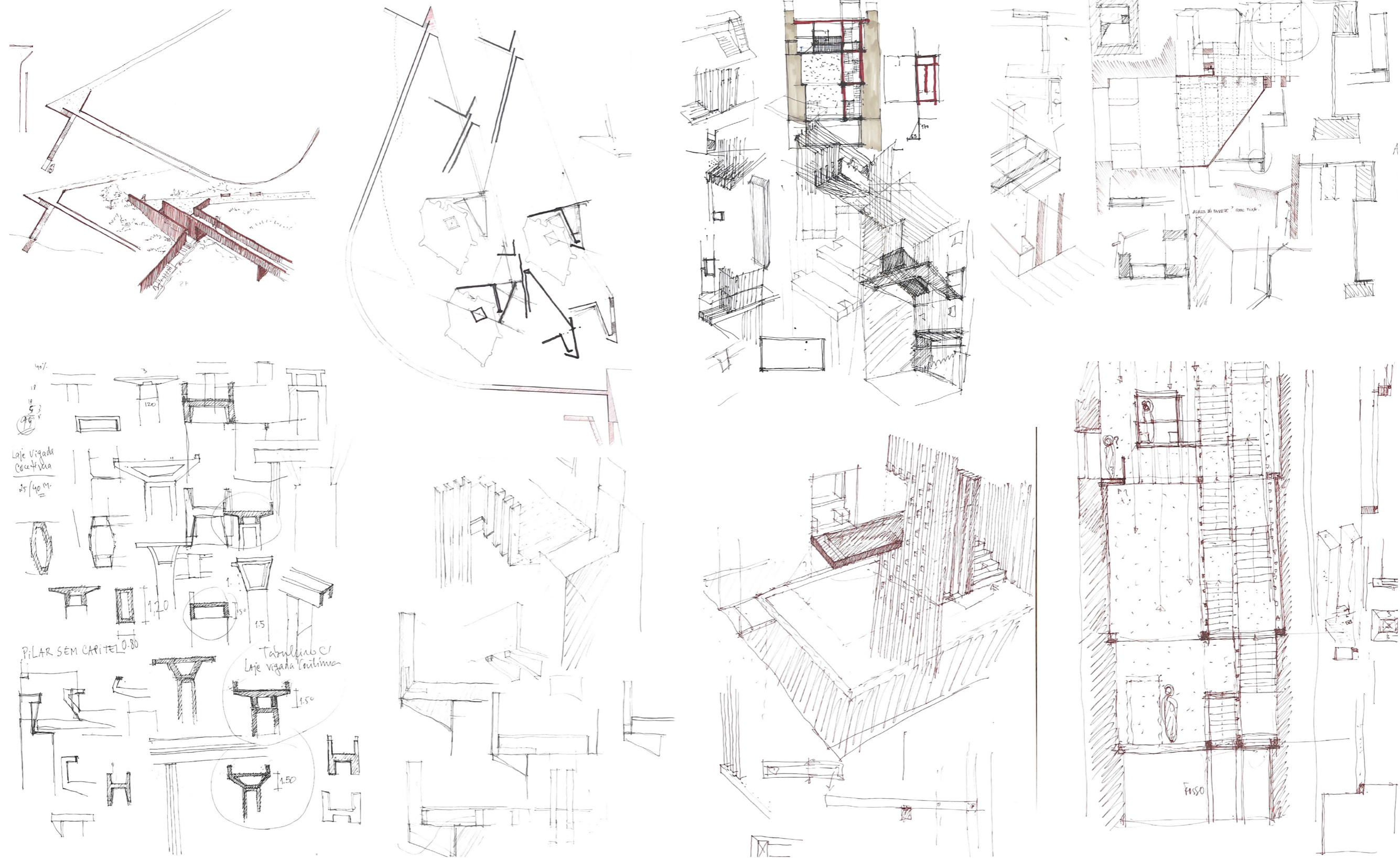


Fig. 165 - Esquissos do processo.

2.4 - O Processo e o Projeto

“seja nos projetos de reabilitação, [...], seja na construção de raiz [...] a ideia é sempre a mesma: encontrar o lugar natural da obra no contexto em que esta se insere e no tempo presente que a recebe. Tal implica um diálogo horizontal – com o espaço envolvente – e vertical – com o passado” (Andrade, 2018, p. 11).

Aceite o desafio lançado pelo Seminário de Investigação *The Beautiful Past*, com o propósito de intervir (direta e/ou indiretamente) no Castelo de Almourol, tendo como perspetiva a valorização e desenvolvimento quer do monumento, quer da sua envolvente paisagística, social e cultural, o processo de maturação da ideia sustenta-se nos conteúdos desses dois eixos (contexto/tempo), e nos contributos e referências mencionados anteriormente. Neste sentido procedeu-se à análise, seleção e sistematização da informação que, sedimentada, permite consolidar a ideia de projeto que agora se apresenta.

Desde o primeiro momento e em todas as fases do processo, assume-se o desenho como ferramenta indispensável na pesquisa e desenvolvimento do trabalho. Inicia-se à “mão levantada” (fig. 164, 165), numa busca contínua e prossegue até ao rigoroso, acompanhando as diferentes escalas que o projeto necessita para a sua clara leitura e interpretação. Como refere Mendes Ribeiro (2020, p. 122),

“surge, primeiramente, como forma de indagação e de anotação da realidade para ir adquirindo uma natureza especulativa e de experimentação, à medida que o projeto avança. [...] Atravessa todo o processo de projeto, desde a fixação de uma ideia à sua materialização, e constitui a base geradora da criação espacial. [...] Existe, contudo, uma diferença processual e metodológica entre o desenho como ferramenta de pesquisa para a elaboração de projeto e o desenho como meio de representação, imagem destinada à divulgação e comunicação da obra acabada. O primeiro é sobretudo um gesto de procura, inacabado e expectante, enquanto o segundo, representa um exercício síntese, de depuração e fixação do essencial”.

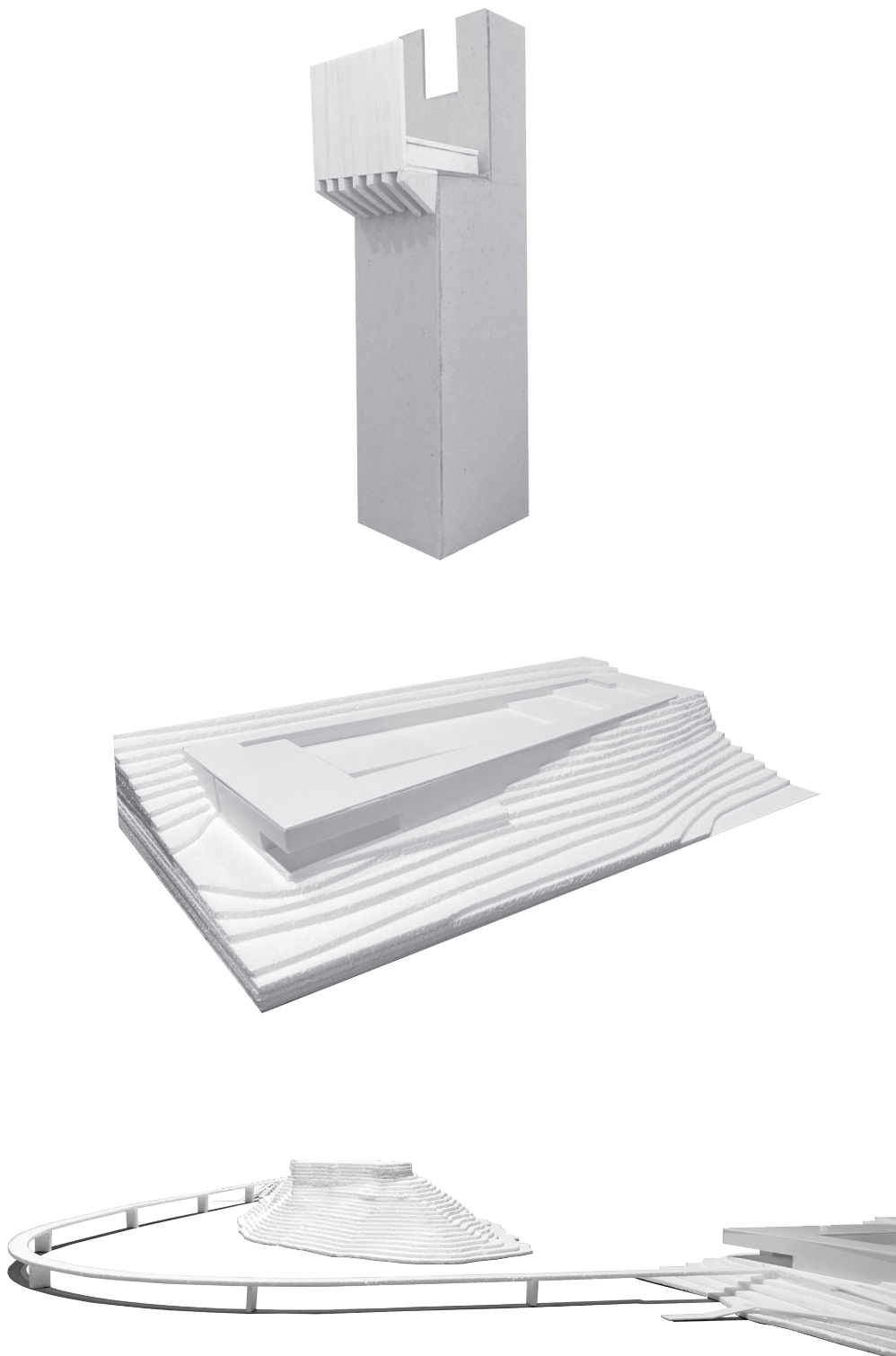


Fig. 166 - Maquete de estudo da torre de menagem

Fig. 167, 168 - Maquete de estudo da ilha e corpo da margem norte

Em diferentes fases do projeto houve ainda o recurso a maquetes de várias escalas. Tanto as de estudo (fig. 166 - 168) como a final, foram elementos relevantes na percepção e desenvolvimento da proposta.

“As maquetas são modelos da realidade em escalas reduzidíssimas que fascinam pelo domínio que proporcionam aos espectadores. Reproduzindo o que já existe ou o a haver, elas permitem um olhar de frente, de cima, de lado, de baixo, por dentro [...] Se representam um projeto, uma ideia, elas são a futurologia da forma, das combinações de formas, o ensaio das escolhas” (Dias, 1992, pp. 151 - 152).

Também os elementos 3D/fotomontagens/renders foram ferramentas utilizadas no decorrer do processo que, à semelhança das maquetes, permitem reproduzir uma aproximação à realidade do projeto, adicionando a vantagem da poupança de recursos (temporal e material).

Importa referir, no entanto, que nenhum destes métodos substitui o outro, sendo antes complementares.

Eleito o Castelo como elemento agregador, a proposta busca a relação harmoniosa, consciente e valorativa do conjunto natural e edificado.

Em resultado dos pensamentos embrionários sobre a intervenção, os primeiros esboços refletem desde logo a ideia subjacente ao projeto: a ligação dos elementos propostos, através de um gesto contínuo, ininterrupto, materializado numa ponte.

A Margem de Chegada (Norte)

A margem norte (fig. 169), apresenta-se difusa no seu tratamento espacial e funcional, sem uma ordem de utilização claramente definida. Peões e veículos partilham o mesmo espaço, incluindo a plataforma à cota baixa, mais próxima do rio, que protagoniza vários papéis geradores da sua utilização desordenada, entre os quais: função de palco – tendo em consideração as escadas/bancada encastradas no terreno que circunda o local; área de circulação, estacionamento e manobras de veículos; zona de espera e acesso ao pequeno cais de atracagem das embarcações que fazem a travessia até à ilha. Nesta margem é ainda possível encontrar um pequeno equipamento com função de cafetaria, desajustado das necessidades que o local impõe e implantado a uma cota pouco amigável para o utilizador.



Fig. 169 - Imagem aérea atual do lugar da proposta de intervenção

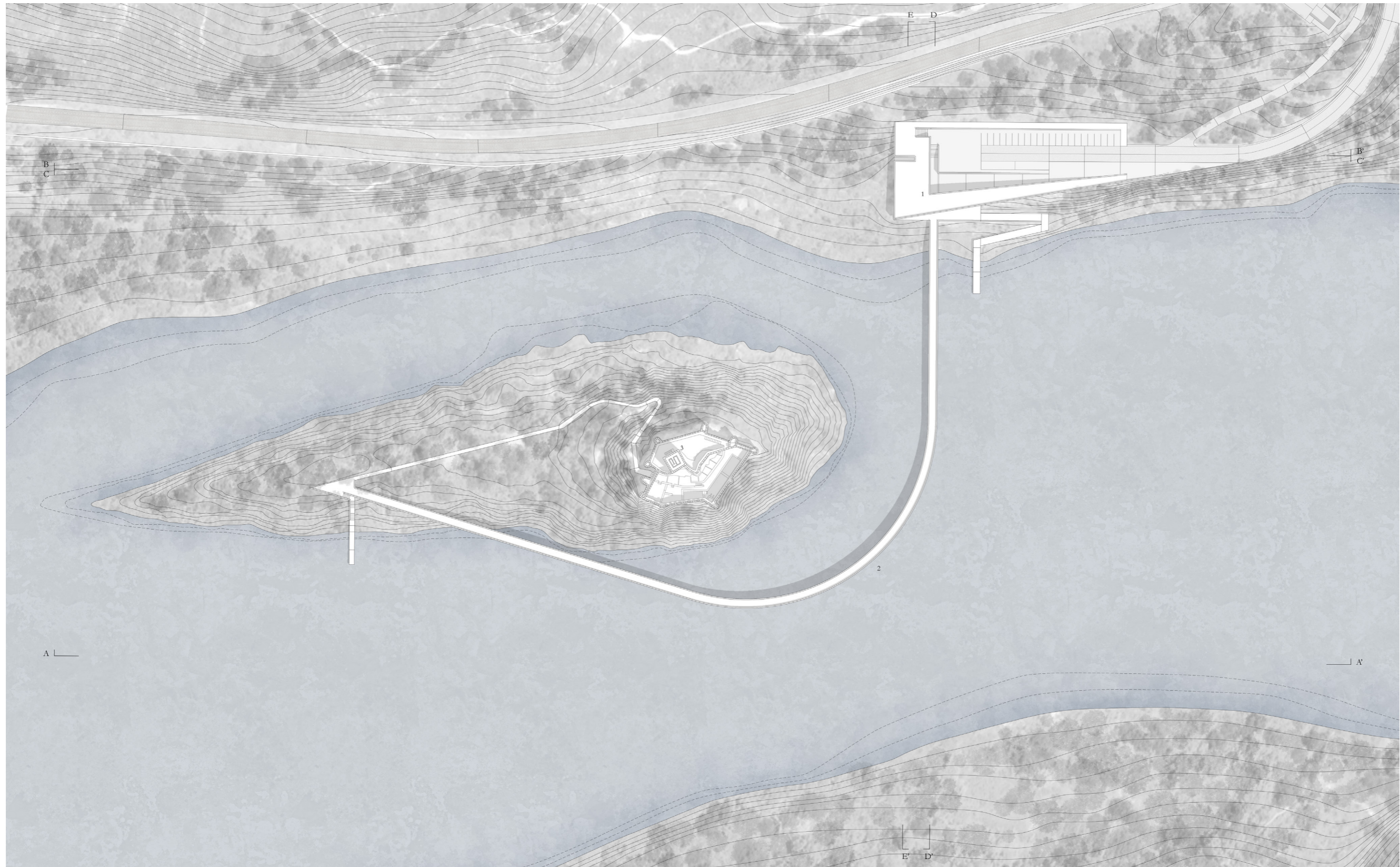
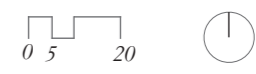


Fig. 170 - Planta de implantação.



A via de acesso ao lugar, de inclinação pronunciada, e o seu término em *cul-de-sac*, sugeriu que a proposta de intervenção começasse por apresentar um momento de estabilização e de “remate”. Nesta perspetiva, desenhou-se um corpo resultante da geometria da topografia, ajustada pontualmente nas frentes poente e sul, cuja inserção no terreno dita o momento de chegada ao plano de nível definido pela cobertura (fig. 170, 174). Esta opção foi trabalhada com a pretensão de que o edificado não constituísse um obstáculo visual. Com consciência de que qualquer intervenção altera, inevitavelmente, a configuração da paisagem, esta foi pensada da forma a permitir enfatizar a contemplação do Castelo, do rio e de toda a envolvente, acreditando-se que a relação entre a geometria e a natureza consiga articular uma acomodação justificada da proposta, como refere Siza (1999, p. 15) *“o que conta é a forma como a geometria se confronta com os elementos naturais, e como a paisagem é transformada”*.

A hierarquia a partir da qual todo o programa se desenvolve, é estabelecida desde o plano de chegada, clarificando a orientação e separando os espaços de utilização do peão e do automóvel. Os dois níveis de cobertura do edifício definem: o terraço panorâmico em cota superior (26.20); e a área de manobras de veículos em cota ligeiramente inferior (23.20). O estacionamento, ao acompanhar a pendente do arruamento até estabilizar nesta cota, permite que a construção controle a visibilidade sobre os automóveis e contribua para a discrição da sua presença. Na cota baixa, correspondente ao piso 0, concentra-se o programa do edifício. A plataforma coberta, que se assume como praça/esplanada (20.00) implanta-se 5 metros acima do nível médio do rio. Aberta no canto sul/poente, é a área de permanência e distribuição para os diversos espaços interiores e exteriores. Para os primeiros, a cafetaria na zona central/poente, a loja/posto de informação e instalações sanitárias na ala sul e o armazém de equipamento náutico na ala norte. Para os segundos o acesso ao cais de embarque e à ponte que promove a ligação pedonal à ilha e ao Castelo.

Formalmente, o edifício assume o seu papel de anfitrião, acolhendo e abraçando quem visita o lugar. Na sua massa, a subtração de maior significado interrompe a horizontalidade do plano de chegada através da rampa, que o intersesta e que conduz o público aos seus espaços interiores e aos percursos de visitação. (fig. 171, 175) Releva-se também o espaço praça/esplanada, cuja posição de charneira, permite um enquadramento ideal sobre o rio, a ilha e o Castelo, emoldurado pelas linhas de padieira que o conformam (fig. 172). Com menos expressão, mas importante na sua composição volumétrica, o

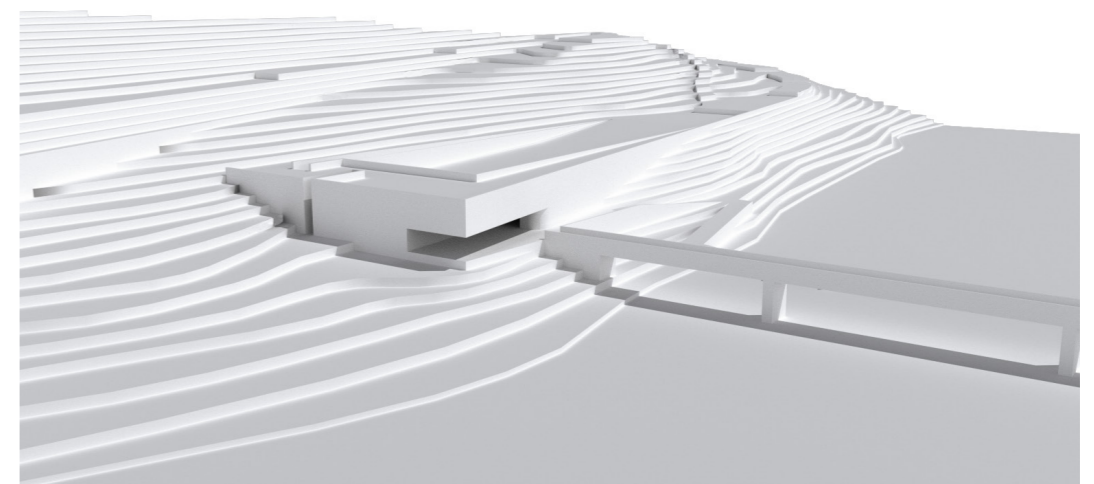
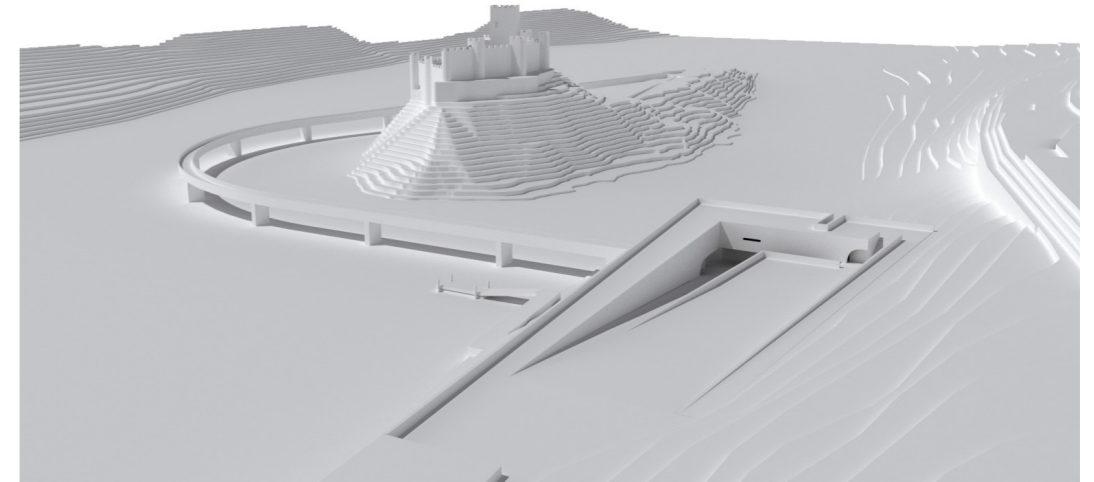


Fig. 171 - Modelação 3D da inserção do corpo da margem de chegada no terreno.

Fig. 172 - Renderização 3D do enquadramento da paisagem desde a praça/esplanada.

Fig. 173 - Modelação 3D (vista poente/sul)



Fig. 174 - Perfil AA'

Fig. 175 - Perfil CC'

corte na frente poente (fig. 175), resultante da necessidade funcional de dar luz e ventilação aos espaços de cozinha e armazém de embarcações, possibilitando simultaneamente uma linha de vista para poente. Esta solução permite que os vãos convencionais se abram para esse saguão de modo a libertar o alçado para uma leitura onde prevalecem a massa e os negativos de diferente dimensão. A sul, o vazio sobre o qual desagua a ponte, estrutura o desenho do alçado e enfatiza a sua importância (fig. 175, 182).

O espaço que acolhe a cafetaria/restaurante (fig. 175, 176, 178, 179, 183) e remata o percurso de chegada, confina diretamente com a praça/esplanada através da abertura dos seus amplos vãos, possibilitando a relação física e visual com a envolvente. No interior, o duplo pé direito da sala amplia a sua espacialidade, sendo possível perceber através dela as áreas funcionais de atendimento e instalações sanitárias no rés do chão, bem como a austeridade dos planos de parede do primeiro piso (23.20), atrás dos quais se organizam os restantes espaços de serviço como a cozinha, a zona de armazenagem e as instalações sanitárias dos funcionários. A prevenção a uma eventual e extraordinária subida do leito do rio, foi o motivo que levou a que estes componentes do programa se desenvolvessem numa cota superior. Ainda neste piso existe uma antecâmara de transição para o exterior, onde se concentram as áreas técnica e de lixos, que ao encontrar-se à mesma cota da plataforma de manobras do estacionamento (23.20) promove a criação de circulações independentes entre funcionários e clientes e facilita os fluxos de cargas e descargas inerentes ao uso.

A loja/posto de informação (fig. 177, 178), tal como a cafetaria, apresenta duas frentes de vidro ortogonais, que além do contacto direto com a praça, permite a visualização dos fluxos de chegada desde a rampa e desde o percurso transversal alternativo pelas escadas que, do lado norte, asseguram a ligação entre plataformas. A sua localização assegura uma mais eficiente receção ao público. Com dimensões relativamente contidas procura favorecer o espaço através de duplo pé direito, resultante do efeito da sobreloja destinada à área de stocks, localizada num nível superior pelo mesmo motivo de prevenção que apresenta a cafetaria.

Na mesma ala (sul), no tardo da loja, surgem as instalações sanitárias públicas (fig. 178), a uma cota ligeiramente superior, influenciada pela pendente da rampa exterior, que garante o acesso a pessoas com mobilidade condicionada. Interiormente, optou-se por se assumir o pé direito total resultante da razão estrutural do edifício e da sua materialidade, sem recurso a capas de proteção. Deste modo, nestes espaços de elevado



Fig. 176 - Renderização 3D da sala da cafetaria

Fig. 177 - Renderização 3D da loja/posto de informação

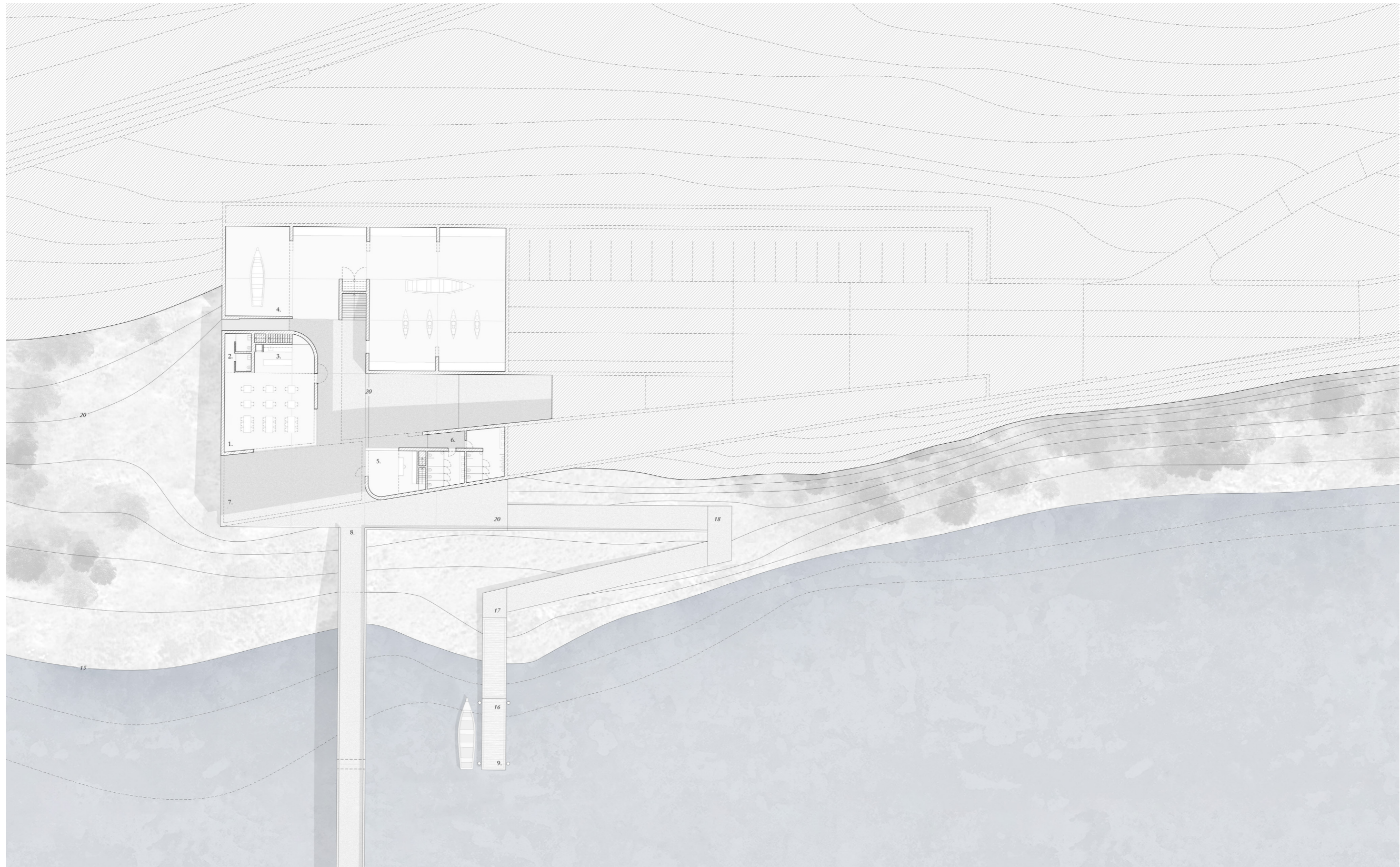


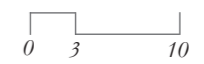
Fig. 178 - Planta Piso 0

Legenda:

- 1. Cafeteria / Restaurante
- 2. Instalações sanitárias cafeteria
- 3. Atendimento

- 4. Armazém de material náutico
- 5. Loja / Posto de informação
- 6. Instalações sanitárias públicas

- 7. Praça / Esplanada
- 8. Ponte
- 9. Pontão



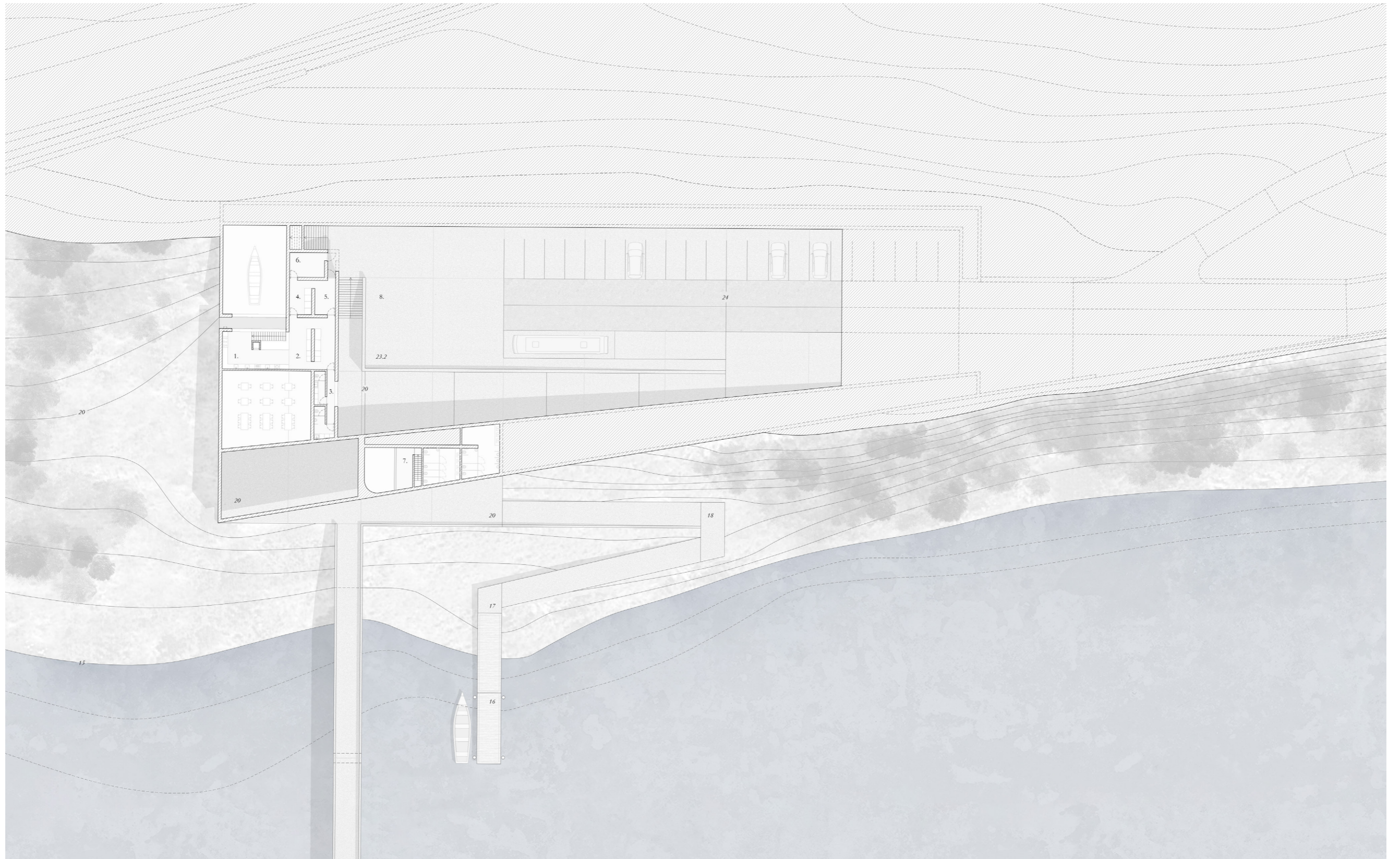


Fig. 179 - Planta Piso 1

Legenda:

- 1. Cozinha
- 2. Arrecadação
- 3. Instalações sanitárias de serviço

- 4. Zona dos lixos
- 5. Antecâmara
- 6. Área técnica

- 7. Sobreloja
- 8. Plataforma de manobras automóveis



pé direito, meramente funcionais, imaginam-se teias de condutas, tubagens, cabos e luminárias a circular pelo teto.

O armazém (fig. 178, 179, 182, 183), funcionando como área de acomodação de equipamento náutico, ocupa, no piso 0, toda a ala norte utilizável. O acesso é facilitado pela curva do plano de parede que confina a cafeteria e o seu programa divide-se em duas áreas com volumetrias distintas: a entrada, com uma altura franca, de 5,6 m, adota uma vertente mais operativa, de reparação de pequenas embarcações, pranchas e canoas, beneficiando da luz natural que penetra o espaço através do vão superior que se abre para o saguão; e o espaço mais interior, condicionado na sua altura pela cota da plataforma de manobras exteriores e pela consequente espessura de laje, necessária para suportar as cargas e movimentos exercidos sobre ela, é afeto ao acondicionamento e organização de material, aproveitando para esse facto, a métrica definida pelas linhas de marcação estrutural.

A materialidade imposta ao edifício decorre da opção conceptual que, desde o início do projeto, assumiu a vontade de lhe conferir uniformidade e durabilidade (perenidade), fixação resultante da presença secular do Castelo e da pedra que o sustenta.

Recorreu-se ao betão aparente, desativado, como matéria de suporte e acabamento em espaços e superfícies exteriores, e ao microcimento para as áreas interiores. No exterior, a unicidade da matéria e a sua textura irregular, com reforço de pigmentos, são os meios de aproximação à uniformidade, robustez e cor que a pedra de calcário e granito e a argamassa agregadora conferem ao Castelo.

A estereotomia definida nas superfícies do edifício, resulta de uma necessidade física (comportamento do betão) e regula-se por alinhamentos de planos e métricas proporcionais.

Atualmente, os pontões presentes na margem norte e na ilha, encontram-se degradados e descontextualizados da nova proposta, pelo que foram pensados dois novos elementos de atracagem de embarcações (fig. 180, 181).

Apesar do desenho não ter evoluído até uma escala de detalhe, que permita demonstrar o funcionamento destas estruturas, existiu o interesse e curiosidade em investigar tipologias aparentemente adequadas e adaptáveis à situação. Recorreu-se ao regulamento de utilização do Posto de Acostagem Público no Cais do Ouro, aprovado pelo

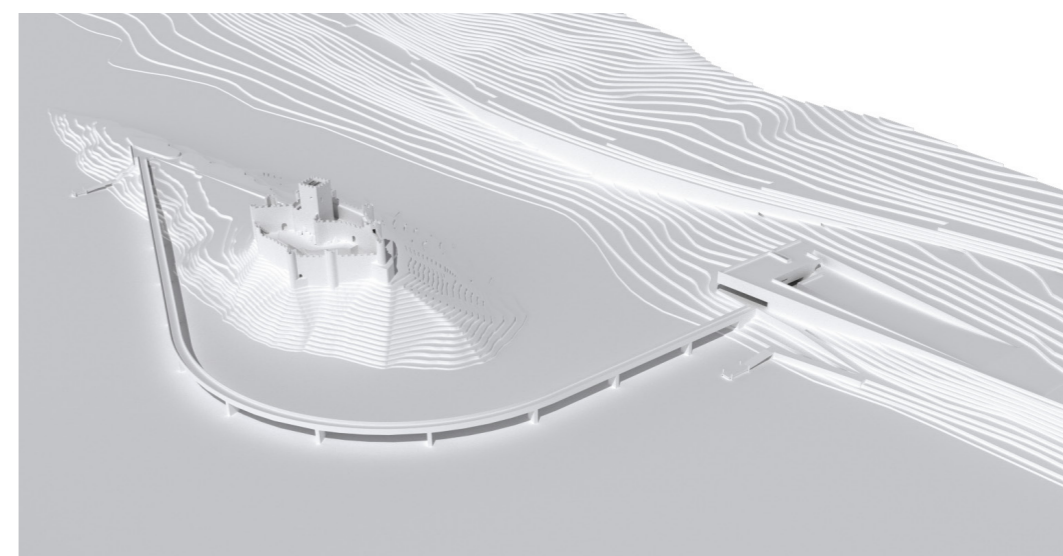
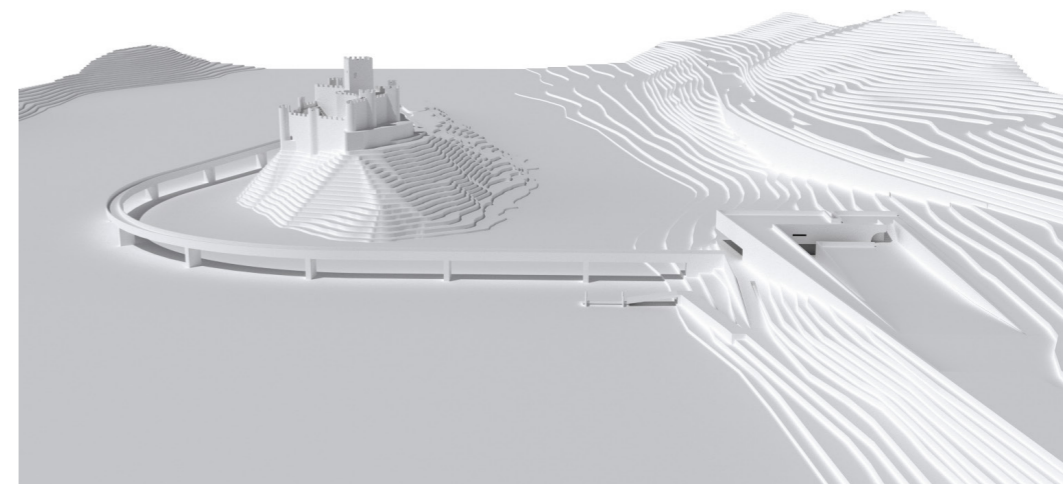


Fig. 180 - Modelação 3D (vista nascente)

Fig. 181 - Modelação 3D (com perceção sobre os pontões da margem norte e da ilha)

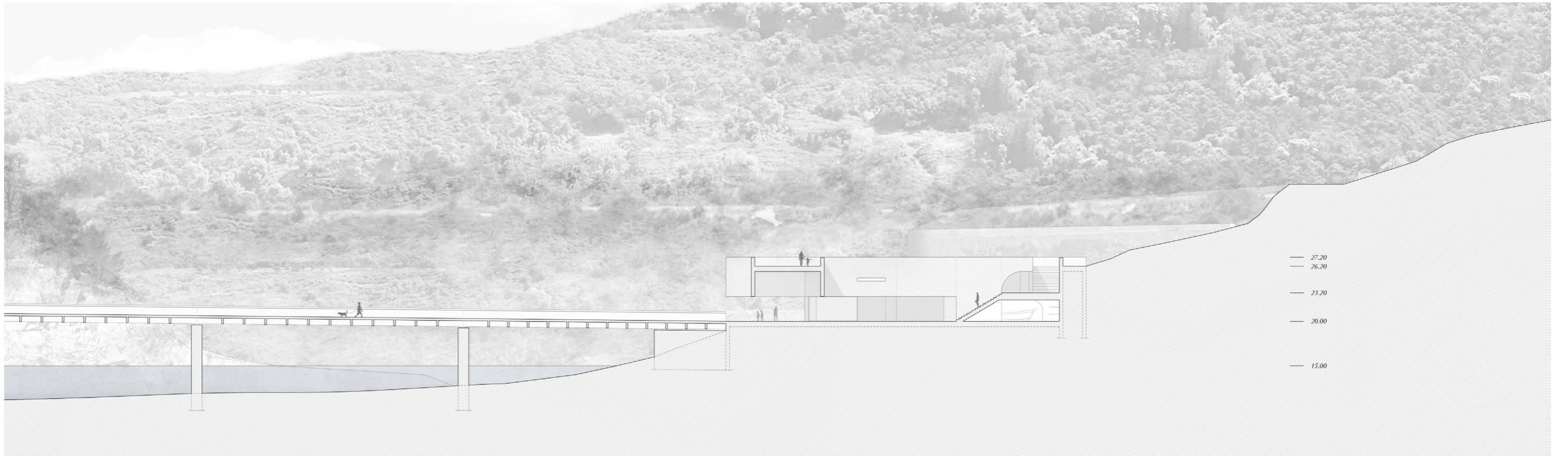


Fig. 182 - Corte BB'

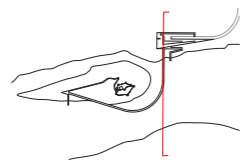
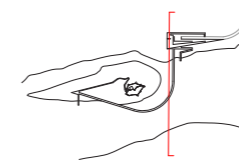


Fig. 183 - Corte CC'



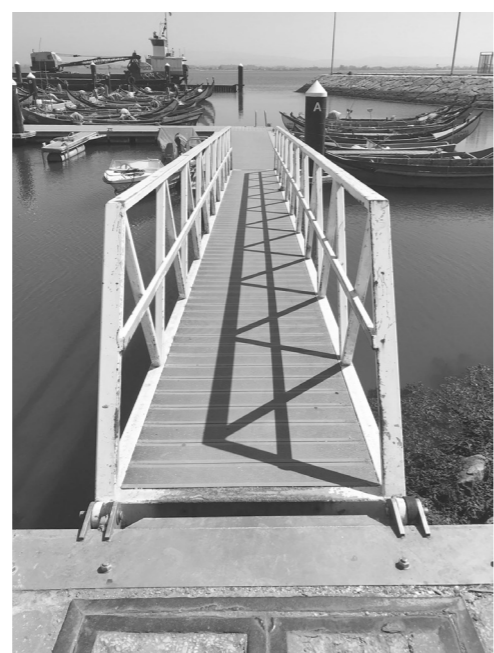
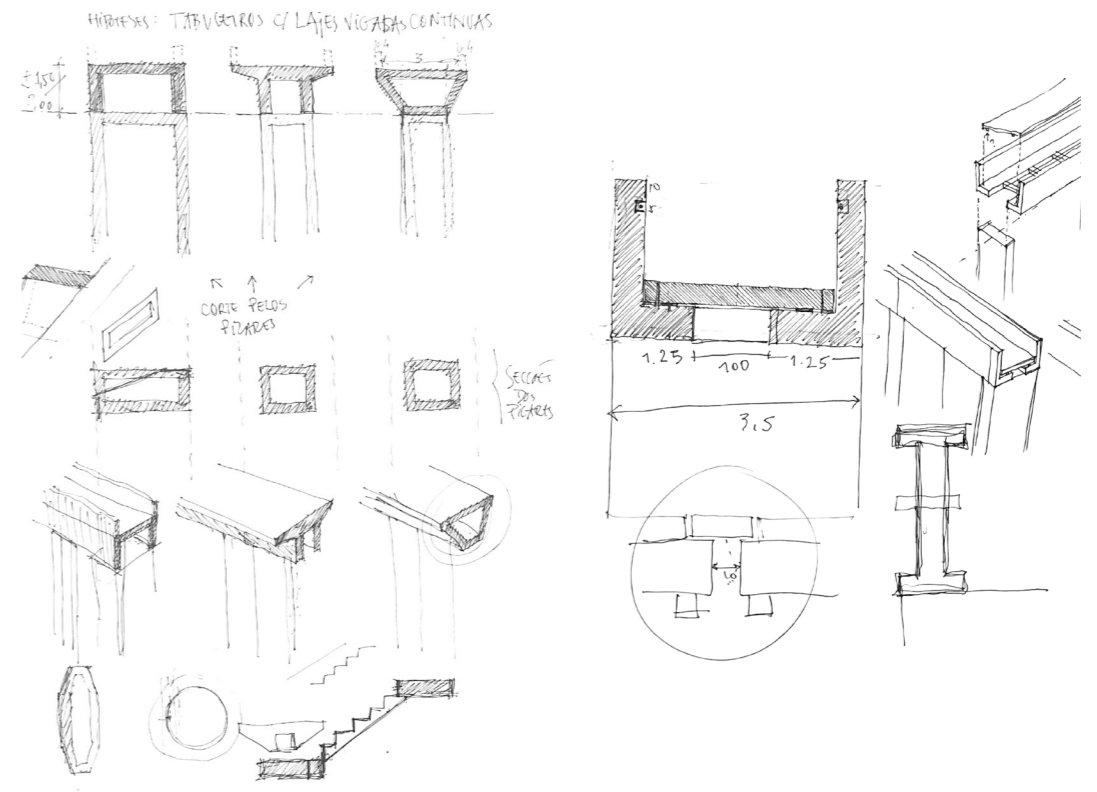
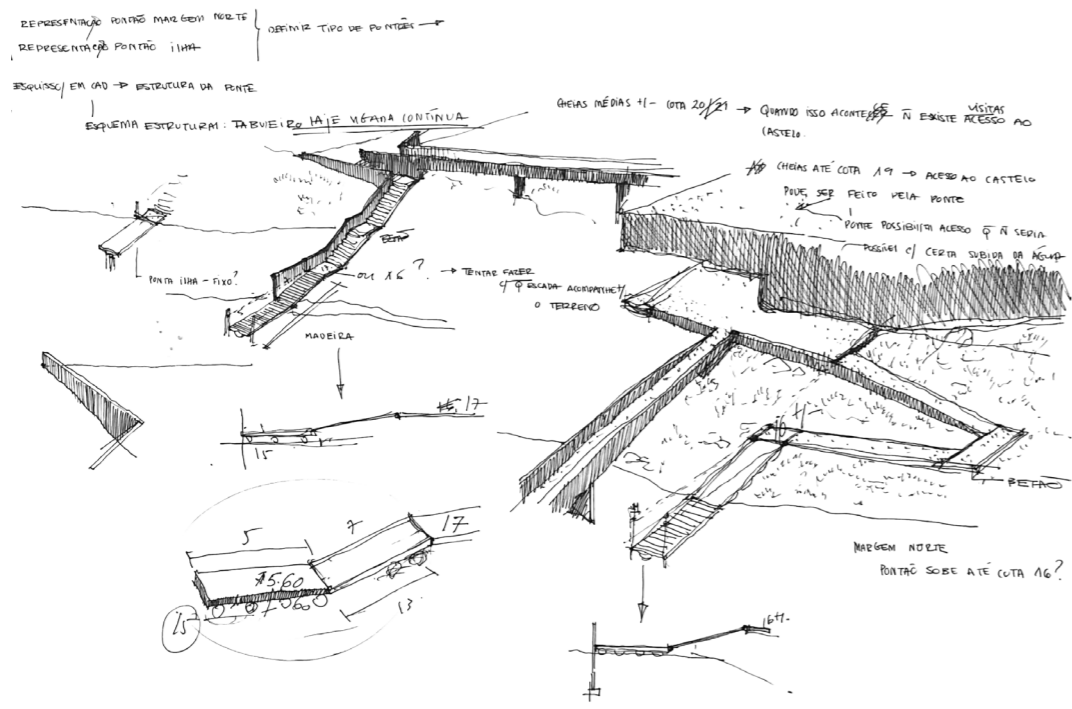


Fig. 184 - Esquissos dos pontões

Fig. 185 - Pontões do cais dos pescadores - Torreira (2021)

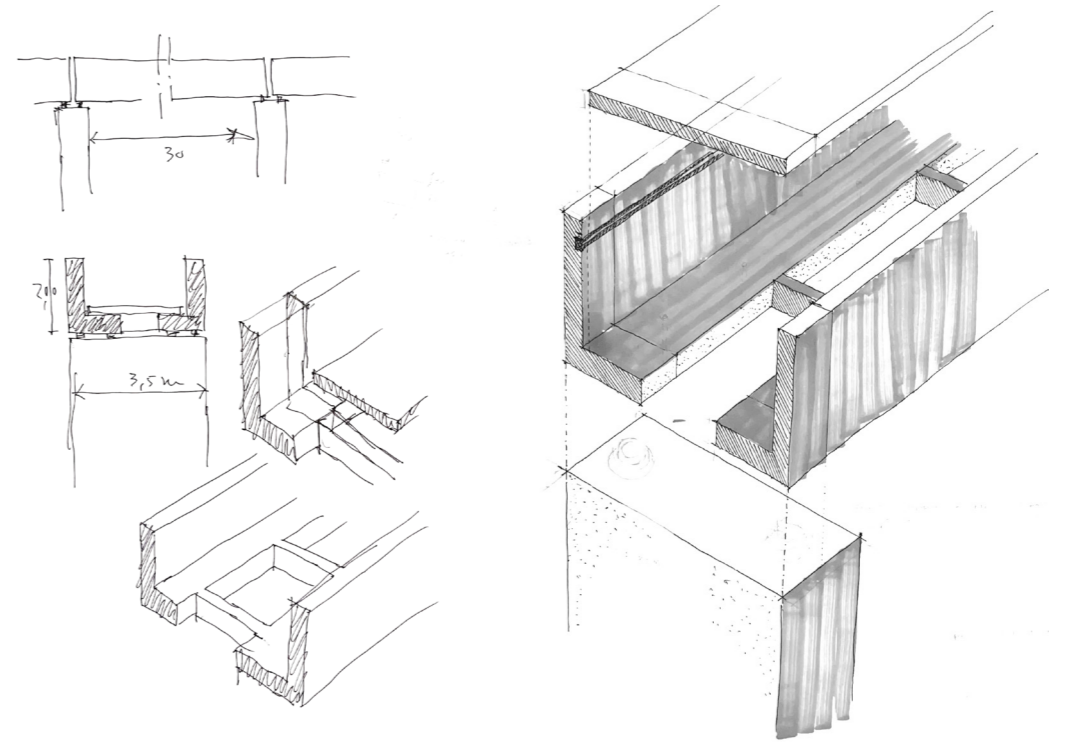


Fig. 186 - Esquissos da ponte

Decreto-Lei nº 335/98, através do qual se teve acesso a um desenho explicativo e pormenorizado da estrutura de um pontão flutuante a ser aplicado no cais, pela empresa LINDLEY – Marinas & Iluminação. Posteriormente realizou-se ainda uma visita ao cais dos pescadores na Torreira (fig. 185), onde foi possível ter contacto direto com estas estruturas, que possibilitou registos fotográficos complementares.

Na proposta, o desenho do desenvolvimento do percurso de acesso aos pontões teve de se adaptar à topografia do terreno – assumindo um circuito rampeado na margem norte e escadas na ilha. As rampas, de materialidade igual à do edifício, desenvolvem-se desde a cota (20,00) até à cota (17,00) com o propósito de garantir inclinações confortáveis. Desta última, até à cota (15,00) do plano de água, o percurso passa a efetuar-se sobre estruturas de composição semelhante às referenciadas anteriormente, de madeira e aço, com flutuadores na base e com a possibilidade de ajuste e adaptação (a partir das rótulas e dos auxiliares de flutuação) .

O pontão da ilha (fig. 170, 174, 181) desenvolve-se de forma similar, com a diferença de que se relaciona com uma escadaria em betão que permite alcançar o ponto de chegada da ponte e de início do percurso de acesso ao Castelo.

A ponte

“As pontes também fazem felizes os rios que são espelhos para elas, ou encrespada líquida que lhes corrói, por amor, os pilares, os pés das pontes” (Dias, 1992, p. 49).

Desde os primeiros esboços, a ideia de uma ponte unir os vários elementos constituintes do projeto esteve sempre patente. União não entendida como mera metáfora de ligação entre o presente e o passado, mas como elemento de reforço da unicidade do projeto e de resposta a vários condicionalismos detetados nas visitas ao local.

Inicialmente, a reação mecânica de proteção e de preservação do património e do lugar onde se insere, gerou, se não angústia, pelo menos tensão entre risco e desencorajamento, quanto à decisão de introduzir a ponte como elemento do projeto.

Os porquês foram inevitáveis:

Porquê a ligação à ilha e, conseqüentemente ao Castelo, se o propósito inicial, de defesa, era justamente o dificultar-lhe o acesso?



Fig. 187 - Renderização 3D da perspectiva da travessia de barco sobre a ponte e o castelo

Porquê uma ligação definitiva neste contexto e envolvente particulares, se não existem registos de anteriores ligações perenes?

Porquê criar uma ponte quando já existe uma forma de se aceder à ilha em ligações por barco?

Qual o seu impacto na transformação e leitura da paisagem e do monumento?

As respostas a estas questões, apresentam os argumentos que ajudam à justificação e sustentação da decisão.

Se no passado os castelos assumiam um papel defensivo, onde a dificuldade de acesso e permeabilidade faziam parte dos requisitos quer construtivos, quer de implantação, atualmente tal não se justifica. Após perderem a sua função primitiva, estas estruturas passaram a assumir uma posição de interesse turístico e cultural pelo seu valor histórico e simbólico, devendo-se, por isso, adaptar às necessidades geradas pelos novos pressupostos. Esta adaptação passa, entre outras opções, pela garantia de acessibilidade, conforto, diversificação e atratividade.

As ligações físicas conhecidas ao Castelo, além das passagens sem regra sobre as pedras quando o caudal do rio o permite, foram as estruturas de pontes temporárias executadas pelos militares (tal permite dizer que, noutra enquadramento, a ligação à ilha por ponte, já existiu).

O facto de já existir um meio de comunicação entre a margem e a ilha, não invalida a implementação de uma nova alternativa com a mesma finalidade. Apesar da travessia de barco constituir uma experiência agradável, acarreta também vários constrangimentos. A dependência do estado do rio e dos seus caudais, a possibilidade de avarias, a dimensão reduzida das embarcações e os seus horários de funcionamento, são fatores de constrangimento a que uma variante (ponte) pode dar uma resposta eficaz, em favor do serviço ao visitante. Não se perde a experiência do atravessamento de barco e ganha-se atratividade com um novo percurso pedonal.(fig. 187)

Mais do que por necessidade, a ponte incita ao atravessamento onde antes não o era possível fazer. O seu traçado não é o mais curto, optando-se antes pelo que pode proporcionar uma experiência sensorial mais duradoura e atrativa, uma nova perceção e apropriação da paisagem e do Castelo. O seu movimento, marcado pela linha larga e curva que rodeia a ilha por nascente e sul, enfatiza esse propósito e marca decisivamente a proposta (fig. 188).

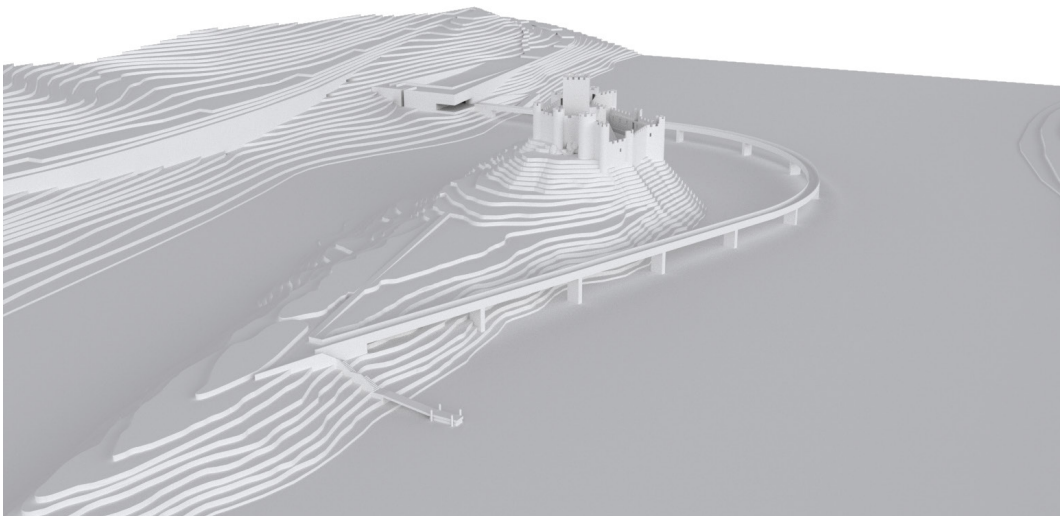
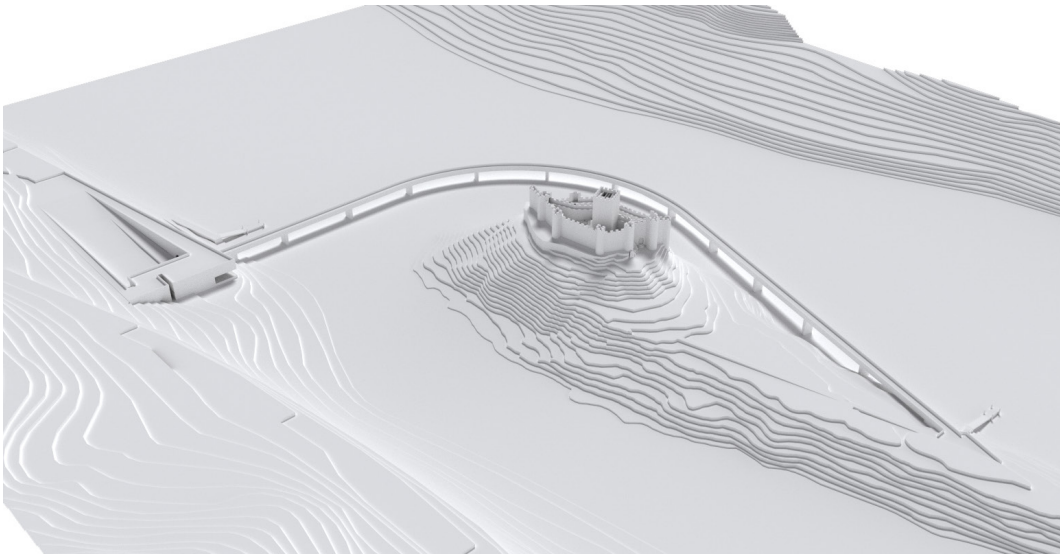


Fig. 188 - Modelação 3D (perspetiva genérica da ponte e da proposta geral)

Fig. 189 - Modelação 3D (perceção sobre a receção do pontão e da ponte à ilha)

O tabuleiro da ponte desenvolve-se com uma inclinação de cerca de 1%, entre as cotas (20.00) da plataforma/esplanada da margem norte e a cota (23.00) de chegada à ilha, garantindo, pelo perfil que apresenta, conforto no seu atravessamento e um impacto que não compromete a relação visual com o Castelo.

O espaçamento de cerca de 30 m entre os seus apoios verticais, os 2 m de altura total do plano horizontal (altura total das suas vigas) e a cota de implantação do Castelo (entrada nas muralhas- 37.00), aliados ao seu efeito curvilíneo e à amplitude do espaço envolvente, garantem a permeabilidade necessária à minimização do seu impacto.

Sendo exclusivamente pedonal, com uma largura total de 3,50 m, a sua largura útil de 3 m, permite o acesso de viaturas socorro em situações de emergência.

Prevê-se a sua execução com elementos pré-fabricados de betão armado pré-esforçado. Os pilares, com uma profundidade de 3,50 m e uma largura de 1,20 m, recebem as vigas laterais em “L” com 2 m, nas quais acenta o tabuleiro que, ao afastar-se das laterais, possibilita o escoamento das águas superficiais. Nos seus apoios, aparelhos metálicos próprios garantem o amortecimento dos seus movimentos e o seu afastamento permite acentuar a linha horizontal estrutural. Entre apoios de viga, a eixo dos pilares, as linhas de juntas verticais garantem a necessidade funcional e vincam a sua estereotomia. Existem ainda vigas transversais estabilizam o conjunto. O betão será pigmentado com cor semelhante ao castelo e ao edifício da margem norte.

A ilha e os seus percursos

A chegada/partida da ilha organiza-se numa área de descompressão e distribuição onde culminam o pontão, a ponte e o percurso que encaminha o visitante até ao monumento (fig. 189).

Inicialmente foram exploradas várias hipóteses para o desenho deste percurso, testando a possibilidade de uma plataforma que arrancaria da cota “zero” e que através de tramos de inclinação contínua, variáveis entre os 6% e os 8%, garantiria um percurso acessível desde o edifício de chegada até à entrada no castelo. Porém abandonou-se o critério da acessibilidade, tendo em consideração o seu impacto físico e visual (acrescido da necessidade criar pontos de derivação ao longo do percurso) e retomou-se o percurso existente, apenas retocado no seu desenho e na sua constituição, promovendo o contacto direto com o terreno e a sua topografia e a vegetação que o preenche.

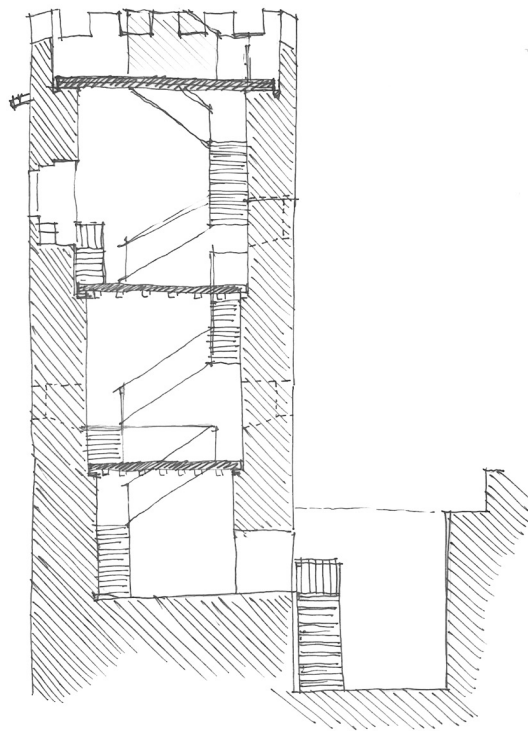
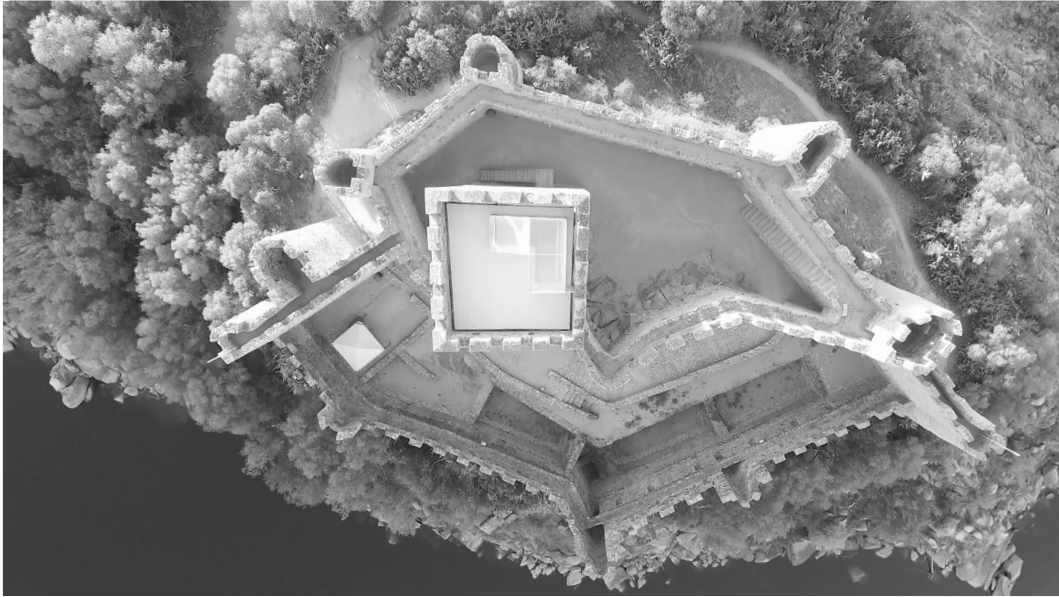


Fig. 190 - Imagem aérea do Castelo de ALmouroul

Fig. 191 - Esquisso de um corte pelo interior atual da torre de menagem.

A primeira parte do percurso, de baixa inclinação é composta por uma superfície contínua, permeável, de betão poroso balizado por guias de aço, até ao momento em que o acentuar da topografia obriga ao recurso do terreno natural pontuado por elementos de transição em lajedo de pedra e/ou madeira.

A Torre de Menagem

“E, como um milagre, quando a luz chega, parece que conseguimos tocar o tempo. Algo que parecendo inacessível, está ao nosso alcance e nos comove. [...] O milagre espacial do tempo tangível é uma realidade ao nosso alcance” (Baeza, 2013, p. 14).

A Torre de Menagem é desde a sua origem templária o elemento central da unidade castelar. Antes, principal ponto de poder e último reduto de defesa, hoje da mesma forma se mantém como o *coração* da proposta de intervenção.

Tomando como ponto de partida o existente, a Torre tem cerca de 14,75m de altura, desde a cota de entrada (44.28) até à linha de pavimento do terraço acrescentando as ameias (0,85 m) e merlões (1,70 m). Os dois pisos intermédios desenvolvem-se às cotas (48.03) e (53.03) respetivamente, e o terraço à cota (59.05). No segundo piso o plano de pavimento toma como referencia a soleira do vão nascente e não a linha da soleira da janela conversadeira que lhe é adjacente e se situa 1,10m acima, criando um estrangimento no espaço e obrigando a um sobrepiso (fig. 190, 191)

A proposta prevê a manutenção da essência material exterior e interior protagonizada pela pedra, e a subtração de todos os pisos com exceção do da entrada, resultando esta opção da exiguidade do seu espaço interior (3,71 x 3,76 m no piso de entrada; 4,00 x 4,28 m no primeiro piso e 4,48 x 4,58 m no segundo) que não permite proporcionar, simultaneamente, uma boa circulação vertical e uma permanência e fruição confortável dos espaços. O fosso será desaterrado (-2,78 m), recuperando-se a sua existência já anteriormente referida (fig.192, 198, 199).

Por sua vez, pretende-se que o conteúdo informativo/expositivo seja reduzido à informação essencial sobre o castelo. Para tal, prevê-se a aplicação de formas dinâmicas de projeção ou visualização digital, em detrimento do uso de expositores convencionais que consomem demasiado espaço, reservando-se para os outros pontos de visitaçao local sobre o tema - como o Centro Interpretativo Templário de Vila Nova da Barquinha - o conhecimento mais massivo e abrangente. Desta forma, consegue-se ainda



Fig. 192 - Planta Fosso (43.52m)

Legenda:
1. Entrada do Castelo
2. Pátio Inferior

3. Pátio Superior
4. Fosso - "Armazém de Lendas"

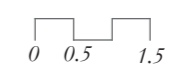
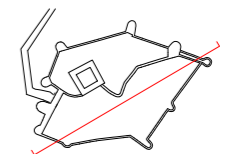




Fig. 193 - Corte/Alçado Sul



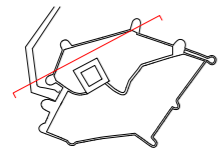


Fig. 194 - Corte/Alçado Norte



Fig. 195 - Planta Entrada (45.65m)

Legenda:
1. Espaço de Recepção

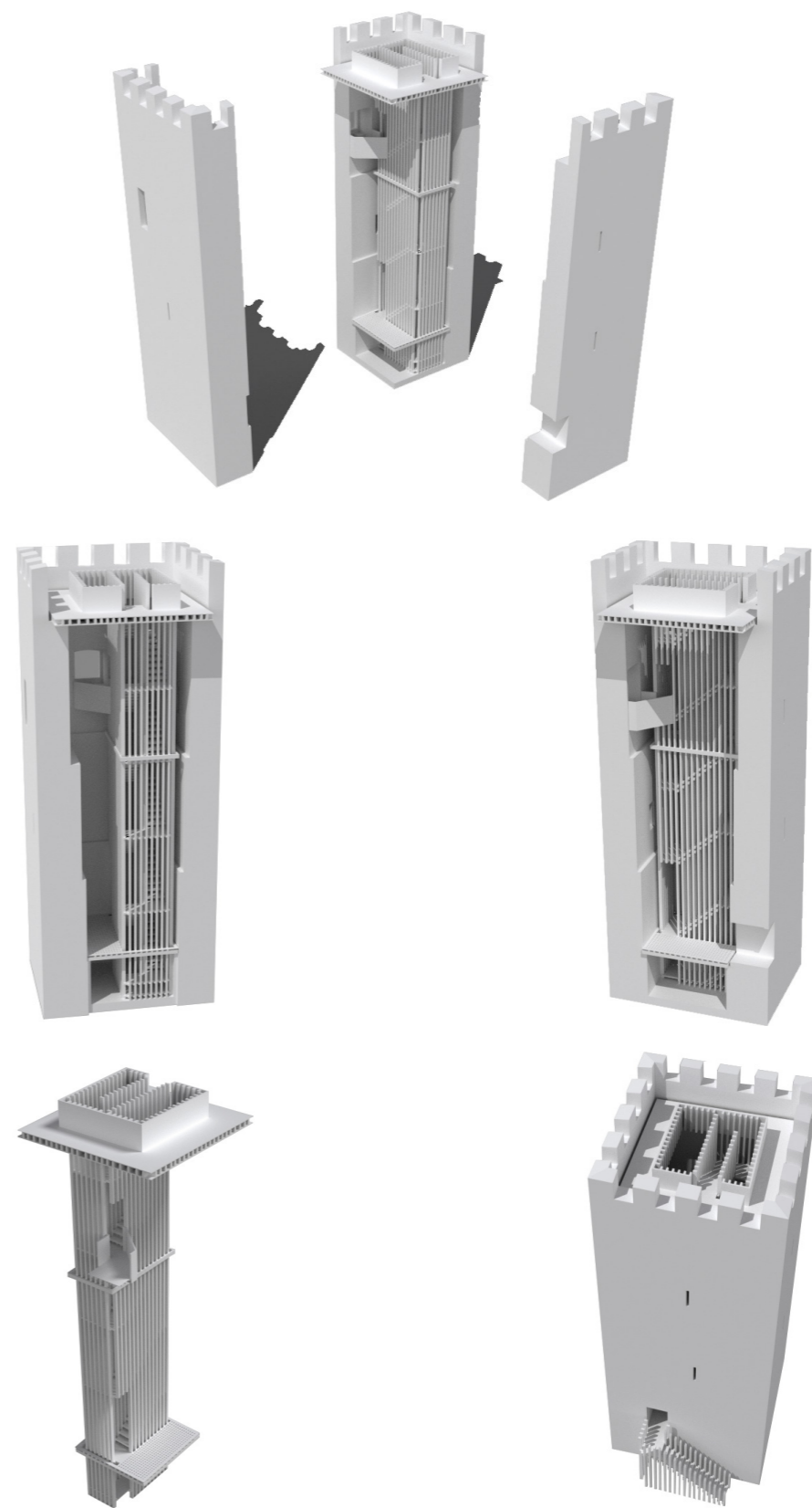


Fig. 196 - Modelação 3D da nova proposta para a torre de menagem de Almourol

cumprir o interesse da complementaridade de informação ao longo dos vários pontos da rede. Refira-se também a manutenção dos totens preexistentes nos pátios do Castelo e no exterior, ao longo do percurso na ilha bem como no edifício de chegada.

Estas razões de carácter funcional, conjugadas com a carga simbólica e lendária do Castelo e, em particular da sua Torre, criam a oportunidade para gerar uma nova espacialidade. Pretende-se que esta, além das referências tangíveis, seja marcada de forma dinâmica pela passagem do Tempo, vincada nas paredes pelo movimento da luz e das sombras, criando uma atmosfera capaz de estimular novas experiências multissensoriais, que resgatem memórias ou projetem o imaginário, e permitam a cada visitante a sua própria fabulação. Sobre esta intenção de elevar a experiência sensorial refira-se a percepção de Graça Dias (1992, p. 218),

“Não tenho bem a certeza da pertinência da fórmula de Vitruvius (Arquitetura = Solidez + Conforto + Deleite) [...] Acho que o Deleite (o gosto, a fruição, a contemplação o espanto, o êxtase, o arrepião, o abismo) terá sempre que ser maior e mais e muito melhor e máximo, contendo grande parte de Conforto [...] e que a Solidez é da intensidade da experiência e de uma grande, grande relatividade”.

O acesso à Torre faz-se a partir da nova escada de madeira proposta, cuja leitura anuncia a materialidade, constituição e desenho da que se desenvolve no seu interior (fig.194, 195, 196). Vencido o desnível de 2,78 m atravessa-se o espesso e baixo (1,80m) vão. A esta compressão segue-se a surpresa proporcionada pelo efeito perspético gerado pela libertação dos planos horizontais do espaço, permitindo a sua leitura integral até ao céu, limite do imaginário (fig.198, 199). Este efeito acentua-se pelas suas contidas dimensões e pela verticalidade da estrutura ripada das escadas de madeira.

As paredes contam histórias, através da pedra e das memórias que guardam, as seteiras quais fissuras de luz e defesa, o vão nascente, a janela conversadeira disponível para qualquer bela *Miraguarda*¹⁶ observadora do Tejo e despedaçadora de corações (fig. 193, 197) .

Sob os pés, o engradado de madeira (fig. 195) através do qual se vislumbra o fosso, agora espaço de “armazém” das lendas (fig. 192), cuja superfície, se prevê permeável através da utilização de gravilha, considerando a inexistência de cobertura integral.

16 Lenda de Palmeirim e do Gigante Almourol.



Fig. 197 - Planta Conversadeira (50.94m)

Legenda:
1. Conversadeira

0 0.5 1.5



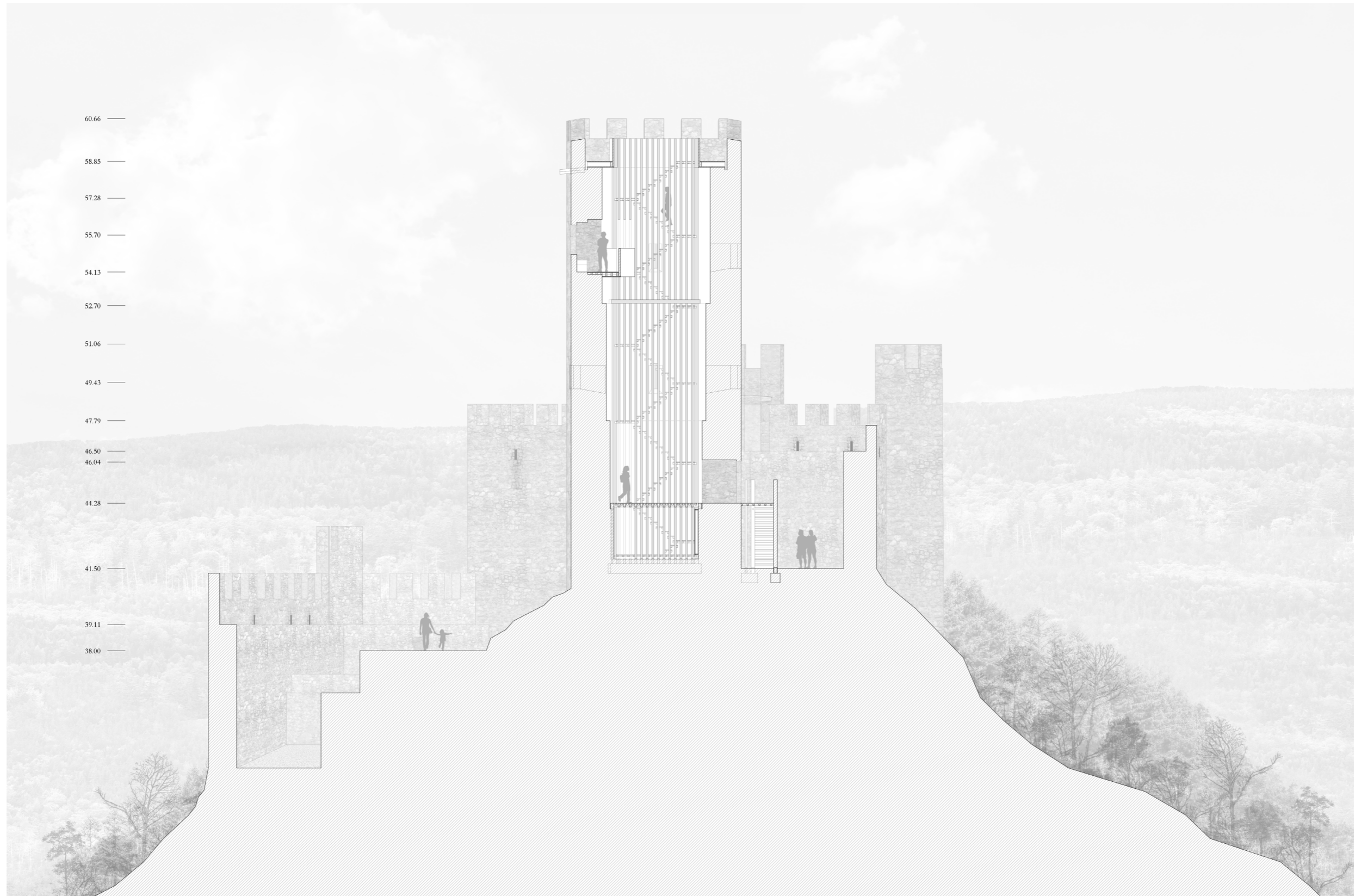
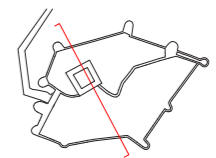
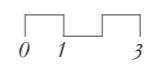


Fig. 198 - Corte AA'



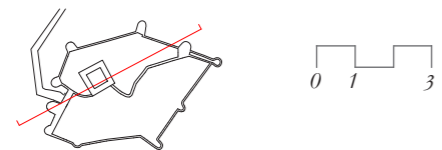
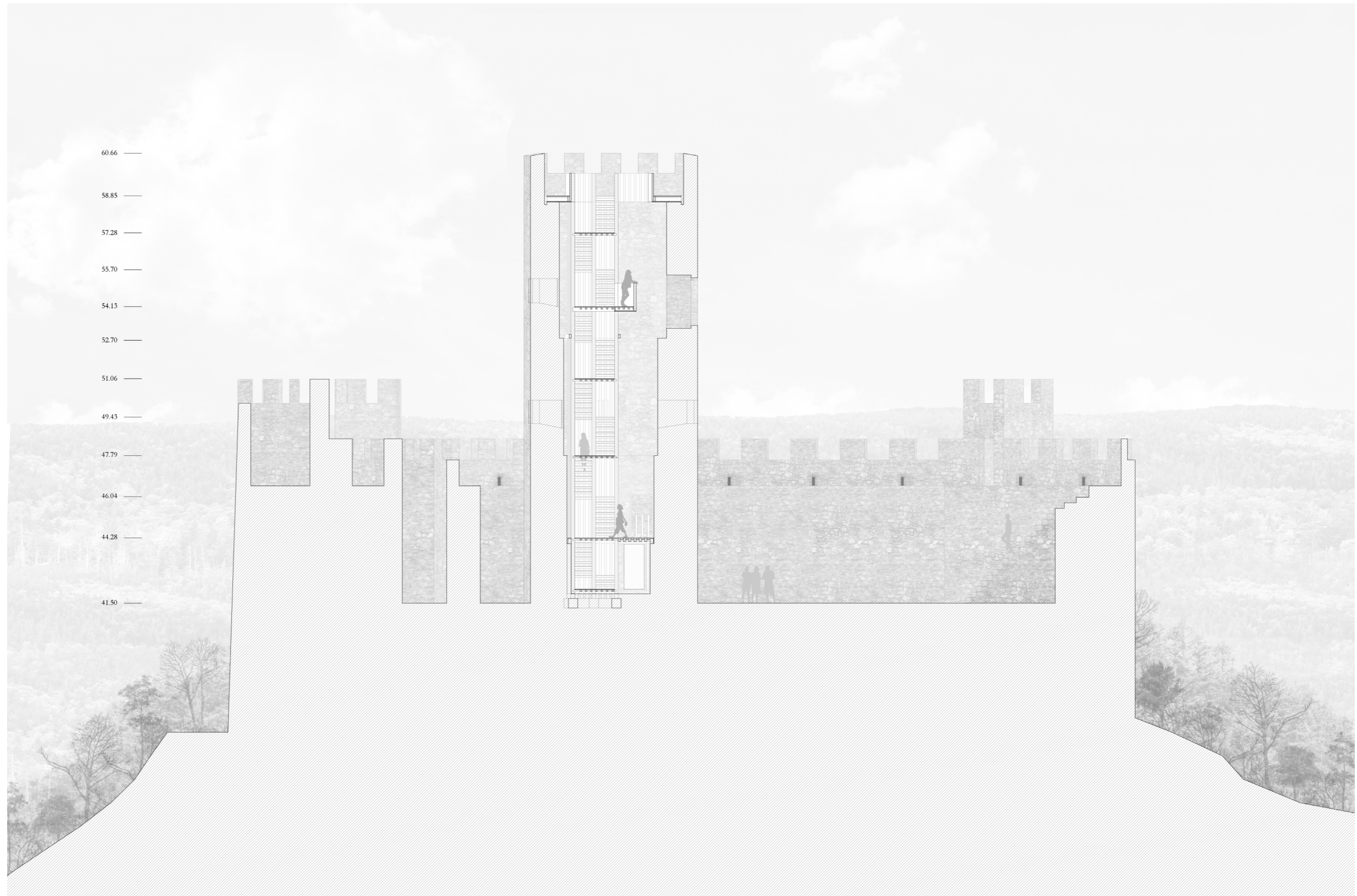


Fig. 199 - Corte CC'

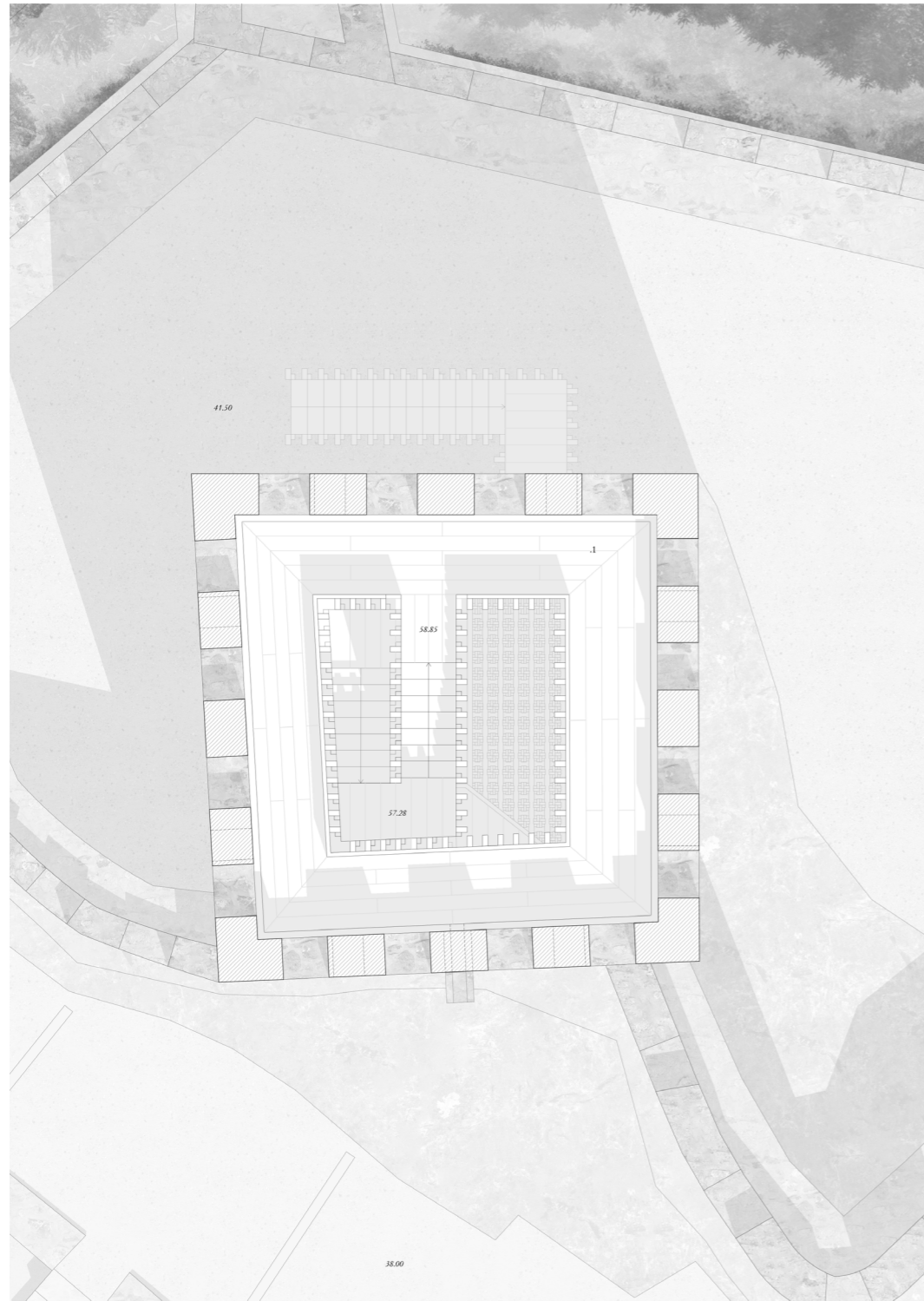


Fig. 200 - Planta Cobertura

Legenda:
1. Varanda Panorâmica

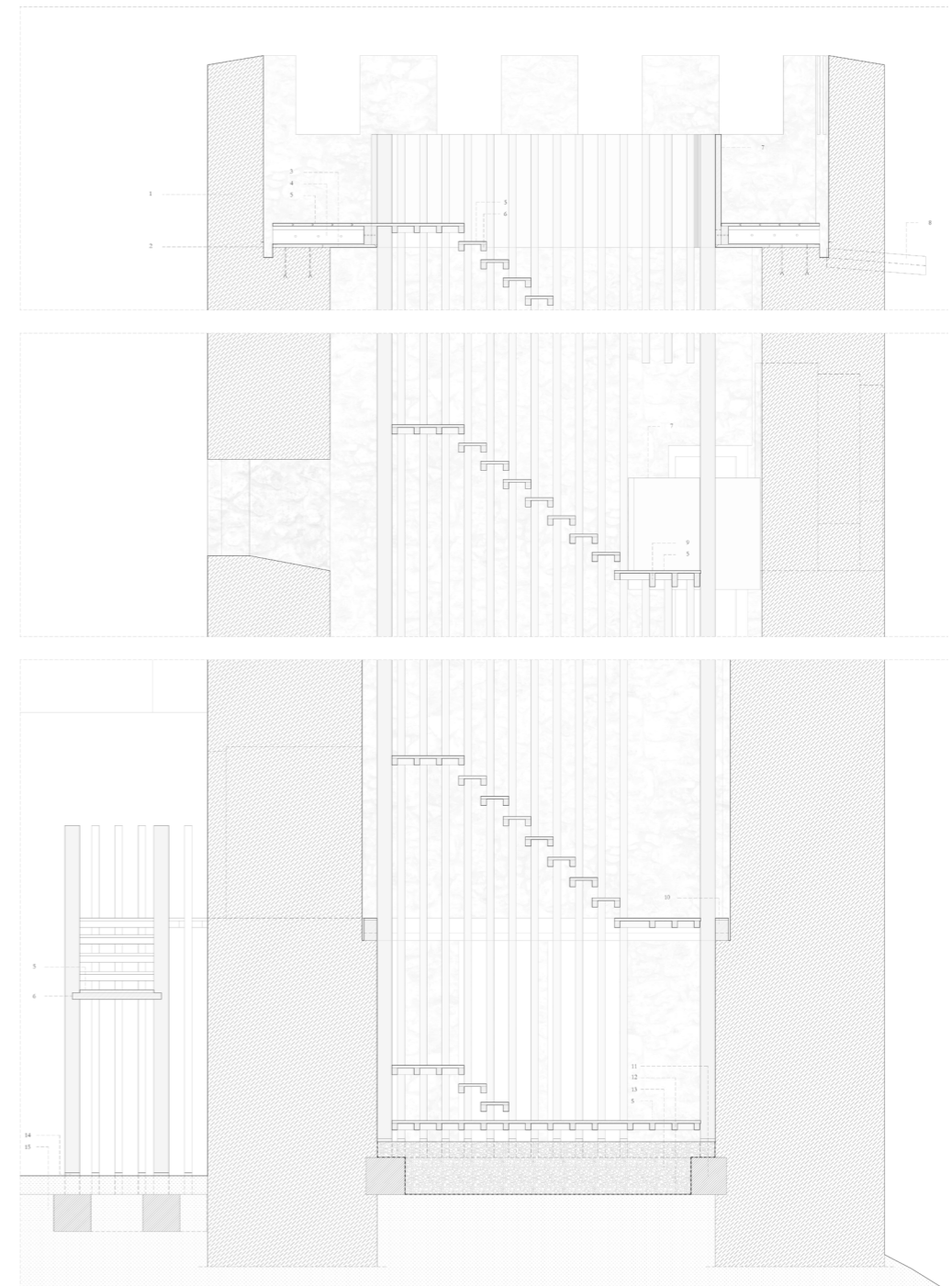
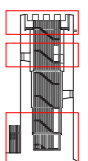


Fig. 201 - Corte Construtivo (legenda disponível em anexo)

0 0.5



A escada interior, em madeira de taçula apresenta uma estrutura autoportante estabilizada pelos seus degraus, pelas paredes do fosso (as únicas em que o novo toca no existente), pelo pavimento da entrada e por um anel de madeira presente naquele que corresponderia ao 2º piso. O seu desenho, de duplo tramo com cerca de 0,80 m de largura, apresenta-se todo à direita num esforço de controlo e “poupança” de espaço, aproveitando-se apenas esse lado para se desenvolver a circulação vertical desde o fosso até ao nível mais alto da torre. O circuito criado pelas escadas, apesar de contido entre os prumos verticais, permite criar uma relação visual constante com os diferentes níveis do espaço, aqui simbolicamente retratados pelos entalhes originais na pedra onde assentariam as vigas dos pisos, possibilitando ainda o acesso à conversadeira e a relação visual com o vão a nascente, também ponto de fuga visual sobre o rio. Na chegada ao último piso (fig. 200), anteriormente terraço, a estrutura da escada coroa a torre com uma varanda de madeira, tamponada por ripado, e sustentada com barroamento e fixações metálicas à pedra envolvente, que permite uma vista panorâmica de 360º, com uma perceção única do interior da Torre (agora o efeito perspético inverso), da paisagem, do Tejo, dos vales, das vilas vizinhas e da ligação umbilical entre todos os elementos do projeto.

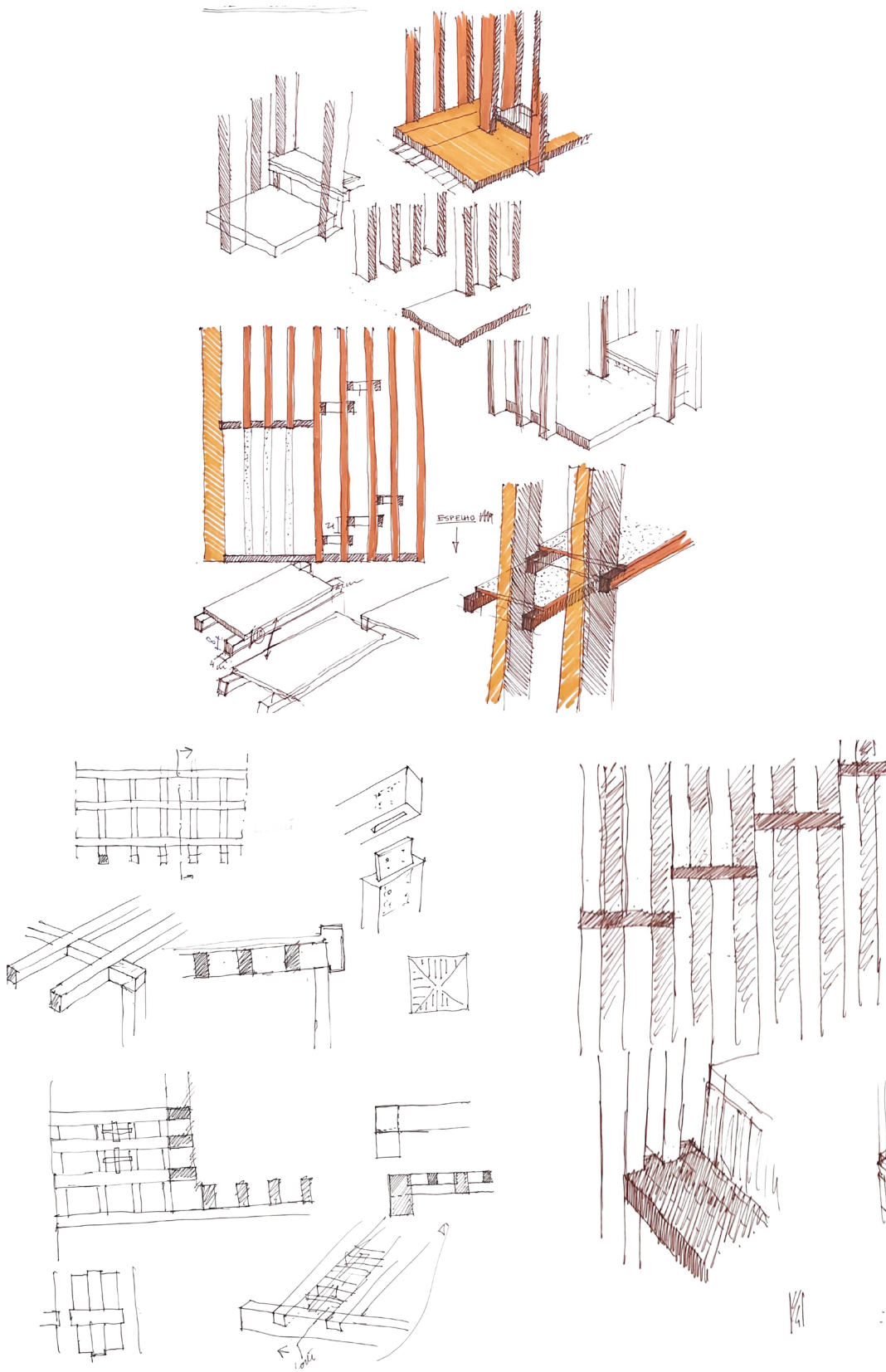


Fig. 202 - Esquissos da Torre de Menagem

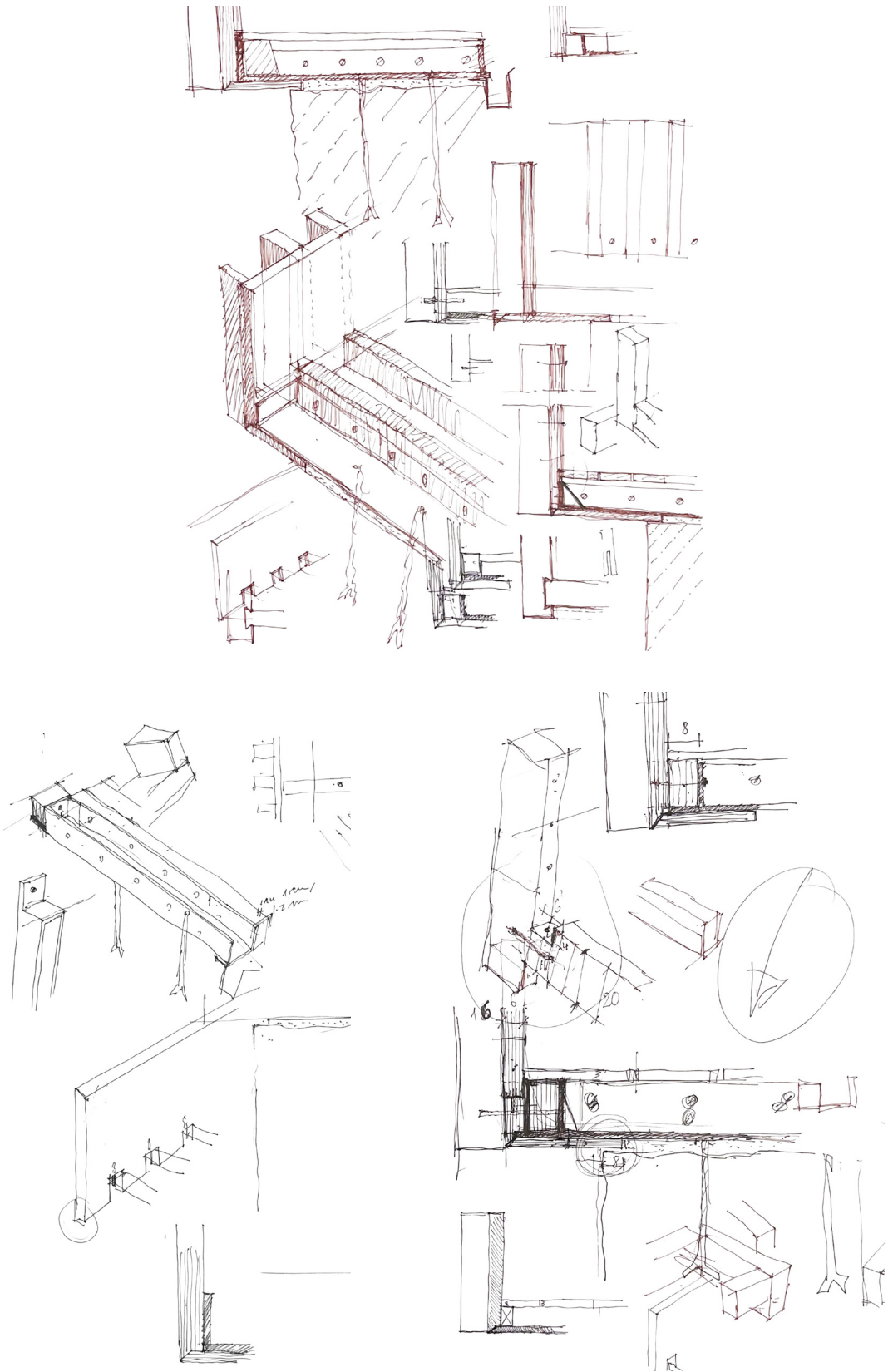


Fig. 203 - Esquissos da Torre de Menagem

Considerações Finais

Na impossibilidade de vir a ser o que já foi, o Castelo, enquanto bem patrimonial e documento vivo, portador de história e memória de uma identidade coletiva, comporta em si a ambição de preservação, reconhecimento e integração.

Foi o valor que encerra, associado às oportunidades que podem surgir da sua exploração, que motivaram a vontade de intervir em Almourol.

O confronto com a realidade do construído e a percepção tanto do seu enquadramento paisagístico, como do seu papel na região, indicaram uma estratégia de intervenção alargada, com vista a valorizar a relação do castelo com a envolvente, extravasando os limites do mesmo. Esta escala de atuação permitiu criar ações territoriais potenciadoras do desenvolvimento socioeconómico e cultural do local, apoiado sobretudo no setor do turismo.

Desta forma, e olhando para a arquitetura como disciplina capaz de estabelecer uma relação indissociável entre o espaço e o tempo - consolidando, materializando e imortalizando as memórias vivas presentes no castelo - coube ao projeto aproximar-se de uma resposta coesa com o pré-existente.

Tratando-se de uma proposta onde o elemento central é um monumento nacional, tornou-se fundamental investigar teorias e pensamentos sobre a intervenção no património. Desse estudo destacaram-se aqueles que se viram ser capazes de fundamentar a proposta, que prevê conciliar a componente histórica e simbólica com uma visão contemporânea, abraçando dois tempos distintos em harmonia num espaço comum.

Neste sentido, surge a sustentação para a ideia da ponte, assumindo-se o risco desta intervenção. Alterando inevitavelmente a leitura da paisagem, possibilita uma nova dinâmica da percepção e experientiação do espaço, permitindo ainda que os limites existentes entre o Castelo e a margem fossem quebrados, assegurando uma ligação umbilical entre os vários elementos estruturantes do projeto.

No desenvolvimento da proposta foram surgindo vários desafios a que se teve de dar resposta, podendo-se destacar: o fator da componente turística do lugar levantar a necessidade de acolher um elevado número de veículos, entre os quais, autocarros, o que condicionou a dimensão do edifício de chegada, impossibilitando que fosse tão discreto como o que se tinha ambicionado em primeira instância; e a função a atribuir à torre de menagem, uma vez que, as suas dimensões reduzidas dificultaram a organização/ocupação espacial interior, levando a inúmeros estudos, até se chegar ao que se julga ser o que mais enfatiza o seu valor simbólico.

A presente dissertação, sendo de índole teórico-prática, possibilitou a aquisição e aplicação de conhecimentos nestas duas vertentes. Recorrendo-se aos recursos fornecidos ao longo da formação académica, foi possível trabalhar o projeto a várias escalas, fazer a análise e interpretação de questões mais formais e legislativas e continuar a explorar ideias através de ferramentas diversas (desenho, maquetes, elementos virtuais).

Independentemente dos constrangimentos sentidos no decorrer da prova, esta, revelou-se como uma desafiante e motivadora conclusão de um ciclo, permitindo que outro se inicie de modo mais consolidado, seguindo o perpétuo movimento da procura e do conhecimento.

Fontes de Imagens

Fig. 1: Castelo de Almourol. Esquisso da autora.

Fig. 2: O D'arq, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 3: Castelo de Almourol, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 4: 'Brumas da Manhã', 2012. Fotografia de Maria Isabel Clara. Retirada de: <https://www.mediotejo.net/vn-barquinha-as-mil-palavras-soltas-de-maria-isabel-clara/>

Fig. 5: Castelo de Soure, 2018. Fotografia de Carlos Bernardo. Retirada de: <https://www.omeuescriptorioelafora.pt/soure/castelo-de-soure/>

Fig. 6: D. Gualdim Pais. Retirada de: <https://cethomar.blogspot.com/2006/12/questo-2-quem-foi-d-gualdim-paes.html>

Fig. 7: Castelo de Tomar. Retirada de: <https://otemplario.pt/destaque/tomar-e-cidade-velha-em-cabo-verde-assinam-protocolo-de-geminacao/>

Fig. 8: Lápide sobre a porta da segunda cerca, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 9: Lápide sobre a porta da segunda cerca. Retirada de: <https://www.mediotejo.net/os-achados-descobertos-nas-escavacoes-arqueologicas-em-almourol-por-fernando-freire/>

Fig. 10: Imagem aérea de localização. Elemento produzido pela autora a partir de imagens IPSentinel.

Fig. 11: Territórios doados à Ordem do Templo em 1169 segundo João José Alves Dias. Retirada de: <https://atalaia-barquinha.blogspot.com/2018/12/castelo-de-almourol.html>

Fig. 12: Ruínas da Igreja do Convento de Nossa Senhora do Loreto. Retirada de: <https://portugal-em-pedra.blogspot.com/2021/05/nossa-senhora-do-loreto-em-tancos-um.html>

Fig. 13: Carta da Correição e Provedoria de Tomar. Retirada de: https://www.europeana.eu/en/item/10501/bib_rnod_219707

Fig. 14: Carta Geográfica da Estremadura, 1777. Retirada de: <https://purl.pt/24998/2/>

Fig. 15: Depósito de toros de madeira no areal da Praia do Ribatejo, 1917. Retirada de: <https://www.mediotejo.net/vn-barquinha-a-primeira-ponte-sobre-o-tejo-a-obra-de-arte-ponte-da-praia-do-ribatejo-para-a-qual-reclamamos-atencoes-e-cuidados-por-fernando-freire/>

Fig. 16 : Linha de caminho de ferro. Retirada de: <https://otemplario.pt/turismo/trilho-pa-noramico-do-tejo-vai-ser-uma-das-atracoes-turisticas-da-barquinha/>

Fig. 17: Implantação do Castelo na ilha - vista desde a margem norte. Retirada de: <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2011/02/castelo-de-almourol.html>

Fig. 18: Vista exterior da porta de entrada no castelo com lápide a coroar o pórtico. Fotografia da autora.

Fig. 19: Vista interior da porta de entrada no castelo. Fotografia da autora.

Fig. 20: Planta do Castelo de Almourol. Retirada de: Gandra, M. J. (2018). *Guia Templário de Portugal: Almourol - Cardiga*. (4ª ed.). Mafra: Manuel J. Gandra & Centro Ernesto Soares de Iconografia e Simbólica-Cesdies.

Fig. 21: Alambor de Almourol. Retirada de: <https://miscastillos.blog/2018/01/24/castelo-de-almourol/>

Fig. 22: Vista sobre o primeiro pátio e muralha interna, 2019. Retirada de: <https://www.viagensepasseios.com/passeio-ao-castelo-de-almourol/>

Fig. 23: Acesso ao segundo pátio, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 24: Torre de Menagem de Almourol, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 25: Corte pela Torre de Menagem com representação do fosso. Retirada de: Gandra, M. J. (2018). *Guia Templário de Portugal: Almourol - Cardiga*. (4ª ed.). Mafra: Manuel J. Gandra & Centro Ernesto Soares de Iconografia e Simbólica-Cesdies.

Fig. 26: Vista interior do vão virado a nascente, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 27: Vista interior da onversadeira (virada a sul), 2021. Fotografia da autora.

Fig. 28: Vista sobre a muralha a nascente e Porta da Traição. Retirada de: https://live.staticflickr.com/4578/38495022222_2c4b8b436c_b.jpg

Fig. 29: Adarve do primeiro pátio, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 30: Adarve do recinto da Torre de Menagem, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 31: Adarve no extremo oposto à entrada com aproximação formal a uma couraça, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 32: Paio de Pele - Memórias paroquiais. Arquivo Nacional Torre do Tombo, vol. 36, nº 52h, p. 334 Retirada de: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4241865>

Fig. 33: Paio de Pele - Memórias paroquiais. Arquivo Nacional Torre do Tombo vol. 42, nº 274, p. 129. Retirada de: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4242628>

Fig. 34: ‘The Vale of Tancos in Portugal’, 1809. Retirada de: <http://cethomar.blogspot.com/2015/05/almourol-lendario-i.html>

Fig. 35: ‘Ruínas do Castelo d’Almourol, sobre o Tejo’. Conde de Melo. Retirada de: <http://cethomar.blogspot.com/2011/08/castelo-de-almourol-parte-i.html>

Fig. 36: Castelo de Almourol, 1868/69. Henrique de Nunes. Retirada de: <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/viewer?id=87171>

Fig. 37: Exercícios da Escola Prática de Engenharia. Retirada de: <https://www.medio-tejo.net/almourol-os-segredos-do-castelo-que-os-templarios-ergueram-ha-850-anos-c-video/>

Fig. 38: Relatório das escavações em Almourol, 1898/99. Retirada de: <https://www.medio-tejo.net/os-achados-descobertos-nas-escavacoes-arqueologicas-em-almourol-por-fernando-freire/>

Fig. 39: Planta das escavações em Almourol, 1898/99. Retirada de: <https://www.medio-tejo.net/os-achados-descobertos-nas-escavacoes-arqueologicas-em-almourol-por-fernando-freire/>

Fig. 40: Lista dos monumentos nacionais aprovada pelo governo a 16 de junho de 1910. Retirada de: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/decsmaria/Decreto23_06_1910.pdf

Fig. 41: Documento de aprovação para intervenção na Zona de Proteção relativa a Almourol. Retirado de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. António Trigo de Morais. (1950). [Castelo de Almourol: Zona de Protecção]. Castelo de Almourol - Porcesso Administrativo (Proc.º: PTDGEMNSDID-001-014-2074-1; Doc.º: SIPA TXT.00704454). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 42: Documento de aprovação para intervenção na Zona de Proteção relativa a Almourol. Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. António Trigo de Morais. (1950).[Castelo de Almourol: Zona de Protecção]. Castelo de Almourol - Porcesso Administrativo (Proc.º: PTDGEMNSDID-001-014-2074-1; Doc.º: SIPA TXT.00704455). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 43: Data da criação da DGEMN em Diário de Governo, 1929. Retirada de: <https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1929/02/04500.pdf>

Fig. 44: Pedido de obras de reforma no Castelo de Almourol a pedido da Escola Prática de Engenharia, 1930. Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i. (1930).[Muralhas do Castelo de Almourol: Castelo de Almourol]. Castelo de Almourol - Porcesso Administrativo (Proc.º: PTDGEMNDSARH-010-043-0002; Doc.º: SIPA TXT.00944216). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 45: A lição de Salazar, Escola Portuguesa, 1938. Martins Barata. Retirada em: <http://visualizingportugal.com/ed-vn3-8-lessons-salazar/2013/4/2/a-liao-de-salazar>

Fig. 46: Orçamento de obras de reparação no Castelo de Almourol. Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. s.i. (1933).[Muralhas do Castelo de Almourol: Castelo de Almourol]. Castelo de Almourol - Porcesso Administrativo (Proc.º: PTDGEMNDSARH-010-043-0002; Doc.º: SIPA TXT.00944228). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 47: Jantar no Castelo de Almourol oferecido pelo Presidente do Conselho ao Corpo Diplomático, 1938. Retirada em: <https://www.mediatejo.net/vn-barquinha-quando-salazar-ofereceu-uma-festa-ao-corpo-diplomatico-no-castelo-de-almourol/>

Fig. 48: Jantar no Castelo de Almourol oferecido pelo Presidente do Conselho ao Corpo Diplomático, 1938. Retirada em: <https://www.mediatejo.net/vn-barquinha-quando-salazar-ofereceu-uma-festa-ao-corpo-diplomatico-no-castelo-de-almourol/>

Fig. 49: Azeite “Almourol” - Destinado à exportação. Retirada em: <https://atalaia-barquinha.blogspot.com/2009/11/o-azeite-na-barquinha.html>

Fig. 50: Selo dos correios com ilustração do Castelo de Almourol, 1945. Retirada em: https://colnect.com/es/stamps/stamp/65010-Almourol_Castle-Landscapes_and_Monuments-Portugal

Fig. 51: Manual escolar 4ª classe - História de Portugal. Retirada em: <http://www.santa-nostalgie.com/2009/03/historia-de-portugal-para-4-classe.html>

Fig. 52: Levantamento anos 60 - Planta de localização e área envolvente. Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (1996).[Empreitada “Castelo de Almourol”: consolidação de muralhas; processo de adjudicação incluindo estudo e propostas]. Castelo de Almourol - Processo Administrativo (Proc.º: PTDGEMNDSARH-010-043-0001; Doc.º: SIPA TXT.00943943). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 53: Levantamento anos 60 - Planta de localização e área envolvente. Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (1996).[Empreitada “Castelo de Almourol”: consolidação de muralhas; processo de adjudicação incluindo estudo e propostas]. Castelo de Almourol - Processo Administrativo (Proc.º: PTDGEMNDSARH-010-043-0001; Doc.º: SIPA TXT.00943942). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 54: Levantamento anos 60 - Planta Geral do Castelo de Almourol. Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (1996).[Empreitada “Castelo de Almourol”: consolidação de muralhas; processo de adjudicação incluindo estudo e propostas]. Castelo de Almourol - Processo Administrativo (Proc.º: PTDGEMNDSARH-010-043-0001; Doc.º: SIPA TXT.00943941). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 55: Levantamento anos 60 - Alçado Norte de Almourol. Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (1996).[Empreitada “Castelo de Almourol”: consolidação de muralhas; processo de adjudicação incluindo estudo e propostas]. Castelo de Almourol - Processo Administrativo (Proc.º: PTDGEMNDSARH-010-043-0001; Doc.º: SIPA TXT.00943938). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 56: Levantamento anos 60 - Alçado Sul de Almourol. Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (1996).[Empreitada “Castelo de Almourol”: consolidação de muralhas; processo de adjudicação incluindo estudo e propostas]. Castelo

de Almourol - Porcesso Administrativo (Proc.º: PTDGEMNDSARH-010-043-0001; Doc.º: SIPA TXT.00943936). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 57: Levantamento anos 60 - Alçado Nascente de Almourol. Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (1996).[Empreitada “Castelo de Almourol”: consolidação de muralhas; processo de adjudicação incluindo estudo e propostas]. Castelo de Almourol - Porcesso Administrativo (Proc.º: PTDGEMNDSARH-010-043-0001; Doc.º: SIPA TXT.00943937). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 58: Levantamento anos 60 - Alçado Poente de Almourol. Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (1996).[Empreitada “Castelo de Almourol”: consolidação de muralhas; processo de adjudicação incluindo estudo e propostas]. Castelo de Almourol - Porcesso Administrativo (Proc.º: PTDGEMNDSARH-010-043-0001; Doc.º: SIPA TXT.00943935). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 59: Levantamento anos 60 - Corte AB (indicado na planta geral do Castelo). Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (1996).[Empreitada “Castelo de Almourol”: consolidação de muralhas; processo de adjudicação incluindo estudo e propostas]. Castelo de Almourol - Porcesso Administrativo (Proc.º: PTDGEMNDSARH-010-043-0001; Doc.º: SIPA TXT.00943940). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 60: Levantamento anos 60 - Corte CD (indicado na planta geral do Castelo). Retirada de: Portugal. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (1996).[Empreitada “Castelo de Almourol”: consolidação de muralhas; processo de adjudicação incluindo estudo e propostas]. Castelo de Almourol - Porcesso Administrativo (Proc.º: PTDGEMNDSARH-010-043-0001; Doc.º: SIPA TXT.00943939). SIPA, DGPC, Sacavém.

Fig. 61: Cortes do projeto da Torre de Menagem de Almourol, 2014. MODO Associados Arquitectura+Engenharia. Retirada de: <https://www.modoassociados.com/projetos/musealizacao-da-torre-do-castelo-de-almourol-vila-nova-da-barquinha-2014/>

Fig. 62: Plantas do projeto da Torre de Menagem de Almourol, 2014. MODO Associados Arquitectura+Engenharia. Retirada de: <https://www.modoassociados.com/projetos/musealizacao-da-torre-do-castelo-de-almourol-vila-nova-da-barquinha-2014/>

Fig. 63: Maquete do projeto da Torre de Menagem de Almourol, 2014. MODO Associados Arquitectura+Engenharia. Retirada de: <https://www.modoassociados.com/projetos/musealizacao-da-torre-do-castelo-de-almourol-vila-nova-da-barquinha-2014/>

Fig. 64: Escadas de acesso à Torre de Menagem, 2014. MODO Associados Arquitectura+Engenharia. Retirada de: <https://www.modoassociados.com/projetos/musealizacao-da-torre-do-castelo-de-almourol-vila-nova-da-barquinha-2014/>

Fig. 65: Cobertura da Torre de Menagem de Almourol, 2014. MODO Associados Arquitectura+Engenharia. Retirada de: <https://www.modoassociados.com/projetos/musealizacao-da-torre-do-castelo-de-almourol-vila-nova-da-barquinha-2014/>

Fig. 66: Interiores da Torre de Menagem de Almourol, 2014. MODO Associados Arquitectura+Engenharia. Retirada de: <https://www.modoassociados.com/projetos/musealizacao-da-torre-do-castelo-de-almourol-vila-nova-da-barquinha-2014/>

Fig. 67: Interiores da Torre de Menagem de Almourol, 2014. MODO Associados Arquitectura+Engenharia. Retirada de: <https://www.modoassociados.com/projetos/musealizacao-da-torre-do-castelo-de-almourol-vila-nova-da-barquinha-2014/>

Fig. 68: Localização do Castelo de Almourol no município de Vila Nova da Barquinha. Elemento produzido pela autora a partir de imagens GoogleEarth.

Fig. 69: Planta de Ordenamento do Município de Vila Nova da Barquinha, 1994. PDM. Retirada de: <http://www.cm-vnbarquinha.pt/index.php/pt/servicos-2/urbanismo-e-ordenamento-de-territorio>

Fig. 70: Planta de Condicionantes do Município de Vila Nova da Barquinha, 1994. PDM. Retirada de: <http://www.cm-vnbarquinha.pt/index.php/pt/servicos-2/urbanismo-e-ordenamento-de-territorio>

Fig. 71: Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Praia do Ribatejo. Elemento produzido pela autora a partir de imagens GoogleEarth.

Fig. 72: Plano Projeto Parque Almourol, 2008. Retirada de: https://www.google.pt/url?sa=i&url=http%3A%2F%2Fwww.ccdr-lvt.pt%2Fuploader%2Findex.php%3Faction%3Ddownload%26field%3Dhttp%3A%2F%2Fwww.ccdr-lvt.pt%2Ffiles%2F75519b24ac8bbe3d0b205a8a9c5d845c.pdf%26fileDesc%3DVAL-TEJO_RelatorioFinal_Anexos_2008&psig=AOvVaw3C1T40W82XJA9nYz8mNh0E&ust=1645485339942000&source=images&cd=vfe&ved=0CAwQjhxqFwoTCLif0eG0j_YCF-QAAAAAdAAAAABAQ

Fig. 73: Municípios promotores do Projeto Parque Almourol. Elemento produzido pela autora

Fig. 74: Alçado Sul do miradouro, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 75: Escultura de João Cutileiro no miradouro, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 76: Acesso à plataforma do miradouro, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 77: Vista do miradouro sobre a ilha e a margem norte, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 78: Pontões atuais da ilha, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 79: Pontões atuais da ilha, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 80: Pontão atual da margem norte, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 81: Pontão atual da margem norte, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 82: Esquissos esquemáticos do programa. Desenho da autora

Fig. 83: Esquissos esquemáticos do programa. Desenho da autora

Fig. 84: Paineis da exposição Cronocaos, 2010. OMA. Retirada de: <https://www.oma.com/projects/venice-biennale-2010-cronocaos>

Fig. 85: Camillo Boito. Retirada de: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049>

Fig. 86: Gustavo Giovannoni. Retirada de: <https://www.wikidata.org/wiki/Q1556779>

Fig. 87: Alois Riegl. Retirada de: https://www.khi.fi.it/pdf/veranstaltungen/Rieber_Handout.pdf

Fig. 88: Roteiro da Viagem pelos Castelos dos Templários, 2019. Montagem realizada por Inês Veríssimo.

Fig. 89: Grupo de Seminário no Castelo de Monsanto, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 90: Percurso de acesso ao castelo de Monsanto, 2019. Fotografia da autora.

Fig. 91: Esquisso do Castelo de Monsanto. Realizado pela autora.

Fig. 92: Torre de menagem do Castelo de Longroiva, 2019. Fotografia da autora.

- Fig. 93:** Esquisso do Castelo de Longroiva. Realizado pela autora.
- Fig. 94:** Aldeia de Longroiva, 2019. Fotografia da autora.
- Fig. 95:** Vista exterior do Castelo de Soure, 2019. Fotografia da autora.
- Fig. 96:** Esquisso do acesso nascente ao Castelo de Soure. Realizado pela autora.
- Fig. 97:** Vista interior do Castelo, 2019. Fotografia da autora.
- Fig. 98:** Percurso de acesso ao Castelo de Ródão, 2019. Fotografia da autora.
- Fig. 99:** Esquisso do Castelo de Ródão. Realizado pela autora.
- Fig. 100:** Portas de Ródão, 2019. Fotografia da autora.
- Fig. 101:** Inserção do Castelo de Penha Garcia no território, 2019. Fotografia da autora.
- Fig. 102:** Esquisso do Castelo de Penha Garcia. Realizado pela autora.
- Fig. 103:** Vista da barragem e paisagem envolvente, 2019. Fotografia da autora.
- Fig. 104:** Vista do Castelo de Almourol na travessia de barco, 2019. Fotografia da autora.
- Fig. 105:** Esquisso do Castelo de Almourol. Realizado pela autora.
- Fig. 106:** Percurso de acesso ao Castelo de Almourol pela ilha, 2019. Fotografia da autora.
- Fig. 107:** Percurso de acesso ao Castelo de Tomar, 2020. Fotografia da autora.
- Fig. 108:** Alambor e muralha do Castelo de Tomar, 2020. Fotografia da autora.
- Fig. 109:** Claustro do Castelo de Tomar, 2020. Fotografia da autora.
- Fig. 110:** Charola de Tomar, 2020. Fotografia da autora.
- Fig. 111:** Levantamento da torre de menagem de Almourol - piso 0, 2021. Realizado pela autora.
- Fig. 112:** Levantamento da torre de menagem de Almourol - piso 0, 2021. Realizado pela autora.
- Fig. 113:** Levantamento da torre de menagem de Almourol - piso 1, 2021. Realizado pela autora.

- Fig. 114:** Entrada da torre de menagem de Almourol, 2021. Fotografia da autora.
- Fig. 115:** Circuito interno da torre, 2021. Fotografia da autora.
- Fig. 116:** Levantamento da torre de Almourol - piso 2, 2021. Realizado pela autora.
- Fig. 117:** Levantamento da torre de Almourol - piso 2, 2021. Realizado pela autora.
- Fig. 118:** Levantamento da torre de Almourol - terraço/cobertura, 2021. Realizado pela autora.
- Fig. 119:** Acesso à cobertura da torre, 2021. Fotografia da autora.
- Fig. 120:** Ameias da cobertura da torre, 2021. Fotografia da autora.
- Fig. 121:** Escadas do pontão de acesso à ilha, 2019. Fotografia da autora.
- Fig. 122:** Percurso de ligação entre o pontão da ilha e o Castelo, 2021. Fotografia da autora.
- Fig. 123:** Percurso de ligação entre o pontão da ilha e o Castelo, 2021. Fotografia da autora.
- Fig. 124:** Percurso de ligação entre o pontão da ilha e o Castelo, 2021. Fotografia da autora.
- Fig. 125:** Percurso de ligação entre o pontão da ilha e o Castelo, 2021. Fotografia da autora.
- Fig. 126:** Percurso de ligação entre o pontão da ilha e o Castelo, 2021. Fotografia da autora.
- Fig. 127:** Percurso de ligação entre o pontão da ilha e o Castelo, 2021. Fotografia da autora.
- Fig. 128:** Percurso de ligação entre o pontão da ilha e o Castelo, 2021. Fotografia da autora.
- Fig. 129:** Torre de Menagem do Castelo de Pombal, 2020. Fotografia da autora.
- Fig. 130:** Centro de visitantes do Castelo de Pombal, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 131: Percurso e instalações na área envolvente do Castelo de Pombal, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 132: Percurso de acesso ao Castelo de Pombal, 2020. Fotografia da autora.

Fig. 133: Castelo Eilean Donan em ruínas antes do restauro de 1911. Retirada em: <https://www.eileandonancastle.com/about/history/>

Fig. 134: Castelo Eilean Donan em ruínas antes do restauro de 1911. Retirada em: <https://www.eileandonancastle.com/about/history/>

Fig. 135: Castelo Eilean Donan na atualidade. Retirada em: <https://www.eileandonancastle.com/news-events/>

Fig. 136: Planta de implantação das Piscinas das Marés. Álvaro Siza Vieira. Retirada de: Barata, P. M. (1997). *Álvaro Siza 1954-1976*. Lisboa: Editorial Blau.

Fig. 137: Imagem aérea das piscinas, 2004. Fotografia de Fernando Guerra. Retirada de: <http://www.ultimasreportagens.com/siza.php>

Fig. 138: Relação do Construído com a envolvente natural. Álvaro Siza Vieira. Retirada de: Barata, P. M. (1997). *Álvaro Siza 1954-1976*. Lisboa: Editorial Blau.

Fig. 139: Desenho das piscinas pelo arquiteto Álvaro Siza. Retirada de: Siza, A. V. (2000). *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70.

Fig. 140: Planta de implantação do Museu. Retirada de: <https://www.archdaily.com.br/br/01-45392/museu-de-arte-e-arqueologia-do-vale-do-coa-camilo-rebelo-e-tiago-pimentel>

Fig. 141: Maquete do museu. Camilo Rebelo e Tiago Pimentel. Retirada de: <https://www.archdaily.com.br/br/01-45392/museu-de-arte-e-arqueologia-do-vale-do-coa-camilo-rebelo-e-tiago-pimentel>

Fig. 142: Alçado Sul do museu. Camilo Rebelo e Tiago Pimentel. Retirada de: <https://www.archdaily.com.br/br/01-45392/museu-de-arte-e-arqueologia-do-vale-do-coa-camilo-rebelo-e-tiago-pimentel>

Fig. 143: Alçado Norte do museu. Camilo Rebelo e Tiago Pimentel. Retirada de: <https://www.archdaily.com.br/br/01-45392/museu-de-arte-e-arqueologia-do-vale-do-coa-camilo-rebelo-e-tiago-pimentel>

Fig. 144: Inserção/relação do volume com o lugar. Fotografia de Néilson Garrido. Retirada de: <https://www.archdaily.com/52866/museum-of-art-and-archaeology-of-the-coa-valley-camilo-rebelo>

Fig. 145: Alçado Sul/Nascente do museu. Fotografia de Néilson Garrido. Retirada de: <https://www.archdaily.com/52866/museum-of-art-and-archaeology-of-the-coa-valley-camilo-rebelo>

Fig. 146: Cobertura acessível do museu. Fotografia de Néilson Garrido. Retirada de: <https://www.archdaily.com/52866/museum-of-art-and-archaeology-of-the-coa-valley-camilo-rebelo>

Fig. 147: Planta de implantação - subsolo. Atelier do Corvo. Retirada de: <https://www.archdaily.com.br/br/942973/torre-sineira-necropole-e-cisterna-miranda-do-corvo-atelier-do-corvo>

Fig. 148: Maquete da Torre. Atelier do Corvo. Retirada de: <https://www.archdaily.com.br/br/942973/torre-sineira-necropole-e-cisterna-miranda-do-corvo-atelier-do-corvo>

Fig. 149: Corte pela Torre. Atelier do Corvo. Retirada de: <https://www.archdaily.com.br/br/942973/torre-sineira-necropole-e-cisterna-miranda-do-corvo-atelier-do-corvo>

Fig. 150: Torre sineira e Miranda do Corvo. Fotografia de Jorge das Neves. Retirada de: <https://www.archdaily.com.br/br/942973/torre-sineira-necropole-e-cisterna-miranda-do-corvo-atelier-do-corvo>

Fig. 151: Vista geral da estrutura das escadas, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 152: Vista geral da estrutura das escadas, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 153: Cobertura panorâmica, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 154: Cobertura panorâmica, 2021. Fotografia da autora.

Fig. 155: Levantamento da estrutura das escadas, 2021. Realizado pela autora.

Fig. 156: Levantamento da estrutura das escadas, 2021. Realizado pela autora.

Fig. 157: Levantamento da estrutura das escadas, 2021. Realizado pela autora.

Fig. 158: Levantamento da estrutura das escadas, 2021. Realizado pela autora.

Fig. 159: Levantamento da estrutura das escadas, 2021. Realizado pela autora.

Fig. 160: Alçado da ponte. Fotografia de Fernando Guerra e Sérgio Guerra. Retida de: <https://www.archdaily.com.br/br/01-36454/ponte-de-pedestres-sobre-a-ribeira-da-carpinteira-carrilho-da-graca-arquitectos>

Fig. 161: Planta de implantação. João Luís Carrilho da Graça. Retirada de: <https://www.archdaily.com.br/br/01-36454/ponte-de-pedestres-sobre-a-ribeira-da-carpinteira-carrilho-da-graca-arquitectos>

Fig. 162: Esquisso do arquiteto Carrilho da Graça. Retirado de: Graça, J. L. C. (2014). *João Luís Carrilho da Graça*. Lisboa: A+A books.

Fig. 163: Vista do desenvolvimento da ponte. Fotografia de Fernando Guerra e Sérgio Guerra. Retirada de: <https://www.archdaily.com.br/br/01-36454/ponte-de-pedestres-sobre-a-ribeira-da-carpinteira-carrilho-da-graca-arquitectos>

Fig. 164: Esquissos do processo. Realizados pela autora.

Fig. 165: Esquissos do processo. Realizados pela autora.

Fig. 166: Maquete de estudo da torre de menagem. Realizada pela autora.

Fig. 167: Maquete de estudo da ilha e corpo da margem norte. Realizada pela autora.

Fig. 168: Maquete de estudo da ilha e corpo da margem norte. Realizada pela autora.

Fig. 169: Imagem aérea atual do lugar da proposta de intervenção. Imagem satélite GoogleEarth.

Fig. 170: Planta de implantação. Esc. gráfica. Realizada pela autora.

Fig. 171: Modelação 3D da inserção do corpo da margem de chegada no terreno. Realizada pela autora.

Fig. 172: Renderização 3D do enquadramento da paisagem desde a praça/esplanada. Realizada pela autora.

Fig. 173: Modelação 3D (vista poente/sul). Realizada pela autora.

Fig. 174: Perfil AA'. Esc. gráfica. Realizado pela autora.

Fig. 175: Perfil CC'. Esc. gráfica. Realizado pela autora.

Fig. 176: Renderização 3D da sala da cafetaria. Realizada pela autora.

Fig. 177: Renderização 3D da loja/posto informação. Realizada pela autora.

Fig. 178: Planta Piso 0. Esc. gráfica. Realizada pela autora.

Fig. 179: Planta Piso 1. Esc. gráfica. Realizada pela autora.

Fig. 180: Modelação 3D (vista nascente). Realizada pela autora.

Fig. 181: Modelação 3D (com perceção sobre os pontões da margem norte e da ilha).
Realizada pela autora.

Fig. 182: Corte BB'. Esc. gráfica. Realizado pela autora.

Fig. 183: Corte CC'. Esc. gráfica. Realizado pela autora.

Fig. 184: Esquissos dos pontões. Realizados pela autora.

Fig. 185: Pontões do cais dos pescadores - Torreira, 2021. Fotografias da autora.

Fig. 186: Esquissos da ponte. Realizados pela autora.

Fig. 187: Renderização 3D da perspetiva da travessia de barco sobre a ponte e o castelo.
Realizada pela autora.

Fig. 188: Modelação 3D (perspetiva genérica da ponte e da proposta geral). Realizada
pela autora.

Fig. 189: Modelação 3D (perceção sobre a receção do pontão e da ponte à ilha). Realizada
pela autora.

Fig. 190: Imagem aérea do Castelo de Almourol. Retirada de: <https://www.youtube.com/watch?v=p3ylAhMNcOs>

Fig. 191: Esquisso de um corte pelo interior atual da torre de menagem. Realizado pela
autora.

Fig. 192: Planta Fosso (43.52m). Esc. gráfica. Realizada pela autora.

Fig. 193: Corte/Alçado Sul. Esc. gráfica. Realizado pela autora.

Fig. 194: Corte/ Alçado Norte. Esc. gráfica. Realizado pela autora.

Fig. 195: Planta Entrada (45.65m). Esc. gráfica. Realizada pela autora.

Fig. 196: Modelação 3D da nova proposta para a torre de menagem de Almourol. Realizada pela autora.

Fig. 197: Planta Conversadeira (50,94m). Esc. gráfica. Realizada pela autora.

Fig. 198: Corte AA'. Esc. gráfica. Realizado pela autora.

Fig. 199: Corte CC'. Esc. gráfica. Realizado pela autora.

Fig. 200: Planta Cobertura. Esc. gráfica. Realizada pela autora.

Fig. 201: Corte Construtivo. Esc. gráfica. Realizado pela autora.

Referências Bibliográficas

Almeida, C. M. (2007). O Castelo e o seu trono. LVT, 5 (p. 41).

Andrade, L. R. (2018). *A natureza do lugar*. Lisboa: Uzina Books.

Baeza, A. C. (2018). *A ideia construída*. [Trad. Anabela Costa e Silva]. (6ª ed.). Casal de Cambra: Caleidoscópico_Edição e Artes Gráficas, SA.

Baeza, A. C. (2013). *Principia Architectonica*. [Trad. Eduardo dos Santos]. Casal de Cambra: Caleidoscópico_Edição e Artes Gráficas, SA.

Barata, P. M. (1997). *Álvaro Siza 1954-1976*. Lisboa: Editorial Blau.

Barroca, M. J. (1996-97). *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII*. In: Portugalia (Nova Série, vol. XII-XVIII, pp. 171-209). Porto.

Braga, J. (2014). Memórias Paroquiais: índice. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha. (2016). *Área de Reabilitação Urbana da Praia do Ribatejo*. Vila Nova da Barquinha: Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha.

Câmara Municipal de Vila Nova da Barquiha. (1994). *Plano Diretor Municipal*. Vila Nova da Barquinha: Câmara de Vila Nova da Barquinha.

Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha. (s.d.) *Estudos de caracterização da revisão do PDM: Enquadramento*. Acedido a 13/09/2021, em: <http://www.cm-vnbarquinha.pt/images/pdf/municipio/urbanismo/Enquadramento.pdf>

Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha. (s.d) *Centro de Interpretação Templário*. Acedido a 13/09/2021, em: <http://www.cm-vnbarquinha.pt/index.php/pt/noticias/225-turismo/437-centro-de-interpretacao-templario-de-almourol-ja-abriu>

Choay, F. (2000). *A Alegoria do Património* [Trad. Teresa Castro]. Lisboa: Edições 70.

- Correia, L. M.** (2011). *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*. (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dias, M. G.** (1992). *Vida Moderna*. Mirandela: João Azevedo, Editor.
- Dias, M. G.** (2003). A Prova. J-A: *À La Recherche du Temps Perdu*. 213. (p. 3).
- Faria, J. C. P.** (2015). *Património e identidade: Reflexões sobre a intervenção patrimonial contemporânea nos castelos em Portugal*. (pp. 167–194). N° 7 - Arte y Ciudad.
- Gandra, M. J.** (2018). *Guia Templário de Portugal: Almourol - Cardiga*. (4ª ed.). Mafra: Manuel J. Gandra & Centro Ernesto Soares de Iconografia e Simbólica-Cesdies.
- Giovannoni, G.** (1998). *L'urbanisme face aux villes anciennes*. s.i.: Points. (Edição original de 1931).
- Graça, J. L. C.** (2014). *João Luís Carrilho da Graça*. Lisboa: A+A books.
- Martins, G.; Pereira, L. M.** [Entrevistador]. (2018). *Guilherme D'Oliveira Martins*. ARQA, 132. (pp. 104-109)
- Neto, M. J.** (2001). *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP publicações.
- Noé, P.** (2016). Castelo de Almourol. em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=3404
- Oliveira, A. S.** (2017). *Os Projetos são oportunidades de investigar ideias*. Lisboa: UZINA Books.
- Pereira, L. M.** (2018). Património: A Alquimia do Tempo. ARQA, 132. (pp. 24-25).
- Política Nacional de Arquitetura e Paisagem.** (2015). Acedido a 9/11/2021, em: https://pnap.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/livro_pnap.pdf
- Ribeiro, J. M.** (2020). *desenhar em projeto: sete percursos*. Coimbra: e|d|arq.
- Siza, A. V.; Jodidio, P.** [Entrevistador]. (1999). *Álvaro Siza* [Trad. Francisco Boléo]. (pp.81-86). Taschen.
- Siza, A. V.** (2000). *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70.
- Távora, F.** (2015). *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP publicações.
- Tomé, M.** (2002). *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações.

Viollet-le-Duc, E. (1866-1868). *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle*. Paris: A. Morel.

Zumthor, P. (2006). *Atmosferas*. [Trad. Astrid Grabow]. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Zumthor, P. (2017). *Pensar la Arquitectura*. (3ª ed. ampliada) Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

ANEXOS

- Enunciado do Seminário de Investigação
 - Material de processo
 - Fotografias da Maquete
 - Desenhos rigorosos
1. Planta de Implantação
 2. Perfil AA'
 3. Perfil BB'
 4. Perfil CC'
 5. Perfil DD'
 6. Perfil EE'
 7. Planta Piso 0
 8. Planta Piso 1
 9. Planta de Cobertura
 10. Alçado Sul
 11. Alçado Poente
 12. Corte AA'
 13. Corte BB'
 14. Corte CC'
 15. Corte /Alçado Sul
 16. Corte / Alçado Nascente
 17. Corte / Alçado Norte
 18. Planta Fosso (43.52m) - Torre de Menagem
 19. Planta Entrada (45.65m) - Torre de Menagem
 20. Planta Entrada (49.89m) - Torre de Menagem
 21. Planta Conversadeira (50.94m) - Torre de Menagem
 22. Planta Cobertura - Torre de Menagem
 23. Corte AA'
 24. Corte BB'
 25. Corte CC'
 26. Corte AA'
 27. Corte BB'
 28. Corte CC'
 29. Corte Construtivo | escala 1:25
 30. Planta e Cortes de Vermelhos e Amarelos
 31. Plantas de Estruturas - Torre de Menagem

Enunciado do Seminário de Investigação

the beautiful past

seminário de investigação
2019-2020



repensar a *ordem* dos Castelos dos Templários

Luís Miguel Correia

tema e objectivos

O tema do presente *Seminário de Investigação – The Beautiful Past* – enquadra-se na actividade académica e profissional que temos desenvolvido, seja como docente e investigador, seja como arquitecto. Ele é ainda resultado das permanentes interrogações que se nos colocam durante a prática do *projecto*, compreendida esta, sucintamente, como *modus faciendi* que nasce no primeiro *olhar* sobre o *lugar* e termina com a desejada vivência do espaço entretanto construído. Tal quadro ganha especial relevo quando nos defrontamos com a necessidade ou a vontade de intervir em lugares que, em razão da sua natureza patrimonial, detêm papel e significado insofismáveis na *identidade* e *memória* colectivas de uma determinada comunidade. Ainda que certos argumentos e, invariavelmente, algumas imposições de ordem política, social ou cultural à partida não o fomentem, o *projecto*, nestas condições, representa uma reflexão continuamente espaço-temporal. De facto, ao deparar-se com um leque de distintos valores de sentido colectivo, tangíveis ou intangíveis, que podem ser produto de um ou de vários períodos, mais ou menos distantes e quase sempre sobrepostos, o acto do *projecto* levanta acrescidas inquietações e responsabilidades, sobretudo por via de algumas circunstâncias que lhe são inerentes. Pensando que *o passado vale por aquilo que representa e por aquilo que quer ser*, necessariamente nos prendemos no momento inicial com a eleição de um determinado caminho, isto é: com uma certa *ideia de projecto*. Quaisquer que venham a ser as suas representações futuras, cremos que todas elas prevêem uma decisão baseada nalgum conjunto de factores que determinam a *organização do espaço*. Em suma, será diante uma aparente liberdade de escolha, decerto condicionada pela conjuntura do espaço pré-existente, que encontramos de forma consciente, algumas vezes involuntária, as raízes e a justificação das nossas opções. O *projecto* constitui, por isso, um processo de selecção, crítica e, particularmente, de síntese de um conjunto de factores que distinguem certa circunstância material e imaterial, desenhando o equilíbrio e a harmonia entre o existente e a nova condição que se deseja impor, esta, por sua vez, condicionante de intervenções futuras. Tal como, não raras vezes, o tradutor tem de rescrever a obra literária, interpretando-a num tempo mais ou menos distante da data do documento original, também nós, os arquitectos, tomamos a liberdade de escolher no presente o que queremos do *construído* e das suas *histórias* e *memórias*. Logo, defrontamo-nos, por um lado, com o *património*, identificado e classificado segundo um conjunto de valores a ele associados, e, por outro, com o *projecto*, que implica a sua transformação. À luz deste *tema*, tem-se como objectivo neste *seminário* compreender o *território*, a *paisagem* e o *construído*, nas suas mais diversas dimensões, escalas e terminologias, presumivelmente através do exercício do *projecto*. Interpretar, reutilizar, redesenhar e, em última instância, reparar e curar *The Beautiful Past* constituirá o *leitmotiv* dos trabalhos práticos a realizar.



Castelo de Almourol



Castelo de Longroiva



Castelo de Ródão



Castelo de Soure



Castelo de Vila do Touro

casos de estudo

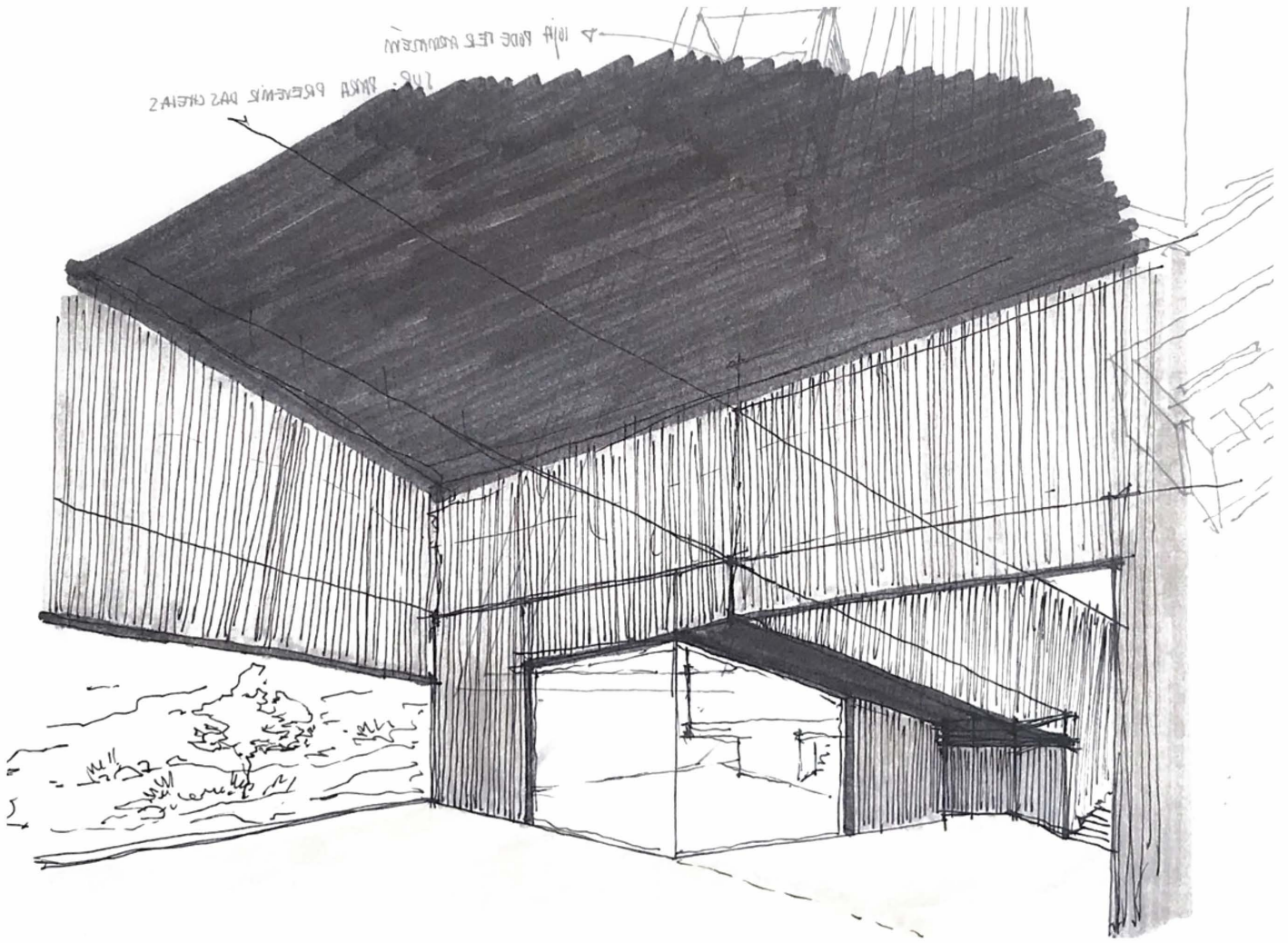
De acordo com o tema deste seminário, elegeram-se como *casos de estudo* para o ano lectivo de 2019-2020 alguns dos Castelos da Ordem do Templo, localizados, na sua maioria, no centro do País. O papel da Ordem dos Templários, como o das restantes Ordens Militares (Hospital, Santiago e Avis) não pode ser dissociado do processo de *Reconquista* em Portugal. Estas não só promoveram alterações relevantes nas estruturas arquitectónicas, como foram capitais na formação e consolidação do território. A importância desta Ordem fez-se notar ao longo da segunda metade do século XII, quando D. Gualdim Pais era seu mestre, e foi diminuindo à medida que se aproximava o fim da centúria, ao invés das outras que alcançaram influência crescente em tempos posteriores. Às Ordens Militares se deve grande parte da conquista do território, sendo que a própria geografia traduz o momento da *Reconquista* e esclarece ainda os contributos significativos que cada uma teve no processo. Se aos Castelos da Ordem do Templo se reconhecem significativas transformações durante o período, dito, *românico*, por sua vez às ordens do Sul de Portugal, Santiago e Avis, devem-se as inovações *góticas*, que se traduzem na mudança do conceito de *defesa passiva* para o de *defesa activa*. Mas, como sabemos, a imagem dos Castelos em Portugal não se circunscreve somente a uma data. Ao contrário, no perfil arquitectónico destas estruturas históricas identificam-se distintos tempos, inclusive quando hoje presenciamos, em alguns casos, a sua ruína. Deste modo, sucede com os *Castelos dos Templários*, cujas *ordem* territorial, urbana, construtiva e identitária desejamos agora *repensar*. Entre outros

castelos templários, destacam-se os de Almourol, Castelo Novo, Idanha-a-Nova, Longroiva, Mogadouro, Monsanto, Montalvão, Penamacor, Penas Róias, Penha Garcia, Ródão, Soure, Tomar e Vila do Touro. *A priori*, serão estes os *casos de estudo* que ir-se-ão desenvolver, ainda que alguma outra estrutura possa vir a ser igualmente *repensada*. Os Castelos de Castelo Novo e de Pombal já se encontram *repensados*...

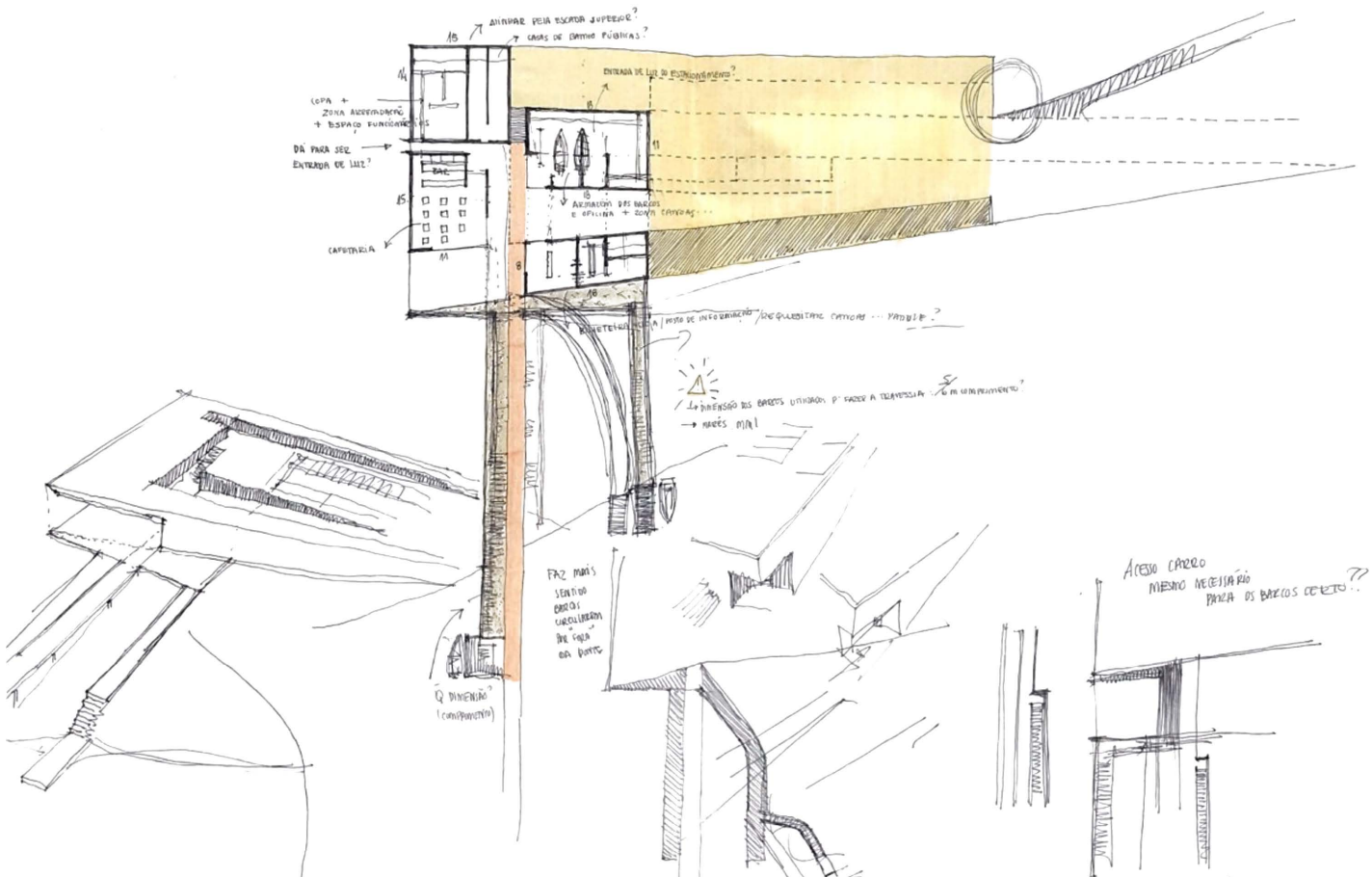
processo

A unidade curricular de *Seminário de Investigação* compreende uma componente lectiva, cujo principal objectivo é a elaboração de um *projecto*, que conduzirá, já no 2.º semestre, à realização da dissertação, a defender em provas públicas. Assim, nesta unidade estabelecem-se, *ab initio* e com detalhe, os objectivos, conteúdos programáticos e as metodologias de investigação a seguir. Tendo em consideração tais factores, procurar-se-á avaliar a pertinência e problemática de cada plano de trabalhos e, consequentemente, a proposta apresentada para os respectivos *casos de estudo*. Com base nestes pressupostos, pretende-se antecipar os resultados de cada prova. Naturalmente, ter-se-á em conta a motivação de cada aluno. O plano de trabalhos inicia-se com a selecção do *caso de estudo* que será desenvolvido, tanto no *Seminário*, como depois no *Laboratório de Teoria*. Posteriormente, cada aluno debruçar-se-á, com base nos arquivos disponíveis, sobre a(s) história(s) e memória(s) dos imóveis e seus lugares, ao mesmo tempo que se recolhem e organizam os levantamentos desenhados, fotográficos e escritos imprescindíveis à realização do trabalho. As visitas de estudo a efectuar aos espaços de intervenção cumprirão um papel fundamental, seja aquando dos primeiros passos da investigação e de levantamento, seja no momento do *projecto*. Mas nem só do objecto eleito se ocupará a dissertação. Será útil analisar outros casos que tenham, ou tiveram, semelhante designio. Este é, com certeza, um quadro variado e extenso que implicará capacidade crítica e de síntese quanto ao estado da arte em Portugal e além-fronteiras. Reunida e sistematizada toda esta informação, caberá ao aluno redigir o *projecto de dissertação* que servirá de guia ao futuro *projecto de arquitectura*. Presumivelmente, espera-se que as conclusões alcançadas nesta fase possam instruir no espaço e no tempo os imóveis designados e, em segundo plano, constituir o *programa* no qual assentará a proposta de intervenção. Tendo como suporte normas de representação idênticas, os trabalhos finais serão apresentados em *painéis-síntese*, acompanhados da entrega de um *dossier* individual onde constem, aprofundados, os tópicos atrás indicados. Conquanto não seja um fim, espera-se que nesta altura os alunos consigam expor algumas das intenções do seu *projecto* na forma de um *estudo prévio*, simplificado. As aulas serão organizadas em conformidade com estes objectivos e programa. Neste sentido, apresentar-se-ão primeiramente alguns exemplos próximos da *metodologia* que se deseja adoptar, sendo que se observarão, com equitativa atenção, questões de natureza teórica ou prática. Daí em diante, acompanhar-se-ão individual e colectivamente os *projectos de dissertação*, em particular através de sessões de apresentação e crítica conjunta, por vezes contando com a presença de convidados externos. Em suma, procurar-se-á que na sala de aula se descubra o espaço privilegiado de debate e construção de uma *consciência crítica*: princípio que é comum a qualquer investigação, de índole teórica ou prática. A avaliação nesta unidade curricular considerará o *projecto de dissertação* apresentado, incluindo a defesa oral. Mas, terá ainda em conta a assiduidade e o interesse do aluno pelas diversas actividades que decorrerão durante o período lectivo, que não se circunscreverão apenas à sala de aula.

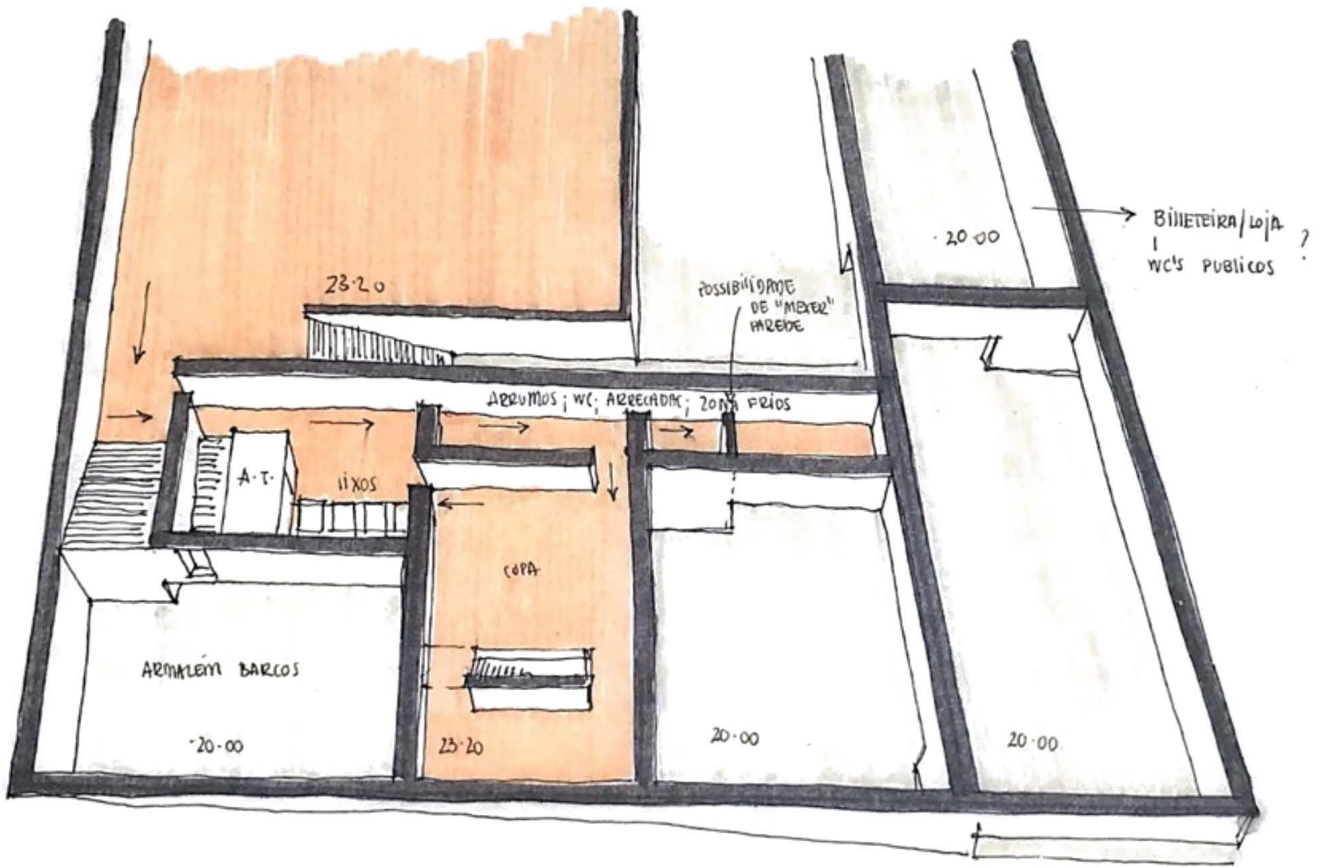
Material de processo



2A15702A9 SIMPLIFIED ASYM 242
 ↳ 1014 PODE TER ALGUMAS



ARCO CILÍNDRICO
 MESMO NECESSÁRIO
 PARA OS BARCOS COBERTOS??



→ ASSUMO COTA 23 NO RÍMÃO E CAVALI.
 23.2 → 26.00 = 3(-2) m
 (23)

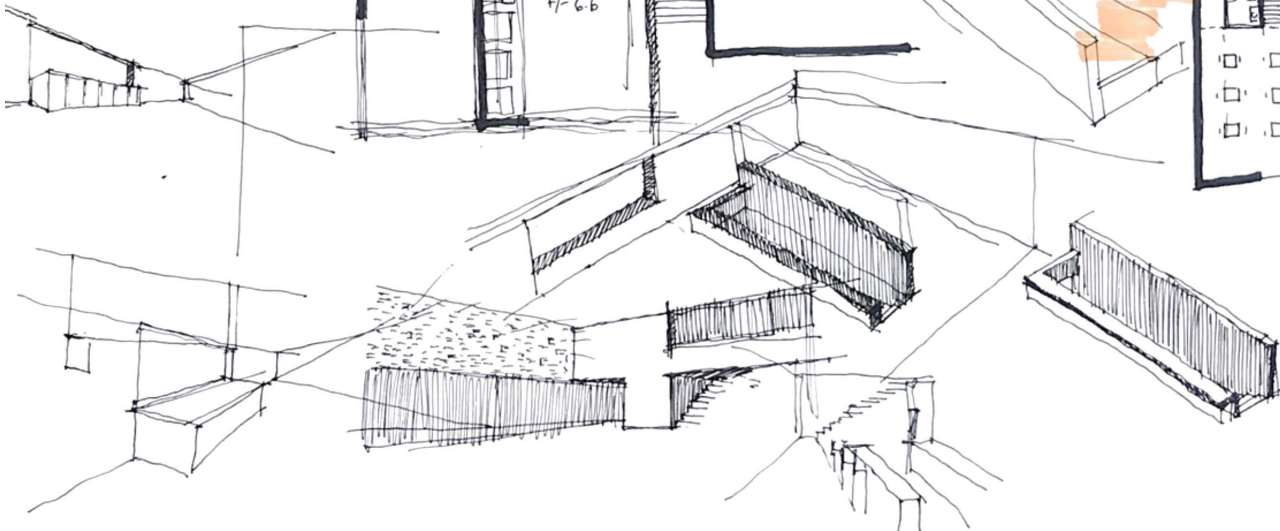
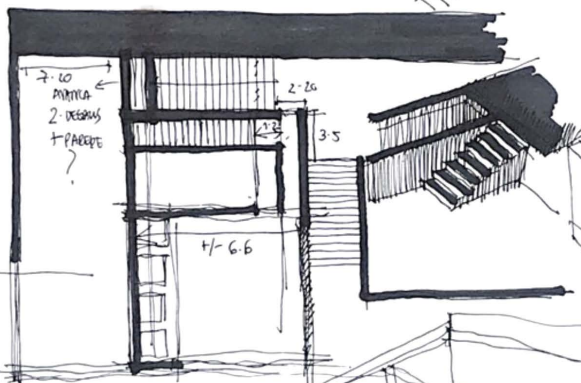
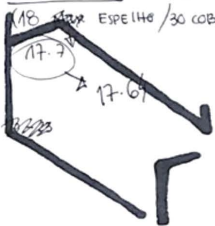


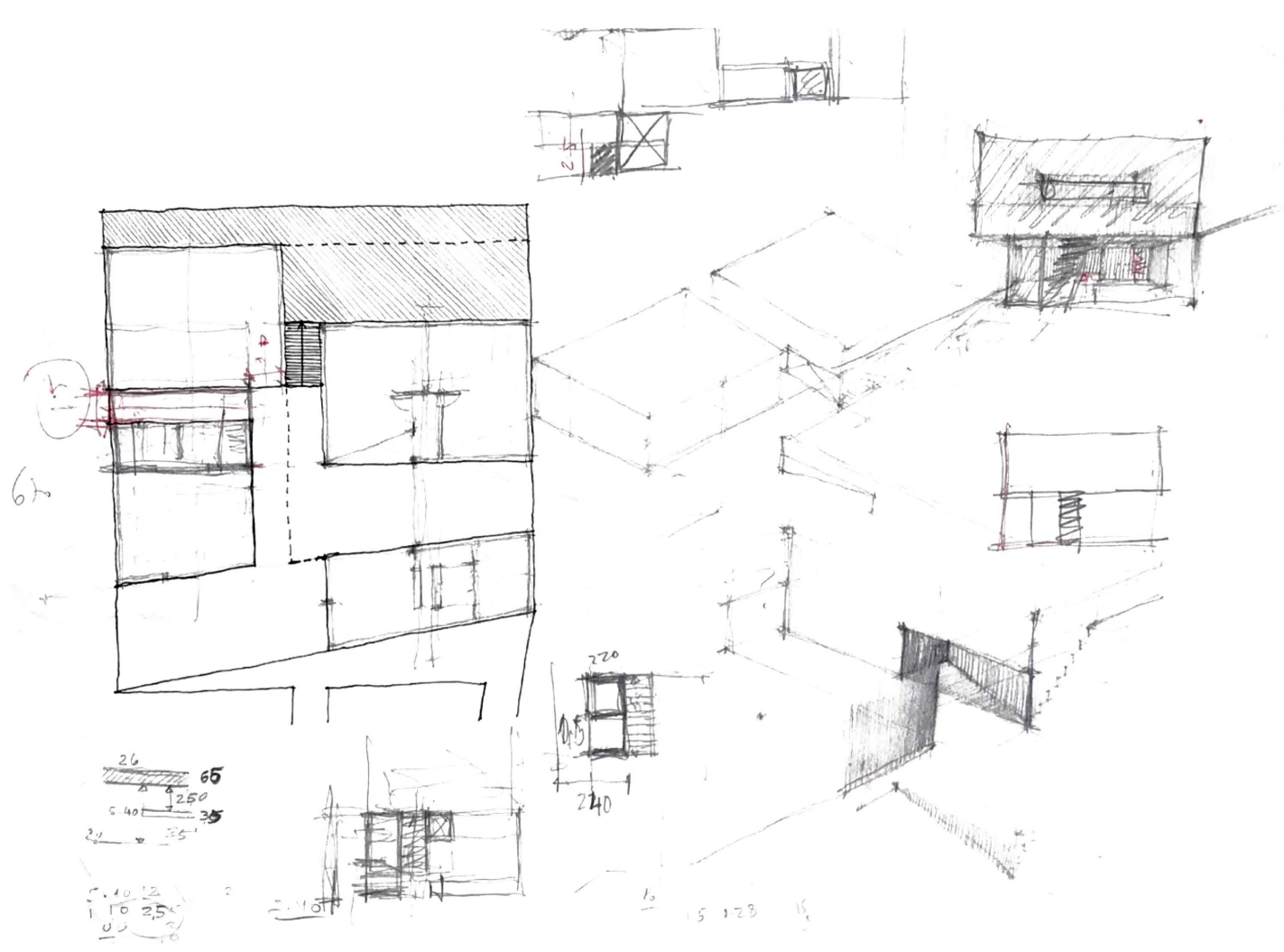
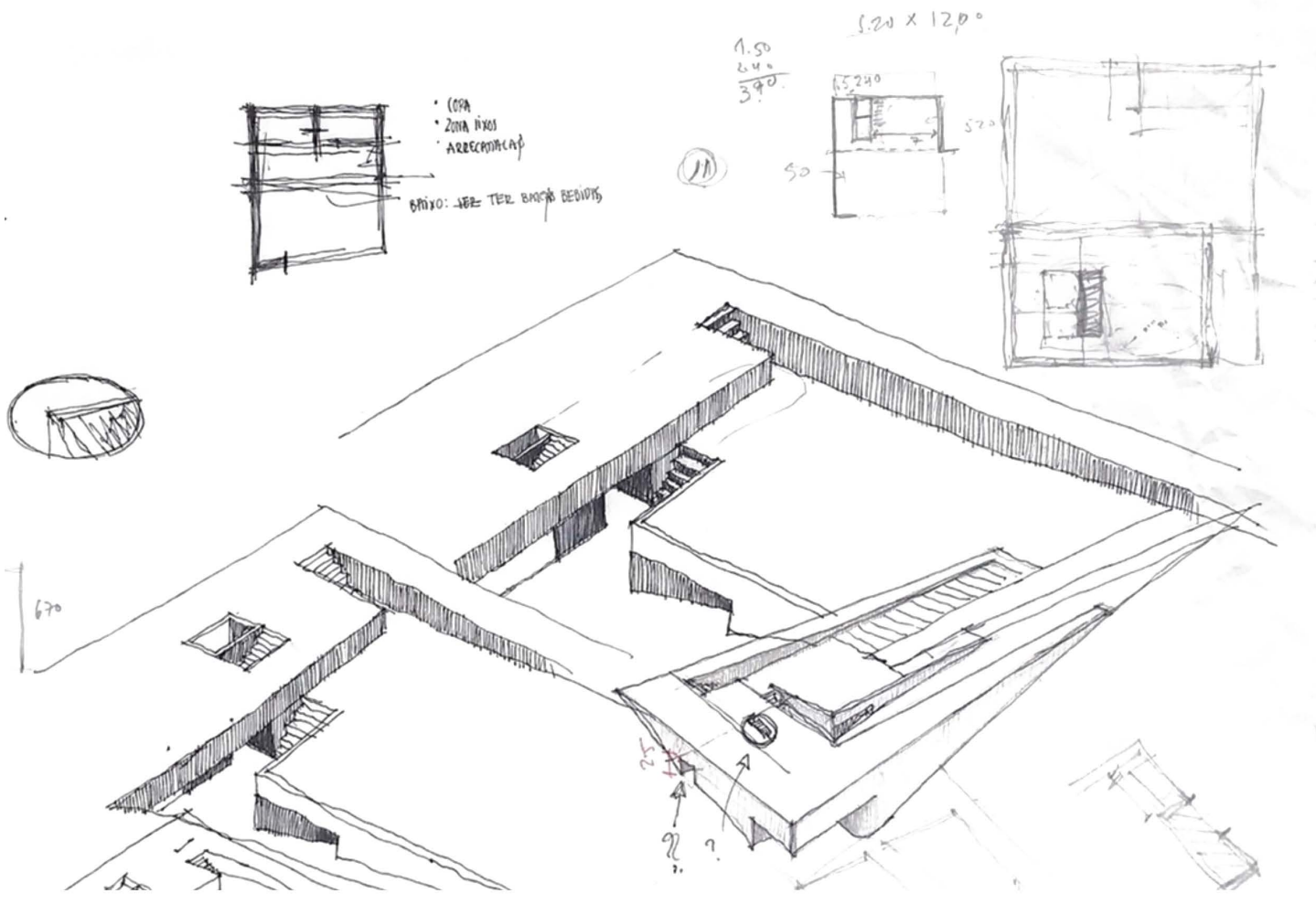
- TRACETADOS PLANTA COTA 21
- ESC. ACESSO À COBERTURA
- PAREDES ESPESSURA 50 CM? OU PODE SER MENOS?

↓ ESTOU A POR C/ 140 CM

1/6 DE GRÁVIS (17 → JÁ É COBERTURA)

1/8 DE GRÁVIS ESPELHO / 30 COBERTURA



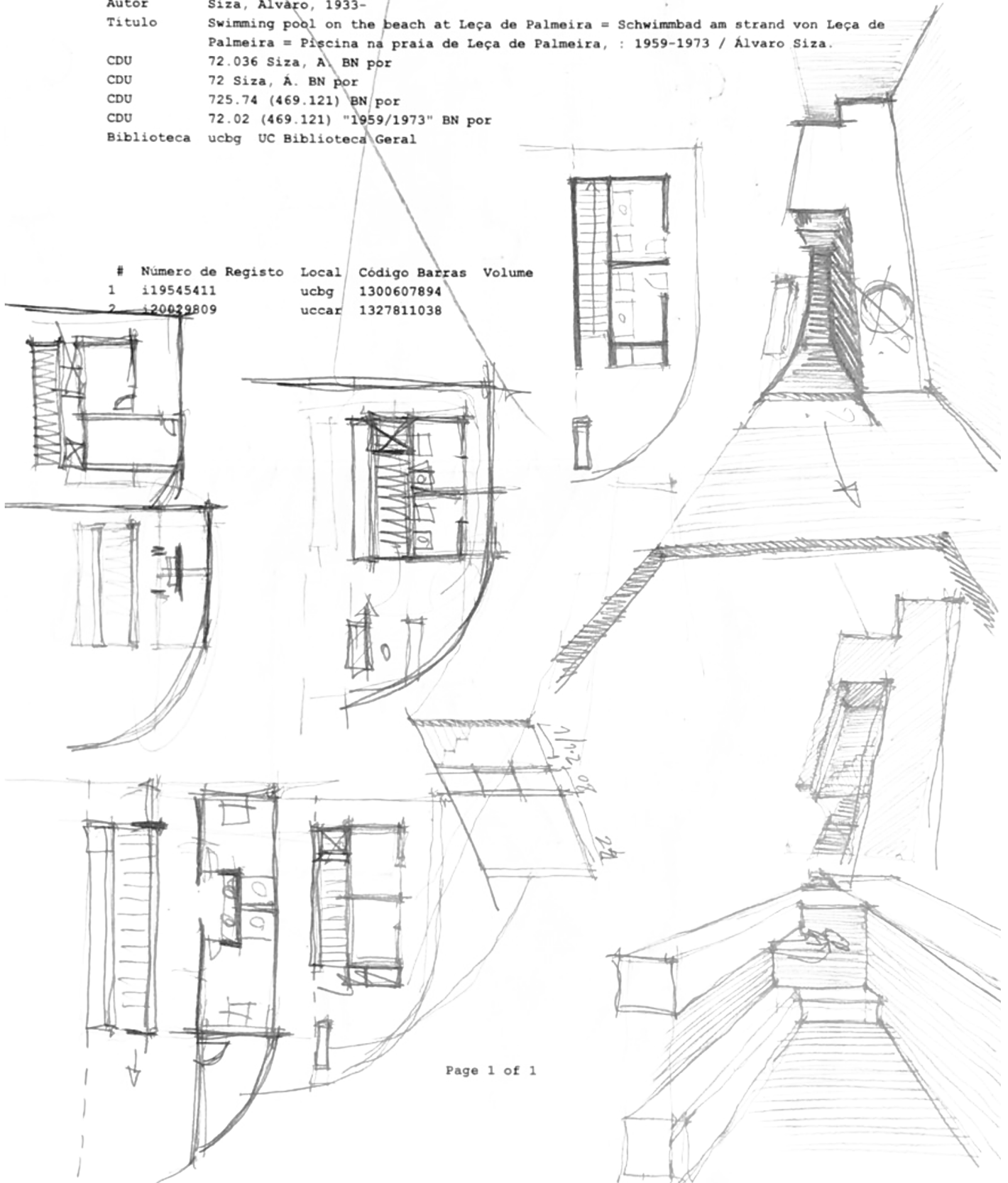


Sumário de Registos Exemplar Associados
Wed Jul 01 12:27:21 BST 2020

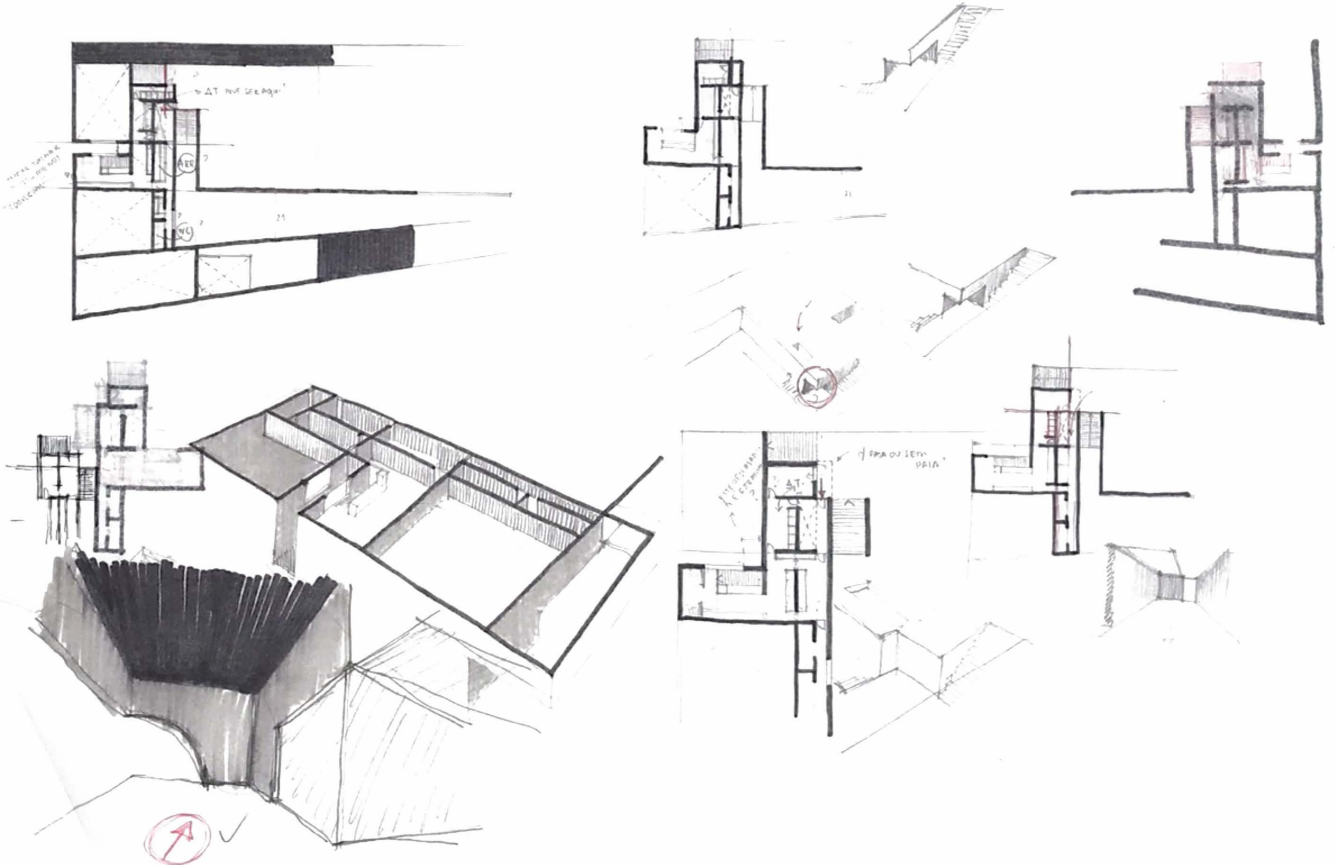
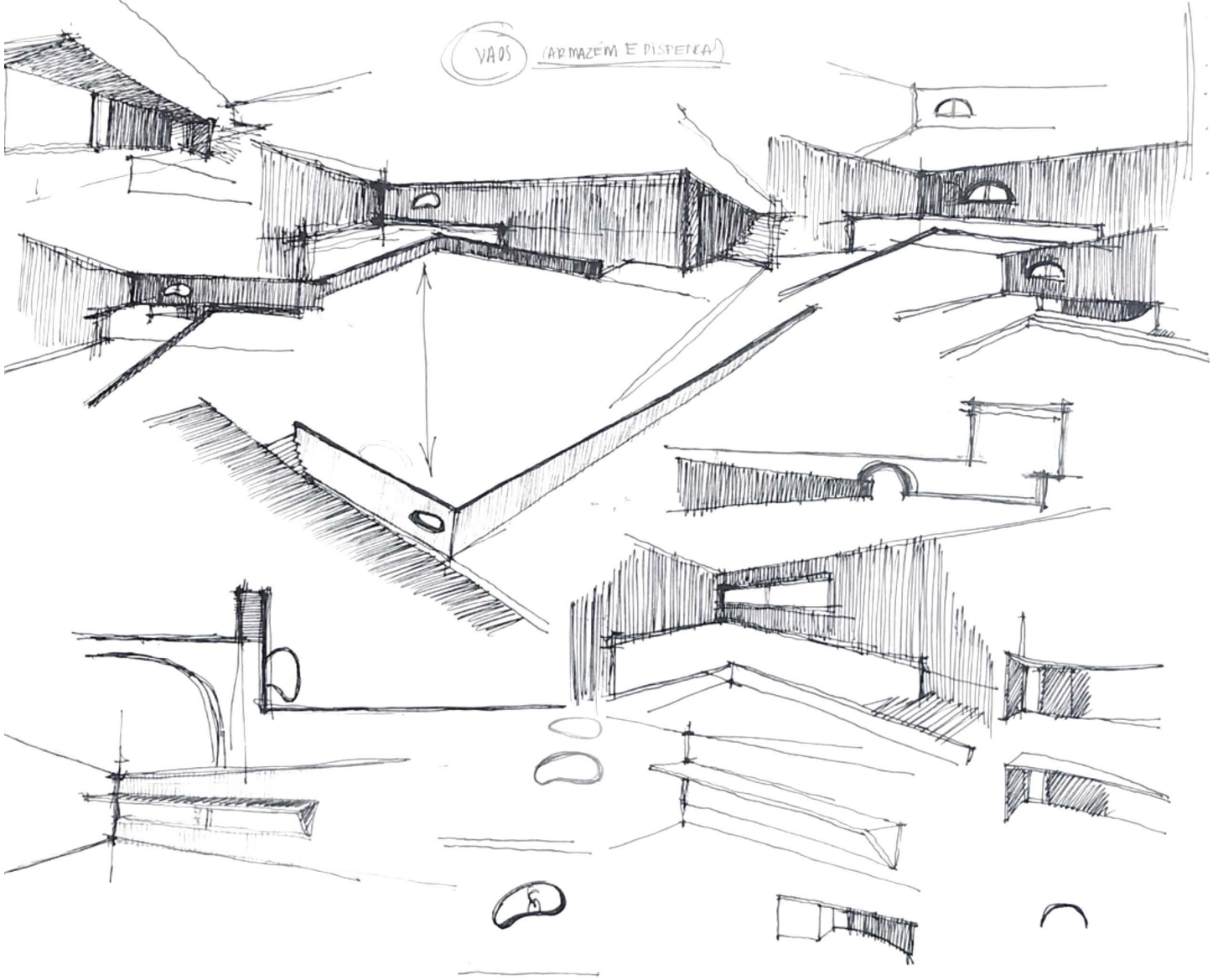
b1777326x Último Actualizado: 22-11-2007 Criado: 30-10-2006 Revisões: 8

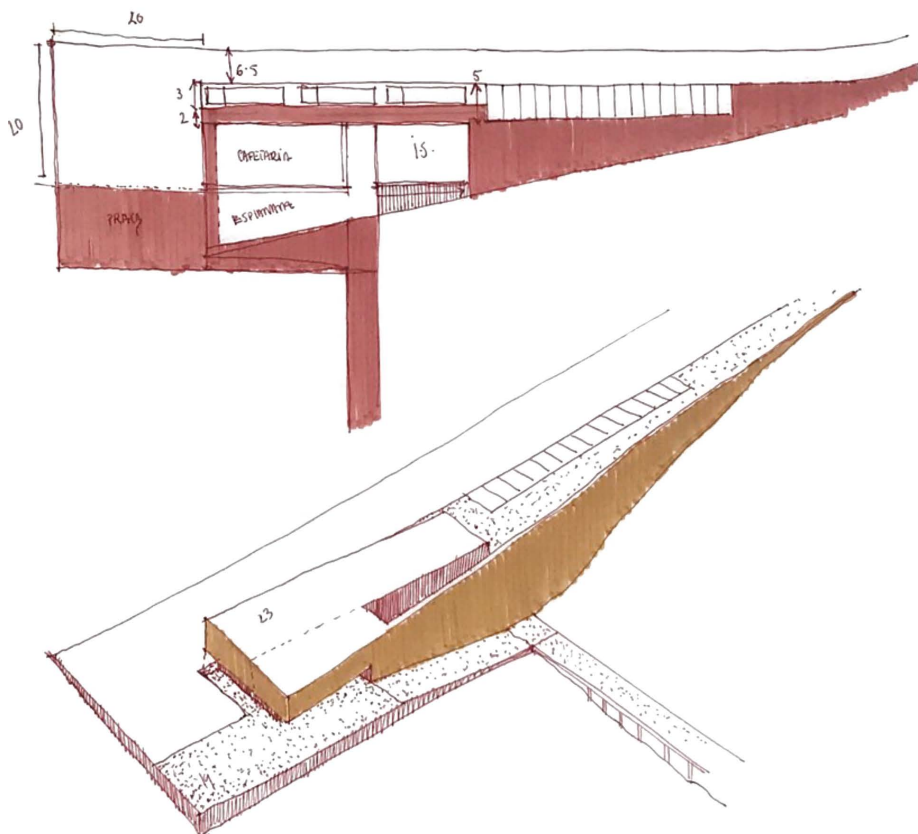
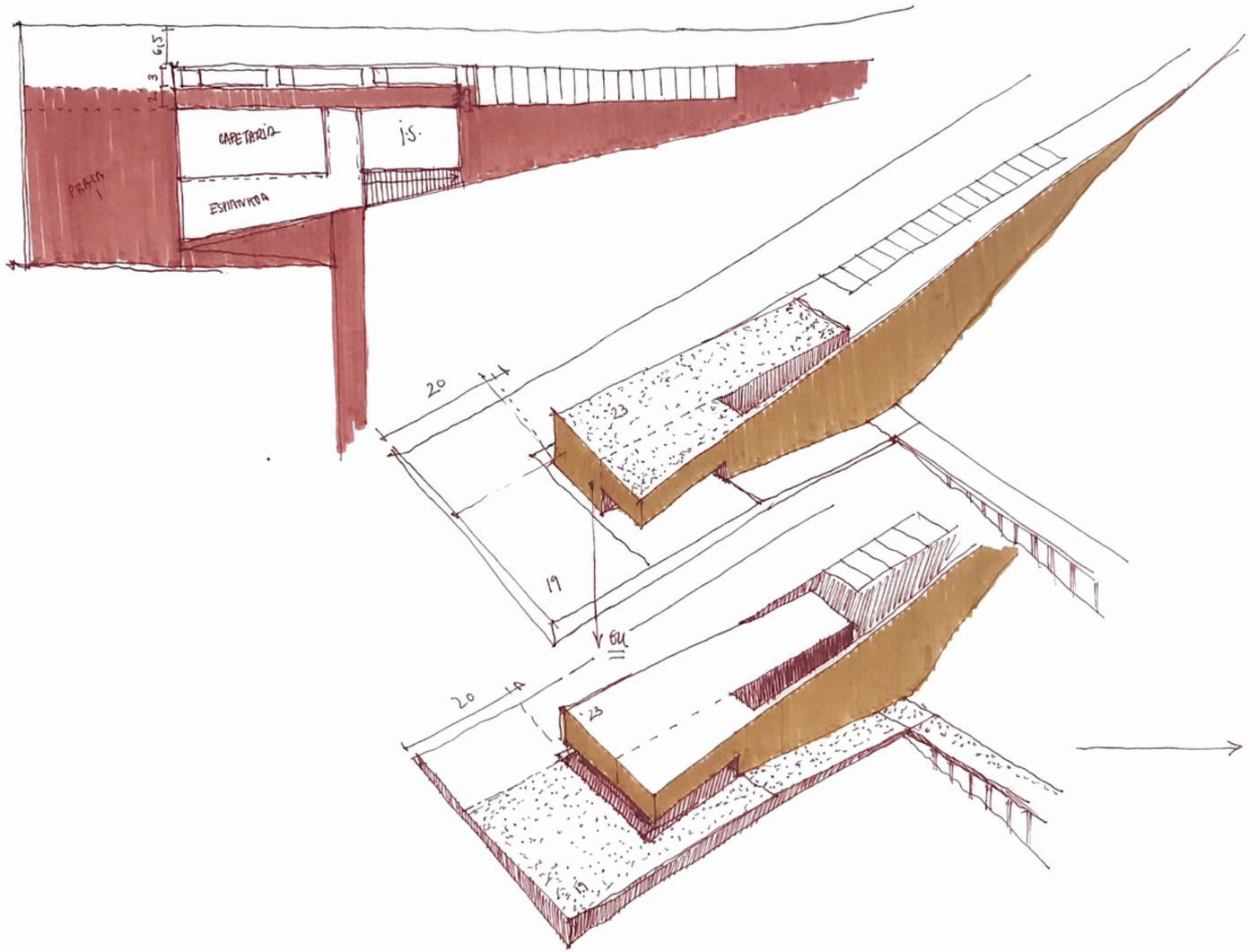
Autor Siza, Álvaro, 1933-
Titulo Swimming pool on the beach at Leça de Palmeira = Schwimmbad am strand von Leça de Palmeira = Piscina na praia de Leça de Palmeira, : 1959-1973 / Álvaro Siza.
CDU 72.036 Siza, A. BN por
CDU 72 Siza, A. BN por
CDU 725.74 (469.121) BN por
CDU 72.02 (469.121) "1959/1973" BN por
Biblioteca ucbg UC Biblioteca Geral

#	Número de Registo	Local	Código Barras	Volume
1	i19545411	ucbg	1300607894	
2	i20029809	uccar	1327811038	

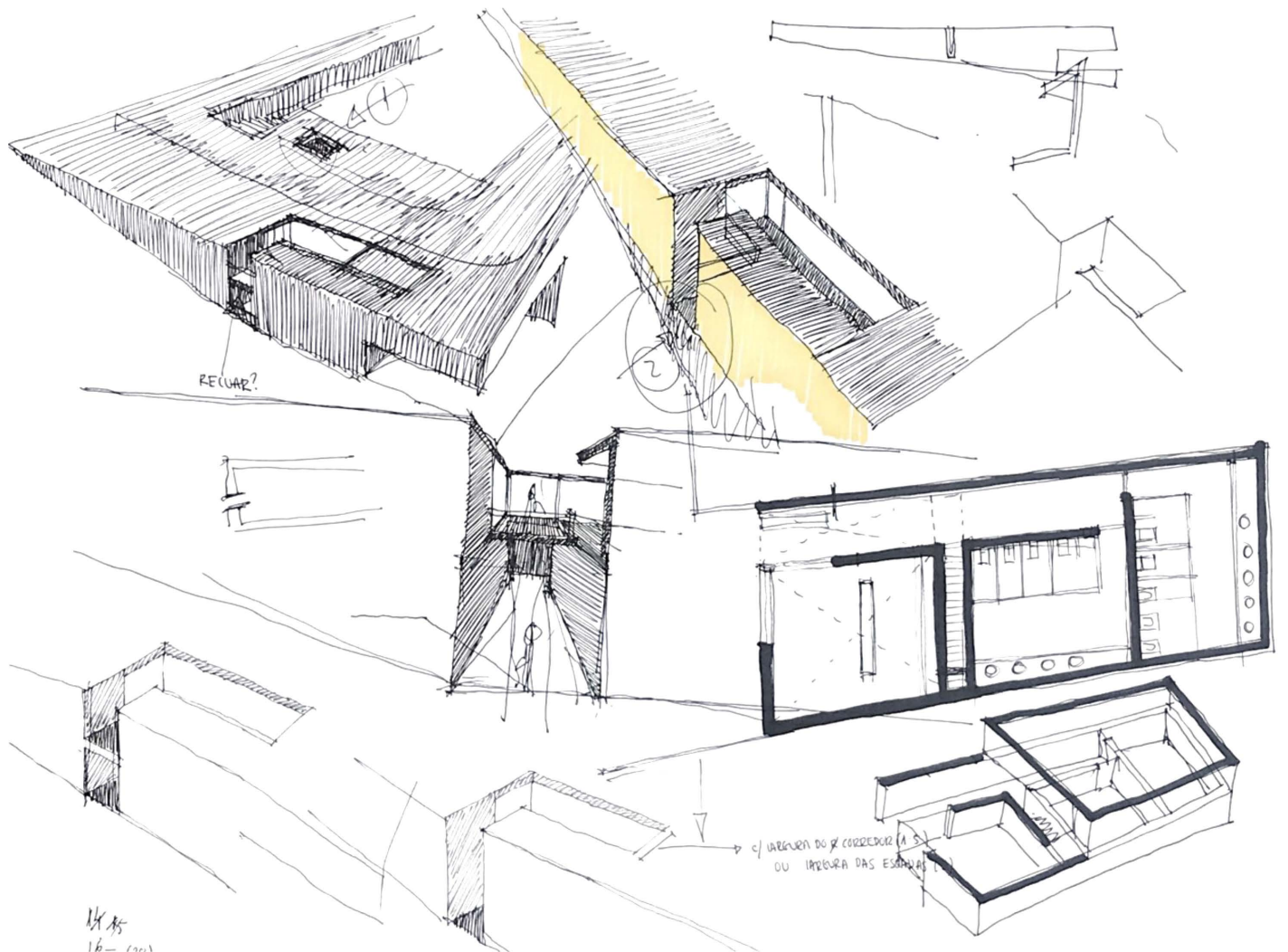
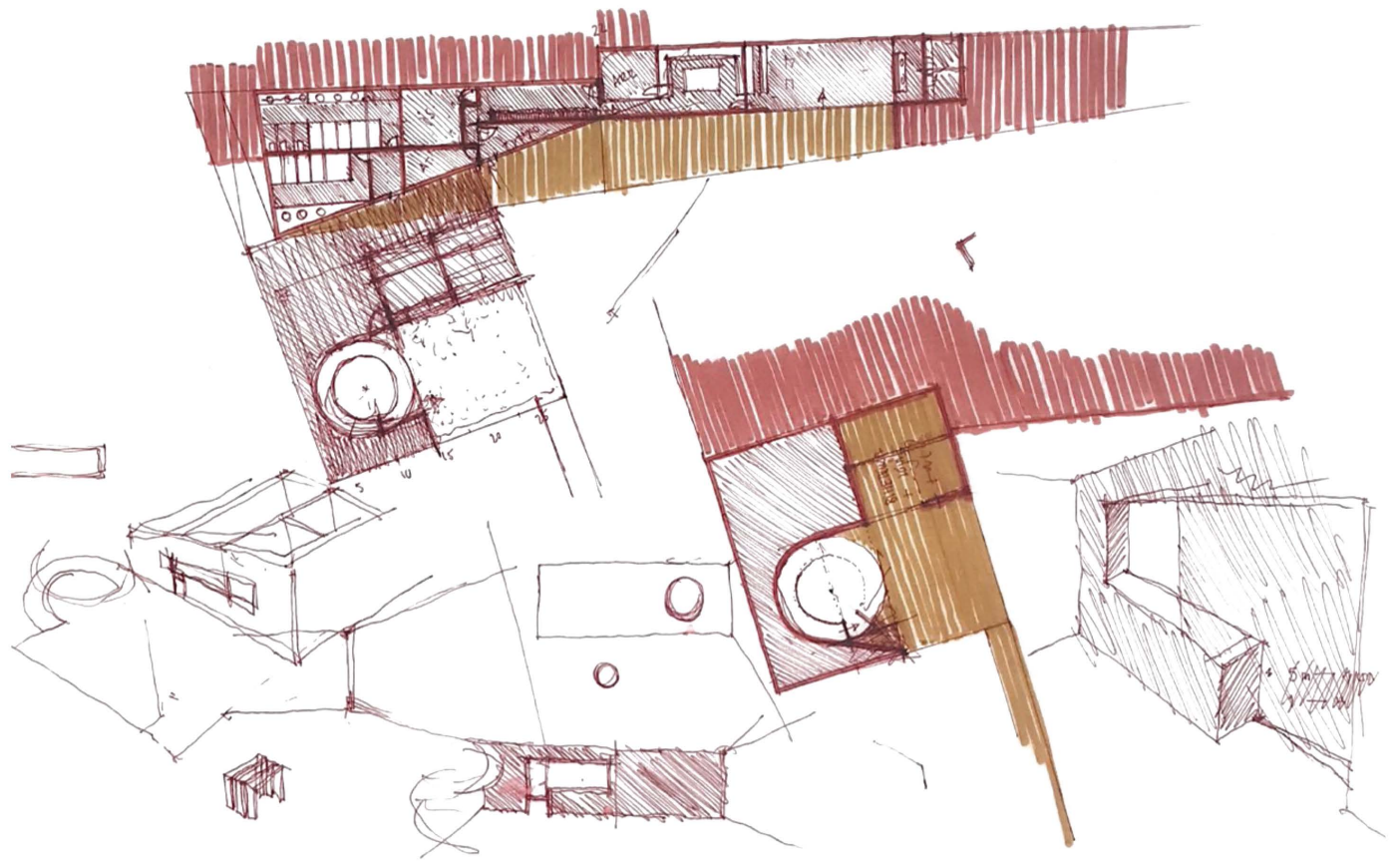


VAOS (ARMAZÉM E DISTEKA)

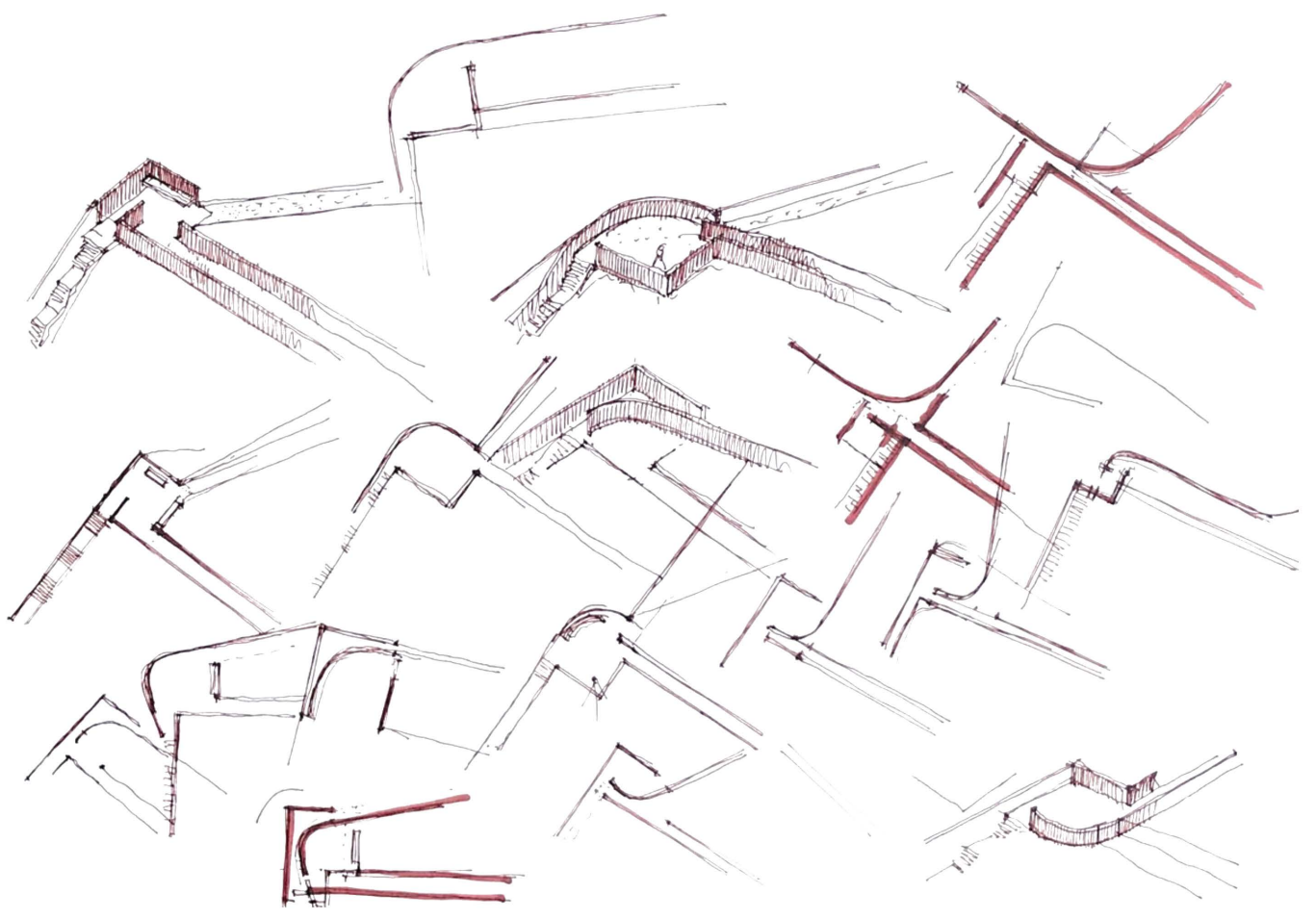
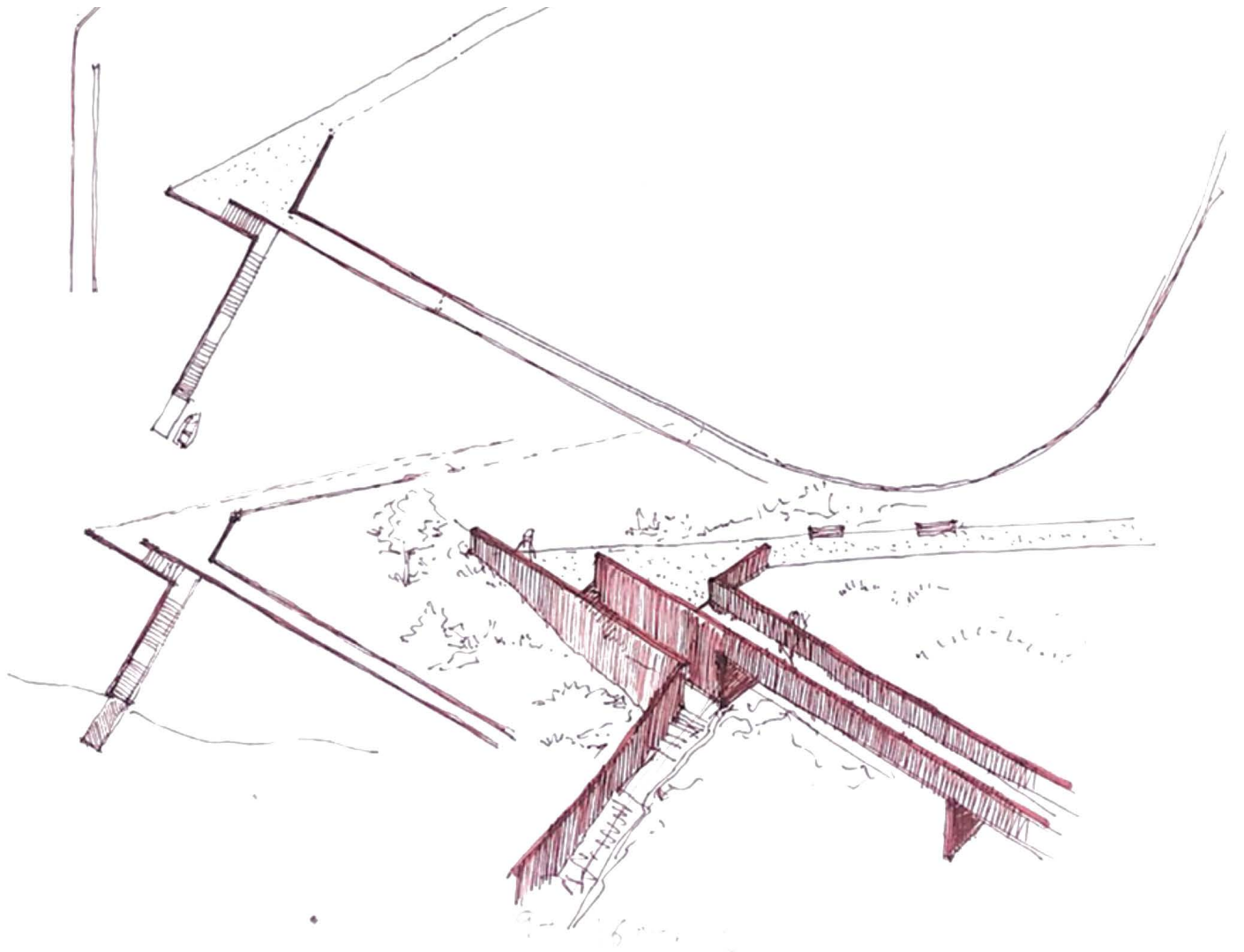




- CRÍTICAS DIA 25: (TENTATIVA DE SOLUÇÃO PARA ESTAS CRÍTICAS):
- ↳ DEMASIADAS "PRAÇAS" - DESNECESSÁRIAS
 - ↳ INTERVENÇÃO Q POUQUA RECUPERA PROCESSO DO ELEMENTO PRINCIPAL - CASTELO
 - ↳ REDUZIR DIMENSÃO DA INTERVENÇÃO
 - ↳ TENTAR REDUZIR ESPAÇO AUTÓMOTO - APOCATELOS

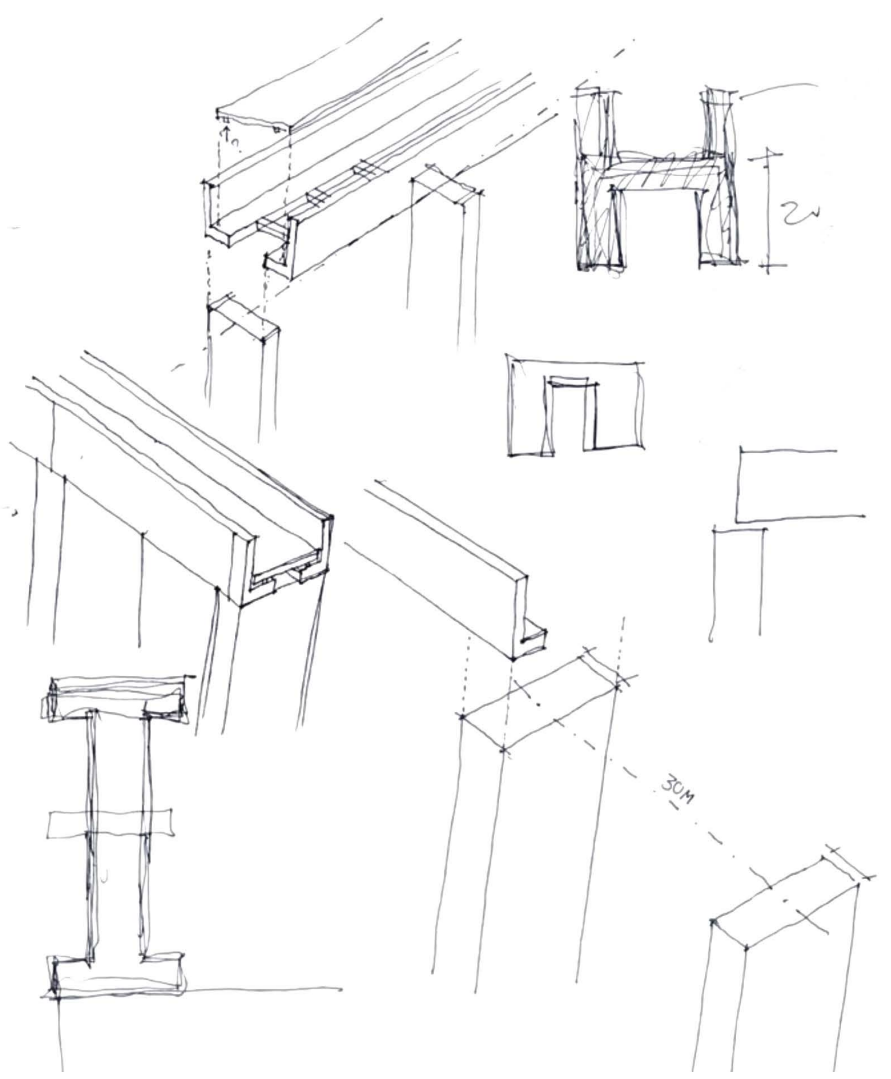
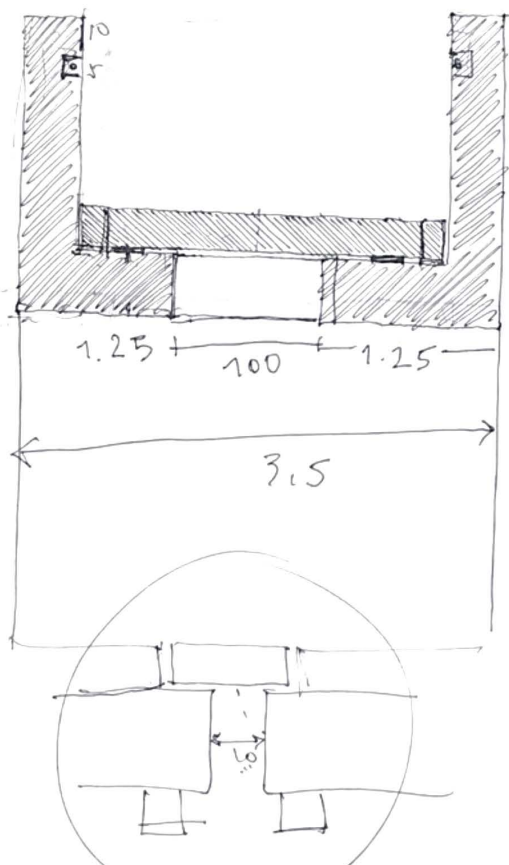
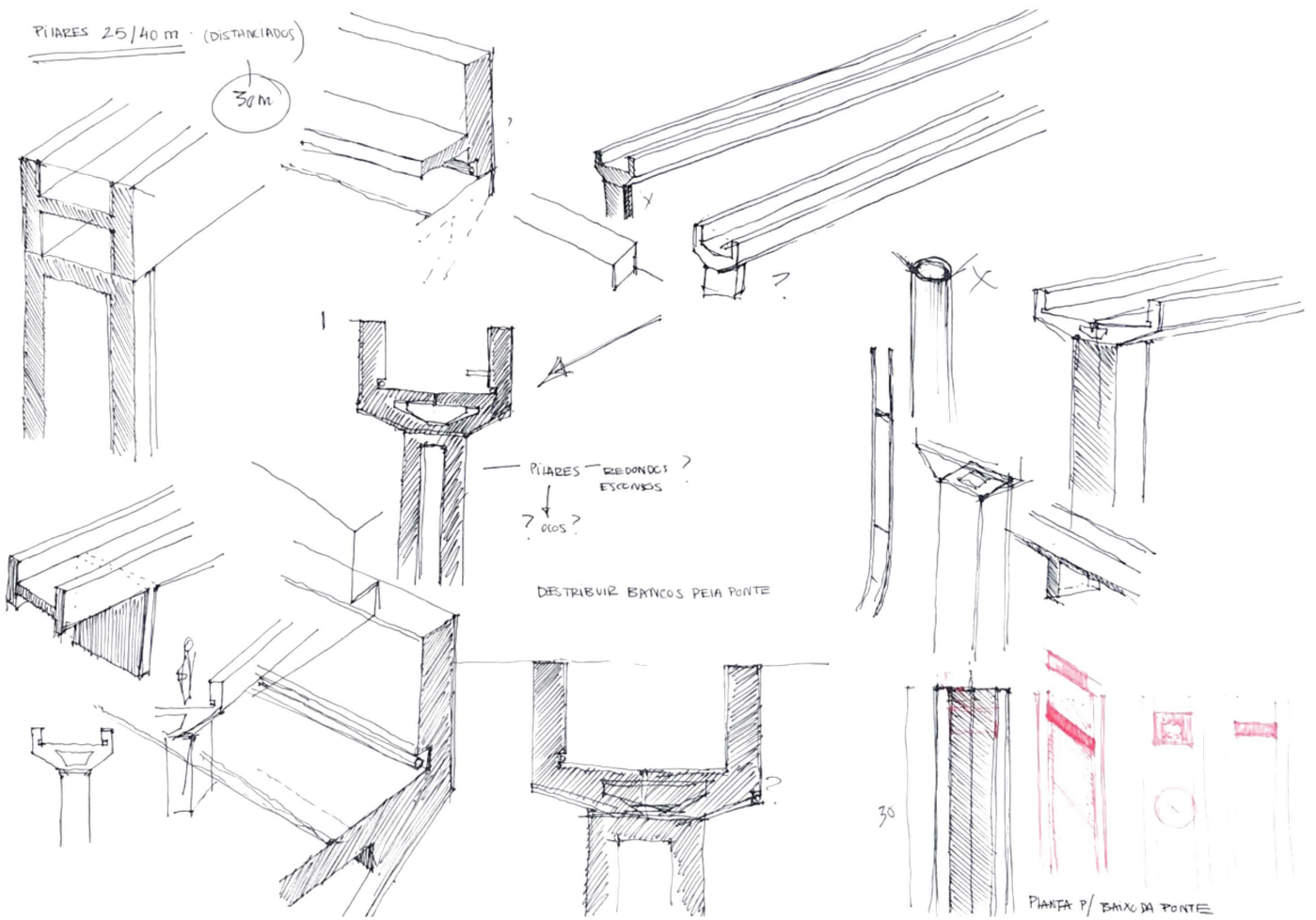


14/11
16-1993

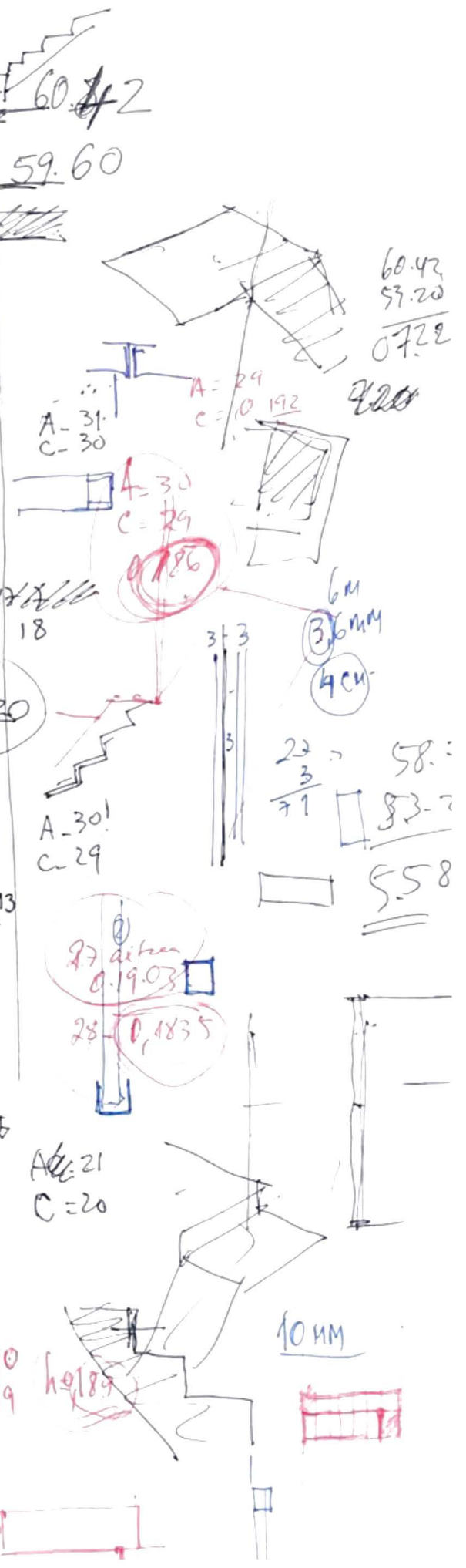
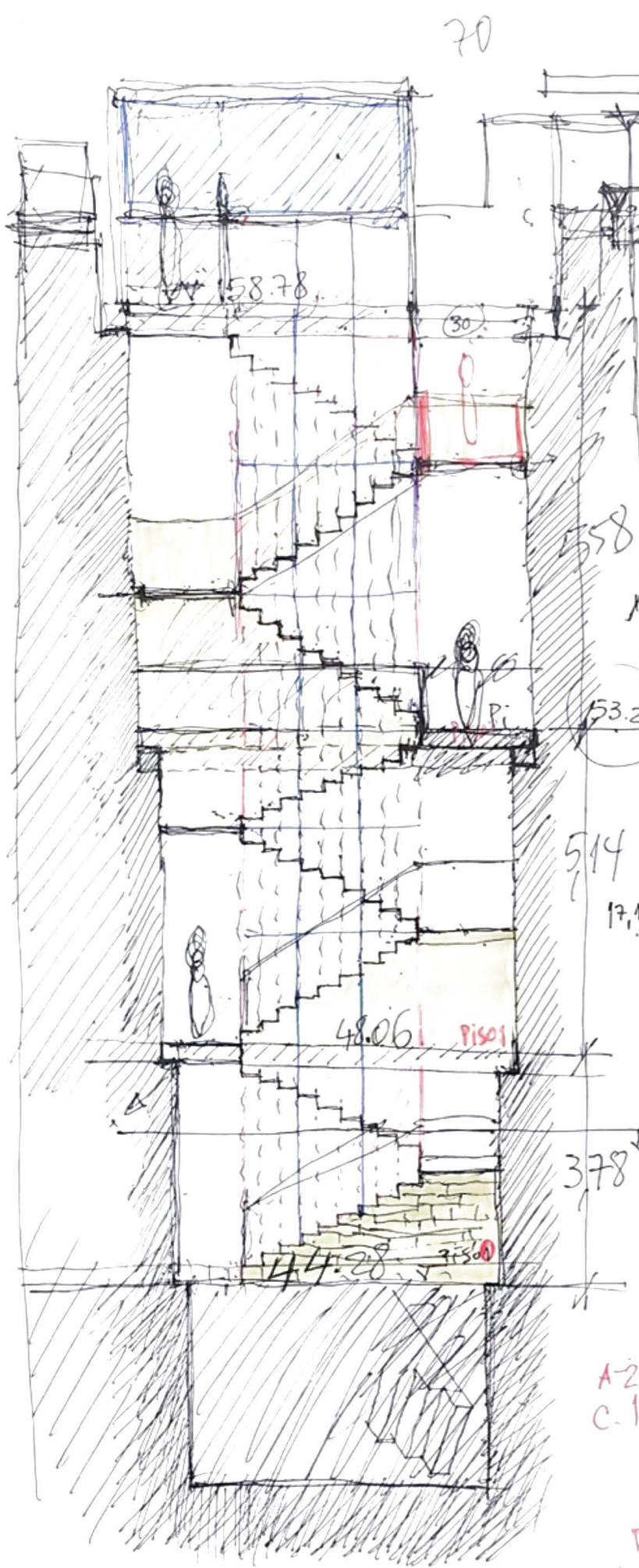


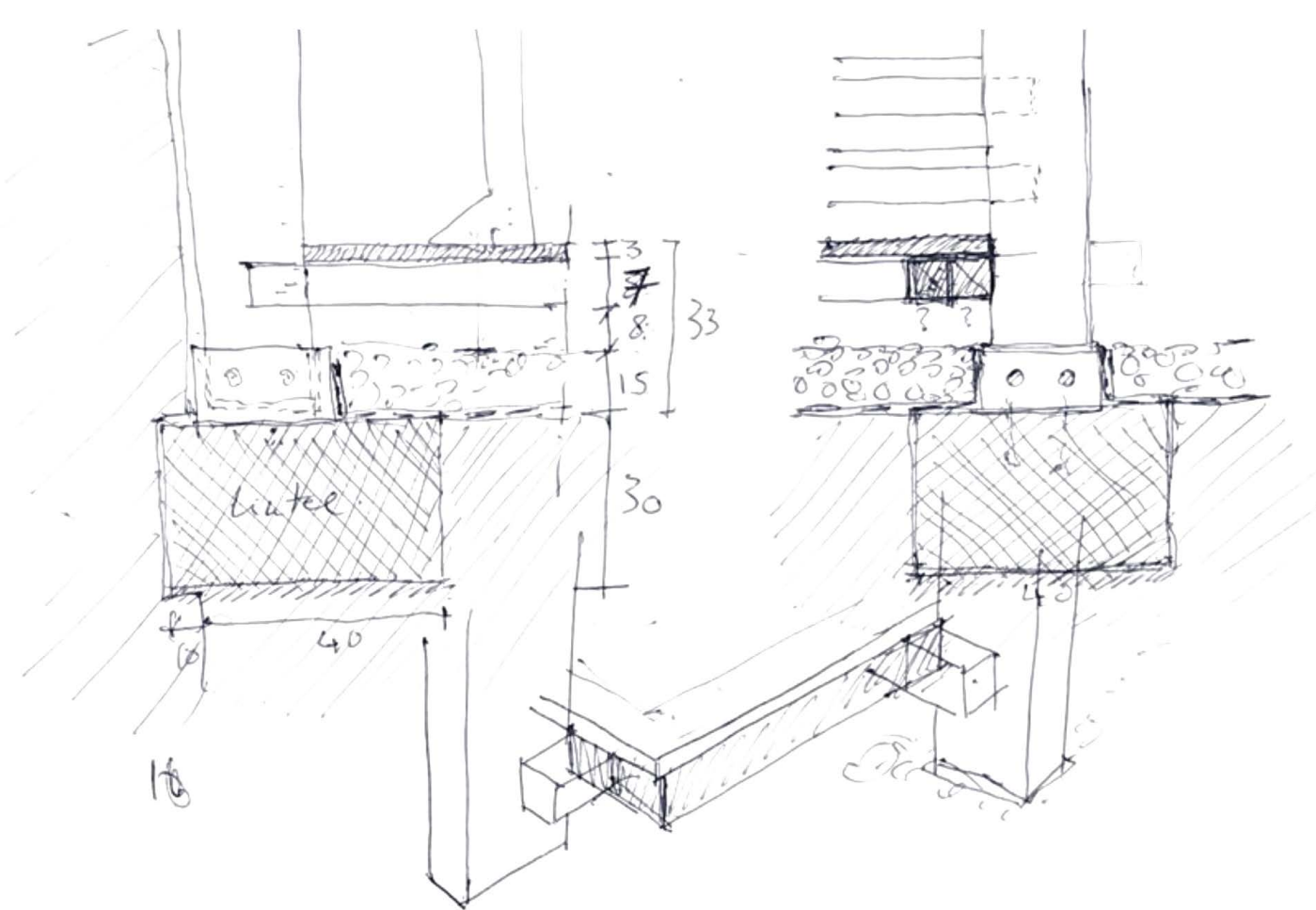
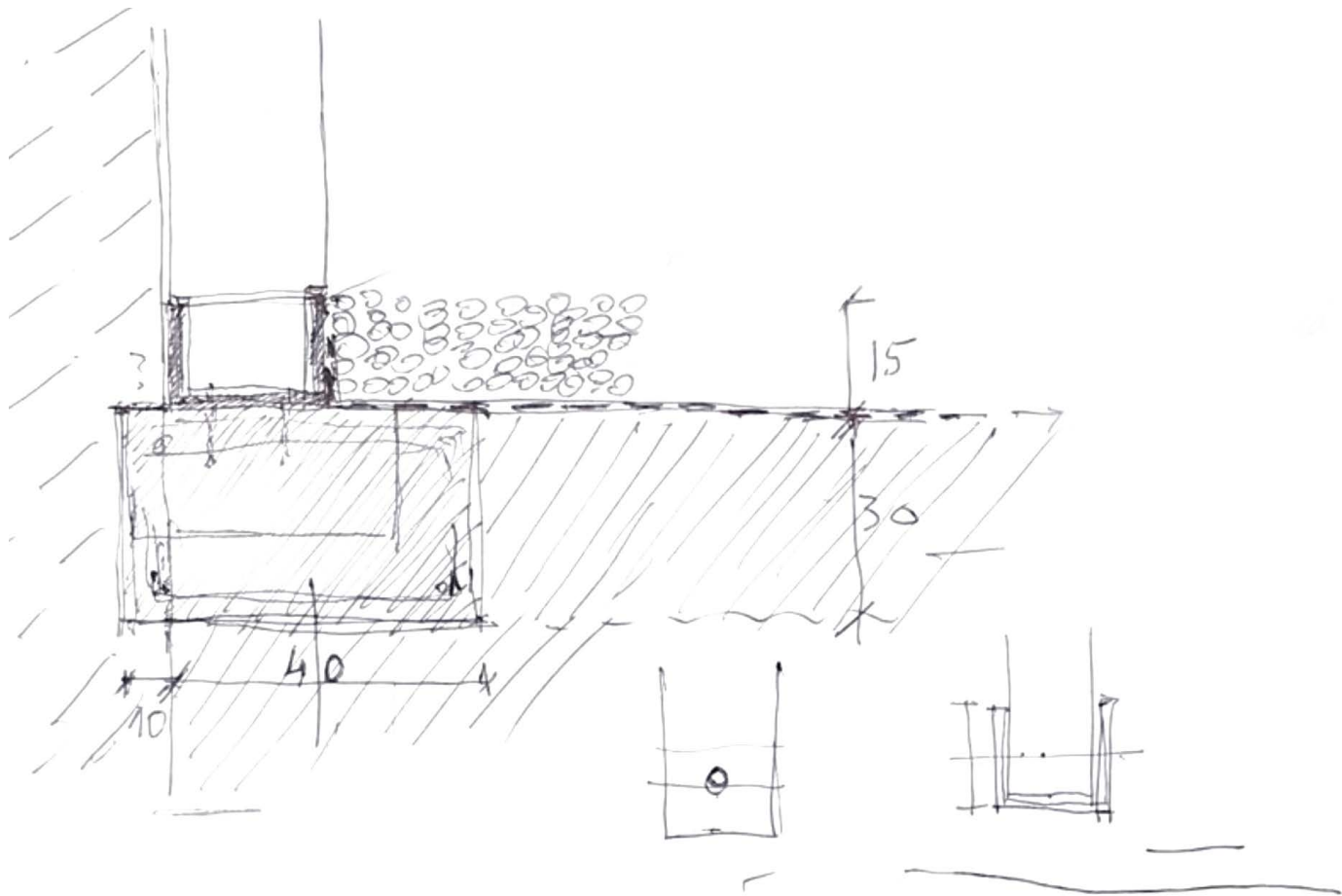
PIARES 25/40 m (DISTANCIADOS)

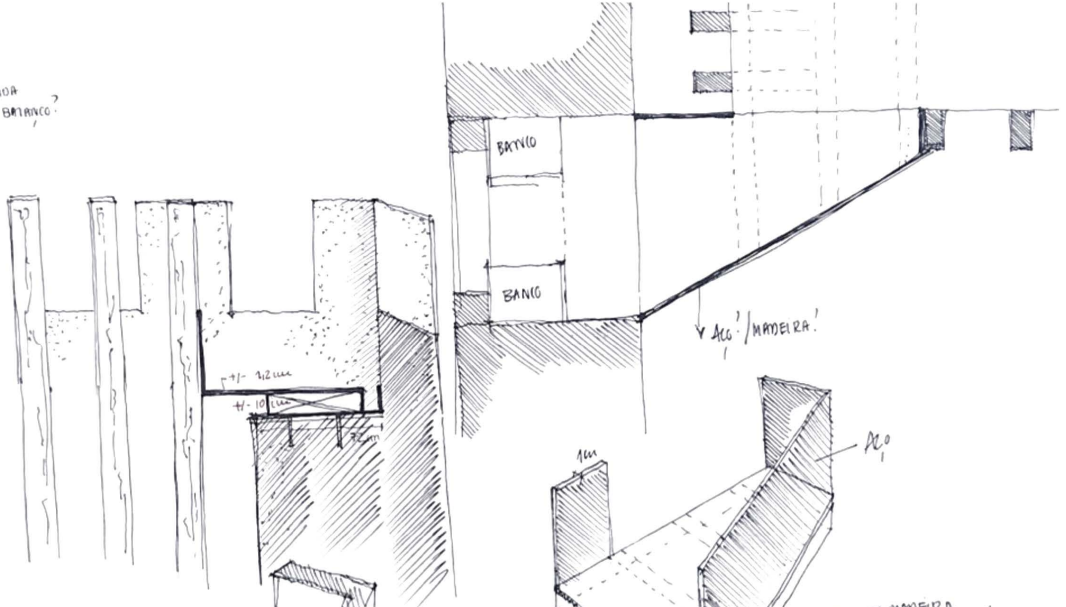
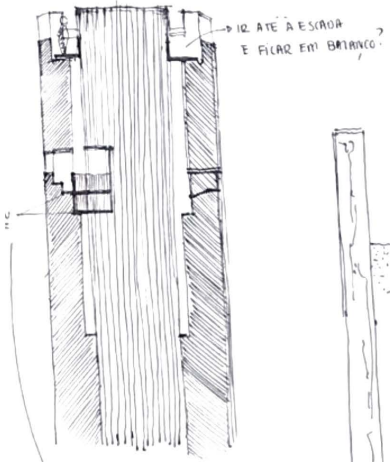
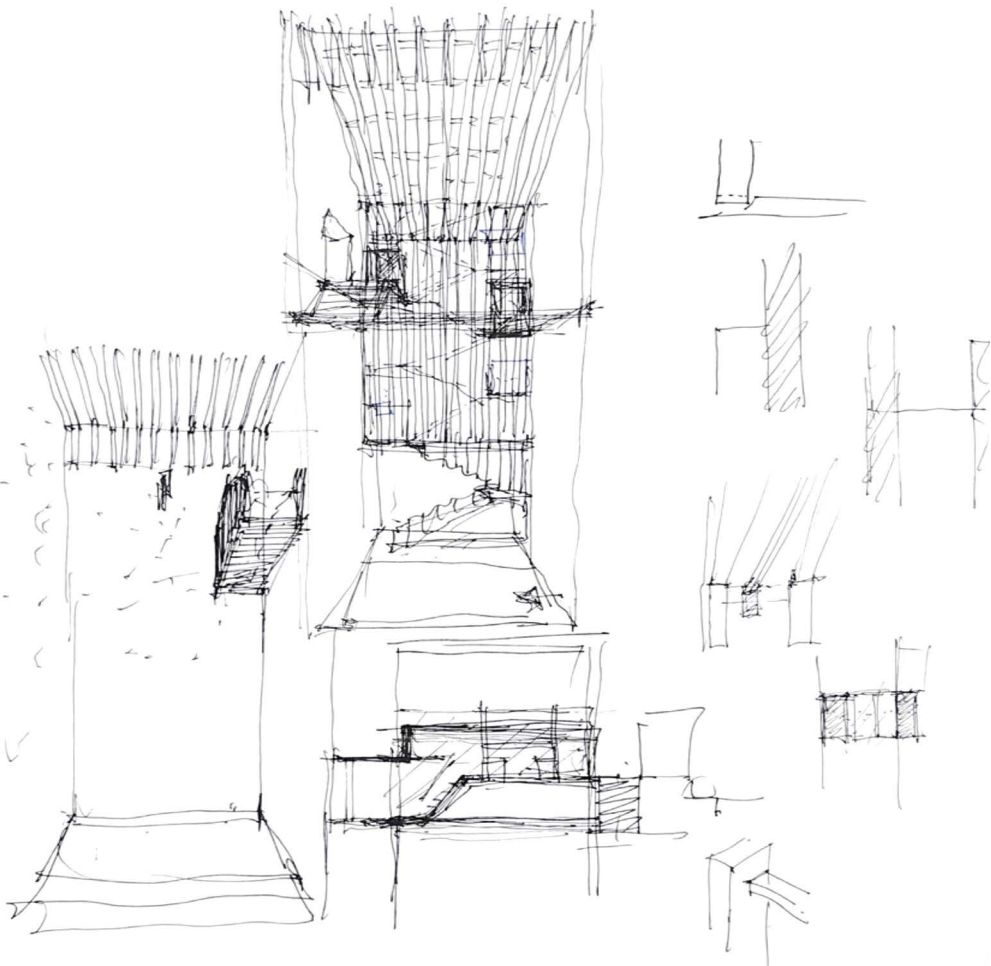
30m



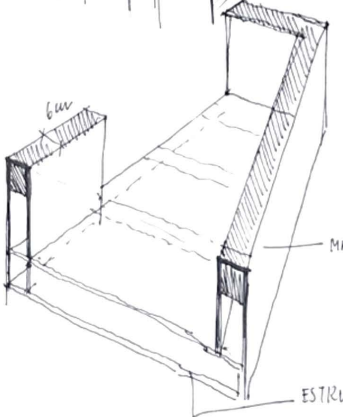
70





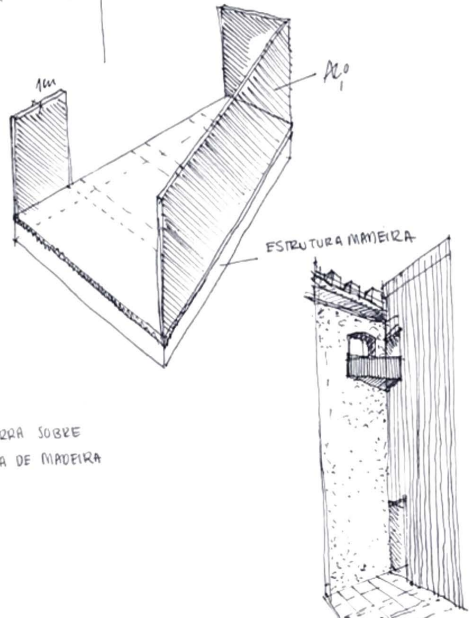


NOTA: A ESTRUTURA DE MADEIRA DA PATAFORMA DE ACESSO À CONVERSADORA PODE SÓ ESTAR À COTA DESTA OU IR APOIAR NÍVEIS ABAIXO, À QUELERA RECORTE PRÉ-EXISTENTE NAS PAREDES DE PEDRA.

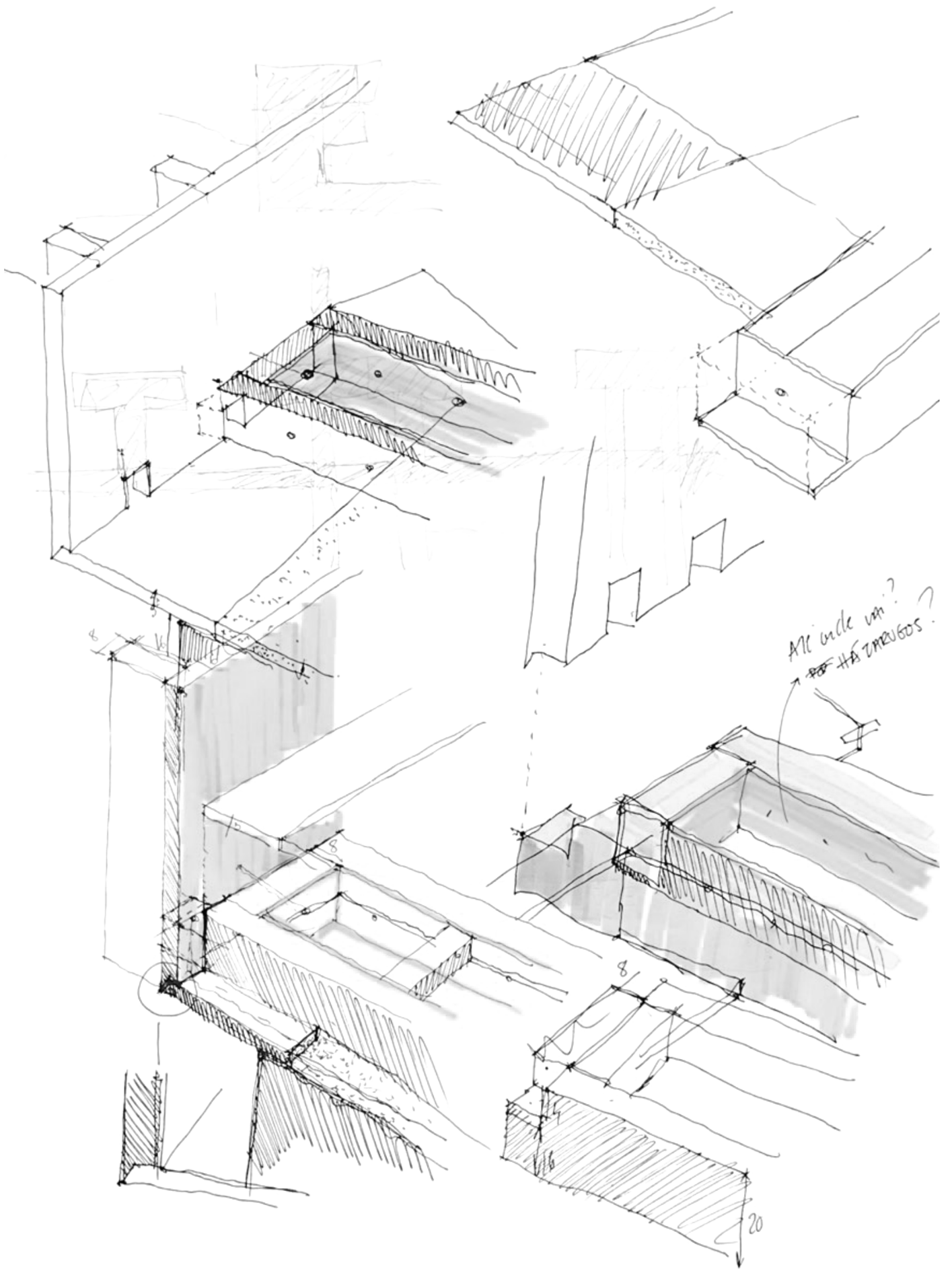


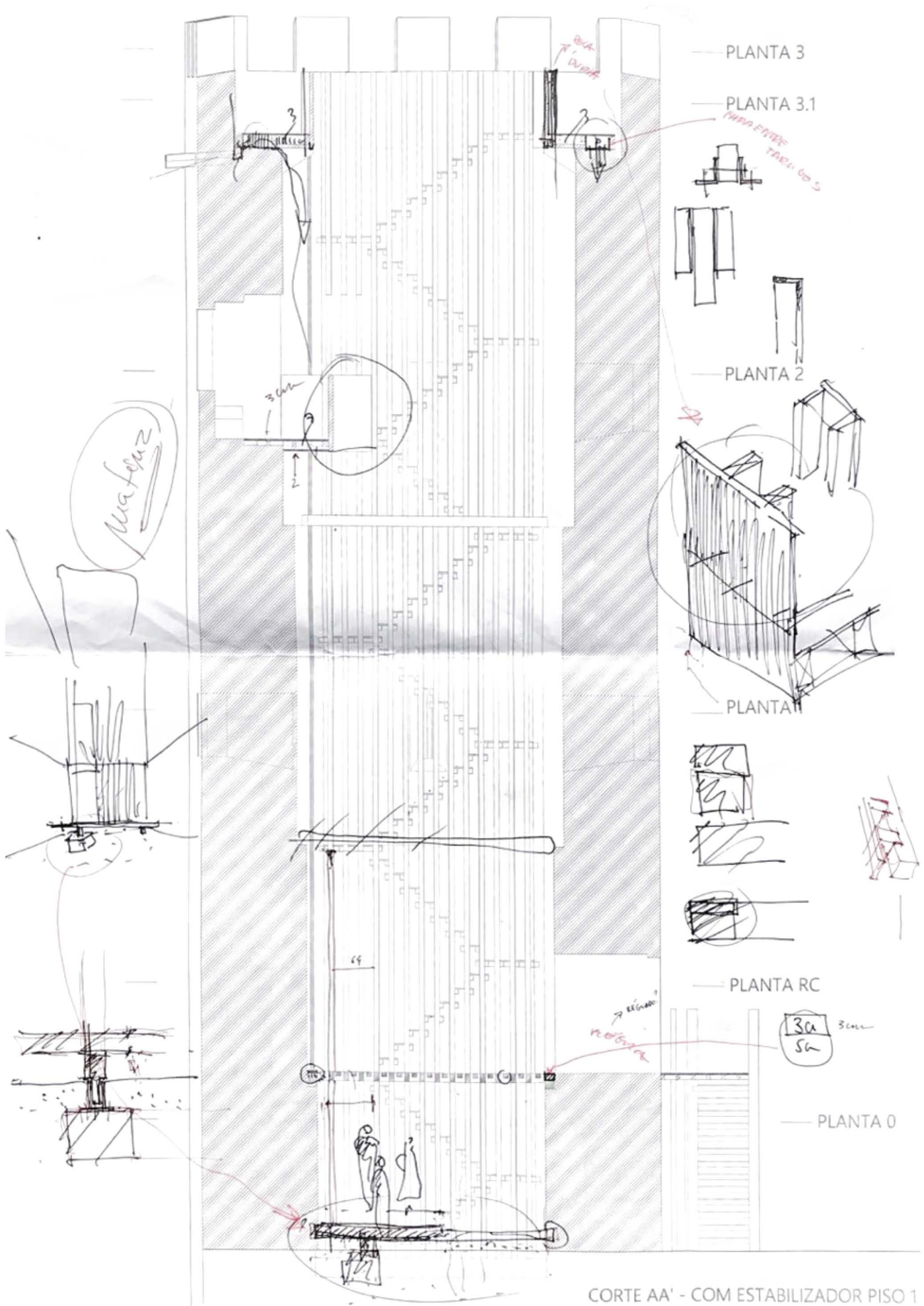
OU

PARTE DE FORA SOBRE ESTRUTURA DE MADEIRA



ESTRUTURA MADEIRA





— PLANTA 3

— PLANTA 3.1

— PLANTA 2

— PLANTA 1

— PLANTA RC

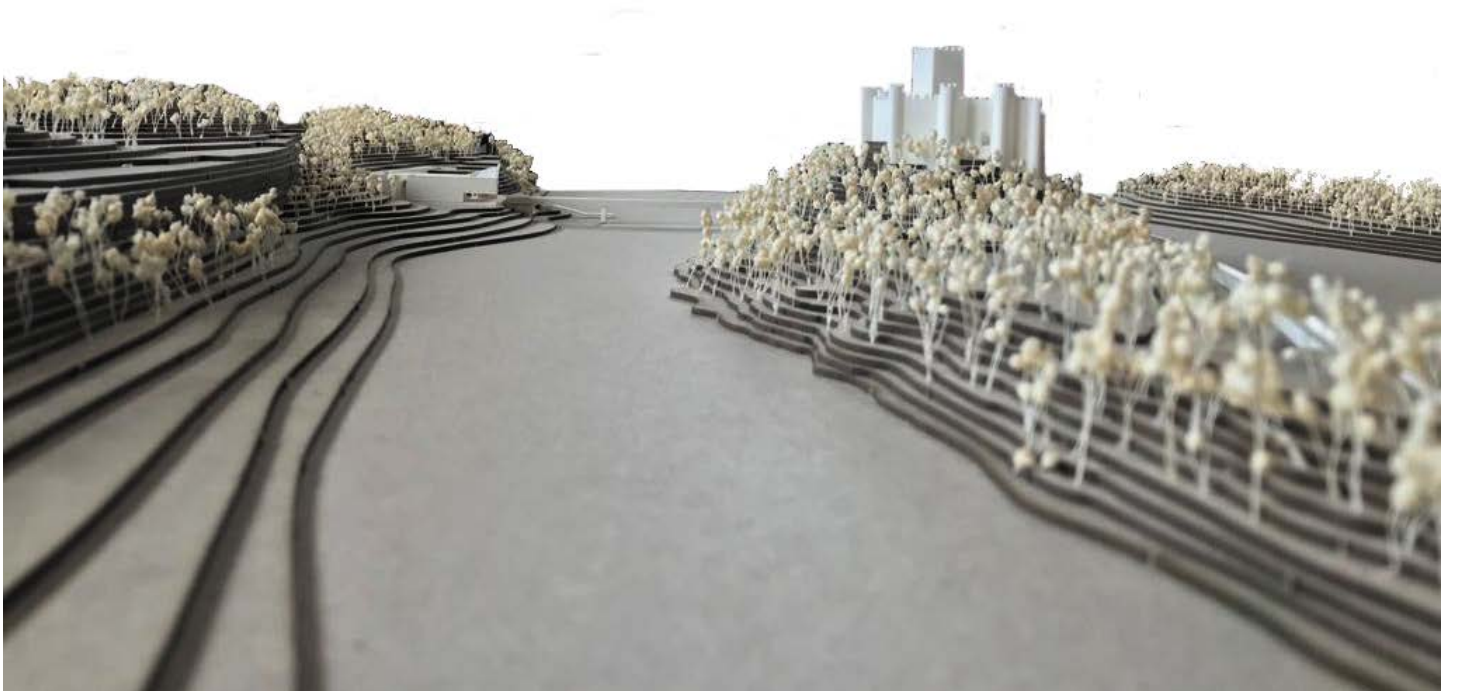
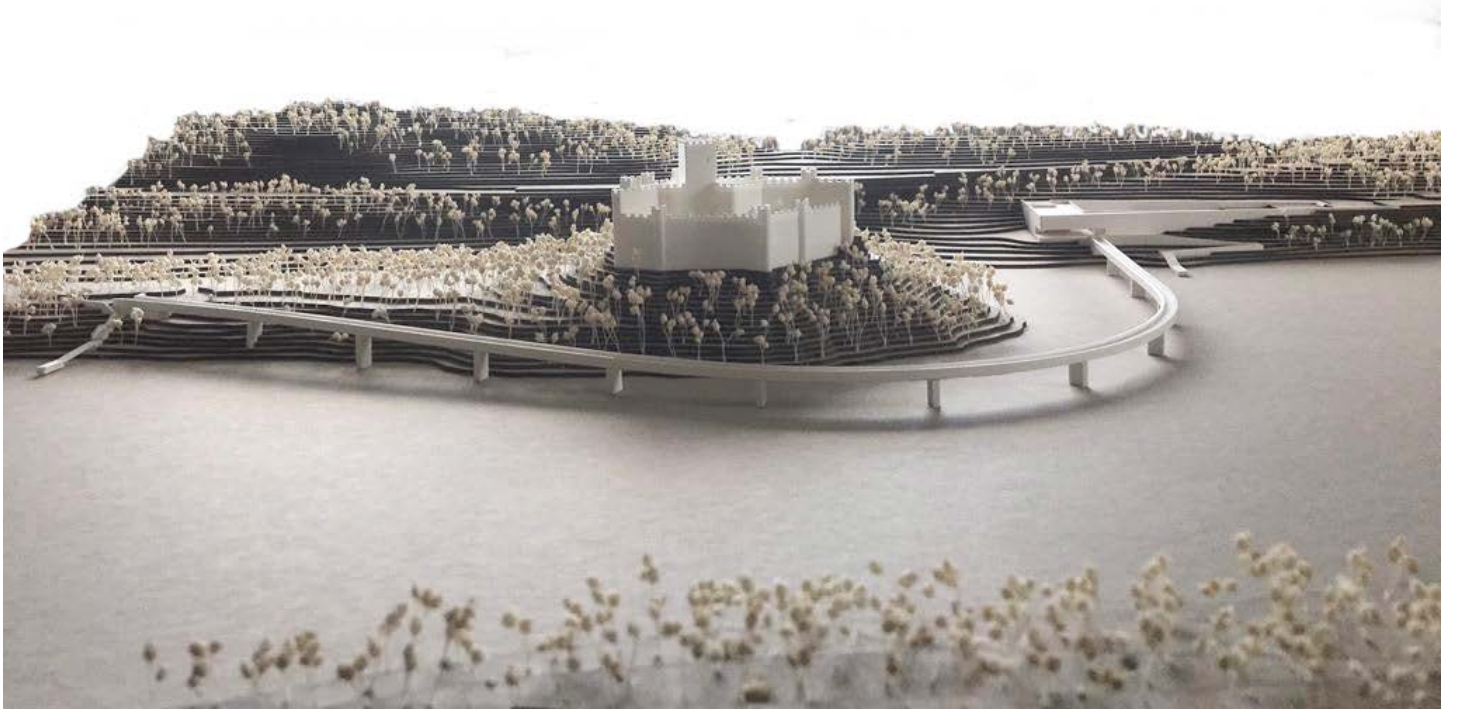
— PLANTA 0

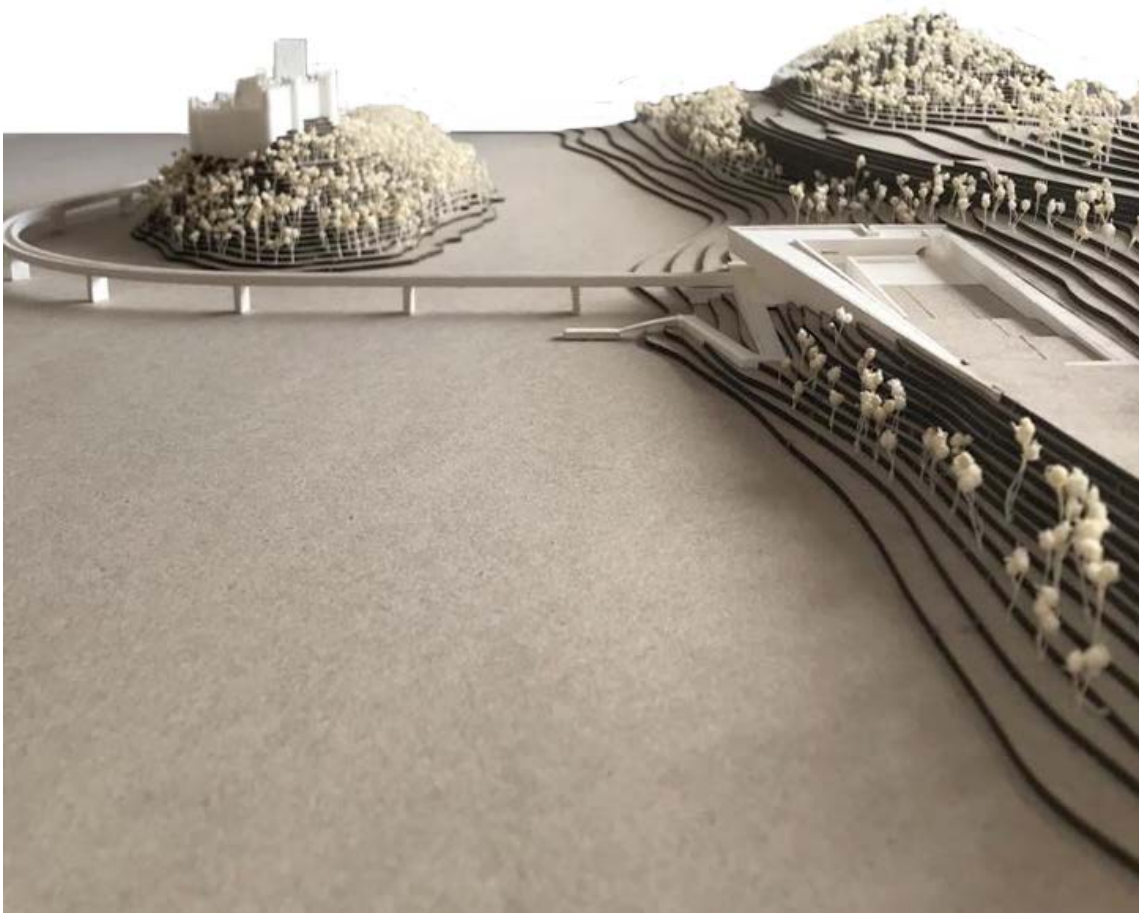
Materia

CORTE AA' - COM ESTABILIZADOR PISO 1

Fotografias da Maquete







Desenhos rigorosos